

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CARMEN SILVIA ANDRIOLLI

**SOB AS VESTES DE SERTÃO VEREDAS, O GERAIS.
'Mexer com criação' no Sertão do IBAMA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Dr. Mauro William Barbosa de Almeida

CAMPINAS
2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Bibliotecária: Sandra Aparecida Pereira CRB nº 7432

An28s **Andriolli, Carmen Silvia**
**Sob as vestes de Sertão Veredas, o Gerais : “Mexer com criação”
no Sertão do IBAMA / Carmen Silvia Andriolli. - - Campinas, SP :
[s. n.], 2011.**

Orientador: Mauro William Barbosa de Almeida
**Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Parque Nacional Grande Sertão Veredas (MG e BA) -
Preservação. 2. Pecuária - Brasil. 3. Territorialidade humana.
4. Tempo. 5. Camponeses - Brasil. I. Almeida, Mauro William
Barbosa de. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Under the attire of Sertão Veredas, the Gerais : “Mexer com
criação” in the Sertão do IBAMA**

**Palavras chaves em inglês (keywords): Parque Nacional Grande Sertão Veredas
(MG e BA) - Preservation
Animal culture - Brazil
Human territoriality
Time
Peasantry - Brazil**

**Área de Concentração: Processos Sociais, Identidade e Representações no Mundo
Rural**

Titulação: Doutor em Ciências Sociais

**Banca examinadora: Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri, Ana Luiza Martins Costa,
Maria Aparecida de Moraes Silva, Emília Pietrafesa de Godoi**

Data da defesa: 07-04-2011

Programa de Pós-Graduação: Ciências Sociais

CARMEN SILVIA ANDRIOLLI

SOB AS VESTES DE SERTÃO VEREDAS, O GERAIS.

‘Mexer com criação’ no Sertão do IBAMA

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela comissão julgadora em 07/04/2011

Banca examinadora:



Mauro William Barbosa de Almeida, Doutor, IFCH/UNICAMP (orientador)



Ana Luiza Martins Costa, Doutora, Pesquisadora Independente



Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri, Doutora, PPGAS/UFMG



Maria Aparecida de Moraes Silva, Doutora, PPGS/UFSCAR; PPGG/UNESP-PP



Emília Pietrafesa de Godoi, Doutora, IFCH/UNICAMP

Suplentes:

Fernando Antônio Lourenço, Doutor, IFCH/UNICAMP

Andréa Borghi Moreira Jacinto, Doutora, PPGDA/UEA

Rodrigo Constante Martins, Doutor, PPGS/UFSCar

AO SAMUE À DONA LÓ

AGRADECIMENTOS

Ao longo da travessia que percorri para realizar esta tese, pessoas queridas se fizeram fundamentais para eu transpor as dificuldades e alegrias que a mim se apresentaram.

Meu pai, Cláudio, meus irmãos, Marina e Paulo, foram meus esteios, ora à distância, ora no dia-a-dia, quando com muita paciência e bom humor aceitaram meu isolamento para a escrita deste trabalho. Agradeço também ao apoio material. A minha mãe (*in memoriam*), que precocemente partiu, agradeço o sangue mineiro, que, ‘como se diz’, me faz ‘tocar parenteza’ com o povo do Gerais. Ao Enéias e à Sabrina, cunhados queridos, sou grata pelo incentivo de sempre.

Agradeço ao professor Mauro William Barbosa de Almeida pela paciência com uma aluna cheia de dúvidas e lenta no pensar. Agradeço, ainda, pelos preciosos ensinamentos, principalmente no momento da pesquisa de campo, quando aprendi, com seus e-mails, a enxergar o que não estava visível, bem como a ouvir o que não estava dito. Por acreditar no meu trabalho, faço meu último agradecimento. À professora Maria Aparecida de Moraes Silva sou grata pelo mesmo motivo. Sob sua orientação realizei o mestrado e, agora, nesta tese, contribuiu-me novamente com seus preciosos comentários, sugestões e críticas desde o exame de qualificação até a defesa desta tese. À professora Emília Pietrafesa de Godoi agradeço pela preciosa leitura e comentários desde o seminário de tese, posteriormente no momento do exame de qualificação, como também na defesa. Às professoras Andréa Luisa Moukhaiber Zhouri e Ana Luiza Martins Costa: obrigada pela participação nesta banca, pela leitura cuidadosa e pelas preciosas sugestões. À Andréa Borghi Moreira Jacinto e ao Rodrigo Constante Martins agradeço por aceitarem compor como suplentes a banca de defesa. Por esse mesmo motivo agradeço ao professor Fernando Antônio Lourenço. Dedico ainda meus agradecimentos ao professor Fernando pelo apoio ao longo do doutorado, sempre com palavras e conselhos acertados.

Sou agradecida aos colegas do Centro de Estudos Rurais, CERES, pelo companheirismo: Juliana Guanais, Ana Paula Fraga Bolf, Mariana Chaguri, José Carlos Alves Pereira, Marisa Barbosa, Nashiele Loera, Verena Sevá, Thais Tartalha. A Juliana e a Mariana agradeço também pelas preciosas leituras e comentários do texto de qualificação; sou grata, ainda, pela amizade. À Ana Paula dedico meu agradecimento pela ajuda com os mapas – aqui

agradeço diretamente ao seu marido Edson, que foi quem organizou os dados nos mapas. Agradeço, ainda, a amizade do casal.

À professora Sônia M. P. P. Bergamasco faço meus agradecimentos por ter me acolhido na Faculdade de Engenharia Agrícola ao longo do ano de 2007.

Aos colegas do Laboratório de Antropologia, Território e Ambiente, LATA, agradeço as discussões sempre muito pertinentes: Augusto, José Onésio, Ana, Chico, Aline, Mateus, Jimena, José, José Manuel, Maíra, Rodrigo, Roberto, Calu e Leco. Ao José Onésio agradeço, sobretudo, pela leitura do texto de qualificação.

Aos funcionários da secretária do IFCH, especialmente à Maria Rita, Maria José e ao Junior agradeço pelo trabalho, atenção e disposição em diversos momentos.

Ao CNPq agradeço à bolsa de doutorado.

À amiga querida Mariana Hasse – Nani – manifesto minha gratidão principalmente por ter me acompanhado, em 2008, em minha viagem ao sertão mineiro. Com muita paciência, carinho e estímulo enfrentou comigo os desafios das estradas de terra e as dificuldades iniciais para a realização da pesquisa. Às amigas queridas Carol, Aline, Sabrina e novamente a Nani agradeço pela amizade que se iniciou na graduação. Obrigada pelo carinho, pelo ouvido, pelas cervejas e pelo incentivo que me deram ao longo desses anos.

Para a Renata Passos, minha coach, agradeço os ensinamentos, conselhos e carinho recebidos ao longo do último ano. Sem você a travessia teria se mostrado bem mais difícil.

Em Chapada Gaúcha: Expresso meus agradecimentos à Joana D’arc, a Joanhinha do IBAMA, quem me acolheu muitas vezes em sua casa, ora com um ‘de-comer’ (—“Hoje eu fiz um mexido para nós, Carmen. Pus todo mundo junto na panela!”), ora com pousos, ora com ambos. Agradeço ainda pela companhia nas festas, no bar da Ieda e nas viagens de aqui para acolá. Aos seus irmãos – Iguaraci, Iassui, Urucanã e Uiara – aos seus filhos – Carlim, Priscila, Fernandinha e Junior –, a Jenifer, sua sobrinha, e ao Jackson, seu neto, agradeço o carinho e acolhimento que fizeram sentir-me pertencente à família.

A Cris, Junior, Luiza e Pedro, agradeço o carinho, a amizade, as prosas e os pousos. Ali também me senti em casa. Agradeço a Paula, ao Alexandre e ao Pedrinho pelos pousos, companhias, cervejas, prosas e ajuda tanto na Chapada, quanto em Belo Horizonte. Agradeço ainda a Albino e Emerck pelas prosas, bem como pela ajuda sempre oferecida. Pela amizade, carinho, pousos, cervejas agradeço ainda ao casal Aninha e Silvio.

A Zé Preto, Teddy, Antônio Buracudo, Jacinto e a muitos dos meninos da brigada de incêndio do Prevfogo devo meus agradecimentos por me acompanharem com tanta disposição ao longo da minha travessia pelo parque. A Zé Preto e a sua esposa Rosa agradeço ainda a acolhida na festa de reis do Ribeirão de Areia, como também pelo café com requeijão ofertado. Ao Teddy devo meus agradecimentos, sobretudo, pela ajuda com a mecânica da Toyota. Ao Jacinto e à sua mãe Hermínia também faço meu agradecimento pelo ‘de-comer’ oferecido lá na Estiva. Agradeço, ainda, ao Tim e ao Vandim, vigias do escritório do ICMBio, pelas prosas e apoios durante a pesquisa de campo.

À Ieda e família, e ao bar da Ieda, sou grata pelas prosas regadas a chimarrão e cerveja. Agradeço o carinho! Aproveito para agradecer aos amigos e amigas que ali no Bar da Ieda conheci: Flavinho, Toinha, Marilene e Remo. Ao Remo, agradeço ainda pela ida à casa de Samu.

Às irmãs Campos – Damiana, Daiana e Diana – agradeço a amizade, as festas, as cervejas e as prosas. A Damis agradeço principalmente pela ajuda oferecida num momento especial.

À Funatura agradeço a hospedagem inicial. Ao ICMBio agradeço a hospedagem, bem como todo apoio oferecido para a realização dessa pesquisa. À prefeitura municipal de Chapada Gaúcha também devo meus agradecimentos ao apoio ofertado. Ao Instituto Biotrópicos agradeço a foto cedida, bem como a oportunidade de acompanhar algumas idas a campo para a instalação de armadilhas fotográficas e captura de felinos.

A Samu, dona Ló, Zezão, Lena, Milena, Róso, Maria Cardoso, Raimundo e Tani agradeço pela confiança, pelas prosas, pelas risadas, pelos ‘de-comer’, por aceitarem minha presença e minha pesquisa. Agradeço ainda os ensinamentos! Ao ‘povo do Cajueiro’ e ao ‘povo da Estiva’, especialmente à dona Hermínia, agradeço as prosas, cafés e atenção. Pelo mesmo motivo agradeço aos Paçoca, principalmente a Tónico Paçoca e família.

Da Chapada para o mundo: Camila Medeiros e Ana Carneiro, as antropólogas, agradeço a acolhida em campo, quando lá já estavam para os seus campos. Obrigada pelas conversas, cervejas, pousos e ajudas em diversas situações. Agradeço ao Kolbe e à Camila o convite, no momento da nossa chegada, minha e da Nani, para o casório mais famoso da Chapada Gaúcha!

Do México para Campinas. De Campinas para Chapada: Agradeço à Perla Fragoso e ao José Manuel Flores pelas adoráveis companhias durante um período da pesquisa de campo. Sou grata ainda pelas fotos, das quais algumas estão nesta tese, bem como as leituras do texto de qualificação.

De São Carlos: Meus sinceros agradecimentos aos amigos e às amigas do grupo de pesquisa Terra, Trabalho, Migração e Memória, coordenado pela professora Maria Aparecida de Moraes Silva e pelo professor Rodrigo Constante Martins, que se fizeram sempre presentes: Bia, Juliana, Adriana, Ocada, Rodrigo, Stela, Claudirene. À Bia agradeço pela companhia ao longo da escrita, ora por MSN, ora pessoalmente. Sou grata, ainda, pela cuidadosa leitura da versão final desta tese.

Ao Cláudio Pepino agradeço por me emprestar a metade que lhe cabia daquele latifúndio – a Toyota –, bem como a ajuda com os mapas.

Em Nova Odessa: à família da Academia Kyōdo-Kai – Renata, Marina, Elizete, Daniel e Tarô – agradeço o apoio e incentivo de sempre.

A Pituxa e Boni sou grata pela alegria de todos os dias.

Por viver muitos anos dentro do mato
Moda ave
O menino pegou um olhar de pássaro –
Contraiu visão fontana.
Por forma que ele enxergava as coisas
Por igual
Como os pássaros enxergavam.
As coisas todas inominadas.
Água não era ainda a palavra água.
Pedra não era ainda a palavra pedra.
E tal.
As palavras eram livres de gramáticas e
Podiam ficar em qualquer posição.
Por forma que o menino podia inaugurar.
Podia dar às pedras costumes de flor.
Podia dar ao canto formato de sol.
E, se quisesse caber em uma abelha, era
Só abrir a palavra abelha e entrar dentro dela.
Como se fosse infância da língua.

Manoel de Barros

RESUMO

O fulcro desta tese é desvelar as transformações nos usos do território que compuseram ‘o Gerais’ em Sertão do IBAMA, como nomeio a nova territorialização. Para tanto, apresento a etnografia realizada com o vaqueiro Samuel Borges do Santos, mais conhecido como Samu, no noroeste mineiro, onde foi implantado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Busco como ponto de partida desta travessia etnográfica responder à seguinte questão: como descrever a dinâmica da relação entre Samu e os gestores do parque, sobre o uso da terra, da forma como é vivida pelo vaqueiro? Samu, como protagonista dessa etnografia, justifica-se por ser ele figura emblemática das transformações ocorridas naquele território: num primeiro momento como agregado de uma fazenda pecuarista, posteriormente proprietário de terra e, atualmente, morador de parque. Diante desse cenário, várias foram as temporalidades descortinadas pelo vaqueiro – temporalidades que se apresentaram imbricadas. A partir do cruzamento dessas temporalidades, desvelou-se um modo de vida regido por uma ética camponesa, bem como o valor econômico e social do ‘mexer com criação’, que se encerra na homologia entre o vaqueiro e o gado bovino e eqüino. Os tempos de outrora em seu entrelaço com os novos tempos trouxe à luz, ainda, a transferência do modelo de relação que Samu desenvolvia com seus patrões para a sua relação com o IBAMA, como forma de resistência para se manter junto à terra, a despeito das vestes apertadas que revestem ‘o Gerais’.

Palavras - chave: Vaqueiro, Parque Nacional – Grande Sertão Veredas, Temporalidades, Territorialidades, Campesinidade

ABSTRACT

UNDER THE ATTIRE OF SERTÃO VEREDAS, THE GERAIS. 'Mexer com criação' in the sertão do IBAMA (backlands of IBAMA)

The fulcrum of this thesis is to uncover the changes in the territory that formerly composed formerly the 'Gerais' and which became the "*Sertão do IBAMA*", which is how I call the new territoriality. To this end, I present the ethnography of Samuel Borges dos Santos, a cowherd known as Samu. As the starting point of this ethnographic journey I seek to answer the following question: How to describe the dynamics in the relationship between Samu and the Park managers and their distinct ways of using the land, and how is this relationship experienced by the cowherd? Samu is the protagonist of this ethnography, since he is emblematic of the changes that affected the country: first, as a sharecropper in a cattle farm, then as a landowner, and currently as a Park resident. Against this background, Borges narrative has shown several intertwined temporalities. The intersection of these temporalities has unveiled a way of life ruled by a peasant ethics as well as the economic and social values attached to "dealing with cattle" (*mexer com criação*). These values can be seen in the relationship between the cowherd and the cattle. The old days, in his intertwining with the new times, have also brought to light the transfer of the relationship model that ruled Samu's relationship with his old bosses into his new relationship towards IBAMA. We see this transfer as a form of resistance through which Samu tries to stay in the backlands despite the tight Park clothes that now constrain the 'Gerais'.

Keywords: Cowherd, National Park – Grande Sertão Veredas, Temporality, Territoriality, Peasantry

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

I – Calendário	
Calendário Bovino. Fonte: Pesquisa de Campo. Carmen S. Andriolli, 2010	168
II – Croqui	
Croqui 1. O Parque: Córregos, Rios e Veredas. Modificado de Funatura, MMA, 2004. Carmen S. Andriolli, 2011.	23
Croqui 2. Casa de Samu. Carmen S. Andriolli, 2010	69
III – Diagramas	
Diagrama 1. Primeira apartação: separar gado de um dos do outro. Fonte: Pesquisa de Campo. Carmen S. Andriolli, 2010	170
Diagrama 2. Segunda apartação: separar vacas e bezerros. Fonte: Pesquisa de Campo. Carmen S. Andriolli, 2010	171
IV – Estratagema	
Estratagema Tempo das Águas – Tempo da Seca. Fonte: Pesquisa de Campo. Carmen S. Andriolli, 2010	115
V – Genealogia	
Genealogia – Samuel Borges dos Santos	59
VI – Figura	
Figura 1. Documento enviado por Raimundo ao IBAMA discordando da proposta realizada pelo referido órgão governamental. Fonte: ICMBio, Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Pesquisa de Campo. Carmen S. Andriolli, 2010	195
VII – Fotos	
Foto 1. Varanda da casa. José Manuel Flores, 2010	77
Foto 2. Lateral da casa. José Manuel Flores, 2010	77
Foto 3. Botinas e garrações. Perla Fragoso, 2010	77
Foto 4. Chapéus. Perla Fragoso, 2010	77
Foto 5. Onça preta (<i>Panthera onça</i>) capturada no Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Arquivo - ONG Biotrópicos, 2010	90
Foto 6. Samu abrindo a cerca para adentrar ao brejo. Carmen S. Andriolli, 2009	123
Foto 7. Vargem. Carmen S. Andriolli, 2009	123
Foto 8. Carrasco. Carmen S. Andriolli, 2009	123
Foto 9. Vaca: Raposinha. Cor: azulêga. Carmen S. Andriolli, 2010	146
Foto 10. Vaca: Estrelinha. Cor: roxa. Carmen S. Andriolli, 2010	146
Foto 11. Vaca: Mocinha. Cor: baia misturado, meio malhado. Carmen S. Andriolli, 2010	146
Foto 12. Vaca: Olho Preto. Cor: Amarela. Cor do bezerro: amarelada. Carmen S. Andriolli, 2010	146

Foto 13 Barrete e Retinto. Carmen S. Andriolli, 2010	150
Foto 14. Samu tocando carro de boi. José Manuel Flores, 2010	150
Foto 15. Samu carreando carro de boi. José Manuel Flores, 2010	151
Foto 16. Dona Ló e seu irmão Nizão. José Manuel Flores, 2010	151
Foto 17. Barrete e Retinto. Carmen S. Andriolli, 2010	152
Foto 18. Samu. Carmen S. Andriolli, 2010	152
Foto 19. Da manga para o curral. Carmen S. Andriolli, 2010	155
Foto 20. Touro Azulão. Perla Fragoso, 2010	156
Foto 21. Chiqueiro dos bezerros. Carmen S. Andriolli, 2010	156
Foto 22. Pear. Vaca Estrelinha. Cor: Roxa. Perla Fragoso, 2010	157
Foto 23. Cumplicidade com o bezerro. Perla Fragoso, 2010	157
Foto 24. Ordenha. Vaca Estrelinha. Carmen S. Andriolli, 2010	158
Foto 25. Samu ordenhando a Vaca Teté. Carmen S. Andriolli, 2010	158
Foto 26. Pear. Vaca Pretinha. Carmen S. Andriolli, 2010	159
Foto 27. Ordenha. Vaca Mocinha. Cor baia misturada meio malhada. Carmen S. Andriolli, 2010	159
Foto 28. Balde. José Manuel Flores, 2010	160
Foto 29. Ordenha. Vaca Malhada. Carmen S. Andriolli, 2010	160
Foto 30. Vaca Raposinha. Cor: azulega. Carmen S. Andriolli, 2010	161
Foto 31. Bezerros desmamados na manga. Carmen S. Andriolli, 2010	161
Foto 32. Bovinos no curral. Touro Azulão e Vaca Teté. Carmen S. Andriolli, 2010	162
Foto 33. Abrindo ‘chiqueiro dos carneiros’. Carmen S. Andriolli, 2010	162
Foto 34. Abrindo o curral. Carmen S. Andriolli, 2010	163
Foto 35. Gado saindo do curral. Carmen S. Andriolli, 2010	163
Foto 36. Samu chama os porcos para comer. Carmen S. Andriolli, 2010	164
Foto 37. Lateral da casa. Porcos se alimentam. Carmen S. Andriolli, 2010	164
Foto 38. ‘De-comer’ para as galinhas e perus. Carmen S. Andriolli, 2010	165
Foto 39. Comida para a ‘galinha-do-bico-quebrado’. Carmen S. Andriolli, 2010	165
Foto 40. Gado na vargem. Carmen S. Andriolli, julho de 2010	166
Foto 41. Samu, Elena, Ló, Tani e Raimundo. Ponte do Rio Preto. Carmen S Andriolli, 2009	191
Foto 42. Róso. Carmen S. Andriolli, 2010	191
Foto 43. Zezão, Elena, Milena e Nizão. Casa de Zezão. Carmen S. Andriolli, 2010	191
Foto 44. Casa de Raimundo (Frente). Carmen S. Andriolli, 2010	192
Foto 45. Raimundo e Tani. Cerca e, ao fundo, brejo. Carmen S. Andriolli, 2010	192
Foto 46. Tani fazendo beju na casa de Farinha. Carmen S. Andriolli, 2010	192

VIII – Mapas

Mapa 1. Localização do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Fonte: IBAMA	21
Mapa 2. Localização das residências no ‘parque velho’	25
Mapa 3. Trajeto percorrido da sede do ICMBio à casa de Samu. Localizações e trajeto obtidos através de GPS. Dados organizados em mapa por Edson Bolf, 2010	68
Mapa 4. Área percorrida pelo gado da Família Carneiro e de Samu. Fonte: Localizações obtidas através de GPS. Dados organizados em mapa por Edson Bolf, 2010	112

Mapa 5. Perímetro das propriedades de Samu, Zezão e Raimundo. Localizações obtidas no levantamento planialtimétrico, como parte do levantamento sócio-econômico realizado pela Funatura e IBAMA, 2000. Dados organizados em mapa por Edson Bolf, 2010	119
Mapa 6. Organização do espaço de morada e roçado no ‘tempo dos Carneiro’. Percorso realizado na propriedade de Samu. Localizações obtidas através de GPS. Dados organizados em mapa por Edson Bolf, 2010	122

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

BIOTRÓPICOS	Instituto de pesquisa em vida silvestre
EMATER-MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
PARNA	Parque Nacional
PARNA GSV	Parque Nacional Grande Sertão Veredas
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UC	Unidade de Conservação

LEGENDA

‘Aspas simples’	Forma nativa de falar. Por exemplo: ‘rompeu’, ‘para modo de’
— Travessão “aspas duplas”	Frase exata dita pelo vaqueiro e/ou vizinhos e registrada em diário de campo. Por exemplo: —“Entra para dentro, compadre”
<i>Itálico</i>	Forma do ICMBio ou Funatura nomearem algo/alguém. Por exemplo: <i>moradores, criadores de gado</i>
Caixa de texto	Trechos de entrevistas gravadas
(...)	Subtração de trecho transcrito
[]	Significado da expressão nativa ou menção a palavra nativa proferida em frase anterior ao trecho transcrito
Calibri	Forma Roseana de escrever. Por exemplo: tempo-das-águas

PESQUISA DE CAMPO

Pesquisa de Campo	Períodos
Pesquisa exploratória	9 a 16 de Fevereiro de 2007
1°. Campo	Julho a Agosto de 2008
2°. Campo	Outubro a 10 de Dezembro de 2008
3°. Campo	27 de Dezembro de 2008 a Setembro de 2009
4°. Campo	Outubro de 2009 a 10 de Dezembro de 2009
5°. Campo	9 a 15 de Julho de 2010

SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO</u>	1
A TRAVESSIA PELO GERAIS – OBJETIVOS	3
As pedras em meio à travessia	7
A TRAVESSIA EM QUADROS	13
CAMPEANDO O NOROESTE MINEIRO	17
O Parque Nacional Grande Sertão Veredas	19
O Gerais e os geraizeiros: alguns olhares	29
O Vão dos Buracos, o Santa Rita e o Alto Carinhanha	37
<u>PRÓLOGO</u>	47
PRIMEIRAS ESTÓRIAS SOBRE O VAQUEIRO SAMU	49
<u>QUADROS</u>	61
ETNOGRAFIA NA VARANDA	63
‘HISTÓRIA VELHA QUE O POVO CONTAVA’	89
DE ‘NINGUÉM FICAVA DESAGALHADO’ A ‘VIVER DO COMPRA’	105
‘Tempo dos Carneiro’	109
‘Vendi pêlo de boi’	127
‘MEXER COM CRIAÇÃO’	135
‘Mexer com criação’: o trabalho da ordenha	155
ENTRE A ‘CHEGADA DO PARQUE’ E A ‘LEI DO PROMOTOR’	173
<u>NOTA FINAL</u>	189
Referências Bibliográficas	199
Referências Eletrônicas	205
Referências Audiovisuais	207
Anexos	209

APRESENTAÇÃO

A TRAVESSIA PELO GERAIS - OBJETIVOS

Vimos pelo Urucúia. Rio meu de amor é o Urucúia. O chapadão – onde tanto boi berra. Daí, os gerais, com o capim verdeado. Ali é que vaqueiro brama, com suas boiadas espatifadas. Ar que dá açôite de movimento, o tempo-das-águas de chegada, trovoada trovoando. Vaqueiros todos vaquejando. O gado esbravaçava. A mal que as notícias referiam demais a cambada dos Judas, aumentável, a corja! —“A quantos?” — eu pondo meu perguntar. —“Os muitos! Uma monarquia deles...” — os vaqueiros respondendo. (Riobaldo em Grande Sertão: Veredas, p. 89.)

Esta tese visa a apresentar a etnografia realizada com o vaqueiro Samuel Borges do Santos, mais conhecido como Samu, no noroeste mineiro, onde foi implantado o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Busco como ponto de partida desta travessia etnográfica responder a seguinte questão: como descrever a dinâmica da relação entre Samu e os gestores do parque, sobre o uso da terra, da forma como é vivida pelo vaqueiro? Ancorada nesta pergunta, o fulcro desta tese é desvelar as transformações sobre os usos do território que compuseram o Gerais em Sertão do IBAMA, como nomeio a nova territorialização¹.

Enquanto vaqueiro, mas antes ‘povo do Rio Preto’ como Samu se autoneia, o direito ao uso da terra foi sendo reestruturado ao longo de sua vida: num primeiro momento como agregado de fazendas pecuaristas, em seguida como proprietário de terra escriturada e, posteriormente, como morador de um parque nacional. Diante desse cenário, várias foram as temporalidades descortinadas por Samu – temporalidades que se apresentaram imbricadas.

Atualmente, como morador de um parque nacional, Samu mantém seu direito de usar a terra, a despeito da legislação ambiental que rege a unidade de conservação, acionando algumas dessas temporalidades e, dessa forma, transportando para os gestores do parque o relacionamento que tivera com seus ex-patrões quando ainda era agregado das fazendas pecuaristas. O ‘tempo dos Carneiro’ – o tempo do patrão – remete ao ‘tempo dos antigos’, ao tempo da ‘fatura’, do ‘movimento’ e da ‘liberdade’, bem como ao tempo do ‘direito de criar’. Tais categorias nativas reportam-se a uma ética camponesa² que vigorava naquele território e que o compunha como Gerais, bem como se referem às categorias teóricas reciprocidade, honra e, especificamente no caso de Samu, por ser vaqueiro, à liberdade. Outras

¹ Cf. Oliveira, 1999.

² Cf. Woortmann, 1987.

temporalidades, por sua vez, se apresentam no Gerais revelado por Samu: a ‘chegada do parque’, o ‘tempo do viver do compra’, do ‘viver apertado’ e a ter que ‘pedir permissão’. Nesse cruzamento de temporalidades, o Gerais aos poucos foi sendo revestido pelo Sertão do IBAMA (cf. seções 3 e 5).

Para compreender este panorama, a travessia etnográfica percorre dois objetivos específicos.

1) Compreender que a relação que o vaqueiro estrutura com os seres não-humanos e que remete a uma hierarquia dos não-humanos é homóloga às relações vigentes entre os humanos. Em outras palavras, por um lado os seres não-humanos são sujeitos, têm nomes, horário para comer, cuidados especiais, afetos, têm seu espaço e tempo respeitados e se inserem numa sociabilidade traduzida na categoria nativa ‘nação de gado’. Ademais, há a relação de valentia estabelecida entre vaqueiro e os animais de montaria, uma relação que se finda na domaço do animal chucro seguida pela transformação daquele em companheiro de estrada e em defensor de seus interesses. Por outro lado, há o relacionamento com as aves domésticas, cabritos e porcos, que também recebem cuidados especiais, muito embora não sejam nominados. Os cachorros, por sua vez, subordinados aos mandos e desmandos do vaqueiro, bem como aos enfrentamentos que a tropa – vaqueiro, gado, animal de montaria e cachorro – deve vencer contra os bichos do mato, recebem um tratamento menos afetuoso do que aves domésticas, cabritos e porcos. No entanto, são nominados. Portanto, existe um estreito laço entre Samu e os não-humanos; o vaqueiro aparece, pois, como continuidade de um vasto meio ao mesmo tempo natural e social³. Entretanto, há uma hierarquia dos não-humanos que revela, sobremaneira, uma relação homóloga entre vaqueiro e dois tipos de não-humanos: os gados bovino e eqüino; uma homologia entre esse relacionamento e as relações sociais, isto é, entre humanos. Descortinar essa homologia entre vaqueiros/seres não-humanos e humanos/humanos, bem como a hierarquia que as perpassa, se faz importante para a compreensão do valor econômico e social do ‘mexer com criação’, que com o parque vem sendo interditado (cf. seções 2 e 4).

2) Aprender, no contexto atual da vida de Samu, como a lógica de pensamento do vaqueiro – seu prestígio, respeito e liberdade que outrora o diferenciavam socialmente e

³ Candido, 2001.

determinavam sua relação com o patrão – foi aplicada por ele a sua relação com os gestores do parque. Dito de outra forma, mostrar que a relação que o vaqueiro estabelecia com o patrão de outrora, o respeito à ordem social da fazenda que lhe proporcionou o ‘direito de criar’, foi transferida pelo vaqueiro para sua relação com os gestores do parque⁴. Samu, enquanto vaqueiro, atendia as regras do patrão, era-lhe leal e dele recebia respeito e autorização para criar seu gado em terras do patrão. Atualmente, Samu atende as ‘leis do IBAMA’ e, igualmente, recebe autorizações. Samu transferiu o modelo de relação que tinha com seu patrão para sua relação com os gestores do parque, incluindo a essa relação todas as ambigüidades que perpassavam a relação de outrora. Aqui, pois, se finda a travessia, que foi percorrida a partir de um único espaço: a varanda da casa do vaqueiro Samu. (cf. seções 1, 2 e 5)

Ali, na varanda, sentados, parados, analogamente ao atual estado de vida de Samu, como ele mesmo analisa, desenrolamos nossas prosas. Ao longo de catorze meses de pesquisa de campo, por duas ou três vezes por mês, dividi o espaço da varanda com Samu, sua esposa e seus vizinhos para cumprir com o acordo que estabelecera com ele no início dessa travessia: buscá-lo todo mês em sua casa para levá-lo a Chapada Gaúcha-MG, onde o vaqueiro recebe sua aposentadoria. No trajeto de aqui para acolá, as temporalidades se revelaram e deram corpo à travessia. Sentados, dispersos à varanda, as temporalidades descortinadas pelo trajeto Vereda do Barbatimão-Chapada Gaúcha ganhavam novas cores, novos traços por meio da relação de Samu com a criação, bem como com seus vizinhos. O cenário foi aos poucos sendo pintado pelos tempos que se cruzam no processo social que há 21 anos o vaqueiro vivencia: o Gerais de outrora se revela como o Sertão do IBAMA; o Gerais traça vestes apertadas (cf. seções 1 e 5).

⁴ Nesse sentido, minha intenção neste estudo não é tratar do ofício de vaqueiro, sua relação de trabalho com o patrão ou sua cultura política. Se o interesse for por esses temas, ver, por exemplo: Ribeiro, 1997 e Nascimento, 2008.

As pedras em meio à travessia

No início, essa travessia percorreu caminhos que se mostraram pedregulhentos. Com o objetivo de realizar uma etnografia com as famílias que ainda não tinham recebido a indenização por suas terras com a implantação do parque, e, nesse cenário, analisar suas estratégias de resistência ao uso da terra, a despeito das leis ambientais que regem uma unidade de conservação, parti para o sertão mineiro em fevereiro de 2007. Nesse primeiro momento, o intuito era realizar um pré-campo, haja vista que acabara de ingressar no doutorado. Antes de romper para o sertão, fiz contato com a Funatura⁵ – Fundação Pro-Natureza – co-gestora da unidade de conservação ao lado do ICMBio⁶ – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Procurava saber como chegar ao parque. O coordenador de pesquisa à época explicou-me as duas formas possíveis: ir direto a Chapada Gaúcha-MG, onde se localiza o escritório do ICMBio e lá pedir autorização para visitar a unidade de conservação, ou ir a Formoso-MG, seguir para o Assentamento São Francisco e neste conseguir algum caronista que me indicasse o caminho até Chapada Gaúcha, trajeto que percorre uma estrada estadual que corta parte do perímetro do parque. Essa segunda alternativa soou-me mais interessante diante da justificativa apresentada pelo coordenador: teria a oportunidade de conhecer o local para onde foram reassentados os posseiros que viviam em áreas onde foi implantado o parque, bem como um pouco do perímetro da unidade de conservação. Aconselhou-me, ainda, que no Assentamento São Francisco procurasse por dona Nica.

Chegando a Formoso-MG, bastou pedir uma informação para alcançar o assentamento. Neste, por outro lado, foi difícil chegar à casa de dona Nica. As cercas dos lotes eram visíveis, as casas não; entre a cerca e a casa havia cerrado. Após rodar um pouco pelas areias brancas das ‘rodagens’, encontrei um senhor que caminhava por elas: seu Tasso. Com um sorriso largo, exibindo um dente de ouro no canto da boca, bem aprumado, chapéu e botina, disse que sabia onde era Nica se eu o levasse para lá também, pois este era seu rumo. Neste momento, senti o tratamento afável da região, porém brincalhão.

⁵ Organização não-governamental que iniciou estudos na área e sugeriu a implantação do parque nacional.

⁶ ICMBio foi desmembrado do IBAMA em 2007. Responsabiliza-se pela gestão das unidades de conservação federais, enquanto o IBAMA pela fiscalização e licenciamento ambiental.

Na casa de dona Nica, expliquei que estava de passagem pelo assentamento, pois meu rumo era conhecer o povo que mora no parque. — “Parque? Lá não tem mais nada, moça.” — respondeu dona Nica. Perguntei sobre as famílias proprietárias de terras que ainda não receberam a indenização. — “Moça, ninguém recebeu o dinheiro! Recebemos esses lotes aqui que ainda temos que pagar.” — replicou dona Nica. Mas tem gente que ficou?, insisti, — “Só uns com mais de 300 anos!” — brincou seu Tasso.

Por ali fiquei três dias. Durante minha estada, conheci algumas pessoas que pela casa de dona Nica passaram; conheci outras porque seu Tasso levou-me até elas. Alguns vizinhos de cerca, outros mais acolá, muitas prosas no ‘rabo do fogão’, regadas a ‘café coado no saco e beiju de minha irmã’ – trocadilho que fazem para soar como beijo de minha irmã. Passados os três dias, segui para Chapada Gaúcha-MG ‘pela rodagem que corta o parque’ na companhia de três pessoas que para lá também iam. Uma delas eu voltaria a encontrar no ano seguinte – o guarda-parque Antônio Buracudo.

Nesse trajeto vi apenas areião⁷ e cerrado. ‘Tempo das águas’, estradas com grandes poças d’água, que num momento nos fizeram atolar. Estávamos em um carro baixo. Durante duas horas tentamos ‘limpar a estrada das águas’ para ‘despregar o carro’. Esforço feito em vão. O jeito era esperar o ‘ônibus para o assentamento’ passar ou, caso tivéssemos sorte, algum outro automóvel. De repente, um moço com um menino num carro de boi. Tivemos sorte! Com muita disposição amarrou sua parelha de bois para puxar nosso carro. A corda arrebentou duas vezes. Foi trabalho de uma hora até que conseguimos ‘despregar o carro’. Agradei. Pensei em retribuir, mas não sabia de que forma tal gesto seria recebido. Antônio Buracudo, um dos caronistas, de forma suave me disse — “Dá um agrado para ele!”. Fiz. Ele rejeitou enfaticamente por duas vezes. Depois aceitou.

Na Chapada Gaúcha, procurei o escritório do ICMBio. Estava fechado, porém Sebastião, guarda-parque, estava no jardim da sede do órgão governamental e me informou que a gestora⁸ voltaria a atender às 14h. Retornei no horário. Sebastião ainda estava por lá. Proseamos um pouco e ele me disse que era posseiro, mas como o ‘parque chegou’ teve que sair. Mora num assentamento em Arinos-MG, município próximo à Chapada Gaúcha. Em

⁷ Extensos bolsões de areia fina e branca.

⁸ Ao longo desse texto, o leitor perceberá que utilizarei algumas nomenclaturas para me referir aos funcionários dos órgãos ICMBio e Funatura. Quando usar o termo *gestor/a* refiro-me especificamente ao analista ambiental do ICMBio nomeado por esse órgão governamental como gerente da unidade de conservação. Quando usar o termo *gestores* a menção se fará aos funcionários dos órgãos ICMBio e Funatura.

seguida, a gestora adentrou o escritório e me chamou em sua sala. Expliquei o propósito da minha presença: a realização da pesquisa com os proprietários de terra em áreas onde o parque foi implantado. Proferiu o aceite⁹, que veio acompanhado de uma recomendação: que eu retornasse com um carro traçado (carro 4x4), porque as estradas do parque eram péssimas, não tinham sinalização, tampouco forma de se comunicar com a Chapada Gaúcha ou outro lugar. Salientou ainda que devido a esse contexto exigia que eu estivesse a todo tempo acompanhada por um funcionário do órgão. Em seguida, finalizou sua fala com a frase *Mas lá não tem quase ninguém! Só um ou outro que não quis sair, mas logo logo nós tiraremos eles de lá!*

A forma assustadora como me foi apresentado o parque – não tem sinalização, comunicação, é cheio de areião e buracos –, além da maneira hostil usada pela gestora para se referir à população me preparou para encontrar um sertão muito perigoso com pessoas desconfiadas e arredias. Igualmente, a forma como dona Nica e seu Tasso se referiram àqueles que permaneceram me levaram a imaginar a área configurada como parque sem a presença humana. A despeito do cenário que me era narrado, insisti no objetivo da pesquisa que me propunha realizar.

Em julho de 2008, após concluir as disciplinas do doutorado, voltei para Chapada Gaúcha para participar do VII Encontro dos Povos do Grande Sertão Veredas, idealizado pela Funatura, mas atualmente organizado pela prefeitura do município. Após participar das festividades, contatei novamente a gestora responsável pela administração do parque, que neste momento se configurava em outra pessoa. Meu intuito era iniciar contato com as famílias residentes na área configurada como parque ao longo dos quinze dias que por ali ficaria. Ainda sem automóvel adequado, aceitei a proposta da funcionária do ICMBio: ir até os moradores do parque de carona com os funcionários do órgão governamental ou com outros pesquisadores que por ali estivessem. Sem alternativa, aceitei a sugestão.

Ao longo desses quinze dias conheci algumas das poucas famílias que residem na área configurada como parque no que tange ao seu perímetro mineiro. As distâncias entre uma e outra eram largas; cinquenta quilômetros, no mínimo, tinham que ser percorridos pelas ‘rodagens’ que cortam os cerrados, carrascos e veredas da área configurada como parque. A desconfiança dessas famílias, expressada em seus olhares ao verem uma estranha chegar a

⁹ O aceite para a realização de pesquisa em unidades de conservação federais está atrelado à liberação da licença junto ao SISBIO (Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade). De acordo com a gestora, como a pesquisa não envolvia coleta/captura de espécies da fauna ou flora, certamente seria aprovada.

suas casas no carro do ICMBio, também se apresentava como um obstáculo a romper ao longo da travessia que me dispunha percorrer. Foi nesse momento que conheci Samu, como também foi quando com ele firmei um acordo de troca diante da pergunta que me fizera nos primeiros momentos do nosso diálogo: dispus-me a levá-lo, a partir de outubro, todo mês à Chapada Gaúcha – para ele receber sua aposentadoria – e em troca ele aceitaria que eu realizasse a pesquisa com ele, conforme o leitor verá na seção 1.

Em outubro de 2008, com carro adequado, regressei ao noroeste mineiro. Hospedei-me, nesse primeiro momento, no alojamento do ICMBio. Minha intenção era visitar os moradores que conhecera anteriormente e pedir para me hospedar em suas casas por alguns dias. Dessa forma, visava a acompanhar o dia-a-dia dessas famílias para então compreender suas estratégias de resistência ao uso da terra, muito embora as proibições advindas com a implantação do parque.

Deste mês até março de 2009, fui à casa de Samu, bem como à dos demais moradores que fizera contato anteriormente, além de conhecer outros que vivem na área baiana do parque. Tanto as distâncias, quanto a desconfiança dos moradores sobre minha hospedagem em suas casas, principalmente porque o ‘parque novo’ chegara há poucos anos e o ‘parque velho’ tinha desapropriado alguns de seus *moradores*, como o leitor verá adiante, me impulsionavam para desistir de uma linha etnográfica. Em relação à Samu, mesmo cumprindo o acordo verbal de levá-lo todo mês a Chapada Gaúcha, certa recepção arredia se expressava em suas condutas para comigo. O fato de estar acompanhada por um funcionário do órgão governamental, bem como de buscar entendimentos sobre como ele vivia ali a despeito das proibições sobre o uso do solo fortaleciam essa sua conduta. Samu não me oferecia brechas para lhe perguntar se poderia me hospedar por ali. Em outros tempos, pesquisadores já tinham se alojado em sua propriedade, lhe perguntado sobre a terra, os remédios do mato, os bichos e, em seguida, o ‘parque velho chegou’. Fazer questões remetia a respostas curtas e desprendidas de significado. Atrelado a este cenário, estar hospedada no alojamento do órgão ambiental sugeria algum vínculo com a administração. Decidi, então, mudar a estratégia da pesquisa.

Primeiramente, aluguei uma casa na penúltima rua da Chapada Gaúcha, rumo às comunidades rurais Vão dos Buracos e Ribeirão de Areia, bem como ao distrito de Serra das

Araras¹⁰. Uma casa simples, rua de terra, sem muros, apenas com cercas de arame. Meus vizinhos, em sua maioria, eram do Ribeirão de Areia e se mudaram para a ‘vila’ devido à facilidade de acesso à escola e ao posto de saúde, muito embora mantivessem seus roçados no Ribeirão. As crianças, muitas, de todas as idades, corriam de um quintal para o outro. Era corriqueiro vê-las passar na soleira da porta de minha casa.

Posteriormente, incentivada pelo professor Mauro Almeida, resolvi centrar-me em uma única unidade doméstica diante das dificuldades apresentadas: longas distâncias, desconfiança e dificuldade para me hospedar nas casas dos *moradores do parque*. Resolvi, sobretudo, adotar uma nova postura de pesquisa: observar mais do que falar; deixar que o assunto brotasse de acordo com o cotidiano, com o que estivesse acontecendo, como o leitor verá na seção **Etnografia na varanda**. Resolvi apostar para ver o que renderia.

Como havia firmado um acordo verbal com Samu, optei por centrar a etnografia com ele. Entre os meses de abril a dezembro de 2009 dirigi-me a sua casa pelo menos duas vezes ao mês¹¹. Por ali ficava por horas, proseando, ouvindo e, muitas vezes, em silêncio, apenas observando. Em alguns momentos, raros por sinal, ele aceitou me levar até os brejos onde fazia seu roçado e aos quais se referia quando falava que ali tinha sido ‘lugar de muita fartura’ em detrimento ao atual estado de ‘viver do compra’. Nesses momentos, aproveitava para fotografar, coletar dados em GPS, bem como perguntar sobre rastros de bichos que víamos ou nomes de árvores. Na varanda da sua casa, sentados, vivenciando um tempo que parecia teimar num mesmo instante – como se nada acontecera fora dali – fui-me encantando pelo modo como o vaqueiro se relacionava com a criação. Os significados intrínsecos a sua relação com os seres não-humanos foram se revelando para mim no mesmo ritmo do tempo que teimava num mesmo instante.

¹⁰ Ou seja, num bairro considerado ‘de mineiros’. Chapada Gaúcha é cortada verticalmente pela Avenida Getúlio Vargas, desde sua ligação com a estrada Formoso/Montalvânia, até seu outro extremo, que leva ao Distrito de Serra das Araras, seguido por São Francisco e Januária. Os bairros localizados mais próximos à estrada Formoso/Montalvânia, onde se localizam, por exemplo, a prefeitura, a câmara e o posto de saúde municipais, bem como o escritório do ICMBio, são considerados habitados por gaúchos. No outro extremo, os mineiros são os moradores em maioria.

¹¹ Nos outros dias, ficava em casa, escrevendo o diário de campo, fazendo leituras ou conversando com os vizinhos. Ou então rodava pela cidade. Em outros momentos me dirigia ao escritório do ICMBio. Ali conversava com a Joanhina, ajudante geral que no órgão trabalha há 10 anos. Nesses ambientes também me sentia em campo. Puxar prosa com os vizinhos ou com a Joanhina muitas vezes me esclarecia dúvidas do que observara, ouvira nas conversas com Samu.

Ao longo desses meses que convivi com o vaqueiro fui percebendo que ele concentrava em si todas as transformações ocorridas naquele território. Num primeiro momento foi agregado de fazenda pecuarista, em seguida proprietário de terra e, atualmente, morador de parque. Tive a certeza desse fato no momento em que apresentei o texto para o exame de qualificação. Percebi, então, que Samu configurava-se como uma figura emblemática do processo social que vem compondo o Gerais em Sertão do IBAMA.

Portanto, não foi uma decisão prévia realizar a pesquisa com uma única unidade doméstica; foi uma conjunção de fatores que me levou a isso. Por um lado, as grandes distâncias entre uma e outra unidade doméstica, por outro a forte desconfiança que pairava em cada casa que visitava, por último, apostar na unidade doméstica com a qual consegui estabelecer uma relação de troca logo no início da travessia etnográfica. No entanto, tenho ciência das limitações de se realizar uma etnografia nesses moldes; sei que em muitos momentos apresentarei lacunas que teriam sido preenchidas se a etnografia fosse realizada abarcando mais unidades domésticas. Por outro lado, também tenho ciência que mesmo realizando uma etnografia abrangendo várias unidades domésticas uma ou outra lacuna também se faria presente. Por isso, peço desculpas ao ‘povo do Gerais’. Mas, em agradecimento a Samu, digo que ‘antes andar à toa do que ficar à toa’, como me dizia Samu em algumas de nossas conversas. Explicava-me, ainda, que: — “Mãe falava: está vendo ao menos as coisas, está vendo, aprendendo” — e complementava: — “Antes ganhar um grão do que debulhada”.

A TRAVESSIA EM QUADROS

A tese está seccionada em 5 quadros, além da nota final. Cada quadro descreve o modo de vida do vaqueiro – o Gerais – em seu cruzamento com a nova territorialização – o Sertão do IBAMA. Não seguem uma ordem cronológica, tampouco se formam como seqüência; no entanto são complementares. Os fatos que compõem cada um desses quadros são exemplos dos muitos que pude observar e não se encerram, portanto, como a totalidade do processo social em curso.

É importante ressaltar, sobretudo que a forma como está escrito o texto sem definir, por exemplo, o que é a lei do promotor, bem como o sertão do IBAMA se estrutura como imprescindível, na medida em que tanto um como o outro não estão totalmente estruturados. Em outras palavras, estão em processo, um processo de transição do Gerais e do ‘direito de criar’ para um sertão do IBAMA e da ‘lei do promotor’. A idéia, portanto, com a forma da escrita não definidora dessas categorias nativas é justamente explicitar essa transição, esse movimento que está a acontecer. Traduz, exatamente, o cruzamento das temporalidades.

Ademais, o leitor verá que a forma de escrita desse texto foge um pouco dos padrões acadêmicos, o que foi uma escolha proposital. A intenção não foi forçar um estilo literário, tampouco me aproximar de João Guimarães Rosa, autor que tão maravilhosamente bem soube expressar em palavras o modo de vida do sertanejo, principalmente no que tange à fala. Construir o texto com falas do vaqueiro, bem como com a de sua esposa e/ou seus vizinhos encerra-se pelo o que a própria pesquisa etnográfica descortinou: a distinção Gerais/Sertão. O modo de falar do ‘povo do Rio Preto’ remete a uma temporalidade que faz daquele território o Gerais, que aos poucos foi sendo vestido por um Sertão trazido pelo parque nacional. Com esse Sertão do IBAMA um novo modo de falar também foi transportado. Palavras como desmatar, multar, irregularidade, autorização, fauna, flora, indenização dentre outras, compuseram, ao lado das proibições sobre o uso da terra, as novas vestes do Gerais. Dessa sorte, o modo de falar, assim como o apego à campesinidade, proporciona um alento ao ‘povo do Rio Preto’; por meio deles fincam-se a terra, que remete a uma ordem moral camponesa, assim como remete ao Gerais. Trazer tanto a linguagem nativa, quanto a linguagem do Sertão

do IBAMA para o texto expressa o contexto, a experiência vivida pelo vaqueiro¹². As diferentes linguagens estão relacionadas, portanto, com a vida das pessoas que a falam, com seus hábitos e atitudes mentais. São, igualmente, partes da ação e equivalentes a ações. Para citar um exemplo, o termo nativo ‘ajuda’ quando aquele território definia-se como o Gerais remetia-se à reciprocidade. Em se tratando do Sertão do IBAMA, o termo ‘ajuda’ se finda como uma relação assimétrica entre vaqueiro e os gestores do parque.

Escrever o texto tomando como base o modo de falar do ‘povo do Rio Preto’ exigiu algumas marcações com o intuito de distinguir a fala desse da fala do ‘povo do IBAMA’. Para tanto, utilizo como marcações para as falas do ‘povo do Rio Preto’ o estilo Roseano, pautado no travessão seguido por aspas duplas. É importante ressaltar que tais falas constituem-se na frase exata dita pelo vaqueiro, dona Ló e vizinhos transcrita imediatamente ao diário de campo. Em outros momentos, especificamente quando Samu, dona Ló ou seus vizinhos não estão formalmente na prosa, uso aspas simples com o intuito de indicar que aquela expressão ou palavra faz parte do modo nativo de falar. Quando se tratam de frases ou expressões utilizadas pelo ‘povo do IBAMA’, as mesmas aparecem sob a forma *itálica*. Outro recurso utilizado na forma de escrita desse texto refere-se às caixas de textos que aparecem em um ou outro momento. O conteúdo apresentado em tais caixas refere-se às falas de Samu que foram gravadas em entrevistas e transcritas. Aparecem em menor quantidade porque o gravador foi utilizado apenas no último período da pesquisa de campo. Uma última ressalva se faz necessário: o leitor perceberá que a narração do texto está em primeira pessoa do singular e diz respeito a mim, autora da tese. Quando a primeira pessoa do plural tomar conta da narração, tratar-se-á da inclusão, na cena, ou do meu acompanhante (em geral o guarda-parque Zé Preto) ou de Samu, dona Ló e seus vizinhos.

Feitas essas ressalvas, apresento como está dividida a tese.

Na seção 1, discorro sobre como a varanda da casa do vaqueiro Samu tornou-se o espaço da etnografia, e por que as conversas desenroladas tiveram como fio condutor a criação, como o vaqueiro nomeia o conjunto dos rebanhos e aves domésticas que possui. Dessa forma, apresento em quais condições a etnografia foi realizada. Como o leitor verá, o texto estará preso ao espaço da varanda, bem como às atmosferas que se formavam tanto com o tema das conversas, quanto com as intenções das pessoas que por ali estavam. Nesse

¹² Cf. Malinowski, 1935.

emaranhado, busco mostrar que a varanda transformou-se, além do espaço da etnografia, no espaço de encontro para se pegar uma carona para a cidade, como também se tornou o espaço para exercer diferentes tipos de trocas. A forma como é apresentada essa primeira seção tem a intenção, portanto, de mostrar para o leitor em quais condições a etnografia foi realizada, bem como destacar que essas condições definiram como seriam expostos os conteúdos das conversas.

Na segunda seção, apresento um diálogo entre Samu e seu vizinho Raimundo sobre uma fotografia que lhes mostrei e que remeteu a uma ‘história velha que o povo contava’. A partir dessa história uma análise sobre o modo de agir de um vaqueiro, tanto no tocante à valentia e destreza para a lida com animal de grande porte, quanto no que tange a lealdade ao patrão pôde ser realizada. Essa análise elucidou, sobretudo, pistas sobre a relação de Samu com o ‘povo do IBAMA’.

A seção seguinte, com um formato mais histórico, remete ao ‘tempo dos Carneiros’, quando o vaqueiro Samu era agregado de uma fazenda pecuarista, bem como de que forma deixou a posição de agregado e se tornou proprietário de terra. Para além desse fato, elucidado como se constituía o modelo de uso combinado de áreas de uso comum e áreas de uso de ‘direito’ sobre a terra. Ademais, procuro apresentar fatos que embasam como o vaqueiro se pauta, na sua relação com os gestores do parque, numa ética camponesa constituinte do ‘tempo dos Carneiro’ no momento em que se vê diante das interdições sobre o uso da terra que atravessam seu modo de vida.

A quarta seção tem como objetivo apresentar o que é o ‘mexer com criação’ e como esse mexer foi perdendo força com o acirramento das proibições sobre o uso da terra. Diante desse cenário, procuro ainda ressaltar as conseqüências para o modo de vida do ‘povo do Rio Preto’ o esfacelamento dessa atividade.

Na quinta seção, apresento como Samu narrou explicitamente a ‘chegada do parque’, fato que foi feito apenas no último período da pesquisa de campo. Descrevo também em qual cenário foi instituída a ‘lei do promotor’.

Para finalizar a etnografia, na nota final apresento as últimas cenas que compõem a transformação do Gerais em Sertão do IBAMA.

CAMPEANDO O NOROESTE MINEIRO

Com o intuito de facilitar a compreensão do leitor sobre o parque, bem como sobre a região na qual se situa, farei, neste momento do texto, um percurso sobre o noroeste mineiro. Primeiro farei uma parada no parque, a partir dos dados fornecidos pelo plano de manejo¹³ da unidade de conservação: quando foi implantado o parque, os motivos, como a população que naquela área morava foi descrita pelos estudos que embasaram o documento, como se encontra a regularização fundiária, quais são as *atividades conflitantes ao parque*. Em seguida, retomarei o percurso, me distanciarei da unidade de conservação com o objetivo de ampliar o foco sobre o Gerais: trarei para o leitor dados de alguns dos estudos realizados sobre o Gerais e sobre os geraizeiros, ciente de que a produção bibliográfica sobre esses temas não foi esgotada. Para finalizar o percurso, enfocarei a produção bibliográfica, na área de antropologia, dedicada ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas, bem como ao seu entorno. A partir desse trajeto, procuro mostrar como essa travessia etnográfica complementa os estudos anteriores e em que sentido inova.

¹³ De acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), artigo 2º, parágrafo XVII – “plano de manejo: documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.” <http://www.mma.gov.br/snuc>

O Parque Nacional Grande Sertão Veredas

A criação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas ocorreu em dois momentos: em 1989, com uma área de 83.364 mil hectares¹⁴, e, em 2004, quando a essa área foram englobados em torno de 147.330 mil hectares¹⁵, totalizando 230.671 mil hectares. A justificativa para a implantação dessa unidade de conservação apoiou-se em estudos realizados entre 1986 e 1988 pela Funatura na região dos grandes chapadões arenosos do Gerais, que se distribuem pelo noroeste de Minas Gerais, sudoeste da Bahia até o sul do Piauí, onde nascem e correm diversos afluentes da margem esquerda do rio São Francisco.

Na imensidão dessa região, as áreas do noroeste de Minas Gerais e do sudoeste da Bahia foram escolhidas, de acordo com tais estudos, com o objetivo de preservar essa área de Gerais – compreendendo o Gerais como uma sub-unidade do cerrado – da acelerada e desordenada ocupação agrosilvopastoril que vinha se intensificando com o baixo custo das terras na região e com o estímulo governamental à colonização dessas áreas – consideradas como vazios populacionais – bem como com o asfaltamento da BR 020, rodovia que interliga Brasília a Fortaleza. (MMA; Funatura, 2003).

O nome atribuído à unidade de conservação visava a homenagear o escritor João Guimarães Rosa por ter retratado com tamanha sensibilidade os locais, a paisagem, como também as características culturais da população, além da relação do homem com a natureza. Segundo o plano de manejo,

“As características culturais da população tradicional [expressas no livro Grande Sertão: Veredas] são a representação original da região, formadas dentro de um espaço ambiental distinto e, também, único. A união concreta e veemente destes aspectos culturais e ambientais, retratada com fidedignidade e excelência por Guimarães Rosa, deu origem ao nome do Parque, uma vez que sua área abriga claramente tais características.” (MMA, Funatura, 2003, p. 14)

¹⁴ Decreto nº 97.658 de 12/04/1989. <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109943/decreto-97658-89>

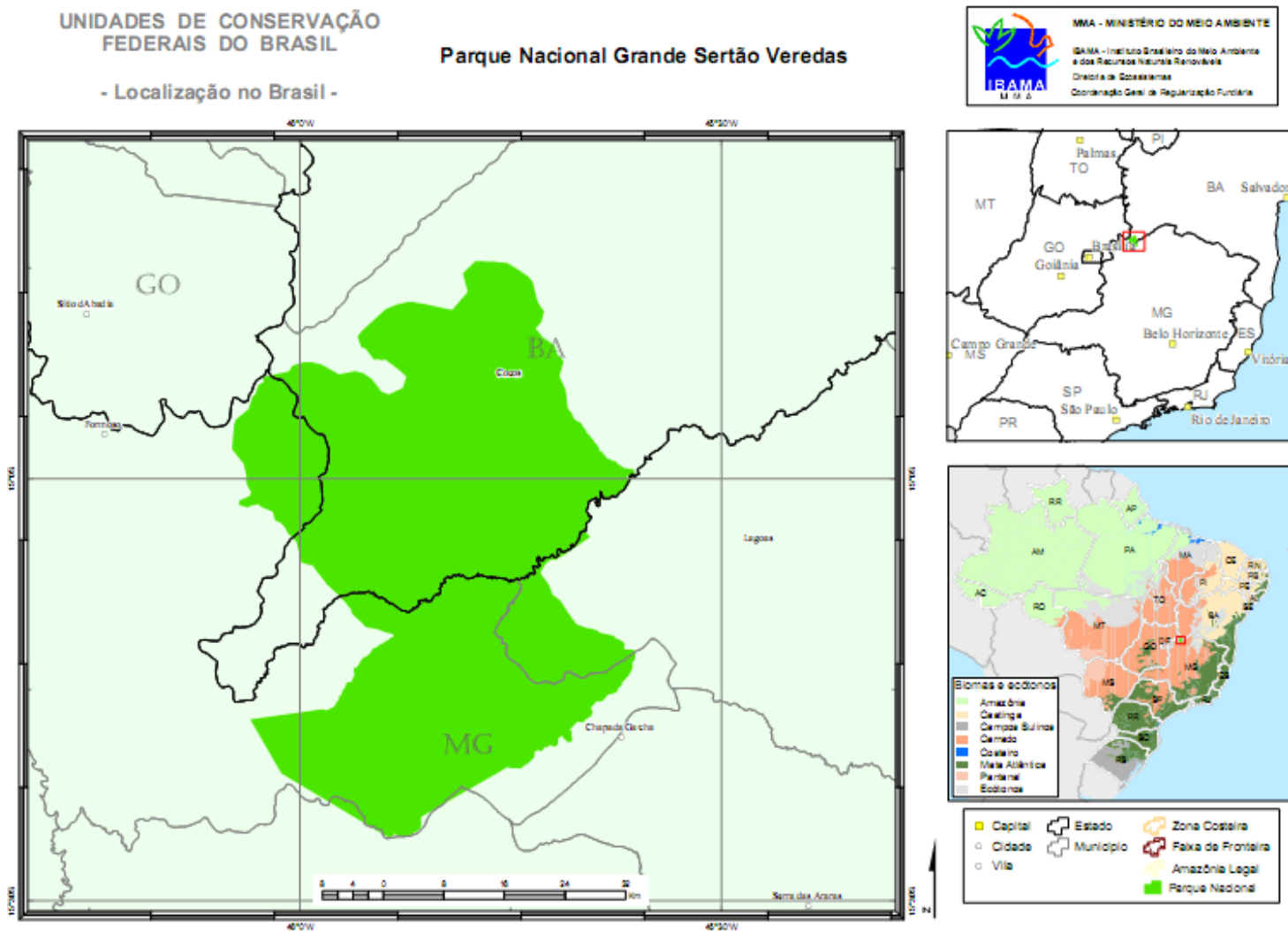
¹⁵ Decreto/04 de 21/05/2004. <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/97716/decreto-04>

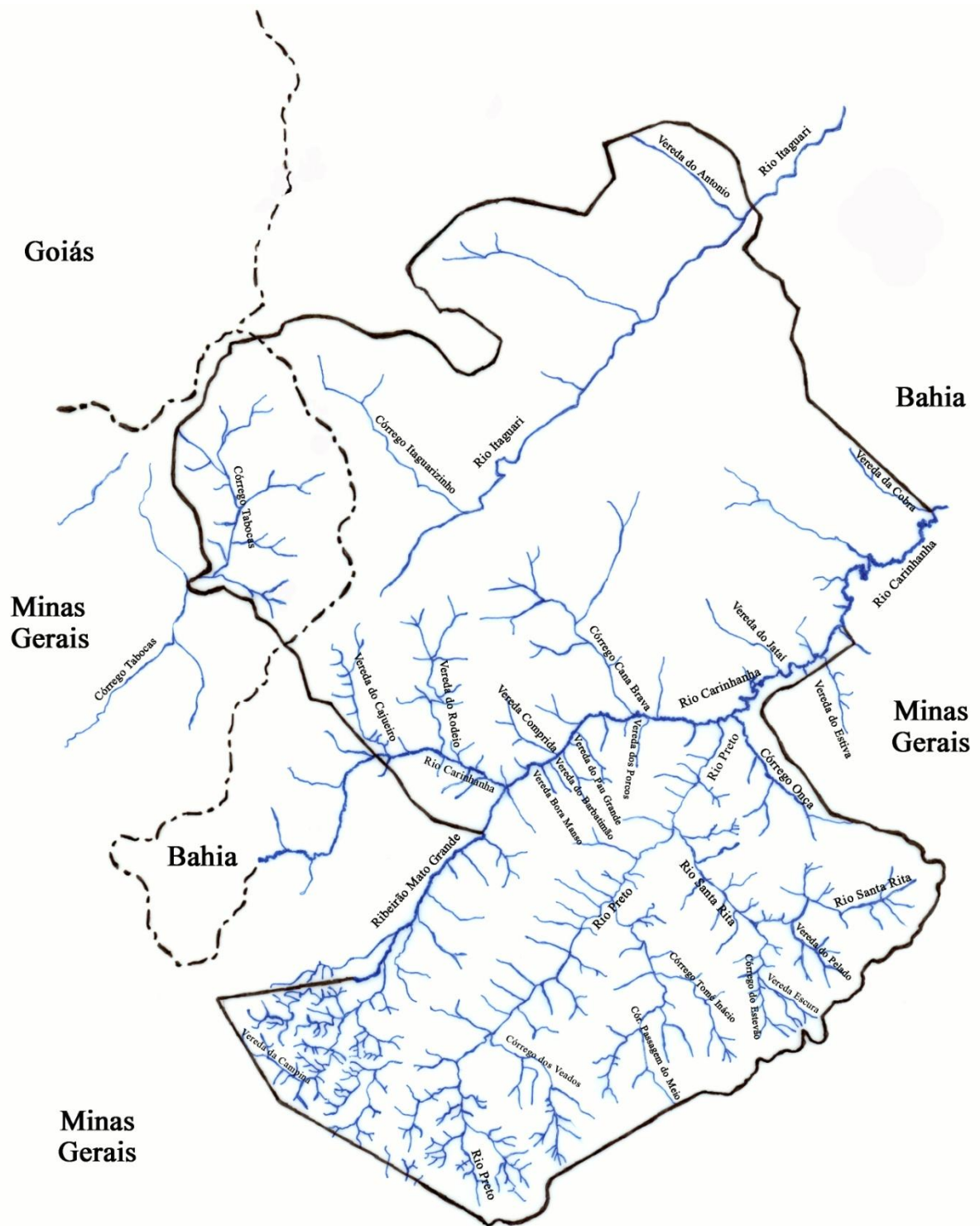
O ‘parque velho’, como é nomeada pelos *moradores* a área implantada em 1989, abrange terras dos municípios de Chapada Gaúcha, com 10% da área do seu município pertencente ao parque, de Formoso, com 20%, e de Arinos com 70%.¹⁶ Em relação ao ‘parque novo’, nomenclatura dada pelos *moradores* à área implantada em 2004, 99,3% da sua área localizam-se no município de Cocos/BA.¹⁷

¹⁶ O município de Chapada Gaúcha, antiga Vila dos Gaúchos, começou a ser povoado em 1976, com a chegada dos primeiros moradores oriundos do Rio Grande do Sul, incentivados pelo projeto PADSA, (Projeto de Assentamento Dirigido a Serra das Araras). Foi emancipado do município de São Francisco em 1995. Atualmente, possui 10.792 habitantes dos quais 5.041 residem na área rural. Possui 3,32 habitantes/km². Formoso possui 8.173 habitantes dos quais 3.000 residem na área rural. Possui 2,22 habitantes/km². Arinos possui 17.674 habitantes dos quais 6.823 residem na área rural. Possui 3,35 habitantes/km². <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

¹⁷ Cocos possui 18.182 habitantes dos quais 9.610 residem na área rural. Possui 1,79 habitantes/km². <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

Mapa 1. Localização do Parque Nacional Grande Sertão Veredas.





Croqui 1. O Parque: Córregos, Rios e Veredas. Modificado de Funatura, MMA, 2004. Carmen S. Andriolli, 2011.

De acordo com o plano de manejo, que até esse momento foi realizado apenas para a área do ‘parque velho’, nesses 83 mil hectares existiam grandes, médios e pequenos proprietários de terra e posseiros, conforme levantamento socioeconômico realizado pela Funatura entre 1997 e 1998¹⁸. Em relação à área do ‘parque novo’, os gestores atuais afirmam que devem residir cerca de 10 famílias.

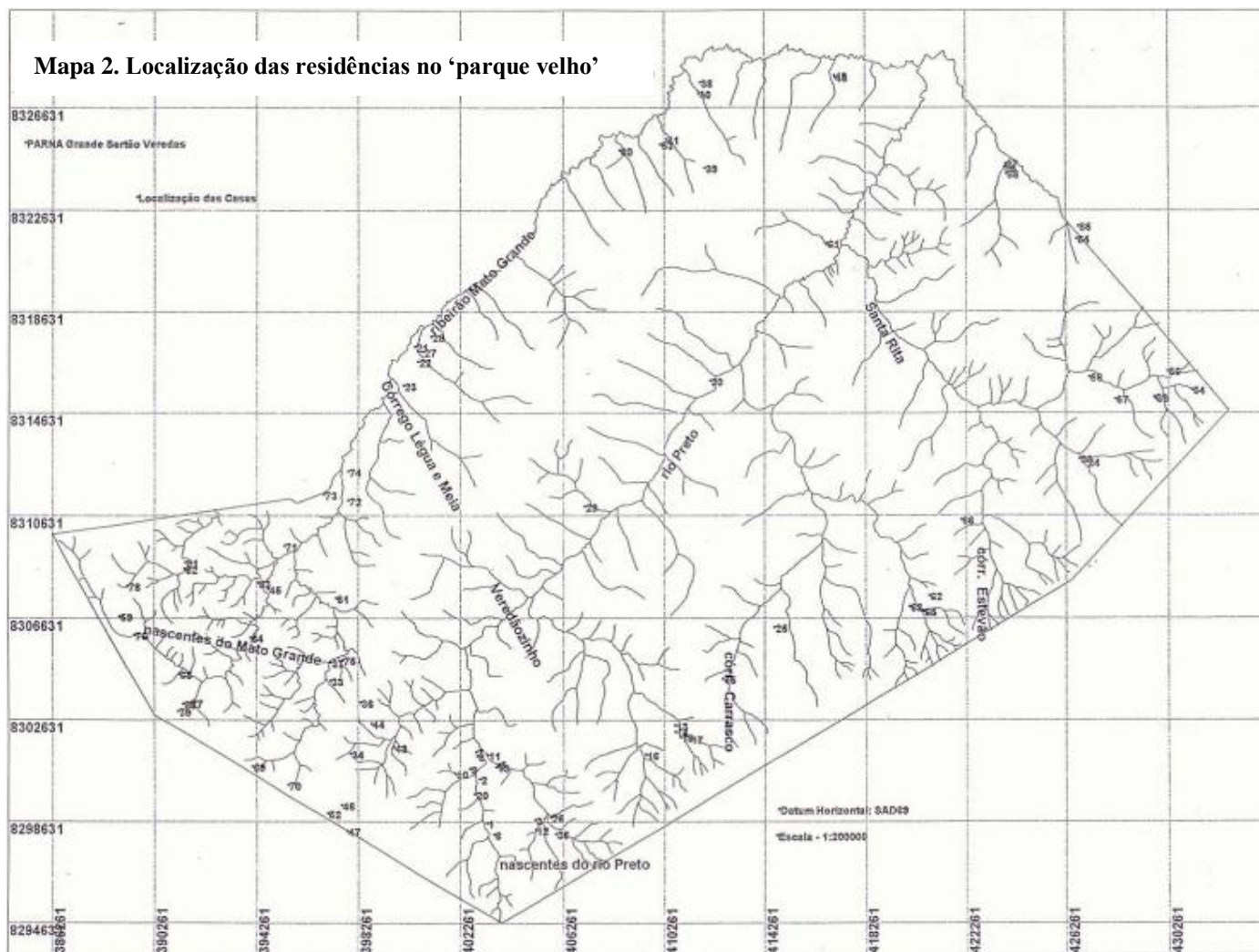
Segundo o cadastramento socioeconômico realizado na área mineira da unidade de conservação, residiam 90 famílias, que totalizavam 390 pessoas, das quais 215 eram homens e 175 mulheres. O perfil dessas famílias no que se refere ao direito a terra era:

Posseiros (área média de 24 hectares)	38
Proprietários de terra (< 40 ha)	7
Proprietários de terra (40 < x < 100 ha)	9
Proprietários de terra (100 < x < 500 ha)	7
Proprietários de terra (acima de 500 ha)	4
Concessões (área média 40ha)	15
Empregados (vaqueiros, guardas-parque, etc)	10

Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas (referente à área implantada em 1989). MMA; Funatura, 2003.

Ainda segundo o plano de manejo, considerando apenas os posseiros e os pequenos proprietários de terra, as famílias plantavam culturas de subsistência compostas por arroz, feijão, milho e mandioca, em uma área, em média, de 1,13 hectares por família. A principal atividade econômica era a criação extensiva de gado bovino em pastos naturais de áreas de cerrado e veredas. Em média, cada família possuía 13 reses. O fogo era utilizado para a renovação do pasto, bem como para a limpeza do terreno para o plantio. Em relação ao extrativismo, cada família utilizava, em média, por ano: 21 m³ de lenha para cozinhar, 4 dúzias de madeira para mourões e moradia e 69 palhas de buriti para o telhado das casas e outra áreas cobertas. Cada uma dessas famílias residia em veredas ou em ‘galhos’ de algum ribeirão, como se pode ver no mapa a seguir (MMA; Funatura, 2003).

¹⁸ A cópia do cadastro realizado com Samu está anexa.



Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Perímetro referente ao Estado de Minas Gerais. Cada número corresponde a uma família. (MMA; Funatura, 2003)

Em relação à regularização fundiária do ‘parque velho’, cerca de 21% de sua área – correspondente a 17.372,29 hectares – está legalizada. Sobre a área do ‘parque novo’, recentemente o ICMBio formalizou a desapropriação da Fazenda Trijunção, situada no município de Cocos-BA, com uma área de 825,9 hectares¹⁹. De acordo com os gestores atuais, se considerarmos as desapropriações formalizadas em todo o parque – Minas Gerais e Bahia – há em torno de 10% da área do parque regularizada.

No que se refere aos posseiros, a maioria, isto é aqueles que aceitaram, foi reassentada – num processo que iniciou em 2002 – no Assentamento São Francisco em Formoso-MG. Em 2009, parte desses posseiros recebeu o pagamento referente às benfeitorias que existiam em suas posses²⁰. Aqueles que não aceitaram a transferência para algum lote permaneceram na área configurada como parque. É o caso de um dos casais vizinhos a Samu, como o leitor verá no decorrer desta tese.

De acordo com o plano de manejo, anteriormente ao reassentamento dos posseiros as principais *atividades conflitantes à unidade de conservação* eram: a criação extensiva de gado e a agricultura de subsistência. O fogo era utilizado para a realização dessas atividades, tanto para limpar as áreas a serem cultivadas, quanto para renovar o pasto. Algumas dessas áreas eram queimadas anualmente, ocasionando perda gradual da biodiversidade local. No que tange ao gado, sua presença era/é vista como conflitante devido à possibilidade de transmissão de doenças aos animais silvestres, bem como à matança desnecessária de onças por parte dos *criadores de gado*. Sobre os roçados, a justificativa apóia-se no fato das áreas destinadas a essa atividade – as veredas – se tratarem de áreas de preservação permanente²¹. Outras atividades consideradas conflitantes pelo plano de manejo foram: a caça e a extração de palha de buriti. (MMA; Funatura, 2003).

¹⁹ Cf. < <http://www.icmbio.gov.br/noticias/instituto-formaliza-mais-uma-desapropriacao-no-parque-nacional-grande-sertao-veredas-1> > Acesso em 17nov2010.

²⁰ O processo de reassentamento dessas famílias está sendo estudado pela antropóloga Camila Medeiros, do Museu Nacional/UFRJ, bem como pelo geógrafo Geraldo Inácio Martins, da Universidade Federal de Uberlândia.

²¹ De acordo com o Código Florestal (Lei nº 4771/65), artigo 1º, parágrafo 2º, II “área de preservação permanente: área protegida nos termos dos arts. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.” < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm > Acesso em 17nov2010.

Em relação à fiscalização do parque, no plano de manejo é detalhado que tal atividade é realizada com o apoio dos guardas-parque contratados pela Funatura e colocados à disposição do ICMBio. São oito pessoas das *comunidades locais* que fazem *rondas diárias*, isto é, percorrem locais pré-determinados pelos gestores do parque, equipados com rádios portáteis para comunicarem ao escritório eventuais ocorrências. O objetivo das rondas é detectar atividades danosas ao parque, como: queimadas, caça, pesca, entradas de pessoas estranhas, abertura de estradas, desvios, trilhas, presença de animais domésticos em áreas indenizadas pelo ICMBio, cercas de áreas indenizadas que precisam de reparos, carcaça de animais selvagens, dentre outros aspectos (MMA; Funatura, 2003). Na seção **Etnografia na varanda** falarei sobre as conseqüências de algumas atuações dos guardas-parque para a relação desses com os *moradores*.

No plano de manejo também é descrito o programa de combate a incêndios, realizado pela brigada de combate à incêndios, cujo apoio advém do PREVFOGO (Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais do ICMBio). O objetivo desse programa é realizar um trabalho de prevenção e combate às queimadas utilizadas para a renovação do pasto, bem como para a limpeza dos roçados. Entre os anos de 1998 a 2000, foram queimados, em média, 22.242 ha por ano. A partir de 2001, quando implantaram esse programa, a área queimada reduziu para 4.848,47 ha. Em 2002, quando iniciou o processo de reassentamento dos posseiros, essa área diminuiu para 1500 hectares. (MMA; Funatura, 2003). O leitor verá, quando eu fizer menção às pesquisas antropológicas realizadas sobre o parque, que a prática de atear fogo às áreas passou a ser usada pelos posseiros como forma de pressionar os gestores para imprimirem rapidez ao processo de reassentamento.

O Gerais e os geraizeiros: alguns olhares

Neste momento, retomarei o trajeto, distanciar-me-ei do parque para focar alguns estudos, ancorados em diferentes perspectivas teóricas, realizados sobre o noroeste mineiro, especificamente sobre o Gerais e os geraizeiros.

O primeiro estudo ao qual me deterei é o de Carlos Dayrell intitulado: **Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da Agroecologia e da Etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais**. Com um enfoque na Agroecologia, na Etnoecologia e em estudos sobre a biodiversidade dos cerrados, Carlos Dayrell pesquisou o processo de apropriação da natureza e a lógica dos agroecossistemas dos geraizeiros, isto é, seus sistemas agrícolas, do município de Riacho dos Machados no Norte de Minas Gerais. O objetivo era, por um lado, desvelar a importância da biodiversidade agrícola e da flora nativa nas estratégias de sobrevivência desses geraizeiros diante das adversidades do Gerais, por outro, e complementar ao primeiro, mostrar que tais estratégias podem ensinar/fornecer elementos para a construção de um modelo de agricultura mais sustentável.

Segundo o autor, o Gerais engloba tanto os planaltos, quanto as encostas e vales onde predominam o bioma cerrado. Por isso, Gerais pode ser definido, grosso modo, como cerrado. Seus solos são marcados pela acidez e pela natural baixa fertilidade. Os geraizeiros, portanto, são os habitantes dessas áreas. A agricultura geraizeira, por sua vez, surgiu de um mesclar das agriculturas indígena, colonial e negra, co-evoluiu ao longo dos séculos, isto é natureza e sociedade se interagiram no processo histórico do desenvolvimento, fato que possibilitou aos geraizeiros enfrentarem com criatividade as adversidades agroambientais do Gerais nas regiões que fazem contato com a caatinga.

O manejo dessas áreas de Gerais, de acordo com o autor, era realizado de forma extensiva, articulando cultivos como o de mandioca, cana, amendoim, diversas qualidades de feijões, milho e arroz, realizados nas margens dos pequenos cursos d'água, com a criação à solta de bovinos, aves, suínos nas áreas de chapada, tabuleiros e campinas, consideradas áreas de uso comum. Essas áreas, denominadas de Gerais por serem de uso comum, e aqui mais uma definição para o termo, eram utilizadas ainda como suplemento para a subsistência desses geraizeiros; ali caçavam, realizavam o extrativismo de frutas nativas, madeiras, plantas medicinais e mel. A forma como esses geraizeiros exerciam o manejo dessas áreas pouco

alterou a dinâmica e a estrutura dos ecossistemas predominantes até meados da década de 70, quando tais áreas, consideradas como vazias, foram ocupadas, com o incentivo dos programas governamentais, por empresas de reflorestamento. Esses vazios, no entanto, eram os agroecossistemas geraizeiros, especificamente sistemas agro-extrativistas, que podiam ser explicados, de acordo com a Agroecologia, como estratégias de produção desenvolvidas pela sociedade em sua relação com a natureza, na medida em que respondiam à conformação do entorno ambiental, sócio-econômico, cultural e tecnológico.

O Gerais, portanto, fazia parte dos sistemas produtivos dos geraizeiros, sistemas baseados na agricultura e no extrativismo. Os limites agroambientais do Gerais eram enfrentados com o aproveitamento das potencialidades oferecidas pelos diversos habitat, como também pela diversidade de culturas agrícolas e variedades desenvolvidas e adaptadas a esse ambiente. Tal estratégia de manejo dos agroecossistemas garantia um fluxo de bens, materiais e energias do Gerais necessário a sua preservação, bem como forneciam a sobrevivência aos geraizeiros. Desenvolver esse manejo diverso era a forma de sobreviver às adversidades do Gerais, como também uma forma de evitar a dependência ao mercado.

A partir da década de 1970, essa estratégia de manejo dos geraizeiros entrou em conflito com a racionalidade econômico-capitalista que se instaurou na região de Riacho dos Machados com a chegada das firmas de reflorestamento. As áreas comunais utilizadas pelos geraizeiros – o Gerais – foram tomadas, e a biodiversidade foi abrindo espaço para a instalação de carvoarias. Diante desse cenário, os geraizeiros viram-se obrigados a enfrentar a expropriação da terra, bem como a degradação dos recursos naturais, sujeitando-se a trabalharem como assalariados nas firmas. As feiras livres e os produtos cultivados nos agroecossistemas geraizeiros perderam espaço para os armazéns, bem como para os produtos industrializados. Ademais, a chegada das firmas causou o cercamento das áreas comunais, fato que impulsionou os geraizeiros a intensificarem a produção numa mesma área, muitas vezes pequena devido ao seu parcelamento provocado pela herança. Os solos deixaram de passar pelo pousio necessário para sua recuperação natural. Como isso as práticas dos geraizeiros de manejo dos solos mostraram-se inadequadas para a realidade que se formava. Essas mudanças sobre o uso do solo afetaram, sobretudo, a identidade geraizeira. Segundo Carlos Dayrell a racionalidade geraizeira, pautada em uma cosmovisão que integrava natureza, produção e

relações sociais sob normas orais de conduta e de acesso aos recursos naturais entrou em colapso.

O segundo estudo que apresentarei sobre o Gerais, cujo título é **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**, realizado por Mônica Nogueira teve como foco a identidade e a territorialidade geraizeiras. Analisando o processo de expropriação dos geraizeiros com a expansão do monocultivo de eucalipto no norte de Minas Gerais, a autora revela que tanto a identidade, quanto a territorialidade geraizeiras vêm se transformando não somente pelos confrontos com a expansão da monocultura de eucalipto, como também por meio das novas interações sociais com as quais os geraizeiros vêm se deparando nas escalas regional, nacional e internacional (sindicato de trabalhadores rurais, entidades ligadas à igreja católica, organizações não governamentais (ONGs) e redes socioambientais, como a Rede Cerrado). O objetivo da autora, portanto, foi lançar mão dos processos de seleção de traços culturais que vêm sendo enfatizados, bem como transformados, tanto pelos geraizeiros, quanto pelos atores sociais com os quais interagem, processos, portanto, que revelam critérios de auto-identificação dos geraizeiros como um grupo culturalmente particular, vinculado ao cerrado de maneira especial e politicamente relevante. Para tanto, Mônica Nogueira apoiou-se numa perspectiva diacrônica, a partir da qual trouxe à tona a territorialização camponesa no Gerais norte mineiro ocorrida em meados do século XVIII, a desterritorialização ocorrida com a implantação dos maciços de eucalipto na década de 1970 e a atual reterritorialização dos geraizeiros por meio de assentamentos de reforma agrária e de projetos de reservas extrativistas.

Para analisar a identidade e territorialidade geraizeira, a autora centrou-se em três comunidades do norte mineiro numa porção regional designada como Serra Geral: Assentamento Tapera, localizado no município de Riacho dos Machados; Assentamento Americana, em Grão Mogol, e Comunidade Vereda Funda, em Rio Pardo de Minas. A partir da memória social e de pesquisa etnográfica, buscou apreender nessas comunidades a relação dos geraizeiros com o território Gerais.

A partir da pesquisa, a autora descortinou que a esse território os geraizeiros operavam três tempos: 1) o tempo antes da chegada do eucalipto, que era o tempo da fartura e da tradição, um tempo em que a vida social se desenrolava no complexo

Gerais/Tabuleiro/Vereda, onde, no Gerais, havia as terras de campo (as chapadas), que era o espaço do extrativismo e do gado na solta; no Tabuleiro, o chão de morada (carrasco, espigão e tabuleiro), espaço da agricultura, da criação de pequenos animais e pequenas indústrias; e, na Vereda, as terras de cultura (vazantes, brejo e beiras de lagoa), espaço da agricultura; 2) o tempo da opressão, do “encurralamento” quando chegaram as firmas que desmantelaram o mundo geraizeiro, que é um tempo que faz parte tanto do passado, quanto do presente por ainda vigorar; 3) um tempo presente articulado com a idéia de futuro, que integra novas referências decorrentes das diversas relações estabelecidas na organização da resistência e da luta pelo território. De acordo com a autora, a cada um desses tempos correspondem diferentes representações da paisagem. Na devida ordem, o Gerais de terras livres e abundantes; a paisagem cindida em grotas e chapadas dominadas pelos maciços de eucaliptos; e o Cerrado, como fonte de biodiversidade, território disputado, bem como referencial de marcação da diferença dos geraizeiros.

Assim, para a autora, o modo como os geraizeiros se organizaram sobre a paisagem do Gerais, em uma trama de relações inter-comunitárias, é o que define o Gerais como um território. Se por um lado o Gerais, na denominação local, são áreas de topos de serra, planaltos, encostas e vales dominados por cerrado, por outro, é o território reivindicado no processo de afirmação da identidade geraizeira, na medida em que tem se mostrado como elemento de marcação de diferença para os geraizeiros, bem como fonte de simbolizações importantes no processo de afirmação de sua identidade enquanto população tradicional. O cerrado, sendo o bioma que predomina no Gerais, acaba, por fim, tendo seus sentidos disputados pelos geraizeiros. Como sujeitos políticos, os geraizeiros disputam o cerrado enquanto território e afirmam sua riqueza biológica, sua beleza e importância para a manutenção da vida. No entanto, a autora reage à definição de Gerais como sinônimo de cerrado, por compreender que Gerais é anterior ao Cerrado por se tratar de uma “entidade histórica e geográfica”. Para compreender o Gerais como “entidade histórica e geográfica” faz-se necessário, portanto, colocar os geraizeiros em perspectiva com as diferentes forças com as quais dividem o cenário do Gerais, tanto às quais se opõem – empresas de eucalipto – quanto às quais se aliam – ONGs, sindicatos, etc –, pois a interação dos geraizeiros com ambas as forças influencia sobre as expressões de re-elaboração identitária e reivindicação territorial.

No estudo intitulado **As Histórias dos Gerais**, realizado no Gerais do Rio dos Cochos, especificamente nos municípios de Januária, Bonito de Minas e Cônego Marinho, Eduardo Ribeiro relata que o modelo de uso da terra naquela região estruturava-se da seguinte forma: tratava-se da combinação, de forma alternada, do uso do gerais (chapadas), brejos (riachos, veredas e nascentes), culturas (de veredas e mata seca) e vazantes (as margens do Rio São Francisco). Sua ocupação se iniciou a partir de confrontos entre colonos e indígenas, principalmente caiapós no começo do século XVIII. Ao contrário da história do Rio São Francisco na Bahia e em Pernambuco, o Alto-Médio Rio São Francisco, especificamente a sua margem esquerda, não foi ocupada por grandes propriedades rurais. Nas palavras do autor, “a terra era de livre acesso e a concentração era limitada pela própria dinâmica espacial dos sistemas de produção agrícola, a lógica fluida de ocupar espaços produtivos” (Ribeiro, 2010, p. 25-26). O uso combinado de mata, vazante, brejo e gerais era de livre acesso ao lavrador; a criação de gado na solta oferecia aos lavradores a oportunidade de se tornarem também um criador. A produção estava atrelada, portanto, ao conjunto e ao fluxo de recursos e não ao controle da terra. Ao longo da ocupação da terra no Gerais, grande parte das áreas foram usadas em comum. Eram terras com domínios definidos nos direitos de herança, entretanto usufruídas sem divisas, conforme o regime denominado *compáscuo* no antigo direito português e brasileiro; o gado pastava livremente em campos comuns. Segundo o autor, os grupos de unidades domésticas localizavam-se numa grande área nomeada pelos moradores mais antigos “fazenda geral”. Essas continham áreas sem donos e outras formadas por sítios e fazendas. Reuniam, ainda, logradouros, para a pastagem do gado em meio às chapadas de soltas, veredas e capões, essas últimas definidas como terras mais férteis em meio às chapadas de gerais. A terra era demarcada com o domínio exclusivo de uma família apenas nas beiras de água – rios, riachos ou veredas. Ali o gado bebia e os lavradores se abasteciam de água, bem como desenvolviam seus roçados de mantimentos. A terra sob domínio de uma família estendia-se verticalmente no sentido oposto ao corpo d’água, mas somente era demarcada até a divisa entre as terras de cultura ou de capões com os gerais. Para além era o comum, que podia ser parte do domínio de uma família, muito embora não demarcado, não cercado. A coleta, ali, era livre. Segundo o autor “a posse delimitava, sobretudo, o acesso à água. Por isso os terrenos nos gerais são estreitos de frente e muito compridos de fundo” (Ribeiro, 2010, p. 27). Por outro lado, os domínios nos cursos d’água iam apenas até certa altura na direção das

cabeceiras. As nascentes de águas, as áreas de recargas das veredas e os divisores de águas ficavam fora das divisões. De acordo com o regime agrário do Gerais, tais áreas eram definidas como sobrados, isto é, terras que sobravam nas divisões entre fazendas gerais. Deveriam, assim, permanecer sobrando com o objetivo de conservar intocados recursos valiosos, além de manter as áreas que necessitavam de maiores cuidados como responsabilidade coletiva. O Gerais de domínio e uso coletivo para a coleta e como pasto para o gado era queimado a cada dois ou três anos, em agosto, antes da primeira chuva. Queimar todo o Gerais era algo impensado; apenas metade era queimada. A outra deveria, assim, ser queimada no ano seguinte. Após a queima, e com a chuva, o capim e as leguminosas rebrotavam. O gado era reconduzido das terras de cultura para os pastos de campos e por ali permanecia até o ano seguinte. Se a queima não fosse realizada não haveria rebrota no Gerais, o chão ficaria cheio de folhas secas, com muitos arbustos e seria pouca a revegetação. Deixar o chão recoberto de folhas sujeitava o Gerais, sobretudo, a incêndios naturais, que destruiriam definitivamente parte da vegetação, a frutificação das plantas nativas ficaria comprometida e, decorrente disso, pouco alimento seria oferecido ao gado no ano seguinte. Por outro lado, o lugar que tinha sido queimado no ano anterior não corria o risco de sofrer incêndios, pois não havia muito que queimar. O manejo combinado de gerais, brejos, vazantes e culturas foi o que garantiu a reprodução das unidades domésticas. A partir da década de 1970, o Gerais foi incorporado na rota da expansão da fronteira agrícola. Foram quatro os novos sistemas de produção implantados nessa área: a) a pecuária extensiva modernizada; b) a agricultura irrigada; c) o reflorestamento de eucaliptos e pinus e d) o carvoejamento da mata nativa. A consequência da presença desses sistemas de produção foi a privatização das áreas de Gerais, muitas vezes por meio da grilagem das terras, bem como o cercamento de outras. Com isso os lavradores foram sujeitados a usar a estreita faixa que ficava entre a margem dos córregos e o começo das chapadas. Nesse momento, a grande propriedade foi introduzida na região, e, na sua esteira, o conflito por terra. As grandes fazendas que existiam anteriormente não ocupavam milhares de hectares, tampouco ameaçavam os lavradores, na medida em que seu sistema de produção era o mesmo, bem como o acesso a terra estruturava-se por meio dos mesmos direitos tradicionais, consuetudinários, que valiam para o lavrador. Por meio da grilagem, violência e expulsão os novos sistemas de produção criaram relações desiguais de acesso a terra, além de causarem a sua concentração.

Esse rápido percurso que apresentei sobre o Gerais e o geraizeiros não teve a intenção de esgotar a produção bibliográfica sobre esses temas, que por sinal é riquíssima e cada vez mais revela a importância de se descortinar os processos sociais que vêm ocorrendo no Gerais e com os geraizeiros. Trazer à tona esses estudos que apresentam olhares sobre o Gerais acerca da expropriação dos geraizeiros com a expansão dos complexos agroindustriais a partir da década de 1970, bem como a conseqüente resistência que tais geraizeiros vêm exercendo, tem como objetivo desvelar tanto a diferença, quanto a semelhança, que o processo de implantação do parque nacional vem a causar nos camponeses que naquela área residiam.

A diferença assenta-se sobre o Gerais enquanto Cerrado, isto é, se Carlos Dayrell e Mônica Nogueira mostram que o Gerais, enquanto sinônimo de Cerrado, foi tomado por maciços de eucalipto, a presente tese descortina o Gerais reafirmando e legalizando seu sinônimo de Cerrado com a implantação do parque. Esse fato se revela, principalmente, por meio da linguagem que foi implantada com a ‘chegada do parque’, como o leitor verá no decorrer desta tese. A semelhança, por sua vez, pauta-se na expropriação dos camponeses, chamados de geraizeiros²² por Carlos Dayrell e Mônica Nogueira, na medida em que o parque encurrala, cerca, desmantela o modo de vida dos camponeses, da mesma forma como as empresas reflorestadoras fazem com os geraizeiros dos estudos anteriormente apresentados. Por outro lado, essa semelhança vem sendo rompida com diferentes formas de resistência: enquanto os geraizeiros se apóiam no Cerrado para reforçarem sua identidade e reafirmarem seu território, este estudo mostrará que Samu apóia-se no ‘tempo dos Carneiro’, quando era vaqueiro de fazenda pecuarista, para resistir ao encurralamento causado pelo parque e nomeado por Samu ‘viver apertado’, ‘viver do compra’ e ‘ter que pedir permissão’. Escorado no ‘tempo dos Carneiro’, Samu transfere para os gestores do parque a relação que desenrolara com o patrão de outrora. Em outras palavras, Samu apóia-se na forma de agir de um vaqueiro com seu patrão – e aqui descortina todas as ambigüidades que a esta relação estão presentes – para resistir às proibições sobre o uso da terra advindas com a implantação do parque.

²² Não farei referência a Samu como geraizeiro por ele próprio não se nomear dessa forma, muito embora seu modo de vida esteja assentado sobre o mesmo alicerce dos geraizeiros elucidados por Dayrell e Nogueira.

O Vão dos Buracos, o Santa Rita e o Alto Carinhanha

Neste instante, o trajeto que o leitor vem percorrendo se aproximará, primeiramente, ao entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, especificamente ao Vão dos Buracos.

O Vão dos Buracos foi o lócus da etnografia de Ana Cerqueira intitulada **O “povo” parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro**, cuja descrição gira em torno dos modos de vida dos habitantes que ali residem. A partir da perspectiva da Antropologia Simétrica, a autora descreve o ‘povo dos Buracos’, tomando como fulcro seus modos de comer e de conversar. Esse ‘povo’ se constitui por relações de descendência e/ou aliança e, segundo a autora, se assume de acordo com o ‘sistema’ fundado na maneira como a comida puxa a prosa, que por sua vez puxa a comida, que puxa a prosa e assim por diante. Há uma diversidade de expressões – causo, visita, conversar, prosear, falar, maldizer, fofocar, palestrar, etc – que define a circulação rotineira de palavras entre as casas que se distribuem pelo Vão dos Buracos, bem como entre aqueles que dali migraram para Chapada Gaúcha, São Paulo ou Brasília. Por meio das palavras, da combinação entre a prosa e os gestos do falante e do ouvinte, há a manifestação de intenções ou interesses, que giram em torno de um cálculo a se realizar diante dos elementos situacionais.

Ana Cerqueira descortina que a troca de palavras e comidas também remete à formação de aliança; dito de outro modo, por meio da puxada de prosa e comida, cria-se intimidade, torna-se ‘chegado’ de outrem. Por outro lado, ‘chegado’ também é aquele que é parente. Ou seja, ser ‘chegado’ ou se finda pela consangüinidade ou se torna por meio de condutas de aproximação: visitas, trocas de palavras e de comidas. No entanto, a palavra não necessariamente conecta. Em uma prosa, podem-se desencadear rupturas. Aí se mostram a importância de se fazer os cálculos de acordo com o conjunto de elementos apresentado no contexto da prosa, isto é, de acordo com a combinação de palavras e gestos silenciosos. Caso o cálculo não funcione, as palavras tornam-se ‘veneno’. Essa ambigüidade da linguagem oral constitui-se, portanto, numa exímia gestão da multiplicidade de sentidos que oferecem certas prosas. A preocupação em não deixar que a palavra se torne veneno desencadeia um trabalho para torná-la agradável; à medida que se afasta o perigo de uma palavra mal dita o trabalho torna-se mais prazeroso; a vontade de prosear intensifica-se, puxa a comida, que puxa a prosa.

A leitura da tese de Ana Cerqueira me causou, num primeiro momento, uma sensação de retirar do avesso o modo de vida que Samu vem vivenciando com a implantação do parque. O movimento de pessoas em torno da prosa e da comida tão bem retratado por Ana Cerqueira soava como a tradução do que Samu queria dizer quando falava que ali, antes do parque, era um ‘tempo de muita fartura’, um ‘tempo de muito movimento’, tempo quando o ‘quintal era quase o mesmo’, quando ali era o Gerais, como o leitor verá no decorrer dessa tese. Ao primeiro instante, a leitura me remetia a uma socialidade que deixara de existir diante do isolamento que o Sertão do IBAMA forçava Samu vivenciar com o reassentamento dos posseiros, antes vizinhos, parentes, ‘povo do Rio Preto’. No entanto, as reflexões apresentadas por Ana Cerqueira sobre como a prosa puxa a comida que puxa a prosa, e as intenções e interesses aí submersos, bem como os cálculos que falantes e ouvintes acionam para não transformar a palavra em veneno, ajudam a refletir sobre os novos relacionamentos de Samu; tais reflexões mostram que os ‘chegados’ agora são outros: podem ser os gestores, os guardas-parque, os pesquisadores ou os turistas.

O cálculo intrínseco à prosa e aos gestos do falante e do ouvinte continua a ser feito. O risco da palavra mal dita permanece presente, assim como a classificação dos chegados em prosa ruim ou prosa boa, em sangue ruim ou sangue doce. Por outro lado, as reflexões que trago aqui nesta tese procurarão mostrar que a esse modo de conversar e de comer, ao cálculo sobre o que será dito, entredito ou não-dito se soma a habilidade de Samu enquanto vaqueiro para gerir o conflito que está imbricado a sua relação com o ‘povo do IBAMA’ e que o faz resistir à terra por meio da transferência das relações com o patrão para o gestores do parque. Procurarei mostrar, portanto, a ambigüidade que está presente à transformação do Gerais em Sertão do IBAMA. A resistência ao parque muitas vezes é permeada pela cumplicidade a ele.

Agora, o percurso deixará o Vão dos Buracos, e pegará a ‘rodagem’ e os ‘carreiros’ que levam às margens do Rio Santa Rita, locus do primeiro estudo antropológico realizado na área configurada como parque.

Em **Afluentes da memória: itinerários, taperas e histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas**, Andréa Jacinto realizou uma etnografia²³ sobre o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, a partir da perspectiva dos grupos diretamente envolvidos à época, a

²³ A autora realizou pesquisa de campo entre 1996 e 1997 em períodos descontínuos.

saber: os posseiros ou pequenos proprietários, que foram classificados pela autora como população tradicional pela especificidade de seus aspectos socioeconômicos e culturais, os grandes proprietários rurais, que também se viram a repensar seus projetos de futuro com a implantação do parque, bem como os atores envolvidos com a criação (Funatura) e implantação da unidade de conservação, os gestores do parque – Funatura e IBAMA. Ao acompanhar os encontros, os diferentes discursos, memórias e ações dos moradores locais e dos gestores que instituíram e administraram a unidade de conservação naquele momento, a autora desvelou um espaço múltiplo, entrecortado por temporalidades diversas, fato que o leitor também encontrará na presente tese. É importante destacar que no período em que foi realizada essa etnografia os posseiros ainda residiam ali, o parque tinha sido criado apenas no Estado de Minas Gerais, a Funatura mantinha uma sede às margens do Rio Preto, rio que corta diagonalmente o perímetro do parque, e lá desenvolvia projetos de conscientização e proteção ambiental com os moradores do parque. Além disso, o município de Chapada Gaúcha havia se emancipado há pouco tempo, em 1995, e o cinturão agropastoril que se expandia no município deparava-se com as proibições ambientais que passaram a existir com a criação da unidade de conservação, como, por exemplo, o respeito à zona de amortecimento. Portanto, tratava-se de um tempo em que a implantação definitiva do parque e a própria regularização fundiária ainda faziam parte de um futuro.

A base da reflexão da autora apoiou-se em discussões teórico-metodológicas acerca das categorias espaciais, de noções de espaço e lugar ou de práticas e idéias relacionadas a essas categorias. Isto é, a autora problematizou, por um lado, o parque a partir da perspectiva dos grupos que ali interagem – populações tradicionais, ambientalistas, grandes proprietários de terra, em relação as suas éticas, lógicas e práticas particulares no que tange à natureza e ao meio ambiente –, e, por outro, pensou antropologicamente aquele espaço, bem como o próprio lugar, a paisagem. Para tanto, Andréa Jacinto acompanhou eventos, como o Seminário Internacional sobre Presença Humana em Unidades de Conservação, ações da Funatura e do IBAMA, rondas dos guardas-parque, além de recolher relatos, principalmente com os moradores da antiga Fazenda Santa Rita, acerca do território parque. A autora procurou descortinar o parque como lugar antropológico, por meio dos atores que o implantaram, das configurações instantâneas de posições entre as quais se localizava o parque idealizado (no contexto de financiamentos e discussões internacionais acerca da preservação ambiental),

como também o parque como outros espaços, configurados e praticados por outros atores. Revelou, ainda, as temporalidades que se cruzavam no processo social que se desenrolou com a implantação da unidade de conservação, ou seja, os tempos do próprio processo, como também aqueles das histórias particulares, das pessoas, dos lugares e narrativas descortinadas por Andréa Jacinto.

Em relação à organização da ocupação espacial dos moradores da área configurada como parque, àquela época Jacinto percebera as longas distâncias que separavam as casas, época em que os posseiros ainda residiam por ali. As distâncias podiam significar léguas à cavalo ou a pé, como também a transposição de um rio. A autora classificou a ocupação social em “localidade”, que se referia ao território nomeado de acordo com a dimensão física – rios, galhos e veredas, por exemplo, mora-se no Santa Rita, vai-se ao Barbatimão – e em “vizinhança”, cujo caráter era mais dinâmico, que se apoiava nos deslocamentos, nos laços e relações mantidos entre as pessoas, geralmente laços de parentesco. A vizinhança, diferentemente da localidade, rompia mais facilmente os limites físicos, tanto em relação às próprias localidades, quanto em relação aos limites do parque, das cidades ou estados. Nas localidades, a concentração de pessoas estruturava-se a partir do parentesco, e segundo Jacinto a distribuição das famílias pela localidade parecia indicar um padrão de famílias extensas patrilocais.

Como dito anteriormente, o lócus da etnografia de Andréa Jacinto foi a localidade Santa Rita, nome associado a um rio, ao território por ele banhado e também a uma antiga fazenda. Localiza-se a cerca de 5 quilômetros do município de Chapada Gaúcha.

Acompanhando os itinerários do guarda-parque que ali fazia a ronda, que, por sua vez, também era morador de Santa Rita, a autora trouxe à luz a memória do grupo de parentesco que predominava naquela localidade: os Paçoca²⁴. As lembranças narradas por aquele grupo reforçaram a ligação entre parentesco e territorialidade na construção do lugar, bem como os laços de reciprocidade entre parentes e vizinhos, por exemplo, a ajuda no momento da colheita de arroz; revelou, neste caso, o Santa Rita como um lugar praticado, criado e recriado por memórias, ações e identidades próprias. Outro ponto descortinado por meio das rondas em Santa Rita foi a desapropriação da propriedade de um gaúcho que comprara parte das terras

²⁴ Alguns Paçoca ainda residem no Santa Rita. A maioria construiu novas casas no entorno do parque. No entanto, tanto os que permanecem, quanto os que saíram criam gado em suas terras, que totalizam 3 mil hectares de ‘terra escriturada’, pois até o momento não receberam a indenização.

dos Paçoca, onde montou sua fazenda e instalou um pivô de irrigação central. De acordo com Andréa Jacinto, esse fato revela o Santa Rita como um espaço de interação, com novos atores e contextos reinterpretados segundo seus próprios termos. Por outro lado, as conseqüências financeiras da desapropriação, cuja indenização não tinha sido paga, a despeito dos empréstimos realizados pelo gaúcho, indicava, para a autora, o Santa Rita, assim como outras localidades do parque, como um lugar múltiplo, cruzado por diferentes princípios e temporalidades, especificamente dos Paçoca, do gaúcho e dos envolvidos nas implantação do parque.

Outra análise desenvolvida pela autora foi a respeito da idéia daquele espaço parque como deserto vazio e intocado pela história, legitimando tanto a criação do parque, quanto o desbravamento pelas frentes de expansão. Ao contrastar traços da história da região noroeste de Minas Gerais e o processo de implantação do parque, Andréa Jacinto interpretou o parque como uma forma contemporânea de intervenção no espaço, um espaço que, de forma cíclica, se abre a descobridores; esses, por sua vez, tendem a desconhecer as presenças anteriores. Muito embora suas intervenções no espaço fossem orientadas por diferentes fins e meios – por um lado, preservação ambiental do bioma cerrado, por outro a exploração, transformação e ocupação desse mesmo bioma – o olhar, bem como o discurso tanto em relação ao espaço, quanto em relação à população remetiam a uma região desabitada, propícia para a preservação de uma natureza intocada, ou, por outro lado, pronta para o desbravamento. De acordo com a autora, discursos que soavam apoiar-se em imagens míticas sobre o sertão.

Em relação ao processo de implantação do parque Andréa Jacinto notou uma diferença no relacionamento entre moradores e órgãos gestores. Àquela época, a Funatura mantinha uma sede no interior do parque, próxima à cabeceira do Rio Preto. Os posseiros que residiam por ali tinham uma espécie de relação de vizinhança com a ONG. Da mesma forma, a atuação da Funatura era mais presente nessas localidades. Por outro lado, entre aqueles que residiam mais distantes tanto da sede Funatura, quanto da sede do IBAMA em Chapada Gaúcha havia uma ansiedade grande em torno da regularização fundiária.

Andréa Jacinto notou ainda que a postura dos funcionários do IBAMA com os moradores do parque era menos impositiva se comparada com a da Funatura. Enquanto essa última estabeleceu uma conduta para o relacionamento entre seus funcionários e os moradores do parque – que previa, por exemplo, a proibição de se fazer refeições ou lanches nas casas

dos moradores, ou então oferecer caronas à cidade – os funcionários do IBAMA à época ofereciam caronas, faziam visitas e se dispunham a auxiliar os moradores a realizarem as queimadas para a renovação do pasto, porque entendiam que o impacto ambiental que os moradores causavam era mínimo. No entanto, a autora analisou que, muito embora essa diferença na conduta dos funcionários dessas instituições, os moradores não viam essas instituições como distintas; ambas estavam ali para implantar o parque, proteger a natureza.

Na dissertação **Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades** Cláudio Correia analisou as organizações fundiárias e territorialidades existentes na margem direita do Rio Carinhonha (afluente do Rio São Francisco) com o objetivo de compreender as relações sociais, políticas, territoriais e jurídicas pré e pós implantação do parque²⁵. Por meio das categorias fundiárias que existiam e outras que passaram a existir, o autor buscou descortinar como foi sendo construído um território conservacionista superposto ao território mineiro com a implantação do parque nacional, sem, no entanto, desconsiderar o território produzido pelos gaúchos, muito embora tenha ficado em segundo plano na análise desenvolvida pelo autor. Categorias fundiárias como parque nacional, corredor ecológico, zona de amortecimento, assentamento, propriedade, posse, entre outras diziam respeito ao processo de territorialização levado a cabo pelos conservacionistas, cujo principal reflexo findou-se na organização fundiária, na superposição de um território conservacionista ao mineiro.

A partir da reflexão sobre território, e se pautando em uma perspectiva histórica, o autor analisou as diversas alterações que ocorreram no território mineiro ao longo do século XX, principalmente a partir da década de 1960, com o estabelecimento de agricultores sulistas na região, quando os mineiros reelaboraram sua organização social e espacial para manterem-

²⁵ A pesquisa de campo do autor foi realizada entre os anos de 1996 e 2001 num total de 51 dias. Além de observações de campo, Correia acompanhou reuniões ambientalistas e sobre a elaboração do plano de manejo, pesquisou o acervo do IBAMA e da Universidade de Brasília, bem como entrevistou gestores do parque – tanto do IBAMA, quanto da Funatura – e a população local. O acesso às famílias residentes na área configurada como parque ocorreu na companhia de guardas-parque. A realização da pesquisa na companhia dos guardas, e mesmo o direcionamento desses para o contato com algumas famílias em detrimento de outras, foi interpretada pelo autor como de grande valor etnográfico, porque explicitavam algumas relações entre aqueles comprometidos com a ideologia ambientalista e os moradores locais. Muito embora os guardas fossem também moradores, o autor interpretou que esses estavam mais comprometidos com a postura política dos conservacionistas do que com a dos mineiros. Diante desse fato, algumas entrevistas ficaram restritas a superficialidades devido à presença dos guardas; outras, por sua vez, assumiram um cenário composto por desabafos.

se como camponeses. Os mineiros mantiveram, com algumas mudanças devido à consolidação de laços com os gaúchos, suas relações com a terra, com a família e com o trabalho. Com a presença do parque, em finais da década de 1980, as mudanças na organização social e espacial intensificaram-se.

Anteriormente à ocupação dos gaúchos e dos conservacionistas, em 1930, houve uma forte migração oriunda principalmente da região de Várzea Bonita, na Bahia, para a região do alto Rio Carinhanha. Era o tempo do Carrancismo e o tempo dos direitos, quando, segundo o autor, as categorias operadas eram fazendeiro e dono para se referirem a proprietários de terras escrituradas, e agregado, vaqueiro, meeiro, parceiro, arrendatário, condôminos, ausentes, dentre outras, para designarem os posseiros. A ocupação advinda com essa migração ocorreu em áreas devolutas e em áreas não utilizadas de fazendas na região, como nas áreas da antiga Fazenda Santa Rita, lócus da pesquisa de Cloude Correia. O tempo do carrancismo, de acordo com o autor, era um tempo em que fazendeiros, os poucos que existiam na região, permitiam a morada de camponeses em suas terras, era um tempo de fartura de terras para morar, plantar e criar. Era ainda um tempo de revoltas, de jagunços, de festas de santos, de atear fogo para renovar o pasto ou para limpar o terreno para o plantio. Cloude Correia refere-se a uma cosmovisão que existia no tempo do carrancismo, pautada pela solidariedade e pela coexistência dos modelos de reprodução camponês e de reprodução das grandes propriedades, ambos interligados e observados a partir das referências às antigas fazendas e às áreas de ausentes, mencionadas pelos seus entrevistados.

Segundo o autor, a noção de posse foi introduzida na região do alto Rio Carinhanha com a expansão das fronteiras desenvolvimentista e ecológica, pois no tempo do carrancismo tanto as terras devolutas, quanto as de grandes fazendas eram ocupadas pelos camponeses, época em que o direito sobre elas legitimava-se pelo uso. Assim, a lógica do direito sobre a terra guiava-se pelo código social estabelecido; havia, portanto, uma lógica local de ocupação de terras já tituladas e pertencentes às grandes fazendas. Com as fronteiras desenvolvimentista e ecológica passou a operar na região uma lógica de domínio da terra calcada na legislação brasileira, incorporada pelos mineiros como forma de garantirem a ocupação das terras frente aos gaúchos, que ocuparam a região incentivados pelo Projeto de Colonização Dirigido a Serra das Araras (PADSA), e, principalmente, diante do processo de retirada dos moradores do

parque em finais da década de 1990 com a intensificação do processo de regularização fundiária da unidade de conservação.

Com a presença dos conservacionistas, o autor analisou que cada vez mais os mineiros passaram a ser designados como posseiros, pequenos proprietários ou moradores do parque. Posteriormente à intensificação do processo de regularização fundiária do parque, outras categorias foram estabelecidas para designá-los, como por exemplo, pequenos produtores do Grande Sertão Veredas, beneficiários ou futuros assentados. Cloude Correia compreendeu essas mudanças de categorias, por meio da análise da construção do território conservacionista, como uma forma de controle do espaço associado ao controle social. Tal construção foi iniciada em 1986 com estudos sobre a região do Gerais com a finalidade de eleger um área para fins de preservação ambiental. Posteriormente, o parque foi criado, os gestores obtiveram recursos para financiar atividades conservacionistas de fiscalização, bem como para a produção de mapas, limites e demarcações da área do parque. A existência de um território construído desde o tempo do carrancismo não foi considerada; portanto, a construção do território conservacionista operou como se o local fosse um vazio possível de ser apropriado e organizado de acordo com seus critérios.

Com a morosidade no processo de regularização fundiária, os conservacionistas iniciaram projetos de conscientização ambiental, cujo público-alvo era os mineiros. O que passou a ocorrer foi a introdução de novos valores e normas a serem seguidas, que se confrontavam com os costumes locais. Atividades como caça, a criação de gado solto, as queimadas para renovar o pasto ou para limpar o terreno para o plantio, bem como os roçados foram proibidas. Como as atividades de conscientização ambiental realizadas com os mineiros em relação às atividades que desempenhavam anteriormente ao parque não surtiram efeito, os conservacionistas intensificaram a fiscalização e a regularização fundiária. De acordo com o autor, esse fato deixou evidente a dificuldade para os conservacionistas conciliarem a preservação da natureza com a presença humana.

A partir desse momento, passou a ser necessário evitar a superposição do território ambientalista sobre o dos camponeses. Os conservacionistas iniciaram as discussões e ações para o reassentamento dos moradores com a preocupação, nesse momento, voltada a preservação cultural desses, que poderia ser considerada como mais um atrativo para o turismo próximo ao parque. Os trabalhos para a regularização fundiária foram dirigidos aos posseiros e

pequenos proprietários por serem esses em maior número, bem como por serem os que utilizavam diretamente os recursos naturais da área do parque. De acordo com Cloude Correia, esse último motivo explicitava o fracasso dos trabalhos de conscientização ambiental e de fiscalização, nos quais a participação dos mineiros era mínima, na medida em que os conservacionistas os consideravam como moradores do parque, isto é, cuja existência se pautava em função do parque. Uma das respostas dos mineiros foi a intensificação do uso do fogo como forma de pressionar a regularização fundiária. Com a intensificação do processo de regularização fundiária a participação dos mineiros na gestão da unidade de conservação foi estimulada. No entanto, segundo o autor ela esbarrava em dificuldades como a falta de organização institucional dos mineiros. A pesquisa de Cloude Correia pautada em reflexões sobre território mostrou, portanto, que do período de migração de mineiros até as propostas de reassentá-los foram elaboradas categorias fundiárias reveladoras das relações existentes entre mineiros, gaúchos e conservacionistas.

PRÓLOGO

PRIMEIRAS ESTÓRIAS SOBRE O VAQUEIRO SAMU

Samu, Hermínio e Zezão

Nascido em maio de 1938 no Galho do Angical, Rio Carinhanha, para baixo do Rio dos Bois, município de Januária, Samuel Borges dos Santos, mais conhecido como Samu nas redondezas do Gerais, não conheceu seu pai, que faleceu um mês antes de seu nascimento. Sexto filho de Alta Costa Nogueira e Santiago Borges dos Santos, foi criado pela mãe e pelos irmãos mais velhos, principalmente por Hermínio Borges dos Santos, quarto filho e oito anos mais velho. Atualmente, somente Samu e Hermínio estão vivos.

Moradores da Vereda do Barbatimão há mais de 50 anos, vieram para essa região para ‘tratarem’ das Fazendas dos Carneiro – Fazenda Rio Preto, Fazenda Perpétua e Fazenda Pau Grande. Hermínio, irmão mais velho, foi quem decidiu a mudança da família para a região. Samu disse que ia, mas que se não gostasse, voltaria. —“Porque, de primeiro, não discutia com irmão mais velho.” Samu e Hermínio, após anos de trabalho como vaqueiros, compraram cada um 75 hectares, que fazem divisa, e fundaram a Fazenda Barbatimão.

Hermínio sofreu um derrame há alguns anos, fato que o fez mudar-se para o município de Formoso-MG, distante 60 km da Vereda do Barbatimão no rumo oposto ao de Chapada Gaúcha-MG. Samu permaneceu, cuidando da terra e da criação de ambos. Para ajudá-lo, José Borges dos Santos, o Zezão, um dos filhos de Hermínio, mudou-se com a família para a casa que era do pai. Vivem Zezão, Elena e duas filhas. Zezão chama Samu de Padrinho. Suas filhas o chamam de avô. Samu conta que antes do sobrinho Zezão mudar-se para lá ficava meses sem ver, conversar com ninguém por não haver outros moradores naquelas bandas devido a ‘chegada do parque’.

— “Posso dizer que já matei 72 janeiros! 72 janeiros no couro! Eu sei até o dia que nasci! Eu nasci num dia de quarta-feira. Inté a hora mãe falou: quando o galo cantou eu pulei fora! Eu lembro, mãe falava: você nasceu num dia de quarta-feira de madrugada, quando o galo cantou. Menino nasce e chora. Eu chorei e Hermínio acordou, porque ele já era grande. Ele é oito anos mais velho do que eu. Hermínio falava: lá vem o menino chorão!” — contava e ria Samu.

Samu fez questão de contar que nasceu sem parteira. — “Eu nasci sozinho! Não sou avexado não. Se eu fosse desses lentos eu não ia pro rio consertar [limpar para cozer] uma galinha, varrer uma casa, porque era lento!”

Fica evidente em sua fala e atitudes a influência da criação materna. Sobre seu pai, Samu disse que o mesmo tinha uma mula muito boa de arreo. Um dia seu pai pediu para um tio ir a Januária-MG comprar umas coisas, uns remédios para o parto de Samu. — “Meu tio chamava inté Crispim”. Parecia que o pai sabia que ia morrer, pois deixou: — “arrumadinho para quando eu nascesse. Eu não conheci ele, mas nesse ponto ele deixou arrumadinho” — explica Samu.

Samu e sua mãe

Dona Alta, mãe de Samu, é lembrada por ele com muita admiração, carinho e respeito. — “Mãe não quietava. Porque o homem e a mulher era ela mesma.” Foi a referência que Samu teve, com quem aprendeu a mexer com a terra, com o gado e com a cozinha. — “Era ovo, polvilho e os temperos. Daí bater até ferver, quando dá aquelas bolinhas até quebrar, daí é o ponto. Mas até dar esse ponto... custa! Preguiça de bater a brevidade. Botava eu para bater brevidade e iam fazer os mais fáceis!”

Samu, quando fala sobre o parque, sobre a condição de estar hoje parado, sem poder fazer roça, autorizado apenas a criar algumas cabeças de gado, lembra-se que sua mãe sempre o aconselhava a fazer alguma coisa se não tivesse trabalho a realizar. Aconselhava sair para andar. — “Mãe falava: antes ganhar um grão do que debulhada; antes andar à toa do que ficar à toa.” — E completa — “Ela falava: está vendo ao menos as coisas, está vendo, aprendendo. Conselho e a estrada que mãe me ensinava eu nunca sai fora.” Samu faz questão de reiterar esses ensinamentos de sua mãe, principalmente quando menciona sua relação com o parque.

Samu, dona Ló e filhos

— “Eu e essa Dona aqui somos primos. O avô dela era irmão do meu avô. E o pai dela já era sobrinho do meu avô e meu pai era primo do pai dela. E disso que eu falo: quero ver você me xingar raça ruim! Ta xingando a mesma raça!” — brinca e ri Samu.

Laudelina Josefa Mendes, conhecida como Dona Ló, nasceu na Bahia, na Muriçoca, do outro lado do Rio Carinhanha em março de 1939. Casados desde 1963, Samu e dona Ló tiveram oito filhos. O vaqueiro gosta de reiterar que sempre viveram na região ‘da Carinhanha’ [do rio Carinhanha]. Mudaram somente de ‘galho’²⁶.

Ao se referir à dona Ló, a voz de Samu amacia. Fica espiando para ver se ela está ouvindo. — “[Dona²⁷] deitava os meninos numa conca de buriti e ia para enxada! Filhos meus tudo foram criado na roça. [Valdo] trabalhava direto no campo, arriava cavalo. Era uma mexida direta. Serviu! Ele não escolhe serviço. Tudo serve! Valdo fala: esse véio castigava comigo! Serviço que ensinei ele foi montar em cavalo brabo, campear, isso tudo ensinei a ele. Lutou com a vida e ganhou!”. Samu pega fôlego e completa — “[Eu] emendava correia de especata²⁸ com palha de ticum!”.

Morador mais antigo da região da Vereda do Barbatimão ou *morador mais antigo do parque*, como é apresentado pelo ICMBio e Funatura aos turistas e pesquisadores que visitam a região, ao longo de um ano vivera sozinho naquelas redondezas, porque sua esposa adoeceu e precisou ir a Brasília, onde algumas de suas filhas vivem, passar por três cirurgias. Como Samu não se acostumou a viver na cidade, ia somente para visitá-la. — “Fiquei dez meses sem ver gente!”.

Dona Ló adoeceu depois que a casa onde moravam pegou fogo. Em 2006, Samu chegou da Chapada Gaúcha embriagado, soltou um rojão para avisar que chegara ao seu vizinho Raimundo. O rojão caiu em cima do telhado da casa que, feito de palha de buriti, foi consumido pelo fogo. Pouco foi possível salvar. Basicamente documentos. Móveis, roupas, utensílios domésticos em pouco tempo foram queimados. — “Quase que iloco! Pensei que fosse ilocar! Quase que a Dona iloca!”

Com isso, Samu e dona Ló mudaram-se para a antiga escola que havia a 50 metros de sua casa. Construída por volta da década de 70, de alvenaria e telha de barro, essa escola era mantida pelos pais das crianças que viviam e trabalhavam nas redondezas do Rio Carinhanha – nas fazendas Rio Preto, Pau Grande e Perpétua. Os pais pagavam para o professor lecionar os primeiros anos escolares a seus filhos.

²⁶ Como nomeiam vereda.

²⁷ Como chama carinhosamente sua esposa.

²⁸ Acredito que essa palavra derive do verbo especar, cujas definições são: “sustentar com espeque; escorar, dar ou adquirir firmeza, estabilidade, dividindo o (seu) peso com; apoiar(-se), encostar(-se), firmar(-se), pôr-se parado; estacar.

Samu afirma que não gosta desta casa, porque quando chega visita – casal, mulher solteira, homem solteiro – todos têm que dormir no mesmo quarto por não haver outro. — “Dorme tudo embolado aí!”. Há três cômodos: dois quartos e a cozinha. Começou a reconstrução de sua casa em 2008. Para tanto, precisava de ‘pau’. Foi pedir permissão ao ICMBio para retirar algumas madeiras. — “Se eles falassem que não podia, eu ia pedir pau para eles!”. O ICMBio autorizou a retirada, mas somente se fosse ‘devastado’, isto é, longe um do outro para não causar um desmate. Na ocasião dessa conversa com Samu, em julho de 2008, ele disse que tinha encontrado um lugar com ótimos paus, todos juntinhos, que se pudesse tiraria todos ali mesmo, pois já resolveria a questão. Entretanto, como a chefe o autorizou sob a condição de que retirasse a madeira em lugares distantes uns dos outros, não fez. — “Eu chegar, eu preciso e meter o machado, derrubar, tirar... sem pedir. Mesmo na terra da gente, mas a gente tem... que respeitar as leis.”

Dos oito filhos de Samu e dona Ló conheci apenas três. Encontrei com Santo duas vezes na casa de Samu, que por ali passou para levar recado aos pais. Em um momento, Santo foi avisá-los do falecimento do irmão mais velho de Samu, Romoaldo. Noutro, foi tratar sobre a mexida com gado. Marilene e Rosilene completam o meu conhecimento sobre os filhos de Samu. Em janeiro de 2009, estavam na casa do pai por motivo de festa: foram celebrar o natal e o dia de reis. Carlos, esposo de Marilene, era o único genro que ainda não conhecia o Barbatimão. Trabalha e mora em Brasília. Vieram de Formoso-MG a cavalo. Senti muito medo, pois há anos não cavalgava. — “Atrasou a tropa em uma hora e meia” — fala sorrindo Samu. Carlos diz ter gostado do local onde o sogro vive. Não entende porque os filhos ficam tantos anos sem ir visitá-los. Contou-me que a vizinha Lena, esposa de Zezão, encontrou por diversas vezes Samu sentado no rabo do fogão a lenha, encolhido e chorando na época em que dona Ló recuperava-se da cirurgia em Brasília.

Jean, nove anos, único neto de Samu que conheci, tem muito interesse pelo trabalho ‘no campo’. Mora em Brasília por causa dos estudos, mas não gosta de lá. Prefere ficar com o avô. Sempre que vem para a casa de Samu pede para não ir embora. Samu atribui funções a ele: buscar os bois carreiros, buscar o cachorro, guardar papéis, documentos, dinheiro, levar recados a Zezão ou Raimundo. Samu fala que o único defeito do cabeludo (como chama carinhosamente Jean) é que ele não come direito. Filho de Gertrudes, Jean vai campear gado com Samu. Conta que cada um vai montado no seu cavalo. O cavalo de Jean foi presente da

avó. Os cachorros Rex, Turco e Preta os acompanham. Turco é o maior. O Rex vai somente até o meio do caminho e volta, porque tem preguiça. Explica-me que se algum gado ‘sair fora da estrada’, os cachorros latem, cercam e o gado retorna para a estrada.

Tive a oportunidade de encontrar com Jean apenas uma vez ao longo dos 14 meses de pesquisa de campo. Além dele, Regiane, filha de Valdo, foi a única neta sobre quem Samu falou. Com orgulho, disse: —“É boa para campear. Monta cavalo muito bem. Tem sete ou oito anos.”

Samu, dona Ló, Róso e Maria Cardoso

Rosalvo Barbosa dos Santos, conhecido como Róso, vizinho de Samu e morador de uma fazenda na outra margem do Rio Carinhanha, explicou que sua mãe faleceu e seu pai casou-se com outra mulher. Com isso, Samu, dona Ló e Hermínio foram quem o criaram. — “Vou tirar a inscrição aqui: pai e mãe que conheci foram esses dois velhos²⁹ aqui mais velho Hermínio”. Róso é filho da prima de seu Samu, mas é nomeado por Samu como sobrinho. Róso, por sua vez, trata Samu e dona Ló por padrinho e madrinha respectivamente. Por outro lado, quando fazem referência ao outro para um interlocutor, – Samu falando de Róso para mim, por exemplo – o tratamento é compadre e comadre. Samu explicou que por parte do pai do ‘compadre Róso’, Róso é parente de dona Ló. Por parte da mãe de Róso é parente de Samu. — “Eu chamava ela tia.”— disse Róso sobre sua relação com dona Ló. — “Já ensinava: esse aqui é tio seu. Dá benção.”— completa Samu.

Maria Cardoso Barbosa, esposa de Róso, é filha do finado Pedro Velho, conhecido também como Pedro Boca. Samu e dona Ló nomeiam-na de sobrinha, mas seu pai, Pedro Velho, era primo segundo de Samu. — “Pai e mãe que conheci foi Samu e essa velha aqui. Sou nascida e criada aqui. Só de pensar em mudar daqui a água dança nos olhos...” — enuncia Maria Cardoso escorada na parede da varanda da casa de Samu.

Róso e Maria Cardoso possuem ‘direito de posse no parque velho’ (são posseiros em terras mineiras). Cada um herdou de seu pai a referida posse. Não quiseram ser realocados

²⁹ Modo respeitoso de se referir a quem tem mais idade.

para o assentamento (Assentamento São Francisco³⁰). — “Tenho o juízo ruim.” — relata Maria Cardoso, justificando que por isso não suporta viver presa em um lote. Prefere receber o dinheiro.

O casal mora na outra margem do Rio Carinhanha, onde já é Bahia. São caseiros da propriedade de Maria Espanhola. Esta fez um contrato de comodato³¹ com o casal para que o mesmo ‘tomasse conta’ da terra. Em troca, poderiam criar gado na meia e fazerem sua roça. No entanto, quando o ‘parque novo chegou’ receberam a notícia, por fiscais do ICMBio, que não poderiam desenvolver essas atividades. ‘Apertados’, no dizer do ‘povo do Gerais’, comunicaram a Maria Espanhola que somente permaneceriam na propriedade se recebessem um ‘agrado’. A partir de então, ganham cento e cinqüenta reais, que deveriam ser pagos por mês. Entretanto, como Maria Espanhola mora em Goiânia e pouco visita sua propriedade, inexistente regularidade no pagamento.

Raimundo, Tani e Samu

Raimundo Pereira Gomes vive com sua esposa Atanice Gonçalves Rocha Gomes na Vereda Borá Manso, distante vinte minutos de caminhada da casa de Samu, desde 1992. É proprietário de 120 hectares de terra. Tanto a Funatura quanto o ICMBio frisam que Raimundo comprou a terra sabendo que era parque porque foi avisado por eles sobre a implantação do parque em 1989 em terras mineiras. Raimundo, por sua vez, justifica que pensava que o parque não chegaria mesmo. Raimundo, tampouco Tani, são aposentados. Sua filha e filho estudam em Formoso-MG. Vivem da criação de gado – 60 reses – e plantam algumas culturas: abacaxi, mandioca, banana e cana somente ‘pro gosto’. Os casais Raimundo e Tani e Samu e dona Ló referem-se, uns aos outros, como compadre/comadre.

³⁰ Assentamento São Francisco foi criado por iniciativa da Fundação Pró-Natureza em parceria com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para realocar os posseiros do parque. A antropóloga Camila Medeiros está finalizando sua tese de doutorado no Museu Nacional-RJ sobre esse processo.

³¹ Falso contrato de comodato. Tive a oportunidade de vê-lo em uma ocasião (mas não pude fazer cópia, pois não estava na cidade e não veria Róso tão cedo para poder devolver o documento em outro momento). Maria Espanhola, sem registrar em cartório, escreveu algumas linhas eximindo-se de quaisquer compromissos trabalhistas com o casal. Comentei com um advogado essa questão. Disse-me que se o casal acionar a justiça trabalhista facilmente receberá pelos anos de trabalho como caseiros. Transmiti essas informações a eles.

Sobre Raimundo, Samu diz: —“Eu não passo na casa dele com pressa não! É um caso e outra conversa o dia todinho!” Dona Ló continua: —“São conversadores. Comadre Tani é mulher trabalhadeira demais. Acabou de fazer cirurgia e não quieta!”



Róso
(primo)



Maria
Cardoso



Dona Ló
(esposa)



Hermínio
(irmão)

Marido/esposa

Pai e filho



Raimundo
(vizinho)



Samu



Zezão
(sobrinho)

Marido e esposa

Marido e esposa



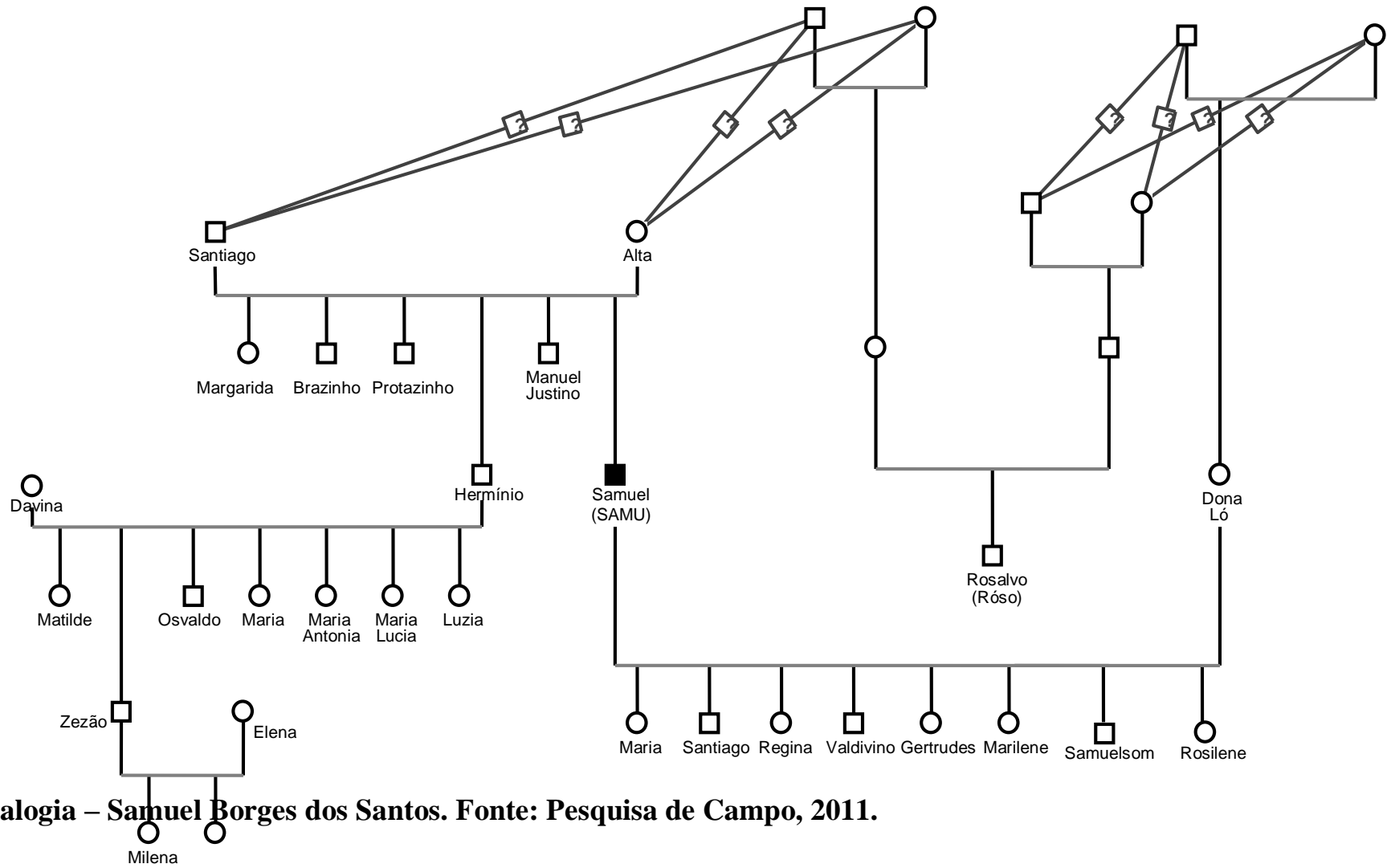
Tani
(vizinha)



Jean
(neto)



Elena
(vizinha)



Genealogia – Samuel Borges dos Santos. Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

QUADROS

ETNOGRAFIA NA VARANDA

“Sertão: estes seus vazios. O senhor vá. Alguma coisa, ainda encontra. Vaqueiros? Ao antes – a um, ao Chapadão do Urucúia – aonde tanto boi berra... ou o mais longe: vaqueiros do Brejo-Verde e do Córrego do Quebra-Quináu: cavalo deles conversa cochicho – que se diz – para dar sisado conselho ao cavaleiro, quando não tem mais ninguém perto, capaz de escutar. Creio e não creio. Tem coisa e cousa, e o ó da raposa... Dali para cá, o senhor vem, começos do Carinhanha e do Piratinga filho do Urucúia – que os dois, de dois, se dão as costas. Saem dos mesmos brejos – buritizais enormes. Por lá, sucuri geme. Cada surucuiú do grosso: vò corpo no veado e se enrosca nele, abofa – trinta palmas! Tudo em volta, é um barro colador, que segura até casco de mula, arranca ferradura por ferradura. Com medo de mãe-cobra, se vê muito bicho retardar ponderado, paz de hora de poder água beber, esses escondidos atrás das touceiras de buritirana. Mas o sassafrás dá mato, guardando o poço; o que cheira um bom perfume. Jacaré grita, uma, duas, as três vezes, rouco roncado. Jacaré choca – olhalhão, crespido do lamal, feio mirando na gente. Eh, ele sabe se engordar. Nas lagoas aonde nem um de asas não pousa, por causa de fome de jacaré e da piranha serrafina. Ou outra – lagoa que nem não abre o olho, de tanto junco. Daí longe em longe, os brejos vão virando rios. Buritizal vem com eles, buriti se segue, segue. Para trocar de bacia o senhor sobe, por ladeiras de beira-de-mesa, entra em bruto na chapada, chapadão que não se devolve mais. Água ali nenhuma não tem – só a que o senhor leva. Aquelas chapadas compridas, cheias de mutucas ferroando a gente. Mutucas! Dá o sol, de onda forte, dá que dá, a luz tanta machuca. Os cavalos suavam sal e espuma. Muita vez a gente cumpria por picadas no mato, caminho de anta – a ida da vinda... De noite, se é de ser, o céu embola um brilho. Cabeça da gente quase esbarra nelas. Bonito em muito comparecer, como o céu de estrelas, por meados de fevereiro! Mas, em deslúia, no escuro feito, é um escurão, que pêia e péga. É noite de muito volume.” – Riobaldo em Grande Sertão: Veredas, p. 48.

Noroeste do estado de Minas Gerais, no município de Chapada Gaúcha, localiza-se o escritório do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, responsável pela gestão do Parque Nacional Grande Sertão Veredas em parceria com a Fundação Pró-Natureza - Funatura. Para chegar até a casa de Samu, cuja terra foi configurada como parque em 1989, como dito na apresentação deste texto, é necessário fazer o caminho inverso ao apresentado por Riobaldo; é preciso percorrer 50 km a partir da sede do ICMBio em Chapada Gaúcha-MG, a ‘Vila’ ou o ‘Tabuleirão’ —“Três nomes num só corpo” — no dizer de Samu.

Na companhia de Zé Preto³², deixo a Rua Guimarães Rosa, local do escritório do órgão governamental, para conhecer o *morador mais antigo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas*. Seguimos pela estrada Formoso-MG/Montalvânia-MG até o eucaliptal, quando

³² Ao longo dos quatorze meses de pesquisa de campo fui à casa de Samu acompanhada ora por Zé Preto, ou Teddy (funcionários terceirizados do ICMBio), ora por Jacinto ou Antônio Buracudo (guardas-parque da Fundação Pró-Natureza, ONG co-gestora do parque). Dependia da disponibilidade de cada perante os seus trabalhos. O primeiro foi quem mais me fez companhia. Tanto os guardas-parque, quanto os funcionários do escritório do IBAMA são ‘nativos’ da área rural de Chapada Gaúcha ou dos municípios próximos. Uns são do Ribeirão de Areia, outros são da Estiva, outros são ex-posseiros da terra configurada como parque.

viramos à esquerda. Nosso horizonte é repleto pelo capim das ‘lavouras dos gaúchos’³³ que ao longo da década de 1970 migraram para esta região do estado de Minas Gerais³⁴. Ao chegarmos à bifurcação para o Assentamento Para Terra, rompemos a monótona planura à esquerda. De um lado da rodagem, beiramos ainda as ‘lavouras dos gaúchos’, composta agora pela soja de Bonato e Ari, e, de outro, o cerrado do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Quando nos deparamos com a placa que indica o início do parque, viramos à esquerda novamente. Dali para frente o cerrado predomina em terreno bastante acidentado, composto por ‘boqueirões’, isto é, ‘baixão fundo’. Da planura do ‘tabuleiro’ vamos descendo e mirando grotões em meio ao ‘carrasco’, e veredas pequeninas de tão longe que estão do nosso olhar; de repente o macio de areiões, que devem ser rompidos com destreza caso contrário se ‘prega’ na areia. Os verdes das aroeiras, sucupiras, pequis³⁵, no tempo-das-águas, se mostram reluzentes e em sintonia, num dégradé de encher os olhos de coloração. Com o chegar da seca, ao contrário, a poeira da rodagem suja as árvores num marrom terra que faz parecer que o ‘carrasco’ secou; menos verde é sua cor. Com raízes profundas as retorcidas árvores ‘rompem’ com valentia o período da seca, aguardando o momento de se limparem nas águas.

De manhãzinha, percorrendo essas estradas do ‘Gerais’ com seu ‘carrasco’, como nomeia Samu respectivamente o sertão e o cerrado, as maitacas, maracanãs e jandaias³⁶ vão anunciando suas passagens. Percorridos 15 km, chegamos à antiga Fazenda Carinhonha ou Feltrim, desativada com a implantação do parque no final da década de 1980. ‘De primeiro’, era propriedade dos irmãos Feltrim, de Nova Odessa-SP³⁷. A fazenda era composta pela casa sede, casas de funcionários, escola, além de dois grandes galpões, onde eram guardadas as máquinas (tratores e caminhões). Criavam cerca de 2000 cabeças de gado na década de 1970.

³³ A Cooperativa Agropecuária Pioneira Ltda (COOAPI), de Chapada Gaúcha, composta por cooperados sulistas, produz sementes para pastagens de diversas qualidades.

³⁴ O município de Chapada Gaúcha, antiga Vila dos Gaúchos, começou a ser povoado em 1976, quando chegaram os primeiros moradores oriundos do Rio Grande do Sul, incentivados pelo projeto PADS, (Projeto de Assentamento Dirigido a Serra das Araras). Os moradores mais antigos da região ainda tratam o município por ‘vila’. Os mais novos por ‘Chapada’.

³⁵ *Myracrodruon urundeuva*, *Pterodon emarginatus*, *Caryocar brasiliensis*, respectivamente.

³⁶ *Pionus maximiliani*, *Ara nobilis*, *Aratinga aurea*, respectivamente.

³⁷ A primeira nomenclatura deve-se à localização da propriedade: beirava o Rio Carinhonha. A segunda faz referência à família proprietária da terra. Mais informações sobre os irmãos Feltrim, ver Jacinto, 1998, p. 109. De acordo com informações da atual chefe da unidade de conservação os proprietários perderam a fazenda para o governo federal devido a dívidas com o INSS. Por causa de desencontro de informações, ou falta mesmo, essa fazenda foi leiloada pelo INSS, que justificou não saber que tal área era uma unidade de conservação federal. Há, agora, vários proprietários, que estão solicitando indenização de suas terras ao governo federal.

Samu trabalhou durante alguns dias nesta fazenda ‘puxando pau’, ou seja, fazendo carroto de madeira. Por lá havia muito movimento. Atualmente, há somente as construções abandonadas.

A caminho do Rio Preto percorremos a estrada na companhia do persistente capim braquiária³⁸, e, onde a vista quase já não alcança, nos surpreendemos com cochos praticamente encobertos pela vegetação que se regenerou. São resquícios do ‘tempo da firma’.

Quanto mais distantes ficamos do tabuleiro, mais as veredas crescem aos nossos olhos – os ‘buritizais’ – até se tornarem constantes, belas, com o assovio do vento em suas copas fazendo parecer chuva caindo. De repente um oco de buriti³⁹ – um buriti velho que perdeu sua copa – e nele um ninho de arara azul⁴⁰. Sinal do tempo-das-águas! Nessa época, as araras ali fazem seus ninhos. Ao nos aproximarmos, a barulhada e os vôos rasantes sobre os intrusos anunciam a defesa aos filhotes. Nas veredas também se vê veados campeiros e mateiros⁴¹ saltitando entre os buritis e ‘caçando comida’. Local bom para comida farta! Emas⁴² marcam terreno em bando. Gente? Por ali não se vê.

“Vaqueiros? Ao antes – a um, ao Chapadão do Urucúia – aonde tanto boi berra... Ou o mais longe: vaqueiros do Brejo-Verde e do Córrego do Quebra-Quináus: cavalo deles conversa cochicho – que se diz – para dar sisado conselho ao cavaleiro, quando não tem mais ninguém perto, capaz de escutar.” (Grande Sertão: Veredas, 2001, p. 47)

Ao passarmos pelo Rio Preto, em uma ponte feita de sucupira branca⁴³, madeira boa que não acaba nunca, se for no tempo-das-águas, o rio está preto mesmo, alto, às vezes transbordando. Na seca, claro como água límpida, deixando à mostra os dourados, piaus, traíras e mandis⁴⁴.

³⁸ O capim braquiária foi introduzido na época em que essa área pertencia à família Feltrim. Naquele momento, utilizaram-no como forrageira. Em conversas informais com engenheiros agrônomos, soube que essa planta, após ser introduzida em uma área, dificilmente se consegue retirar. Além disso, a regeneração da mata nativa torna-se difícil. O capim braquiária é considerado uma planta daninha e de difícil controle.

³⁹ *Mauritia flexuosa*.

⁴⁰ *Ara ararauna*.

⁴¹ *Ozotoceros bezoarticus*, *Mazama americana*, respectivamente.

⁴² *Rhea americana*.

⁴³ *Pterodon pubescens*.

⁴⁴ *Salminus brasiliensis*, *Cheirodon piaba*, *Hoplias malabaricus*, *Pimelodus maculatus*, respectivamente.

Areião novamente. Lagoas na banda direita da rodagem. Jacaré do papo amarelo⁴⁵ ‘vévi’ ali. Encontro do Rio Preto com o Rio Santa Rita na banda esquerda. Seguimos. Seriema⁴⁶ pula na frente da Toyota e nos guia por minutos, elegante em sua corrida, olhando para um lado e para o outro. Se acelerarmos, acelera também até faltar fôlego e alçar vôo. Se for ‘na seca’, uma nuvem de gafanhotos com semelhança de uma mancha preta é quem nos acompanha. De repente, um vem de encontro ao vidro, similar a um beija-flor pelo tamanho e pelos tons de verdes brilhantes. Preás⁴⁷ atravessam ligeiros; quase não se nota de tanta ligeireza que têm.

Outras veredas se aproximam. Vereda dos Porcos, famosa por sua fartura de mantimentos em ‘eras’ em que era permitido ‘roçar brejos’. Guimarães Rosa faz menção “aos Porcos”: — “Lá é bom?” — perguntei. — “Demais...” — ele me respondeu; e continuou explicando: — “Meu tio planta de tudo.” (Rosa, 2001, p. 118).

Em seguida a Vereda do Pau Grande, onde se localizava a Fazenda Pau Grande de Pedro Carneiro, propriedade onde Samu trabalhou durante vinte anos. Gado na rodagem sinaliza que a casa de Samu está próxima. Com o olhar fixo ao carro, alguns bois, vacas e bezerros da ‘nação de gado’ de Samu levantam-se bruscamente, assustados, e rompem para o cerrado. Adobes desabados em meio ao cerrado em regeneração: sinal que ali era morada de alguém. — “De Carmosino” — explica-me meu acompanhante. Carmosino desde que criou o ‘parque velho’⁴⁸ trabalha como guarda-parque para a Funatura. No início cometeu alguns exageros na sua relação com os posseiros e proprietários de terra da área configurada como parque, como o leitor verá a seguir.

Vereda do Barbatimão. Setenta e cinco hectares de terra com fartura de água. Passamos a ‘passagem’ – o córrego que indica o início da propriedade de Samu, além de ser usado pelo casal para a lavagem das vasilhas⁴⁹, das roupas, para banhar ou apanhar água –, rompemos o areião e em seguida, do lado direito, aponta o chiqueiro dos porcos, atrás o ‘chiqueiro’ dos pintos e das galinhas, a horta, o pomar e a antiga casa de Samu. À frente o curral, o ‘chiqueiro’ dos bezerros e o dos carneiros, seguidos pela ‘mangueira’. Do lado esquerdo, para onde

⁴⁵ *Caiman latirostris*.

⁴⁶ *Cariama cristata*.

⁴⁷ *Galea spixii*.

⁴⁸ Parque velho é como nomeiam o perímetro do parque em áreas mineiras. Em relação à área do parque pertencente ao estado da Bahia, tratam-na como parque novo.

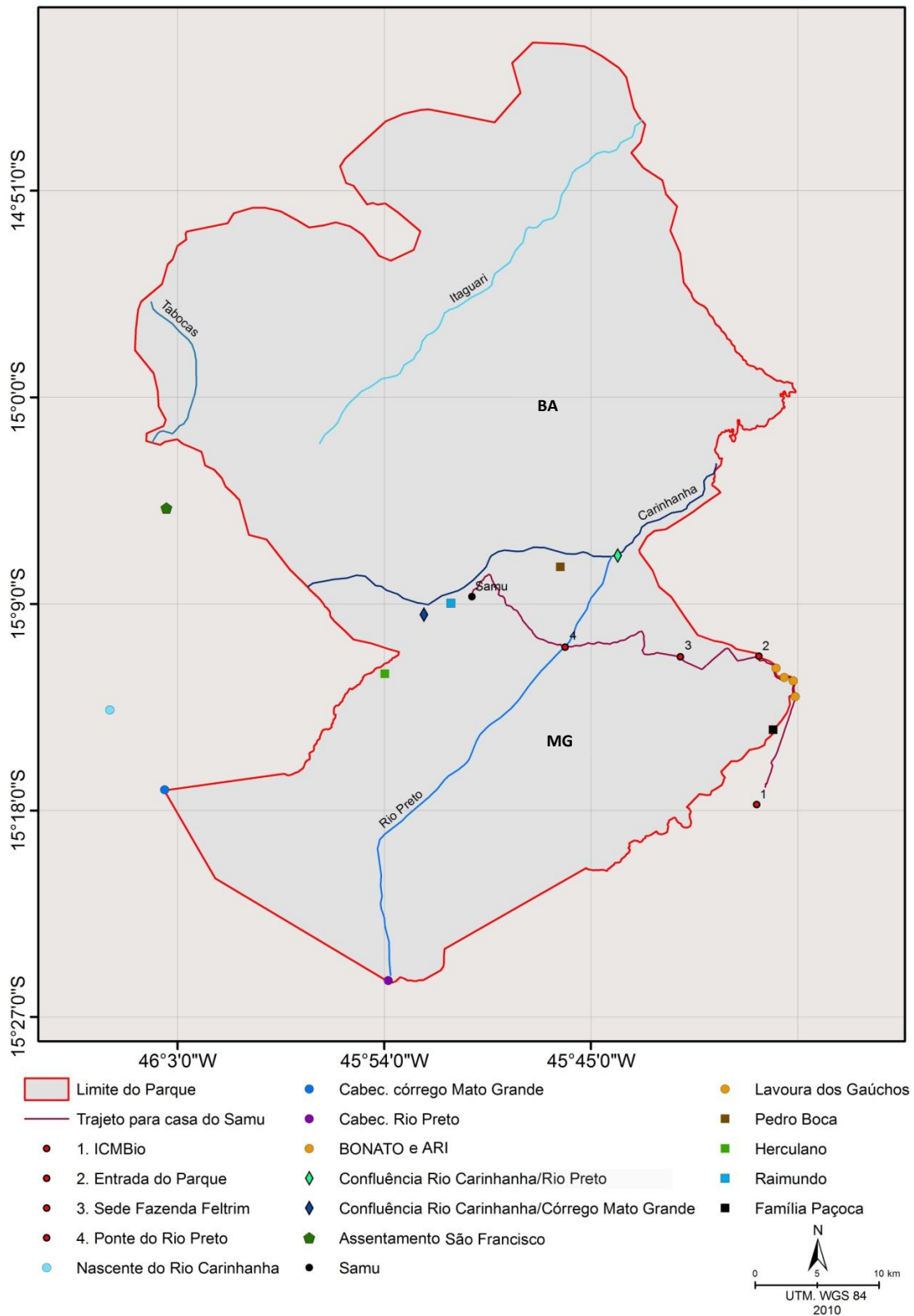
⁴⁹ Vasilhas: louças em geral, talheres e panelas.

devemos virar rumo à casa de Samu, o ‘passageiro’, onde Samu guarda o ‘carro de boi goiano’, as selas e a lenha para o fogão. A casa é a antiga escola, porque ‘a casa mesmo’ pegou fogo em 2006, como mencionado no prólogo deste texto.

Quando chegamos, nos deparamos com a lateral da casa, onde há o jirau de lavar vasilhas e outro, mais abaixo, de enxugar. Este último sem cobertura. A casa é composta por uma varanda, um cômodo designado como despensa com porta independente e mais outro, ao lado deste primeiro, que incorpora a cozinha e, separado por um lençol, o quarto do casal. À frente, três ‘paus de piúna⁵⁰’ sombreiam o quintal de Samu. Se passarmos por elas rumo à esquerda, pegamos o ‘carreiro’ para a casa de Zezão, seu sobrinho, que dali distancia cem metros.

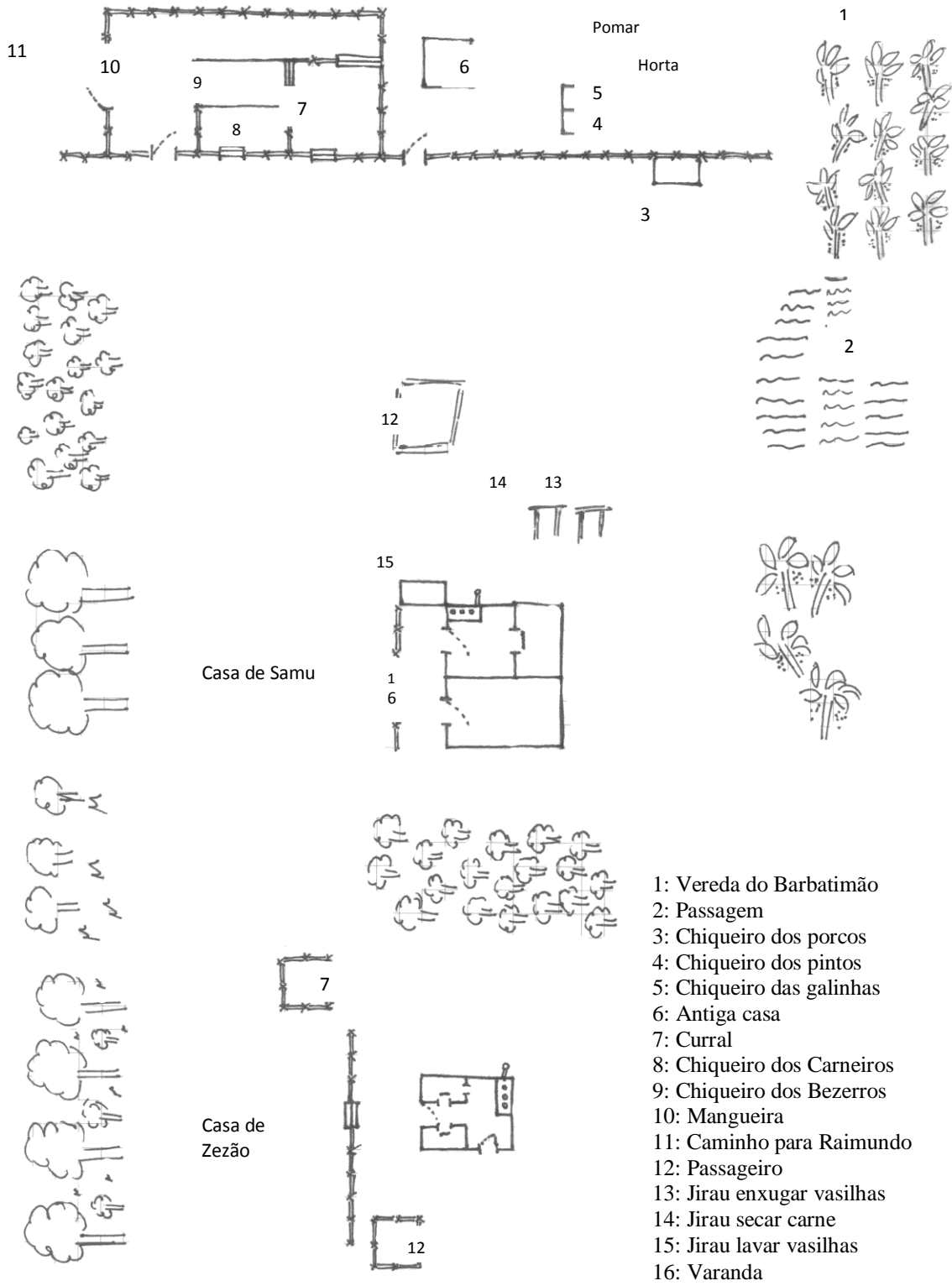
⁵⁰ *Tabebuia impetiginosa* .

Mapa 3. Trajeto percorrido da sede do ICMBio à casa de Samu.



Fonte: Localizações e trajeto obtidos através de GPS. Dados organizados em mapa por Edson Bolf, 2010.

Rio Carinhanha



Croqui 2. Casa de Samu. Carmen S. Andriolli, 2010

Gentilmente o ICMBio, na figura de Zé Preto, me levava, em julho de 2008, para conhecer o morador mais antigo do parque, como Samu é apresentado pelo órgão governamental e pela Funatura aos turistas e pesquisadores. Em pé, na varanda de sua casa, sozinho, Samu já esperava a chegada do ‘povo do IBAMA’, pois ouvira a ‘zoada do carro’ há algum tempo e pensara —“deve ser o povo do IBAMA. Só eles vêm de carro.” — nos disse Samu quando descemos da Toyota. Que semelhança de figura ele tem? Estatura pequena, franzino, barba e cabelos por fazer, expressão rude de olhar doce, voz macia e baixa, fala mansa e esparramada.

Samu, de calça e camisa compridas, puídas pelo trabalho no campo, botina e chapéu nos recebe com um cafezinho coado no momento de nossa chegada, ‘café macho’ – feito por ele –, porque dona Ló, sua esposa, estava em Brasília recuperando-se de uma cirurgia. Tímido e muito gentil, Samu pensou que todos fossem do ‘IBAMA’⁵¹. Após as apresentações, expliquei o motivo de minha visita: realizar uma pesquisa sobre como vivem os proprietários de terra escriturada da área onde implantaram o parque apesar das restrições ao uso da terra impostas pelo IBAMA. Recebeu a notícia com desprendimento. Em seguida perguntou se eu poderia levá-lo todo mês até a ‘Vila’ para receber sua aposentadoria. No princípio não entendi o porquê fez a pergunta tão rapidamente. Samu, ao perceber meu desentendimento, explicou-me que os ex-gestores⁵² do parque sempre o buscaram quando ele precisava ir a ‘Vila’, mas que ultimamente o carro do IBAMA estava quebrado e por isso a gestora não ia buscá-lo. Sem acrescentar maiores explicações sobre sua relação com a chefia do órgão à época e procurando ser bastante discreto, Samu explicou que quando é possível ir de carona para a cidade com o ‘povo do IBAMA’ seu trajeto é mais ameno. Caso contrário, é obrigado a percorrer os 50 Km a cavalo, percurso que faz em 5 horas⁵³. Salienta ainda que se fosse moço não haveria problemas, afinal sempre trabalhou ‘no lombo do cavalo’. No entanto, aos 72 anos, torna-se

⁵¹ O órgão governamental IBAMA passou por uma cisão em 2007. Em agosto desse ano foi criado o ICMBio (lei 11.516), que ficou, basicamente, responsável pela gestão das unidades de conservação federais. O IBAMA, por sua vez, continuou, em linhas gerais, com os trabalhos de fiscalização e licenciamento ambiental. Como a alteração é relativamente recente e foi pouco ou nada difundida na região, os *moradores* do parque, bem como os municípios de Chapada Gaúcha continuam se referindo ao órgão gestor como IBAMA. Samu nomeia, sobretudo, de ‘povo do IBAMA’. Assim como o vaqueiro, daqui para frente quando me referir ao ICMBio usarei a nomenclatura IBAMA.

⁵² Os três chefes a quem Samu se refere foram os que tiveram um bom relacionamento com os moradores como eles mesmos gostam de proferir: ‘Ajudaram muito a gente’.

⁵³ De carro este percurso demora aproximadamente 2 horas. As estradas de terra são muito esburacadas e repletas de areião. Samu, a cavalo, segue para a vila por atalhos em meio ao cerrado.

um sacrifício, além de não ser possível trazer toda a feira⁵⁴ do mês. Neste primeiro momento, essa relação com o IBAMA me soou como uma relação de troca, a saber: como foi implantado um parque nacional englobando suas terras e, com isso, foi determinada pela administração do parque, de acordo com a legislação ambiental, uma série de restrições sobre o uso da terra, bem como proibições em relação à fauna e à flora, Samu concordou em acatá-las, desde que em troca o IBAMA lhe prestasse algum favor. Ao longo dos catorze meses de pesquisa de campo fui percebendo que essa relação de troca era complexa, não se limitava a caronas mensais, além de se configurar como a chave para o entendimento da dinâmica que se estruturou na relação de Samu com o IBAMA sobre o uso da terra. Percebi, ainda, que tal relação estruturava-se consoante a lógica que operava no pensamento de Samu antes da implantação do parque; tal lógica tinha como esteio a forma como se relacionava enquanto vaqueiro com seu ex-patrão, incluindo aí as ambigüidades existentes nessa relação.

Primeiramente, expliquei para Samu que não era funcionária do IBAMA. Disse que estaria apenas durante o mês de julho por ali e que minha intenção era retornar em outubro com um carro próprio para desenvolver a pesquisa. Comprometi-me a, a partir de outubro, levá-lo todo mês para a ‘Vila’, e, em troca, realizar a pesquisa com ele. O acordo foi aceito por Samu. No mês de julho, retornei mais uma vez para visitá-lo. O objetivo era me aproximar.

Em outubro de 2008, regressei ao noroeste mineiro com uma Toyota Bandeirante. Tive um pouco de autonomia, mas não totalmente, pois a administração do parque, composta neste momento por uma nova gestora, exigiu que eu estivesse sempre acompanhada por um guarda-parque devido à falta de sinalização, comunicação e precariedade das estradas da unidade de conservação⁵⁵. Como combinado, fui à casa de Samu buscá-lo para seu compromisso mensal. Estava sozinho a minha espera, pois dona Ló ainda não retornara de Brasília. Nos meses seguintes do ano de 2008, essa cena se repetiu. Tampouco Zezão, seu sobrinho e vizinho, eu encontrara pela casa de Samu. A impressão que aquele cenário me passava era de total isolamento. Muito embora a gentileza sempre expressada por Samu, o vaqueiro ora estava ‘bêbado de cachaça’, no dizer dos meus acompanhantes, ora arredio.

⁵⁴ Compra mensal de mantimentos.

⁵⁵ O PARNA GSV não está aberto à visitação por três motivos centrais: falta de regularização fundiária, ausência de estrutura física e de recursos humanos. Quando turistas aparecem por lá com intuito de conhecer o “cenário” da obra de Guimarães Rosa necessitam, além do carro traçado, de um guia, geralmente um guarda-parque ou algum dos funcionários do escritório.

Durante esses três primeiros meses, limitei-me a ouvir Samu sobre o assunto que livremente ele proferisse; chegava a sua casa, tomava o ‘café macho’ que gentilmente ele servira e esperava o assunto brotar de sua boca.

Nessas primeiras idas a Vereda do Barbatimão, como Samu ainda não tinha conhecimento formado sobre os meus acompanhantes, embora fossem nativos da região, e os via com suas gandolas do IBAMA/Funatura, torcia o corpo na direção deles e educadamente perguntava — “Você é filho de quem?” Este, sorrindo, tirava sua inscrição — “Sou fulano de cicrano lá do Ribeirão de Areia.”⁵⁶ Esse conhecimento inicial sobre meu acompanhante tomava conta da conversa. A partir disso, Samu estruturava um diálogo cujo alicerce era formado por: — “E lá na vila, fulano, choveu?” — ou então — “E a chefe, está viajando ou está aí?” — ou — “E seu pai, ainda mexe com gado?” A conversa restringia-se a eles. Eu me constituía como figurante.

A desconfiança sobre mim e sobre meu acompanhante pairava no ar. Afinal será que eu não era realmente do IBAMA ou da Funatura? Ou será que eu não era como aquele ‘povo’ que chegou ‘apanhando pau’ e perguntando se servia para ‘remédio’ e logo depois outros vieram e anunciaram o parque e trouxeram com isso restrições sobre o uso da terra? Em relação ao meu acompanhante a falta de confiança se fazia presente devido ao uniforme que vestia. Este mesmo uniforme foi vestido por outros moradores do Gerais em períodos anteriores, que muito embora fossem posseiros da área configurada como parque, dessa forma iguais aos demais posseiros, cometeram excessos pelo fato de vestirem o uniforme do IBAMA ou Funatura. A farda imprimia, no pensar deles, poder de fiscalização. Adentravam as casas dos moradores sem solicitar permissão, caminhavam até o fogão à lenha e abriam as panelas para verem se havia carne de caça sendo consumida; ou: numa festa, chegavam vestidos com o uniforme e confiscavam os canivetes; ou ainda: pegavam, no mato, ossada de bicho morto e a colocavam próxima a casa de algum morador, visando acusá-lo de caçar. Esses excessos foram-me narrados pelos vizinhos de Samu que na varanda de sua casa me encontravam para uma carona para a ‘Vila’. Chamaram esses guardas-parque de ‘os puxa saco’⁵⁷. Samu, muito

⁵⁶ Para mais informações sobre essa estratégia de conhecimento interpessoal – nome do fulano + de + nome do pai de fulano -, ver Cerqueira, 2010. Ribeirão de Areia é uma comunidade rural do município de Chapada Gaúcha próxima ao Vão dos Buracos, local onde foi realizada a pesquisa por Cerqueira.

⁵⁷ Para mais informações acerca dos conflitos entre guarda-parque, posseiros e pequenos proprietários, quando a maioria desses últimos ainda morava na área configurada como parque, ver: Jacinto, 1998 e Correia, 2002.

discreto, ouvira apenas o relato dos vizinhos, afinal o ‘povo do IBAMA’ nunca o proibira de nada por ele sempre pedir autorização antes de fazer o que necessitava.

Diante desse cenário, chegar à casa de algum morador apresentando-me como pesquisadora e, sobretudo acompanhada por um funcionário do IBAMA ou da Funatura imprimia uma atmosfera de desconfiança. Por outro lado, saber a procedência daquele homem de uniforme que me acompanhava, conhecer o pai, além da forma de agir e de falar do guarda-parque com Samu (—“Benção, seu Samu.” — e em seguida vinha a resposta —“Deus te abençoe, meu filho.”) transformava o ‘povo do IBAMA’ em ‘povo do Gerais’⁵⁸. Era como se despissem as vestes. O ‘povo do IBAMA’ limitava-se, nesse momento, aos gestores do parque. Isso se devia também ao respeito que os funcionários do IBAMA e da Funatura que me acompanharam proferiam a Samu, tanto por se tratar de um idoso, quanto por se tratar de um morador que não causava problemas para o parque. Samu era visto por eles como um exemplo pelo fato de solicitar permissão para qualquer coisa que necessitasse fazer em sua terra. Como o próprio Samu expressou em diferentes momentos —“povo diz para eu parar de ser bobo, usar a terra do jeito que quiser, porque tenho escritura. Não faço essa idéia não. Tem que respeitar as leis mesmo na nossa terra. Eu chegar, eu preciso e meter o machado, derrubar, tirar... sem pedir. Mesmo na terra da gente, mas a gente tem... que respeitar as leis.” Com essa postura, Samu recebia o respeito dos funcionários do parque que me acompanhavam, assim como dos gestores da unidade de conservação. No entanto, ao longo desse estudo será mostrado que nas entrelinhas dessa postura de Samu enredava-se um acordo tácito entre ele e o IBAMA, ditado muitas vezes por Samu e baseado na forma de ser e agir de um vaqueiro. Por meio desse acordo tácito, Samu gerenciava sua relação com o IBAMA, evitava o conflito direto, assim como tentava reafirmar a campesinidade⁵⁹ – entendida como um conjunto de valores, uma ética camponesa, assentada, neste caso, nas categorias nativas ‘fartura’, ‘movimento’ e ‘liberto’ – que vinha sendo dissolvida com as proibições ao uso da terra.

Após essa primeira aproximação, em janeiro de 2009 retornei para o sertão mineiro, chamado por Samu ‘Gerais’. Fui buscá-lo e me surpreendi: havia muitos familiares dele em sua casa. Duas filhas com os respectivos maridos, uma neta, um neto e um irmão. Era um fato

⁵⁸ Ao longo do trabalho de campo, compreendi que nomeiam de ‘povo do Gerais’ os diversos moradores da região que nomeiam de Gerais, a qual engloba o ‘povo dos Buracos’, ‘povo do Ribeirão de Areia’, ‘povo do Santa Rita’, ‘povo do Rio Preto’, ‘povo do Rio dos Bois’ entre outros.

⁵⁹ Cf. Woortmann, 1987.

inédito ver sua casa tão cheia de pessoas! O motivo de tanta fartura de gente eram os festejos do natal e do dia de reis. Conversei com todos, expliquei sobre a pesquisa, e os dois genros de Samu fizeram-me perguntas sobre o parque, sobre a administração, expuseram suas opiniões sobre o fato de não mais poderem fazer suas roças e afirmaram que o IBAMA deveria oferecer uma assistência aos moradores, enquanto esses não eram indenizados, devido às proibições impostas ao uso da terra.

Samu pouco conversou. Seu irmão Hermínio, 8 anos mais velho e visivelmente debilitado pelo derrame que sofreu, falou-me rapidamente sobre quando ele e Samu mudaram-se para a Fazenda Pau Grande para trabalharem como vaqueiros para Pedro Carneiro. Em curtas frases e sem muitos detalhes, proferiu que vieram para a região ‘dos Pau Grande’ com sua mãe e ali formaram rebanho com o qual compraram, cada um, 75 hectares de terras contíguas. Fez questão de frisar que ambas as terras são escrituradas, que os documentos que possuem são ‘forte’, isto é tinham autenticidade legal, além de já terem sido vistos pelo ‘povo do IBAMA’. Querem receber a *indenização* pela terra para poderem seguir com a vida. Explicou-me, ainda, que após sofrer um derrame mudou-se para Formoso-MG. Com isso, seu filho Zezão foi quem assumiu a propriedade familiar. Os detalhes expressos por Hermínio sobre a propriedade da terra – referente à escritura e sobre ela ser ‘forte’ – forneciam, naquele momento, pistas sobre a relação deles com o IBAMA. Quando o ‘parque velho chegou’ foram questionados se possuíam ou não escritura; além disso, os gestores do parque à época solicitaram que mostrassem a mesma para provar a titulação. Samu, por sua vez, disse que mostraria quando recebesse a *indenização* por sua terra.

Neste dia Samu não quis ir à ‘Vila’. Ele e seus familiares pediram-me que os levasse a Formoso-MG, distante dali 60 quilômetros para o rumo oposto ao da Chapada Gaúcha-MG, pois os festejos haviam terminado e todos precisavam retornar a cidade. Além disso, Samu disse-me que no mês seguinte eu não precisaria ir buscá-lo, porque ele ficaria em Formoso-MG durante esse período a espera de dona Ló, que retornaria em fevereiro a Vereda do Barbatimão após dez meses de ausência em sua casa. Assim fiz.

Em março de 2009 retomei o combinado com Samu. A partir desse mês notei que além de Samu vez ou outra alguns de seus vizinhos estavam à espera da carona para a cidade: ora o casal Raimundo e Tani, que mora a vinte minutos de caminhada da casa de Samu, ora o casal Maria Cardoso e Róso, e, especificamente em períodos de festa na cidade, a jovem Maria

Aparecida⁶⁰. Esses três últimos são moradores da outra margem do Rio Carinhanha, isto é, moradores em terras da Bahia, porque este rio é o divisor natural entre os estados. Como dito no prólogo, Róso e Maria Cardoso são posseiros em terras mineiras, mas quando o ‘parque velho chegou’ e os proibiu de usar a terra, mudaram-se para a Bahia para cuidarem da fazenda da Maria Espanhola, pensando que com tal mudança poderiam continuar com seus roçados e criação. Isso somente foi possível até 2004, quando o ‘parque novo chegou’ e impôs novamente restrições nesse momento sobre a área da Bahia.

Por notícias do ‘povo do IBAMA’, outros vizinhos também aguardavam a minha chegada na varanda da casa de Samu por terem ciência de que eu sempre estaria acompanhada por algum funcionário ou guarda-parque. Eram diversos os assuntos a serem tratados com o ‘povo do IBAMA’. Vez ou outra somente queriam saber se a chefe estava no escritório ‘para modo de não perderem a viagem até a Vila’; algum assunto havia para ser tratado com ela. Em outros momentos, tinham negócio para acertar com meus acompanhantes, como o leitor verá em alguns parágrafos adiante. No entanto, a frequência de suas presenças era menor do que a dos primeiros. Eram eles: Herculano, vizinho mais distante, proprietário de terras próximo ao Córrego Mato Grande, e Zezão, sobrinho de Samu.

Assim, com a minha presença mensal e a do meu acompanhante a varanda da casa de Samu configurou-se como o espaço de partida para a cidade, bem como o espaço para obter notícias sobre o ‘povo do IBAMA’. No que se refere a esta pesquisa, o leitor verá que a varanda transformou-se, ainda, no espaço da etnografia. No entanto, a varanda como o espaço da etnografia tinha sua atmosfera transformada tanto de acordo com a prosa que era desenrolada entre mim, Samu e os vizinhos, considerando que havia a presença do meu acompanhante que ali representava o ‘povo do IBAMA’, quanto conforme a intenção dos que ali aguardavam notícias sobre o ‘povo do IBAMA’. Diante desse cenário, ao longo dos catorze meses de pesquisa de campo as atmosferas que se formaram foram: de visita, de desconforto, de desconfiança e de troca. Essas atmosferas não se apresentaram separadamente, porque imbricadas estavam. O que acontecia era uma se sobrepôr à outra; uma tomava corpo mais aparente do que a outra de acordo com a prosa e/ou intenção daqueles que estavam na varanda.

⁶⁰ Maria Aparecida mora na Vereda Comprida, na outra margem do Rio Carinhanha, com sua mãe e tios. São posseiros. Em momento algum fez comentário às restrições impostas pelo IBAMA. Suas conversas comigo eram sobre os festejos na cidade e sobre namorados.

Por vezes propus a Samu acompanhá-lo ao campo, andar em meio ao cerrado ou nas vargens e vazantes para campear gado, quando o IBAMA ainda não tinha proibido a presença desse protagonista do Gerais. —“Da próxima vez que a senhora vier eu já busco os animais e nós damos umas voltas.” — prometia Samu. Conclui que tal fato não se concretizou por um dos seguintes motivos (ou pelo entrelaçamento dos dois): sensação de ser vigiado – se estava esgotando brejo, queimando vargem para pasto, desmatando – e/ou respeito, pois não seria apropriado andarmos a cavalo sozinhos por sermos eu mulher e ele homem. Apesar dessas tentativas frustradas, em alguns momentos ao longo do ano de 2009, eu, meu acompanhante e Samu caminhamos pelas redondezas da vereda do Barbatimão com destino certo: ora para ir à casa de Raimundo, ora para Samu me mostrar aonde fazia seu roçado e o que plantava em cada ‘pedaço do brejo’, ora para apresentar a riqueza da terra para o técnico da EMATER-MG⁶¹, que gentilmente aceitou fazer em caráter informal a análise da terra para construirmos um parâmetro para o preço ofertado pelo IBAMA. Em outros momentos pedi para ficar por ali durante uma semana, acampada, para acompanhar o dia-a-dia do vaqueiro. Alguma dificuldade era exposta: dona Ló ia a Formoso-MG para modo de consultar com o médico, não seria conveniente ficar só com Samu na casa; Samu estava doente, não seria agradável ter uma estranha em casa; a casa estava suja e dona Ló não se sentia bem em me receber naquela condição ou a casa é pequena e as visitas têm que dormir ‘emboladas’ no quarto que é despensa. A desconfiança certamente estava imbricada a essas dificuldades.

Somente no último período da pesquisa de campo quando retornei à Vereda do Barbatimão sem carro próprio, consegui acampar por alguns dias sob a sombra fresca das piúnas que se localizam a frente da casa de Samu. Isso me possibilitou acompanhar o cotidiano do vaqueiro, quando muitas incertezas sobre o material etnográfico registrado clarearam; foi neste momento, sobretudo que Samu fez menção a como foi a chegada do parque, além de descortinar seu pensamento sobre o IBAMA. Meu acompanhante não estava presente. Acomodados sob uma relação de confiança, as atmosferas de visita, de desconforto e de desconfiança não se formaram.

⁶¹ Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

Na varanda da casa, cerca existe apenas na sua frente; galinhas e pintos atravessavam nossos pés. —“Xôô, galinha!” — dizia Samu. Na parede da varanda, chapéus, embornal, roupas e laços para pear gado estão pendurados. No chão, entre as portas da cozinha e da despensa – as únicas da casa composta por três cômodos – botinas em meio a garrações d’água. Se a casa é vista de frente, à esquerda da varanda estão dois grandes tambores azuis d’água fechados —“para modo da criação não beber” — Samu explica.



Foto 1. Varanda da casa. José Manuel Flores, 2010.



Foto 2. Lateral da casa. José Manuel Flores, 2010.



Foto 3. Botinas e garrações. Perla Fragoso, 2010.



Foto 4. Chapéus. Perla Fragoso, 2010.

Ao chegarmos à casa de Samu, desapeávamos do carro, meu acompanhante seguia em direção a Samu e dona Ló e — “Benção, seu Samu”. Atrás, eu seguia seu ‘carreiro’ e cumprimentava o casal, que nos convidava — “chega pra cá!” — e nos direcionava a sentar nos bancos dispostos na varanda. A maioria das vezes éramos os primeiros a chegar. Dona Ló pedia ao marido para ajudá-la a servir o café, que sempre vinha acompanhado por biscoitos

comprados na cidade. Samu enchia as xícaras e nos servia. Quem por ali surgisse depois da nossa chegada era recebido com o mesmo ritual do café.

Samu velho, como é conhecido das redondezas do ‘Rio Preto’⁶² até o tabuleirão da ‘Vila dos Gaúchos’ sentava-se numa dessas cadeiras que até se dorme. Ora torcia seu cigarro de palha, ora limpava suas unhas com canivete e se incumbia, entre uma ou outra atividade, de ‘puxar’ a prosa. Primeiramente, atualizava-se das notícias da cidade com meu acompanhante; se havia chovido ou se a gestora do parque estava ou não no escritório. Em seguida, o assunto da prosa era o que a ‘criação’ estava fazendo. Galinhas, pintos, perus, porcos, carneiros, cabritos, cachorros: todos estavam ‘soltos’ no ‘quintal’, isto é, no perímetro do entorno da casa. Cercados⁶³ existem apenas para delimitarem os chiqueiros, o curral e a mangueira. A propriedade de Samu, seus 75 hectares contíguos aos 75 hectares de seu irmão, é ‘liberada’; em outras palavras não há cercas para dividir uma propriedade da outra, tampouco para separá-las dos demais vizinhos que outrora moraram por ali⁶⁴.

As galinhas ‘bestavam’ entre nós, fazendo Samu e dona Ló a todo o momento tocarm-nas com a vassoura. A ‘cabrita atentada’ de repente se apresentava ao lado de alguém que estava sentado na varanda. Os cachorros latiam para os porcos que ‘barulhavam’ no mato. Os pintos, com um piar insistente, davam sinal que queriam comida. Neste cenário, a prosa que se desenrolava era sobre o que a ‘criação’ fazia. O gado vacum e os animais⁶⁵ eram menos visíveis que os porcos, as galinhas, cabritos, carneiros e perus. Geralmente estavam pastando nas vargens. Com isso, fui percebendo a estreita relação de Samu com aqueles seres não-humanos e que ‘a criação’ significava o conjunto de rebanhos de gado vacum, carneiros, cabritos, porcos e de aves domésticas. Além disso, Samu foi mostrando-me que a relação desenrolada por ele com a ‘criação’ era estendida a outros seres não-humanos, como com os piaus da vereda abaixo de sua casa. Mais detalhes sobre esse tema o leitor terá na seção **Mexer com criação**.

Da cozinha ou do jirau de lavar vasilhas dona Ló também expressava sua opinião sobre o assunto em pauta. Quando Herculano, Róso, Raimundo ou Zezão estavam presentes, falar

⁶² O Rio Preto corta diagonalmente toda a área mineira do parque, desaguardo no Rio Carinhanha em terras baianas. O Rio Preto é utilizado como referência para definirem o local onde moram quando são questionados, por exemplo, pelos gestores municipais. —“Moro lá no Rio Preto!”

⁶³ É importante ressaltar que os cercados são feitos de ‘paus’ não de arames.

⁶⁴ As cercas existem apenas para delimitar a ‘mangueira’ e para cercar as áreas de roçados. A despeito de não poderem fazer roçados, mantêm as cercas.

⁶⁵ Samu nomeia de animal os cavalos, éguas, mula e burro.

sobre gado vacum⁶⁶ era mais recorrente. Todos criam gado, o que justifica a preferência pelo assunto.

O silêncio às vezes predominava e Samu se encarregava de quebrá-lo, oferecendo mais café ou anunciando que o almoço estava atrasado. Assim se formava a atmosfera de visita⁶⁷. Pouco antes de o almoço ser servido, Samu oferecia um aperitivo para ‘abrir o apetite’. Zé Preto, um dos meus acompanhantes, sempre aceitava. Os outros que me acompanharam – Teddy, Jacinto e Antônio Buracudo – negavam porque tinham ‘parado com a cachaça’. Dos vizinhos, somente Róso aceitava a gentileza.

No início de nossas idas à casa de Samu, Raimundo era o mais quieto dentre aqueles que estavam na varanda. Limitava-se a ouvir e a soltar um leve sorriso vez ou outra se o assunto assim pedisse. Tampouco com Samu ele falava. Tomava o café que lhe era oferecido, agradecia, e voltava ao seu estado de ouvinte.

— “Puxa lá o almoço, dona Carmen” —, anunciava Samu que a refeição estava pronta. Eu era determinada por ele como quem iniciaria o almoço. No fogão à lenha, dona Ló me aguardava para dar suas recomendações: — “Tem farinha aí, se a moça gostar.” — ou então — “O almoço está fraco, né moça?!” No meu ‘carreiro’, vinha meu acompanhante, bem menos tímido do que eu, para fazer seu prato. Raimundo e Tani observavam apenas, pois já tinham feito a refeição em sua casa. Róso, Maria Cardoso e Maria Aparecida aceitavam o ‘de-comer’ se por ali estivessem. Tinham caminhado por uma hora para chegarem à casa de Samu. Zezão e Herculano, quando apareciam pela varanda da casa, não ficavam para o almoço.

Silêncio. Com os chapéus no colo em sinal de respeito todos almoçavam: arroz, vez ou outra com carne de sol, feijão, macarrão, abóbora e farinha. — “Se eu soubesse que a senhora viria teria matado uma galinha.” — justificava Samu quando da ausência de frango no cardápio. Ele tinha ciência de que eu iria, mas fazia questão de justificar de alguma forma a ausência de frango. Dona Ló, por sua vez, desculpava-se pela falta de galinha na refeição

⁶⁶ Gado vacum é nomeado por eles apenas gado. Deste ponto do texto em diante, utilizarei a terminologia nativa para as futuras referências ao gado vacum.

⁶⁷ Cerqueira, 2010, em seu estudo sobre o ‘povo dos Buracos’, também na região noroeste de Minas Gerais, apresenta outras acepções para visita, como: visita de parentes distantes ou visita de vizinhos. De acordo com a visita, uma ou outra intenção é explicitada – como, por exemplo, fofoca – assim como um ou outro de-comer é oferecido. Além disso, Cerqueira mostra-nos o quão corriqueiro são as visitas. Pude perceber ao longo do trabalho de campo, mas sem muita certeza por estar na casa de Samu apenas mensalmente, que essa dinâmica apresentada por Cerqueira tornou-se rarefeita na região onde mora Samu devido à chegada do parque, fato que ocasionou a saída da maioria dos moradores daquela área, bem como dissolveu o que Cerqueira nomeia socialidade.

dizendo que não tivera tempo para matar e ‘consertar’, isto é limpar para cozer. A atmosfera de visita ganhava força diante de tantas justificativas. A intenção expressa era de nos receber da melhor forma. Para ‘rebater’ a comida, outro café. Muito embora minha presença mensal na varanda da casa de Samu, juntamente com a de meu acompanhante, não fosse nomeada por eles como visita, a atmosfera que pairava no ar era a de receber alguém em sua casa. Isso valia para mim, para meu acompanhante, assim como para os vizinhos que ali esperavam para rompermos para a cidade.

— “Dona, veste seu terno!” — em tom de bom humor Samu apressava a esposa. Após o almoço, enquanto dona Ló lavava as vasilhas e se arrumava para ir à cidade, Samu colocava água para as galinhas e comida para os cachorros. Essa rotina se alterava de acordo com a ida ou não de dona Ló para a cidade, pois se permanecesse na casa essas tarefas eram realizadas por ela após nossa partida. Geralmente dona Ló ficava, porque — “Tem que ficar um para dar de-comer a criação” — falava Samu.

Montávamos no carro rumo à vila. Ao chegarmos à Chapada o destino do pouso era a casa de Zera, ‘fazedor de sela’ e irmão de Tani. Por ali todos ficavam. No dia seguinte, antes do almoço, tornava buscá-los para seguirmos a Vereda do Barbatimão. Em algumas ocasiões, esse tempo de estada na cidade era acrescido de mais um dia. De toda forma, o trajeto de volta compunha-se por duas ou três paradas: uma no supermercado, onde pegávamos a feira do mês de Samu⁶⁸, outra no escritório do IBAMA, para conversarem com a gestora do parque, outra no armazém da cooperativa dos gaúchos para comprar milho para a criação.

Retornávamos da vila à casa de Samu e por lá ficávamos por mais duas ou três horas. Nesta ida e vinda de aqui para acolá as conversas limitavam-se aos passageiros, porque a necessidade de atenção e destreza pelas estradas era impositiva. Configurava-me apenas como ouvinte. Brincadeiras entre eles, referências a quem morou em cada vereda, comentários sobre os bichos do mato que transitavam nosso caminho, recordação do quanto o ‘Rio Preto’⁶⁹ era movimentado antes do parque, menção a como o mato cresceu depois que o ‘parque velho’ chegou: esses eram os assuntos mais falados. O caminho que percorríamos ditava o assunto da

⁶⁸ Os outros às vezes também aproveitavam para fazer a feira do mês.

⁶⁹ Jacinto, 1998, em sua pesquisa sobre o ‘povo do Santa Rita’ neste mesmo parque nacional também notou que os rios e as veredas informam tanto sobre um espaço físico, quanto sobre um espaço social.

prosa entre os passageiros e remetia a um território ordenado pela campesinidade⁷⁰, isto é, uma ética camponesa que constrói uma ordem moral constitutiva das relações dos homens entre si e com as coisas, especificamente com a terra. Nessa ética camponesa, a terra não é vista como objeto de trabalho, e sim como manifestação de uma moralidade; significa patrimônio da família, local onde se desenvolve o trabalho que constrói a família como valor, e não somente como uma natureza sobre a qual se projeta o trabalho de uma unidade doméstica. A terra compreendida como patrimônio familiar não é vista como mercadoria.

A campesinidade que ordenava aquele território que a cada trajeto ia sendo descortinado revelava o ‘tempo dos Carneiro’ – o tempo do patrão – e era expressa por meio das categorias nativas ‘fatura’, ‘movimento’ e ‘liberto’. Muito embora a campesinidade afluída remetesse ao ‘tempo dos Carneiro’, quando um conjunto de regras verbais era estabelecido entre fazendeiro e agregados⁷¹, a exploração do trabalho, o estar à disposição o tempo todo do fazendeiro eram dissolvidos de acordo com o momento presente pelo qual esse grupo social vinha passando – as ‘transformações’ que o ‘povo velho’ dizia que chegariam – e que se reificaram com a ‘chegada do parque’. Para sobreviverem à nova territorialização⁷² que lhes vinha sendo imposta, expressa nas categorias nativas ‘viver do compra’, ‘viver apertado’ e ‘pedir permissão’, e que aqui nomeio de Sertão do IBAMA, o apego à campesinidade era reafirmado. O leitor verá em detalhes esse processo nas seções subseqüentes.

No correr dos meses, tanto a minha presença mensal na varanda da casa de Samu, quanto a dos vizinhos tornou-se costumeira. Maria Aparecida, Tani e Maria Cardoso se ali estivessem passaram a auxiliar dona Ló na cozinha. Oferecia-me também para dividir as tarefas, mas quando elas estavam por lá, ou mesmo se só dona Ló estivesse, minha ajuda era negada. Foram raras as vezes que fui à casa de Samu em 2009 e dona Ló não estava. Nestas ocasiões, Samu aceitava que eu lavasse as vasilhas ou varresse a casa. Com a atmosfera de

⁷⁰ Cf. Woortmann, 1987. A campesinidade, como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos, diz respeito não somente aos aspectos econômicos, mas aos diferentes graus de articulação com a modernidade. A campesinidade como uma ética camponesa emerge, segundo o autor, da articulação entre as categorias terra, trabalho e família pelo fato dessas categorias serem nucleantes e interdependentes. Ou seja, a terra é pensada em relação à família e ao trabalho, assim como o trabalho é pensado em relação à terra e à família. Tais categorias vinculam-se, sobretudo, a valores e princípios da ética camponesa que orientam as questões do cotidiano das famílias camponesas, como também da sua sociabilidade com as demais unidades domésticas do seu meio, valores, no caso do vaqueiro Samu, como a reciprocidade, a honra e a liberdade, como será elucidado no decorrer deste trabalho.

⁷¹ Cf. Moura, 1988.

⁷² Cf. Oliveira, 1999.

visita se formando com menos intensidade, aproveitava para trazer a tona os assuntos conversados por eles no trajeto de ida e vinda da Chapada Gaúcha. A cada trajeto que fazíamos novas informações sobre o ‘tempo de primeiro’ eram expostas por ele. Falar sobre o ‘tempo dos Carneiro’ remetia ao tempo de fartura, de liberdade, tempo em que não precisavam pedir permissão para fazer roçado, para atear fogo para formar pasto ou para retirar madeira. Por outro lado, falar sobre o parque restringia-se a falar que com a chegada da unidade de conservação passaram a ‘viver do compra’.

Com isso, aos poucos Samu foi narrando sobre quando trabalhou como vaqueiro para a Família Carneiro, sobre os vizinhos que moravam por ali, sobre a fartura de mantimento que havia, sobre como formou seu rebanho, sobre como era campear gado, sobre como a vida se tornou ‘parada’ com a chegada do parque. Samu ‘puxava’ a prosa e nela envolvia os vizinhos que estavam presentes na varanda.

A ‘criação’, por sua vez, que ora nos rodeava, ora atravessava nossos pés tornava-se o centro da conversa, como dito anteriormente. Em outros momentos estruturava-se como a ponte para ‘mudar o rumo da prosa’. Por exemplo, falar sobre criação remetia a falar como era a relação de trabalho como vaqueiro, o pagamento, sobre como comprou sua terra. Ou seja: o tema que se instaurava na prosa corriqueiramente era a ‘criação’, que em si poderia não ser o assunto principal da conversa, e sim os assuntos conversados durante o trajeto para a Chapada Gaúcha, mas alguma conexão se fazia presente.

Dessa sorte, no correr do ano de 2009, a atmosfera de visita deixou de se formar, mas a varanda da casa de Samu foi encoberta por outras atmosferas de acordo com o assunto tratado – que ora remetia a um desconforto, ora a uma desconfiança devido à presença do meu acompanhante – como também de acordo com a intenção dos que por ali estavam. Quando Samu dizia não poder mais fazer roça ou ter que pedir permissão para tudo o que queria fazer, a atmosfera de desconforto formava-se. Por um lado, essa atmosfera pairava no ar pela opinião exposta por Raimundo sobre o dito por Samu em relação à presença do parque; em outras palavras, Raimundo dizia que, apesar do parque, alguns conseguiam permanecer na terra à espera pela indenização, porque têm outra fonte de renda que não a terra. Referia-se, com isso, a Samu e dona Ló, que são aposentados rurais, fato que os diferencia dos seus vizinhos. Samu não travava um enfrentamento com o compadre. Ao contrário. Concordava com Raimundo. Por outro lado, a atmosfera de desconforto formava-se também devido à presença do meu

acompanhante, que ali representava o ‘povo do IBAMA’. Ele nada proferia a respeito do que Samu falara. A impressão que passava era que fingira não ouvir. Entretanto, a atmosfera de desconforto em relação ao IBAMA não se configurava, no que tange a Samu, em conflito explícito, tampouco tomava conta do assunto das prosas. Dito de outra forma, Samu esforçava-se para dizer e mostrar que não tinha problemas com o órgão governamental. Respeitava a lei e o IBAMA o respeitava. Existia entre eles um acordo tácito. O leitor verá que essa sua habilidade na dinâmica da relação com o IBAMA provêm dos tempos de outrora: como vaqueiro tinha o respeito e a confiança do patrão expressas tanto no fato dele cuidar do bem mais precioso da fazenda àquela época – o gado – quanto pela permissão de criar seu gado ‘embolado’ com o rebanho daquele para quem trabalhava. Por meio dessa relação de confiança e respeito mútuos, negociava com o patrão questões de seu interesse. Este tema será tratado com mais afinco nas próximas seções dessa tese.

Outro momento em que a atmosfera se transformava era quando eu tentava conversar com Samu explicitamente sobre roças, sobre bichos do mato, sobre ‘paus, sobre sua terra, sobre o parque. Em tom baixo e impaciente, Samu respondia que ali foi lugar de ‘fatura de mantimento’. O ‘parque velho chegou’ e passaram a ‘viver do compra’. Citava alguns ‘paus’, ‘bichos do mato’ que já viu ou já criou e, em seguida, mudava o rumo da prosa. Falar sobre bichos do mato, sobre paus ou sobre roças – como enxugar o brejo para fazer o roçado, por exemplo – eram assuntos interditados por Samu porque o falar sobre soava como se Samu ainda fizesse o que o IBAMA proibira: caçar, pescar, roçar, desmatar. Era um falar sem dizer; um falar despossuído de explicação. A desconfiança tomava corpo e encobria a atmosfera da varanda.

Assim, ao longo das minhas estadas na varanda da casa de Samu notei que falar sobre ‘criação’ não oferecia tanto perigo, principalmente sobre gado. O ‘povo do IBAMA’ tinha ciência de quantas reses Samu criava e da forma como criava. Ele nunca escondera. É importante considerar também que saindo da boca de um vaqueiro não há assunto preferido que não gado. No entanto, mesmo falando sobre gado, as informações eram rarefeitas. Percebia isso quando surgia alguma dúvida sobre o que Samu falara. Ao questioná-lo apresentando minha dúvida, que poderia ser não ter ouvido uma palavra em específico que ele proferira, a atmosfera mudava e o clima de desconfiança tomava conta do ambiente novamente. Diante desse cenário, foi imprescindível para a etnografia debruçar-me sobre o

conteúdo que se apresentava nas entrelinhas das prosas, nos não-ditos e nos silêncios que se formavam quando uma ou outra atmosfera se sobrepunha. Perguntar sobre algum assunto incorreria no erro de obter informações interdidas.

Certa vez cheguei à casa de Samu e na varanda já estavam Herculano, Zezão e Samu sentados em círculo. Samu veio ao nosso encontro. Antes dos cumprimentos já ouvi alguém dizer — “Xii, Herculano, Antônio Buracudo não veio com a moça”. Percebi que Herculano esperava pela minha chegada para conversar com um dos meus acompanhantes em específico. Meu acompanhante e eu nos sentamos e o ritual da visita, que já acontecera com os que chegaram antes de nós, conforme sinalizado pelas xícaras de café usadas que estavam sobre a pequena mesa disposta na varanda, tomou forma: café com biscoitos foram servidos. Zezão perguntou para meu acompanhante, que neste dia era Zé Preto, se Antônio Buracudo tinha enviado alguma coisa para Herculano. Zé Preto disse que não. — “Ele não veio e nem mandou o dinheiro” — disse Samu. Algum negócio Antônio Buracudo tinha feito com Herculano. Em seguida Raimundo apontou na casa de Samu. — “Entra pra dentro, compadre” — e o ritual da visita se repetiu. Um pequeno silêncio se fez presente; Samu em tom baixo dirigiu-se a Raimundo e quis saber se ele tinha ido à casa de Lengo⁷³. A resposta foi afirmativa. A segunda pergunta de Samu foi feita bem esparramada da primeira: deu negócio? Raimundo com sua voz forte e com o falar ligeiro afirmou que Lengo sustentara a proposta; Raimundo pagara 400 reais por um cavalo pequeno que Lengo oferecera. Até esse momento, somente eu dispunha atenção para a conversa de Samu e Raimundo. Os demais proseavam entre si. Com o falar forte de Raimundo, todos ouviram que ele comprara um cavalo. A atmosfera da visita sofreu mudanças: a atmosfera da troca, neste caso de informações, se sobrepôs. Essa sobreposição de atmosferas é percebida tanto pelo anúncio da compra por Raimundo, notificando aos vizinhos que comprara um cavalo, animal cuja posse determina diferenciação social⁷⁴, quanto pelo o que estava por vir: Herculano, após saber que Raimundo comprara um cavalo, anunciou que todos os cavalos que ele comprava morriam em pouco tempo. Neste cenário, a troca de informações tomou conta da conversa. Raimundo, Zezão, Zé Preto e Samu procuraram saber o porquê os cavalos de Herculano morriam. Este, em tom de desolamento, explicou que gastara muito dinheiro comprando cavalos, que os animais que comprara iam emagrecendo e que por

⁷³ Lengo é outro proprietário de terras no perímetro do parque. Mora distante de Samu, próximo a cabeceira do Rio Preto. Samu, por sua vez, mora próximo a barra deste rio, conforme mapa da página 68.

⁷⁴ Galvão, 1972.

isso preferia mula a cavalo por ser mais resistente do que esse último. Raimundo expressou sua opinião —“Isso é sintoma de anemia!” — justificando o emagrecimento do animal. Complementou dizendo que quem infecta o cavalo é a ‘samexuga’ [sanguessuga]. Daí para diante a troca de informações sobre onde era o local mais provável de encontrar ‘samexuga’ e como se deveria tratar o animal infectado sustentou a conversa. Após esclarecer suas dúvidas sobre o porquê seus cavalos emagreciam e morriam, Herculano anunciou sua partida. Levantou-se, dirigiu-se à cozinha e disse para dona Ló — “Até a volta, Ló!” A mesma resposta foi dada por dona Ló. Conduzindo-se a Samu, Herculano despediu-se com — “até em casa!” — e a resposta proferida foi a mesma. Samu roda no lombo do cavalo até seus vizinhos. Dona Ló, após as cirurgias, roda apenas de carroça ou de carro para ir às cidades – Formoso ou Chapada Gaúcha.

Antes de partir, Herculano voltou-se a Zé Preto e pediu para esse passar um recado a Antônio Buracudo: Herculano estaria ali no dia seguinte à espera do guarda-parque. O trato era Antônio Buracudo⁷⁵ ir à casa de Herculano levar o dinheiro, mas como Herculano tinha pressa em receber voltaria à casa de Samu no dia seguinte. Dona Ló do jirau consolou o compadre — “É bom que o dinheiro está rendendo!”. Aqui outra atmosfera de troca se sobrepunha: a do negócio com o ‘povo do IBAMA’.

Muito embora a atmosfera de desconfiança tenha se formado com mais força ao longo das minhas conversas com Samu e com seus vizinhos, no correr dos meses que passei por ali uma terceira atmosfera de troca se sobrepôs: a troca das mulheres especificamente comigo. Como eu percebera que sempre era recebida com um de-comer e ciente que levava, além de mim, mais uma boca – a de meu acompanhante –, além de saber que viviam ‘do compra’ com a chegada do parque, comecei a contribuir com uma pequena feira, que eu entregava diretamente a dona Ló. Junto com a feira, vez ou outra eu levava um regalo para Samu e para dona Ló: ora uma cachaça para Samu, ora um cd de moda de viola; ora panos de prato para dona Ló, ora uma blusa. Com isso, certa vez recebi de dona Ló queijo, em outra ocasião ovos, em outra pão de queijo, e na última, que foi pouco antes de finalizar a pesquisa de campo uma

⁷⁵ Tanto o guarda-parque Antônio Buracudo quanto Jacinto – que me acompanharam vez ou outra à casa de Samu – são responsáveis pela ronda no Rio Preto, isto é, à cavalo percorrerem esse perímetro do parque para fiscalizarem se há ou não alguma irregularidade, como por exemplo: desmate, caça, pesca, gado em áreas já indenizadas. Durante essas rondas, passam na casa dos moradores ‘para modo de um café’, uma prosa e para saberem se eles têm notícias de irregularidades. Nas entrelinhas, aproveitam para vigiar os moradores. Para um histórico sobre o trabalho de guarda-parque, bem como sua relação com os antigos posseiros e gestores do parque ver Jacinto, 1998 e Correia, 2002.

galinha. Elena, esposa de Zezão, e Tani, esposa de Raimundo, ofereceram-me queijo. Tanto dona Ló, quanto Elena e Tani justificaram a oferta dos alimentos como agradecimento às caronas mensais. No princípio, perguntavam quanto tinha custado o percurso. Como a cada trajeto eu reafirmava que ‘não era nada’, ao longo das minhas idas à Vereda do Barbatimão as mulheres trocaram as caronas pelo de-comer. Essa troca, compreendida como uma linguagem, remetia a outras linguagens: a comida trocada expressava seu grande valor social; seu valor de uso a fazia ter valor de troca. A comida trocada falava sobre a família, a terra, o trabalho. A reciprocidade expressa na troca de comida por caronas revelava a ética camponesa que estrutura as relações entre os indivíduos, bem como entre esses e a terra⁷⁶.

Diante do panorama anteriormente exposto, a varanda da casa, que outrora tinha a função de obstruir a intimidade – como um filtro, um local de transição entre o público e o privado – teve sua função modificada de acordo com as próprias transformações pelas quais aquele grupo doméstico vem percorrendo com a nova territorialização que lhe está sendo imposta – o Sertão do IBAMA – e que o leitor verá em detalhes ao longo das próximas seções dessa travessia. Em outras palavras, a casa atual não diz respeito ao modo de vida daquele grupo social; como dito no prólogo, a casa, feita de palha de buriti, chão de terra e paredes de adobe foi consumida pelo fogo em certo momento. Samu e dona Ló mudaram-se para a antiga escola, agora casa, mas não se identificam com ela, com uma casa de alvenaria, telhas de barro e com apenas três cômodos. A cozinha que em outros tempos certamente era o espaço da intimidade, do ‘de-comer’, onde recebiam as visitas mais ‘chegadas’, na casa atual não comporta nem uma mesa. Há somente o fogão à lenha construído na parede esquerda, também feito de alvenaria, e duas prateleiras para as vasilhas na parede direita. A mesa foi, então, transferida para a varanda – local onde fazem suas refeições, recebem suas visitas ‘chegadas’ ou não. Reconstruir a casa antiga era vontade de Samu, tanto que iniciou a obra. Entretanto, com a ‘lei do IBAMA apertando’ a dificuldade para se manter no Gerais tornou-se mais forte. Roçados nos brejo já não havia; os filhos não viviam mais na terra do pai, porque deixou de ser labutada com a chegada do parque; tiveram, portanto, que ‘caçar rumo’, vizinhos tornaram-se raros com a saída dos posseiros para o Assentamento São Francisco, o gado que

⁷⁶ Cf. Woortmann, 1987.

outrora regia o ritmo da vida de Samu tornara-se rarefeito com a ‘lei do promotor’, que proibiu a criação de gado para além dos limites da propriedade.

Nesse sentido, a varanda encerra-se como imagem das transformações sobre o uso da terra que vêm compondo o Gerais em Sertão do IBAMA. Na varanda da casa do vaqueiro, parados, analogamente ao atual estado de vida de Samu e dona Ló, como os próprios analisam, observavam e conversavam, comigo e com seus vizinhos, sobre a ‘vida parada’ em detrimento do movimento de outrora. Todavia, a ‘vida parada’ a qual se referiam não se tratava de ausência de trabalho, como o leitor verá. Referia-se ao pouco trabalho que podem empenhar entrelaçado à necessidade de terem que pedir permissão para tarefas que antes desempenhavam sem o aval de terceiros.

Portanto, fixados àquele espaço desenvolvemos nossas conversas que remetiam ao cruzamento das distintas temporalidades que perpassavam a vida de Samu e que trouxeram à luz um modo de vida trajado por uma ética camponesa que a todo o momento era reafirmada com o intuito de minimizar as transformações que faziam do Gerais o Sertão do IBAMA. A varanda, com suas atmosferas sendo alteradas de acordo com os assuntos tratados, bem como com as intenções proferidas por aqueles que por lá estavam, transformou-se no espaço da etnografia, onde um modo de vida foi-me comunicado⁷⁷.

⁷⁷ Conforme analisa Freyre, 2003, a varanda da casa de tempos em tempos foi modificada como acesso a diferentes percepções sobre o público e o privado. Por exemplo, se antes tinha a função de obstruir a intimidade, com as transformações na sociedade patriarcal transformou-se num espaço de convívio feminino.

‘HISTÓRIA VELHA QUE O POVO CONTAVA’

[...] Êêêê... boi encantado e aruá
Ê boi, quem haverá de pegar
Eu vim de longe, bem prá lá daquela serra
Que fica donde as vista num podem alcançar
Recomendado dos vaqueiro de minha terra
Pra nessas banda eles nos representar
Alas que viemos em dois eu e mais Ventania
o mais afamado dos cavalo do lugar

Elomar Figueira Melo⁷⁸ - Cantiga do Boi Encantado

Em um dos dias que passei conversando com Samu na varanda de sua casa, mostrei as fotografias da onça preta⁷⁹ que o ‘povo da Biotrópicos’ capturara⁸⁰. Estavam presentes Samu, dona Ló e Raimundo. Meu acompanhante não estava; isso acontecera quando fiquei acampada em frente à casa de Samu. Perguntei se avistaram uma onça como aquela em algum momento de suas vidas. A negativa foi unânime. O rastro foi visto, porque o pé era tão grande quanto o pé da onça da fotografia. Desse diálogo, Samu narrou uma ‘história velha que o povo contava’ a partir da qual uma análise sobre o modo de agir de um vaqueiro, tanto no tocante à valentia e destreza para a lida com animal de grande porte, quanto no que tange a lealdade ao patrão pôde ser realizada; análise que elucidou, sobretudo, pistas sobre a relação de Samu com o ‘povo do IBAMA’, como o leitor verá a seguir.

⁷⁸ Elomar é um compositor e cantor de Vitória da Conquista – BA, que se baseia na tradição musical dos violeiros.

⁷⁹ *Panthera onça*.

⁸⁰ Organização Não Governamental que faz pesquisa com grandes felinos na área do parque, bem como em outras unidades de conservação. O felino foi capturado com a armadilha laço, um cabo de aço que é colocado em lugares onde já visualizaram pegadas do bicho. Após a captura, o felino é anestesiado e recebe uma coleira, sendo então posto em liberdade. Por meio dessa coleira, os pesquisadores acompanham a movimentação do felino pela técnica de radiotelemetria.



Foto 5. Onça preta (*Panthera onca*) capturada no Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Arquivo - ONG Biotrópicos,

Após mirarem a fotografia, Raimundo entra na prosa com sua fala rápida e brigante — “falam que onça come cachorro, come gente, animal. Onça vem de tudo esses mundos de Goiás; gruna, boqueirão é onde onça fica. Onça andou umas três vezes na passagem de Samu. Só não passou pelo movimento do cachorro. Por aqui só tem a onça vermelha [suçuarana]⁸¹. No [córrego] Cana Brava tem da preta.” Samu, com a fala mansa, confirma que por ali só tem a onça vermelha, mas replica o dito por Raimundo. Diz que ano retrasado uma onça comeu 22 bezerros do seu rebanho, fato que o fez levar os demais bezerros para a Fazenda Perpétua⁸² no Rio Carinhonha. —“Daí ela [onça] saiu e deu notícia ‘tá comendo no Rio do Ouro’. Ela é conhecida porque ela faltava um dedo”.

A ‘onça conhecida’ tentou pegar uma vaca. Rasgou, mas não deu conta de segurar. — “Tinha outra que só comia animal. Pegou dois poldros nosso aqui. Dos outros [vizinhos] ela comeu mais. Tive notícia dela. Vão dos Buracos. Disse que estava lá comendo. Daí para cá, não voltou cá mais. Ou mataram, ou morreu. Aquele bicho anda demais! Antes de ter IBAMA o povo matava elas, aquela suçuarana. Depois que IBAMA chegou, parou de matar. Daí a bicha rendeu.”

⁸¹ Nomeiam de suçuarana, suçuarana vermelha, onça vermelha, onça melada ou onça parda o felino *Puma concolor*.

⁸² Fazenda Perpétua era propriedade de um dos seus ex-patrões da família Carneiro. Tanto esta fazenda, quanto as demais propriedades dessa família foi vendida há anos. Nota-se que Samu se apóia no espaço-tempo de outrora, quando era vaqueiro das propriedades dos Carneiro, para se referir aos acontecimentos atuais.

Silêncio. Samu puxa a prosa novamente. Recorda que ‘de primeiro’ onça não pegava gado porque o marruá⁸³ protegia o curral. —“Só não fazia mais destreza com medo do chão afundar” — refere-se Samu ao marruá. Marruá rodeava o curral a noite toda, rodeava com intenção de proteger, esturrando, e a onça não se aproximava. Explicação rápida dada por Samu sobre o ‘tempo de primeiro’ quando onça por ali não se atrevia a aparecer. O silêncio toma conta da prosa novamente. Devagarzinho, com uma palavra bem esparramada da outra, Samu rompe o estado de calma: — “O povo velho contava uma história que trata da onça mais o marruá.” Samu força um silêncio e o veste de suspense; no decorrer da história Samu aciona essa estratégia, traduzida aqui pelo sinal de reticências.

⁸³ Marruá, touro que vive livre pelos matos sem passar pelo curral. Isso o torna bravo e faz da sua captura o assunto do sertanejo. Ver Câmara Cascudo, 1972, p. 542.

História da Onça Mais o Marruá

O causo foi que diz que a Onça encontrou mais Marruá. Detestavam os dois. A Onça falou:

— Ô, amigo Marruá, eu sou mais ligeiro que ocê!

— Ê, amiga Onça... Mas eu também sou ligeiro!

— Então vamos fazer um trato para nós encontrarmos!

Marcou a cabeceira lá.

— Nós encontrarmos em tal cabeceira em tale hora.

E aí eles fizeram o trato e lá foram. A Onça foi, o Marruá, mas a Onça mais esperta foi antes da hora, ficou! Diz que atrás de um cupim. Bem aí, o lugar era mais lá ela ficou mais para cá, para pular no Marruá.

Marruá vai desencalmado, esturrando, berrando... é lá e é vai. Quando foi passando no cupim ela... Saltou nele, ele já tinha virado, riscou ela no chifre; chifre diz que ainda pegou no cupim! E ela saiu torta, queimada de dore!

— Ê, amigo Marruá, mas você é ligeiro!

— Ê, amiga Onça, só não faço mais destreza com medo do chão afundar!

[risos de Samu]

Aí a Onça não quis saber mais do Marruá! Aí ele chamou ela para ir lá no ponto para eles fazerem o teste quem era mais ligeiro; ela não quis ir não.

— Não, não precisa não! Eu já sei!

Daí para cá ela não quis experimenta ele mais! O povo velho que contava... (Samu)

‘O povo velho que contava’, ‘história velha que o povo contava’. Isso era o ‘tempo de primeiro’. Quem é mais ligeiro, isto é, mais rápido, mais forte, mais esperto, quem reina no cenário do Gerais. O teste marcado na cabeceira de um rio, local com água sem necessidade de fartura, apenas o suficiente para saciar a sede e descansar após o confronto. No Gerais, em cabeceira de rio se passa de botina sem molhar! Assim é a cabeceira do Rio Carinhanha, reguinho que ganha corpo. — “[A Carinhanha é] grandona, rião danado. Riinho pequeno que

tem daqui para riba tudo deságua na Carinhanha⁸⁴. Acho que por isso que ela é grande” — analisa Samu. A esperteza da Onça tem a forma de ação traiçoeira, a tocaia: ela parte antes da hora combinada ‘para modo’ de se esconder em local próximo ao determinado para o encontro. O modo de caminhar do Marruá, rondando abertamente o curral, contrasta com o comportamento furtivo da Onça. A esses traços morais acrescentam-se outros traços do Marruá: a valentia de quem domina o terreno; sua agilidade e força, sobressaídas pela forma como usa o chifre, pelo qual é admirado, para vencer a batalha sobre a Onça. Para finalizar a história, a destreza, que encerra em si as qualidades do Marruá. Tais traços morais desvelam, sobretudo, que o Marruá contrasta com a Onça por suas características esperadas do ser humano: a lealdade e a valentia em contraste com a traição e a força. Mas o Marruá, que cuida do curral, vive, ele mesmo, solto, tem, pois, outro atributo importante do humano: a liberdade.

Quando Samu contou-me essa ‘história velha’ fiquei pensativa, buscando entender seu significado. Não pude pensar por muito tempo, porque logo em seguida Samu trouxe à tona outra história: quando ele foi cercado por um bando de queixadas⁸⁵. História real que com ele acontecera e me contara na primeira ida que fiz a sua casa. De lá para cá, Samu me contou essa história mais quatro vezes. A última vez foi após ter narrado a ‘história velha que o povo contava’ descrita anteriormente. Vá ouvindo!

As reticências aqui também indicam a pausa que Samu coloca no contar com o intuito de suspense criar.

⁸⁴ Samu chama o Rio Carinhanha de a Carinhanha.

⁸⁵ *Tayassu pecari*.

O Bando de Queixadas

Aí, os cachorros não me largam, foram. Eles latiram, Preta, mas o outro, Pintado, eles eram quatro. Tinha outro. Era Pintado, Preta, Raposo e tinha outro, que era de Santo [filho]. Aí eles latiram e um correu em meu rumo. Chegou, arrupiado e correndo. Daqui um pouco... me viu, rompeu! Outra vez. Aí vinha um, de lá para cá, eu digo: É um caititu, eu vou é matar ele pra eu comer! [risos de Samu] Ô, moça! Quando eu vi os cachorros passaram tudo assim de carreiro e a bichaiada [os queixadas] me cercou e eu abri o grito! Quanto mais gritava, mais porco chegava. Ô medo que eu passei! Cada estralo que eles dão no queixo... A égua empinava, batia assim, de cá juntava nela, ela empinava, batia pra um lado e outro e a sela frouxa! Eu digo: Hoje eu caio aqui e eles me matam! Era só eu cair e eles me matavam mesmo! Lá vem outro, puxou com uns gritos, porque eu estava gritando, e o barulho do queixo daquele que gritava e lá vem esse outro, marrozão.... Era grande! Saiu em riba da cachorra... Daí a cachorra deu uns latidos eles abriram e eu sai ó...—Vocês ficam aí, diacho! E eles pisaram atrás! Atrás... E eu lá frente! Eu digo: Agora eu não tenho medo de vocês não! Eu não vou deixar vocês me cercar. Não quero graça com porco! Caititu não. Caititu não enfrenta a gente não. Só se eles estiverem acuados. (Samu)

Nessa história, 'porco' designa genericamente os porcos silvestres, ou porcos-do-mato. A história conta como Samu confundiu um tipo de 'porco' com outro, um bando de queixadas com caititus. O caititu é pequeno e anda sozinho ou em pequenos grupos; o queixada é maior, anda em bandos e constitui risco de vida para o vaqueiro ou caçador desprevenido. Outros personagens da história são os cachorros, que "acuam" o caititu, mas não são capazes de enfrentar um bando de queixadas.⁸⁶

⁸⁶ Queixadas: *Tayassu pecari*. Caititu: *Tayassu tajacu*. Ambos são chamados de "porco".

Marruá é como Samu nomeia o chamado touro, isto é, o boi reprodutor. Lugar de onça? No carrasco que havia no tabuleirão. —“Tratava de tabuleirão. O que habitava lá era a suçarana vermelha, o bandeira⁸⁷ e o queixada. Lá na vila, no tabuleiro, era carrascão que nada rompia. Só tinha o carreirinho. Foram abrindo o carreirinho e fizeram a rodagem [estrada]. Os gaúchos chegaram e acabaram com tudo. Com muita gente, muito movimento, os bichos foram mudando; são bravos. O povo daqui achava que lá era uma terra sem futuro, porque ninguém mexia, não tinha água, era seco. Os gaúchos, com máquinas e calcário, fizeram a terra da Chapada dar mantimento igual nas terras de culturas.” — disse Samu.

Pelas redondezas do Rio Preto e do Rio Carinhanha, da Vereda dos Porcos à Vereda do Barbatimão – no quarteirão onde foi nascido e criado Samu – onça não andava porque o marruá, o boi reprodutor ‘de primeiro’ era mais forte, maior e rodeava o curral ‘para modo de proteger a criação’. Onça não se aproximava só de ouvir o esturro do marruá.

Marruá e vaqueiro: valentes. Medo há, mas não impede o vaqueiro de enfrentar o bicho do mato, porque, para ser vaqueiro, o medo antes mesmo de aparecer deve ser rompido. É a regra. Amansar cavalo é uma de suas tarefas. — “Cavalo? Cavalo é só arriar ele, nego que tiver coragem, muntou, pode deixar saltar! [risos] Mas não é todo mundo que munta ni cavalo brabo não! Por medo da queda. Ele pula! Eu amuntava. Ia amansando... [ia batendo] no corpo mesmo, na anca.” Samu desde os doze anos monta em cavalo ‘brabo’, chucro. Fez a vida no lombo do animal e foi isso o que ensinou aos seus filhos. — “Serviço que ensinei ele [filho Valdo] foi montar em cavalo brabo, campear, isso tudo ensinei a ele.” Os filhos de Samu ‘de pequenos’ o ajudavam no trabalho do campo; eram espertos, não perdiam os bois. Para além da valentia, a destreza é imprescindível. O bicho do mato pode ser ligeiro, esperto, mas o vaqueiro, assim como o marruá, está atento para aproveitar o melhor momento para agir.

Uma imersão na forma de agir de um vaqueiro – na habilidade que é necessária para a lida com animal de grande porte – é imprescindível neste momento do texto. A monotonia da vida no Gerais é rompida vez ou outra pela surpresa que se anuncia de repente. Sentados sob a sombra de uma árvore os vaqueiros miram a paisagem clara e quente e aguardam o aviso que certamente trará um vizinho: o gado fugiu. A movimentação toma conta dos corpos antes em descanso. O vaqueiro segue destemido rumo ao gado, enfrentando os espinhos e a poeira do carrasco ou a lama fria e escorregadia das vargens. Preciso é que o vaqueiro tenha destreza

⁸⁷ Tamanduá-bandeira: *Myrmecophaga tridactyla*.

para abaixar a cabeça para modo de não a rasgar nos galhos da vegetação contorcida, entrelaçada e espinhosa. Agilidade é fundamental para cavalgar pelas vargens sem se deixar atolado na lama. Não acompanhei essas montarias; são lembranças das conversas de Samu que se misturam com a leitura das folhas escritas por Euclides da Cunha em **Os Sertões**. Pela maneira forte e ligeira como Samu empurra a areia do Gerais com seus pequenos pés e as rompe com passos ligeiros, tive uma amostra da agilidade do vaqueiro. Pude vê-la também ao caminhar com Samu cortando as veredas, ‘para modo do caminho encurtar’. Enquanto eu atolava a cada instante, afundando meu corpo até o joelho na lama preta e fria, Samu ria e mostrava a barra de sua calça seca. Como um malabarista caminhando sobre uma corda invisível suspensa ao chão, Samu rompia as vargens, eu imaginava. Isso não se formava como verdade. Samu fazia questão de romper as vargens pelos lugares mais alagados. Não havia corda suspensa, mesmo assim não molhara as barras da calça. Parecia mágica!

Ao avistar o gado fujão, a destreza agora é impositiva para a lida com o laço. Força e agilidade dominam o corpo do vaqueiro para garantir que o gado esteja seguro pelo laço para o retorno ao curral se iniciar. Ou ainda, como expressou José de Alencar, “Outra coisa é o campear de nossos vaqueiros. Aí há combate leal; o novilho tem a liberdade de aceitar ou evitar o assalto; a floresta abre-se diante dele. É uma luta de força e destreza, em que nem sempre o homem é o vencedor.” (Alencar, citado por Romero, 1977, p. 106).

Em outro momento, no lombo do cavalo, campeando a boiada no ritmo imposto pela mesma, o vaqueiro – aboiando – segue a passo manso, embora atento para o acontecimento que por vir possa estar: o estouro da boiada⁸⁸. Com Samu aconteceu uma só vez, diz. O medo se fez presente, mas sem força para tomar conta do vaqueiro. —“Boi veio com tudo para rua [estrada]. No São Joaquim, indo para Januária. Era só boi. Levar boiada sempre é mais gado macho”.

A imersão na habilidade do vaqueiro para a lida com animal de grande porte se finda e retomo a história sobre quando Samu foi cercado pelo bando de queixadas. Uma figura fundamental foi a cachorra Preta. Samu reitera esse fato após terminar de contar o ocorrido. —“Essa cachorrinha é ligeira! Valente!” — disse. O vaqueiro estava atento; ao latir do peão, como chama os cachorros que o acompanham no campo – o trabalho de campear o gado –,

⁸⁸ Cunha, 2000.

Samu com a égua disparara. A sela frouxa não impediu o vaqueiro habilidoso ‘passar de carreiro’.

Onça e queixada: destemidos. Não dão passagem para ninguém. Marruá ‘desacalmado’ segue rumo ao local do encontro. O esturro anuncia sua passagem, mas não se faz impedimento para ouvir qualquer ruído. Como o vaqueiro, marruá segue atento pela travessia. Com destreza de todo tamanho, marruá enfrenta a onça com seu chifre, risca-a e a deixa sofrer de dor; mesmo tamanho de destreza que faz o vaqueiro não cair da égua a despeito da sela frouxa.

O Gerais. Vaqueiro e marruá são personagens que dividem esse cenário um como espelho do outro. Valentes, ligeiros, habilidosos, libertos. A vida diária, mansa, com a presença da quentura do sol batendo na areia fina recebe um alento repentino: um frescor de brisa mexe as copas das árvores. Isso parece ser o máximo de agito que o ‘povo do Gerais’ vivencia. A monotonia da vida ganha forma de que nada acontece para além da contemplação da paisagem. Engano. O vaqueiro e o marruá parados estão para o inesperado enfrentar.

Além da valentia, destreza e agilidade, outra característica do vaqueiro se sobressai: sua autonomia moral. Como “valente defensor da propriedade confiada à sua coragem solitária”⁸⁹, o vaqueiro criava sua rês ‘embolada’ com a do patrão. Dele tinha o respeito e a confiança. Samu explicita a estreita relação que tinha com o patrão ao contar sobre a Família Carneiro.

Proprietários de três fazendas, cujas terras eram contíguas, Samu trabalhou durante mais de vinte anos para ‘os Carneiro’. Eram três irmãos – Claudionor, Manassés e Zezé, e um primo chamado Pedro. Em detalhes Samu narra a qual dos irmãos uma ou outra fazenda pertencia, com quantos anos e como foi a morte de um dos irmãos. — “Morreu de alegria, [pois] tinha alguns filhos que estava com era que não via. Fez festa deu febre e morreu.” Termina a história enfatizando — “Sei isso porque mãe explicava e eles também explicavam”. A proximidade de Samu com os patrões é expressa pelos acontecimentos que a Família Carneiro dividia com o vaqueiro.

A confiança e o respeito da Família Carneiro ao trabalho e lealdade de Samu – lealdade à ordem social da fazenda – são exemplificadas, sobretudo quando o vaqueiro conta que o patrão para quem mais tempo trabalhou – Pedro Carneiro – queria vender sua fazenda, mas

⁸⁹ Câmara Cascudo, 1972, p. 882.

antes de negociá-la viera falar para Samu que desistiria do negócio se ele voltasse para o posto de vaqueiro da fazenda. Samu tinha ‘alicerçado um chão’, deixado de ser agregado; comprara sua terra com o pagamento que recebia – o ‘gado tirado na sorte’, como será mostrado na seção seguinte – pelo trabalho especializado de vaqueiro, fator que o diferenciava dos demais agregados⁹⁰. Deixara o trabalho de vaqueiro justificando que ‘não agüentava mais batidão’, cuidando, nesse momento, apenas do seu rebanho. Não aceitando retornar ao trabalho, Samu ouviu de Pedro que este se comprometeria a vender a fazenda para o comprador sob a condição de o mesmo aceitar a permanência do gado de Samu nas terras da fazenda. — “Gado é quase que nem gente mesmo. Tem a maloca deles. Batem num logradouro só.” — justifica Samu a permanência de seu gado nas terras do antigo patrão.

Como vaqueiro, um agregado que desenvolvia um trabalho especializado na fazenda, Samu tinha o que nomeia ‘direito de criar’. Além da morada e da autorização para fazer seu roçado, o vaqueiro podia criar sua rês ‘embolada’ com a do patrão. Em troca a esse favor concedido pelo patrão, o vaqueiro deveria estar à disposição da fazenda a todo o tempo, campeando gado, trabalhando na ordenha ou amansando animais de montaria. Um “código costumeiro do uso da terra e do trabalho”⁹¹ era firmado verbalmente entre o fazendeiro e o vaqueiro; tal código compunha-se por deveres a serem cumpridos pelo vaqueiro mediante a uma “ordem verbal” do que se podia fazer a cada dia ou a cada época. Esse código costumeiro tinha como principal característica o compromisso assumido, fato que supunha ao vaqueiro uma qualidade de devedor. Como Samu foi fiel e leal à ordem social da fazenda e assim adquiriu o ‘direito de criar’, saldou corretamente sua dívida com o ex-patrão. Conquistou o ‘direito de criar’ e a prorrogação de tal direito foi colocada como condição pelo ex-patrão ao futuro comprador da fazenda. Nas seções seguintes o leitor verá que Samu aciona o ‘direito de criar’ na sua relação com o IBAMA, utilizando-o como justificativa para a permanência do seu gado nas áreas que constituíam a antiga fazenda do patrão.

Manassés e Claudionor, para quem Samu trabalhou três anos, também venderam sua fazenda. Diferentemente de Pedro, queriam que Samu se mudasse com a família para Januária, onde os irmãos Carneiro tinham outra propriedade. O desejo era continuarem com o trabalho do vaqueiro em outro local. Samu e uma de suas filhas faziam gosto pela mudança, porque

⁹⁰ Galvão, 1972, Moura, 1988.

⁹¹ Moura, 1988.

gostavam ‘da Januária’. Dona Ló, ao contrário, não queria deixar a terra que haviam comprado: a Fazenda Barbatimão. — “Eles eram emburrados porque queriam que eu fosse para Januária-MG.” — disse Samu.

As fazendas da Família Carneiro foram vendidas ao Doutor Luciano sob a condição dele deixar Samu continuar com sua criação ‘pelo Rio Preto’. — “É assim até hoje. “Digo para [gestora do parque] e para todos que trabalharam aí: não prendo minha criação. Para os lados que estão indenizados eu não deixo ir. Se está cedo, de tarde eu tiro.” ‘Desengano das vistas é furar o olho’ era o dizer de sua mãe e que Samu carrega consigo. Portanto, da mesma forma como Samu respeitava as regras do patrão de outrora, respeita atualmente as leis do IBAMA não permitindo que seu gado paste em áreas indenizadas. Por outro lado, o ‘direito de criar’ adquirido no ‘tempo dos Carneiro’ é acionado por Samu para justificar seu gado solto nas vargens das áreas das fazendas dos seus ex-patrões. Tais áreas ainda não foram indenizadas e Samu tem ciência disso. Adiante, o leitor verá que o ‘direito de criar’ foi rompido com a implantação da ‘lei do promotor’.

Como vaqueiro Samu cuidava do gado da Família Carneiro, que morava em Januária. Vaqueiros habilidosos e confiáveis eram necessários para cuidar de gado solto em terras indivisas. A palavra do vaqueiro para o patrão não podia expressar dúvida. O gado era o maior bem monetário em terras em que a agricultura era gênero menor. Com muito esmero devia cuidar do rebanho do patrão. Além disso, eram os vaqueiros quem negociavam com o boiadeiro a venda das reses. A confiança da Família Carneiro no trabalho do vaqueiro era imprescindível. Já dizia são Major, personagem do conto **O burrinho pedrês** de Guimarães Rosa, o prestígio que o vaqueiro tinha para o seu patrão. “Escuta: eu dou valor aos meus vaqueiros, e o que eles contam de si eu aprecio. Pessoal meu é gente escolhida...”⁹²

Essa confiança da Família Carneiro proporcionou a Samu, enquanto vaqueiro leal, privilégios como o narrado por ele: não obstante a venda da fazenda, Samu poderia continuar com a criação nas terras. Era a condição que seu ex-patrão impunha ao novo proprietário. Mas o vaqueiro não era um trabalhador que aceitava de cabeça baixa os mandos do patrão por saber que privilégios poderia ter devido à confiança que lhe era outorgada. Ele aprendera a negociar; aprendera a valorizar sua presença. Sabia de sua importância na lida do campo. Este fato fica claro nas falas de Samu sobre quando o parque chegou ‘da primeirinha vez’. Samu já não

⁹² Rosa, 2001, p.68.

trabalhava mais para a família Carneiro, mas deixou sua terra para voltar a ‘trabalhar na Carinhanha pro Zezé Carneiro.’ Seu filho Santo foi quem permaneceu cuidando da propriedade da família. Com a ‘lei do IBAMA chegando’, Santo falou ao pai para retornar com medo de perderem a terra pelo fato do dono nela não estar. Samu não queria deixar o trabalho na Carinhanha, porque estava ganhando seus bezerrinhos. Por insistência do filho, Samu retornou. Arrepende-se, pois se tivesse continuado a trabalhar para Zezé Carneiro, a despeito da ‘chegada do parque’, teria formado um rebanho maior e podido alicerçar um chão. Não precisaria estar à espera da indenização para poder comprar outra terra. Esse é o cálculo que o vaqueiro faz. Mas um retorno ao momento em que Samu deixou o trabalho se faz necessário nesse momento do texto.

Com sua saída, a família Carneiro contratou Valdo, outro filho de Samu — “porque ele sabia dividir o gado e o vaqueiro que estava lá não sabia. Eram muitos irmãos.” — explicara-me Samu. Após anos de trabalho de Valdo, a família Carneiro pediu que ele deixasse a lida. — “Acho que era medo, porque já tinha muitos anos.” Os patrões sabiam que se Valdo encaminhasse alguma questão para a justiça certamente ganharia, na medida em que não era possível o fazendeiro argumentar que o vaqueiro não era seu empregado. Entre o trabalho no campo, na ordenha e na domaçoão de animais de montaria, o vaqueiro trabalhava 30 dias por mês.⁹³ Samu não expressou indignação com esse fato, mas com outro que estava por contar: — “Quando estavam atrás dele, foram buscar ele. Agora para pagar, eles queriam que ele fosse buscar”. Samu falou para a Família Carneiro levar o pagamento para Valdo. Nesse momento fica clara a autonomia moral do vaqueiro perante o patrão. Havia enfrentamento baseado no respeito recíproco existente na relação vaqueiro-patrão.

A valorização do vaqueiro perante seu patrão encerrava-se pelo fato desse trabalhador cuidar, com lealdade, do bem mais precioso da fazenda⁹⁴. A partir desse trabalho especializado, o vaqueiro acumulava gado – um quarto das crias nascidas do rebanho do patrão – e, como numa progressão temporal, o vaqueiro leal passava à condição de

⁹³ Moura, 1988.

⁹⁴ A literatura de cordel narra histórias que desafiam essa lealdade do vaqueiro ao seu patrão, como por exemplo, na história do Boi Leitão, na qual o herói é um vaqueiro leal à palavra do patrão. O patrão cria uma situação onde o vaqueiro se vê diante de sua filha, que levanta a saia sob a condição de que o vaqueiro mate o melhor boi do patrão. O intuito é provar que o vaqueiro jamais lhe mentirá, apesar de ter morto seu melhor boi para ver as pernas da filha do patrão. O vaqueiro de fato diz a verdade ao patrão, mostrando que é homem de palavra e é valente. E é recompensado casando com a moça, e a tensão – lealdade x independência do vaqueiro – é assim resolvida (Almeida, 1979, P. 189).

proprietário de gado e de terra, como explicitado na fala de Samu quando narra que deixou o trabalho de vaqueiro por já ter alicerçado um chão. Do ponto de vista econômico, sua própria posição financeira de vaqueiro era contígua à do patrão. Seu lugar na relação patrão-vaqueiro, portanto, não era estático.⁹⁵

O vaqueiro, muito embora agregado, diferenciava-se, assim, daquele agregado que trabalhava a terra, pois além de acumular bens, não tinha seu trabalho vinculado ao cabo da enxada. O fato de campear gado ao invés de trabalhar preso à terra proporcionava ao vaqueiro uma sensação de liberdade. Sentia-se, sobretudo, independente do patrão por se tornar dono de bens, por poder acumular.

Ao contrário das peias existentes na relação entre patrão e agregado⁹⁶, a relação entre patrão e vaqueiro era atravessada pela ambigüidade; o vaqueiro era fiel, respeitava a ordem social da fazenda, não travava um conflito direto com o patrão e, ao longo do tempo, tornava-se dono de gado e terra. Sentia-se, nessa relação, independente, liberto do patrão. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que se tornava independente, permanecia fiel – duas qualidades contraditórias. A ambigüidade estava, portanto, dada⁹⁷.

No momento atual quando a terra se configura como parque, a ambigüidade que vigorava na relação de Samu com o patrão foi transportada para sua relação com os gestores do parque. A onça que tomou forma de queixada – e o marruá de vaqueiro – agora toma corpo como parque. O reconhecimento da onça sobre a destreza do marruá desvelada quando se recusa a fazer o teste após a emboscada que armou, bem como o reconhecimento de Samu

⁹⁵ Cf. Almeida, 1979. Em sua análise sobre a literatura de cordel, o autor mostra que nestas histórias a posição de vaqueiro era vista como parte de um ciclo, e não como estática. Vaqueiros leais e valentes podiam tornar-se fazendeiros, ao acumular gado; esse ideal era expresso nas narrativas como o casamento do vaqueiro com a filha do patrão, isto é: não como uma ruptura com o sistema de fazendas, mas como uma transição no ciclo doméstico consumada com o casamento.

⁹⁶ Cf. Franco, 1997.

⁹⁷ A literatura de cordel já retratara essa ambigüidade. Por exemplo, na **História do boi misterioso** de Leandro Gomes de Barros, uma história baseada em antigos romances de boi. Ela é atravessada pelo componente mistério, que pode ser visto como uma propriedade da natureza por oposição à fazenda dominada pelo homem. O mistério escapa ao controle do fazendeiro proprietário, está associado à natureza, especificamente ao boi avesso ao domínio do fazendeiro. Anteriormente à literatura de cordel, José de Alencar, ao narrar os romances de boi, mencionara os gados selvagens, que deveriam ser eliminados para não desencaminharem o gado manso. Essa afirmação traz a ambigüidade, na medida em que o próprio gado doméstico é meio selvagem. Na história do boi misterioso, a ambigüidade revela-se pelo mistério: o boi realmente é encantado? Quem o marcou? Como ele se metamorfoseia numa águia ao passo que transforma o vaqueiro, que tinha um pacto com o diabo, e seu cavalo em corvos? O fazendeiro, diante de seu fracasso, vende todas as suas fazendas, bem como deixa de criar gado. O poder do fazendeiro mostra-se, assim, limitado por uma instância sagrada, a qual pertence o boi. (Almeida, 1979)

sobre o enfrentamento dos queixadas —“o bicho enfrenta a gente!” — traduzem de certa forma essa ambigüidade; elucidam, por conseguinte, o limite do poder de cada um. Na relação entre o vaqueiro e o ‘povo do IBAMA’ destreza e agilidade são necessárias para saber como agir com o inesperado: os gestores do parque que de tempos em tempos aparecem sob a forma de homem ou de mulher e consigo trazem proibições sobre o uso da terra. No dizer de Raimundo — “Lei vem é de trote. Não dá para andar manso”. Pelo parque já passaram muitos gestores; uns dez em vinte e um anos de unidade de conservação. Cada um com uma forma de agir perante o ‘povo do Gerais’. Inesperável, imprevisível. A lei que vem de trote afrouxa ou aperta de acordo com o pensar de quem manda e com o agir de quem espera pela indenização da terra.

Samu transporta o modelo de relação que desenvolvera com seu patrão para sua relação com os *gestores*, como o leitor verá em detalhes na seção 5. Ele respeita as ‘leis do IBAMA’, solicitando *permissão* sempre que se faz necessário, e espera com isso concessões para o que precisa, como por exemplo, autorização para retirar madeira para refazer sua casa ou reformar o carro de boi, ou manter seu gado em terras do antigo patrão a despeito da ‘lei do promotor’. O vaqueiro pede sugerindo o que os *gestores do parque* podem fazer para lhe ‘ajudar’. O IBAMA tem confiança em Samu; concede muitas das autorizações solicitadas pelo vaqueiro. No entanto, Samu não se sente liberto como outrora por ter que pedir permissão para desenvolver uma ou outra atividade. Nota-se, neste ponto, que a sensação de liberdade que Samu sentia quando trabalhava como vaqueiro encerrava-se na lida com o gado, bem como na possibilidade de acumular bens, já que outrora também tinha que solicitar permissão para o patrão. Atualmente, essa sensação de liberto se esvaiu tanto por não poder acumular como dantes, quanto porque o ‘mexer com criação’ está restrito. Um componente a mais está em jogo: Samu é proprietário de terra, muito embora não possa labutá-la.

Como o leitor verá nas próximas seções, o que nomeio aqui de Sertão do IBAMA está atravessado por distintas temporalidades que se cruzam: o ‘tempo dos Carneiro’, quando era também o ‘tempo da fartura’, do ‘viver folgado’, vem sendo substituído pelo tempo de ‘viver apertado’, de ‘viver do compra’. Em ambas as temporalidades a vida é regrada. Contudo, ainda que Samu afirme seu respeito às regras, transportando para o momento atual o modelo de relação que desenvolvera enquanto vaqueiro com seu patrão – e a partir disso, busque se diferenciar – no tempo ‘de primeiro’ a troca de favores assegurava a ambas as partes –

fazendeiro e vaqueiro – que nenhuma era subordinada a outra⁹⁸, principalmente devido à autonomia moral do vaqueiro. No momento presente, ainda que haja espaço para a negociação, para a reciprocidade, para a troca de favores, houve um deslocamento da regra à lei. Se a lei iguala todos os homens, Samu parece viver este princípio de igualdade como uma subordinação, pois a negociação, bem como as trocas são feitas, neste momento, com a instituição, e a assimetria, ora ou outra, se repõe. A ambigüidade, portanto, permanece. No entanto, Samu não se sente ‘liberto’ por se ver numa relação assimétrica.

⁹⁸ Cf. Schwarz, 2000.

DE ‘NINGUÉM FICAVA DESAGALHADO’ A ‘VIVER DO COMPRA’

Em terras impróprias para o cultivo da cana de açúcar “quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar”⁹⁹ o povoamento do sertão ao longo do século XVIII foi impulsionado pelo gado. O curso do Rio São Francisco foi acompanhado por este ator não-humano, que foi utilizado pela expansão do capital como o propulsor da ocupação do sertão. Com as terras mais férteis e as do litoral destinadas ao cultivo da cana de açúcar e necessitando de braços para a lavoura canavieira, a criação de gado foi a solução encontrada para garantir tanto a subsistência daqueles que trabalhavam no processo produtivo da cana de açúcar e em sua comercialização, quanto para fornecer força de trabalho para o engenho. Esse foi o fator principal da ocupação do sertão pelo gado. Outro fator, não menos importante, foi a falta de necessidade de transporte para este ser não-humano, na medida em que ele se auto-carregava quando sua transportação se fazia necessária. Um último fator foi a necessidade mínima de capital, bem como de força de trabalho para se exercer a pecuária extensiva. Aquele que não detinha capital para montar sua empresa de cana de açúcar em terras férteis, contentava-se em investir na pecuária extensiva.¹⁰⁰

Chama-se de sertão uma larga área do interior do Brasil que segue da bacia do Rio São Francisco até a do Rio Tocantins englobando acima a bacia do Rio Parnaíba. Toda essa área compõe-se por uma vegetação rude – caatinga ou cerrado – entrecortada por campos naturais, veredas e afluentes dos três grandes rios delimitadores do polígono sertão¹⁰¹. O gado é o elemento unificador dessa paisagem diversa; a pecuária extensiva, representada tanto na obra **Grande Sertão: Veredas** de João Guimarães Rosa, quanto no dia-a-dia do vaqueiro Samu forma-se como o “substrato material da existência”.¹⁰² O vaqueiro, protagonista desse cenário ao lado do gado, vivendo ‘solto’ como este último no carrasco, nas vazantes e nas vargens, “bravo e destemeroso” como o bandeirante, “resignado e tenaz” como o jesuíta, fixa-se na terra diferenciando-se desses dois últimos personagens¹⁰³.

⁹⁹ Capistrano de Abreu, s/d, p. 71-73.

¹⁰⁰ Capistrano de Abreu, s/d, Galvão, 1972.

¹⁰¹ Capistrano de Abreu, s/d, Galvão, 1972, Cunha, 2000, Rosa, 2001.

¹⁰² Galvão, 1972.

¹⁰³ Cunha, 2000.

Em sua descrição sobre o sertão, Euclides da Cunha expressa o olhar etnocêntrico sobre a aparente aridez, secura, bem como sobre o calor desta vasta área do interior do Brasil. À medida que se embrenha essa região a partir do olhar do vaqueiro Samu, as sensações expressas pelo autor tornam-se frágeis, dissolvem-se. O ambiente descrito como rude e hostil apresenta-se doce, com cheiro de buriti e pequi no ‘tempo das águas’, e intuitivo, com o odor de bichos sentido por outros bichos ou pelo próprio vaqueiro. —“Gado voltou sentindo a catinga da onça!” disse-me Zezão certa vez na varanda da casa de Samu. O ambiente do sertão torna-se, sobretudo, sonoro, com os esturros dos bois carreiros, os cantos de araras canindé¹⁰⁴, maitacas e jandaias, e agradável, apesar do intenso calor, quando pelo caminho se cruza com alguma vereda ou com alguma boa sombra de um pequizeiro. Ao compartilhar uma caminhada com Samu desde sua casa até a de Raimundo, o sertão configura-se como repleto de rastros que se revestem de sentidos —“bichos estão descendo para comer buriti”. Era rastro de tatu-galinha. Pela ótica do vaqueiro Samu ali não é o sertão. —“Aqui é o Gerais. Esse vazio sem gente; essa área de terra com pouca gente. Fraqueia, morre também, mas é difícil. Sertão é esse mundão de Goiás, esse mundão aí para fora. Povo velho chamava de Gerais. Quando criou esse parque que criou esse Sertão” — afirma Samu.

Sertão é o ‘mundão de Goiás’, esse mundão de terra de Goiás que Samu não conhece. Para Bahia, Samu campeou gado em tropa; Goiás não. Com essa afirmação do vaqueiro, é possível entender que para ele sertão é o desconhecido, o que não faz parte do seu modo de vida, o que foi trazido pelo IBAMA. O Gerais, ainda que ‘fraqueie’ e morra, a despeito de ser vazio e com pouca gente, é o conhecido, remete à ‘fartura’ de mantimentos, a ‘movimento’ de pessoas trabalhando e de criações pastejando e a liberdade do vaqueiro. Reporta-se, desse modo, à lógica que operava anteriormente à implantação do parque sobre o uso da terra. Remete-se ao tempo do pendão do milho, ao capim-marmelada, às borboletas que lá crescem maiores e com mais brilho.

Ou, nas palavras de Guimarães Rosa:

Aí foi em fevereiro ou janeiro, no tempo do pendão do milho.
Trêsmente: que com o capitão-do-campo de prateadas pontas, viçoso no cerrado; o aniz enfeitando suas môitas; e com florzinhas as dejaniras. Aquele

¹⁰⁴ Nomeada também de arara azul (*Ara ararauna*).

capim-marmelada é muito restível, redobra logo na brotação, tão verde-mar, filho do menor chuvisco. De qualquer pano de mato, de de-entre quase cada encostar de duas folhas, saíam em giro as todas as cores de borboletas. Como não se viu, aqui se vê. Porque, nos gerais, a mesma raça de borboletas, que em outras partes é trivial regular – cá cresce, vira muito maior, e com mais brilho, se sabe; acho que é do seco do ar, do limpo, desta luz enorme. Beiras nascentes do Urucuia, ali o poví canta altinho. E tinha o xenxém, que tintipiava de manhã no reворêdo, o saci-do-brejo, a doidinha, a gangorrinha, o tempo-quente, a rola-vaqueira... eo bem-te-vi que dizia, e araras enrouquecidas. Bom era ouvir o môm das vacas devendo seu leite. (Grande Sertão: Veredas, 2001, p. 44)

Em outras palavras, o Gerais remete à presença de gado pastejando solto pelas vargens ou chapadas, a trabalho nos roçados, a fartura e a movimento. Traz à luz a ordem moral que rege aquele grupo social, fíncada sobre os valores nativos ‘fartura’, ‘movimento’ e, especificamente à Samu, a viver ‘liberto’; valores que aqui são traduzidos por reciprocidade, honra e liberdade.¹⁰⁵ É o que o leitor verá a seguir.

¹⁰⁵ Assim como Woortmann, 1987 fez com terra, trabalho e família.

‘Tempo dos Carneiro’

Nascido no galho do Angical, próximo a barra do Rio Carinhanha, Samu não conheceu seu pai. —“Foi mãe quem me ensinou tudo o que sei.” — dizia Samu. Plantar, roçar, colher. Aprendeu isso tudo, mas sempre gostou foi de ‘mexer com gado’. Com doze anos já tinha sua roça de feijão para conseguir comprar seus bois. Voltava da escola, ia para a roça tratar dos mantimentos esperando o momento para fazer negócio com eles, engrossar a boiada. —“Pelo menos não perdia tempo”. Como vaqueiro Samu rodou o mundo tocando boiada que só ele sabia dividir. — “Comecei com a idade de doze anos nesse batidão. Para aqui, nunca faltou!” — “Já rodou um bocado de chão!” — dizia Dona Ló da beira do fogão à lenha.

Foi assim enquanto morou ‘na Carinhanha’ com sua mãe e irmãos. Hermínio, irmão mais velho ‘pegou fazenda’ para eles ‘tratarem’. Fez contrato com a Família Carneiro para ele e Samu ‘tocarem’ a fazenda, trabalharem como vaqueiros. Samu estava com quinze anos. Venderam as terras que tinham na Vereda Angical e com a mãe mudaram-se para a Fazenda Pau Grande de propriedade de Pedro Carneiro. — “Ainda tem três direitos lá [na Carinhanha] que não vendemos. Porque tinha um irmão que morava lá, nós deixamos. Mãe: Não, deixa para eles aí. Não vende não. Irmão só por parte de pai. ‘Quando eles não quiserem que for para vender a gente vende.’ Aí foi tempo que eles morreram, não vendeu, está lá. Porque terra ninguém rouba. Ela está no cartório...”¹⁰⁶

A família dos Carneiro possuía três fazendas que faziam divisa entre si. A Fazenda Pau Grande pertencia a Pedro Carneiro. Ficava na vereda do Pau Grande, por isso o nome. Nesta, Samu trabalhou vinte anos como vaqueiro. Não tinha hora para chegar, não tinha hora para almoçar, não tinha hora para dormir. A certeza compunha-se no horário para sair para o campo com um café no estômago. Acordava às 3 horas da madrugada para iniciar a ordenha para o fazendeiro. Posteriormente, a título de exemplo, seguia para o ‘campo’¹⁰⁷ – o trabalho de campear – com o intuito de ‘juntar o gado’, de acordo com a atividade que se realizaria

¹⁰⁶ Sobre esses ‘três direitos’ a que Samu se refere, existentes ‘na Carinhanha’, na Vereda Angical, isto é, em local fora dos limites do parque, os dados obtidos são parcos. Sobre os ‘direitos na Carinhanha’, sua fala sugere-me que se trata de um “sistema de direitos combinados” (Godoi, 1998; 1999). Nas palavras da autora “a depender da relação que o indivíduo venha a estabelecer com a terra vai ser definido o conjunto de direitos sobre ela.” Quando o indivíduo quisesse vender vendia-se o direito, isto é, uma benfeitoria, o roçado, a casa. (Godoi, 1998, p. 111).

¹⁰⁷ Câmara Cascudo nomeia vaquejar e define como “procurar o gado para levá-lo ao curral” (Câmara Cascudo, 1984, p. 108).

posteriormente, podendo ser o ferrar, vacinar ou vender as reses, para trazê-lo para o curral. Trabalho solitário; suas companhias eram o cavalo, o cachorro e o gado, o que Samu nomeia tropa.

Ao vaqueiro, no entendimento de Capistrano de Abreu, era a quem cabia o trabalho de “amansar e ferrar os bezeros”, assim como “curá-los das bicheiras”. A pastagem natural era queimada alternadamente na época apropriada. Fazer cacimbas e bebedouros, além de proteger o rebanho de onças, cobras e morcegos também eram tarefas desse agregado que se especializou no trato com o gado. Trabalho árduo, madrugadas no campo compõem as características do sertanejo que vivenciou a “época do couro”. “De quatro crias cabia-lhe uma; podia assim fundar fazenda por sua conta¹⁰⁸.” ‘Gado tirado na sorte’ é como Samu nomeia o pagamento ao vaqueiro com 25% das crias do rebanho do patrão. Era assim no ‘tempo dos Carneiro’. Pagamento em dinheiro não havia.

Como vaqueiro da Fazenda Pau Grande tinha o que nomeia ‘direito de criar’¹⁰⁹, isto é, tinha direito a morada, a fazer roçado e a criar seu gado tirado na sorte embolado com o rebanho do patrão e nas terras desse. Era agregado especializado no trato com animais de grande porte. Com o pagamento por seu trabalho com 25% das reses nascidas no rebanho do patrão diferenciava-se dos demais agregados, como dito na seção anterior. Assim formara seu próprio rebanho, que era criado ‘solto’. Solto porque arame não existia. ‘De primeiro’ faziam um valetão separando a roça, explicara-me Samu na varanda de sua casa. Para além do valetão, no rumo da roça, gado não passava. De 1950 para cá começaram a cercar só a roça para o gado não estragá-la.

O gado de Samu, assim como o de seu patrão e o dos primos desse, pastava, no ‘tempo da seca’, pelas vazantes e vargens das Fazendas Pau Grande, Rio Preto e Perpétua. Vazantes: beiras de rio; vargens: beiras de veredas. No ‘tempo das águas’, o gado rompia para o carrasco, bem como para as áreas de chapada – áreas mais abertas que ‘criam lagoa nas

¹⁰⁸ Capistrano de Abreu, s/d.

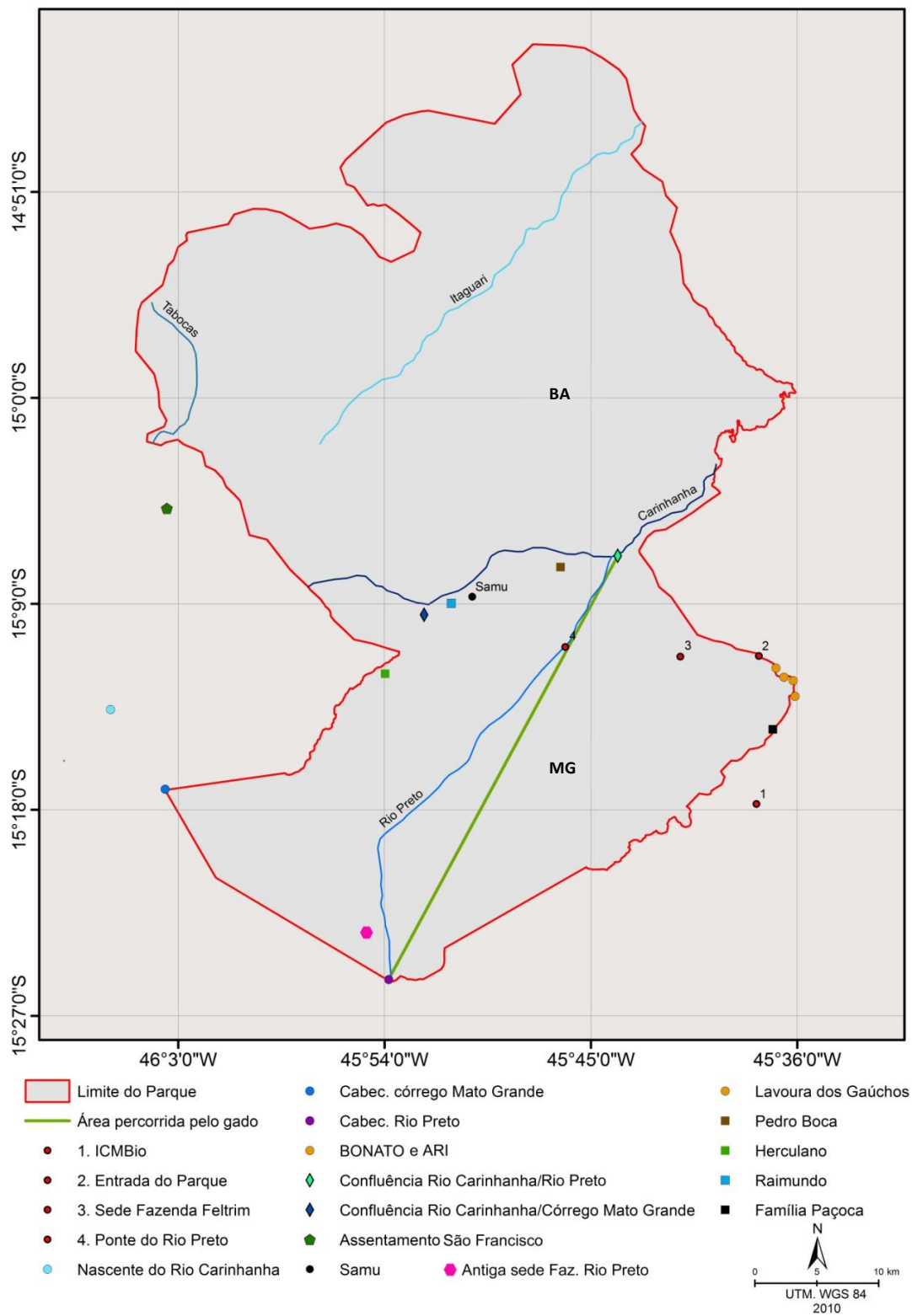
¹⁰⁹ O vaqueiro diferencia outros dois direitos em relação à terra quando conta sobre o ‘tempo dos Carneiros: direito de fazenda ou procedência, quando a terra é escriturada – caso dos Carneiro – e direito de posse, quando o dono da fazenda tira alguns hectares de sua propriedade e os transmite como posse ao agregado que ali trabalha para aquele patrão. De acordo com Correia, 2002, esse último foi incorporado à lógica sobre o uso da terra após a chegada das fronteiras desenvolvimentista e conservacionista. Nesta tese, não tenho a pretensão de retratar a origem dos direitos sobre a terra na região. Se o interesse for esse, ver Correia, 2002.

águas¹¹⁰. As terras da Família Carneiro estendiam-se da cabeceira do Rio Preto até a confluência desse rio com o Rio Carinhanha, conforme o mapa a seguir¹¹¹.

¹¹⁰ O leitor terá detalhes da dinâmica do gado em relação à ecologia do Gerais na seção ‘Mixer com criação’.

¹¹¹ O traço verde corresponde à distância entre a cabeceira do Rio Preto e a confluência deste com o Rio Carinhanha. O gado da Família Carneiro, bem como o de Samu pastava por toda essa área.

Mapa 4. Área percorrida pelo gado da Família Carneiro e de Samu.



Fonte: Localizações obtidas através de GPS. Dados organizados em mapa por Edson Bolf, 2010.

Com o ‘direito de criar’, Samu morou com sua mãe e irmão, se casou e viu a maioria de seus filhos nascer na Fazenda Pau Grande. No ‘tempo dos Carneiro’, a família de Samu fazia o roçado nos brejos que ficam — “encostado mesmo nas veredas”. As vazantes, que são as áreas de beira de rio, também eram bons lugares para fazer roça. Ambos os locais Samu nomeia ‘terra de cultura’ e a define como — “[terra] transligada com barro, sem areia, na margem do rio ou vereda, produz de tudo, não fraqueia não.” Nessas áreas a família de Samu plantava arroz, feijão e milho. Plantavam durante dois anos no mesmo local. Quando viam que a terra ‘queria fraquear’, ‘largavam’ e iam para outro lugar. Mandioca e feijão catador, mantimentos mais simples no entender de Samu, eram plantados em terras mais fracas porque ‘davam em qualquer lugar’.

O trabalho nos roçados guiava-se pelo seguinte calendário: em setembro era o mês de limpar e preparar a terra para o roçado. Para fazer a roça, primeiro fazia o aceiro para o fogo não ir para o mato ‘para modo de não fraquear a terra’ para depois atear fogo à área a ser cultivada. — “Vento vinha levando, vinham queimando de costas. E olhando faísca. Se caísse, ia e apagava. Último prazo de queimar roça era 24 de agosto. Se passasse daí, chuva não deixava. De primeiro chovia. Hoje não chove mais” — dizia Samu. Em outubro, plantavam arroz, milho, mandioca, abóbora, melancia, quiabo, maxixe; novembro era o mês de limpar o roçado. Perigoso era plantar feijão, porque se chuva não viesse, melaria. Em dezembro o trabalho de limpar perdurava. Aproveitavam para plantar feijão catador. Em janeiro era só conservar, vigiar a plantação, para em fevereiro colher. Em março preparavam a terra para horta – alho, coentro, alface, cenoura, couve, repolho, cebola – e plantavam milho e feijão. — “No meio do feijão plantava coentro.” — explicara-me Samu e fazia uma ressalva: o plantar e o limpar deviam ser na quadra da lua crescente, pois caso fosse na quadra da lua cheia a plantação não vingaria. Um exemplo é o milho, cuja espiga fica grande, mas sem caroço. A lua nova também não era boa para o plantio, porque lagarta comia o que fosse plantado. A lua minguante, como a crescente, era boa para plantar. Mês de abril a família de Samu ainda plantava feijão e fazia horta. Em maio, a cebola já estava boa para colher, porque era ‘de quarenta dias’. Em junho não adiantava plantar feijão porque não ‘dá bom’. Em julho, em lugar fresco, plantava mandioca. Força de plantação de mantimento era em agosto, quando plantava do pó da terra ainda quente pelas queimadas!

No tabuleiro, por sua vez, onde atualmente é o município de Chapada Gaúcha, nada era cultivado. Como dito anteriormente, o ‘povo do Rio Preto’ acreditava que ali era uma terra sem futuro porque seca e sem água. A vegetação que lá predominava era o ‘carrascão’, e havia com fartura o ‘pau serrotinho’ que — “Trança de um jeito que nada rompe. É onde os bandeiras e as antas se escondem”. No momento presente em que o tabuleiro é a Chapada¹¹², existem apenas dois exemplares do serrotinho, que Samu acredita que ‘os gaúchos largaram de amostra’. O ‘povo do Rio Preto’ passava pelo tabuleiro apenas nos momentos de trânsito para Januária-MG, onde se fazia o negócio com os mantimentos produzidos. Estrada não havia; a viagem era realizada em carro de boi e durava de 15 à 17 dias. Foi somente com a chegada dos gaúchos, incentivados pelos programas governamentais de colonização das áreas de cerrado transformadas, a partir da década de 1970, em áreas de fronteira agrícola¹¹³, que as áreas do tabuleiro foram utilizadas para agricultura comercial.

¹¹² Chapada como referência ao município de Chapada Gaúcha, diferentemente de chapada com c minúsculo como o local onde o gado pasta no ‘tempo das águas’.

¹¹³ Sobre o desencantamento do sertão e a conseqüente invenção do cerrado como fronteira agrícola ver: Moraes, 2000. Em relação às conseqüências da apropriação das chapadas (área que Samu nomeia tabuleiro) pelas empresas reflorestadoras e a subseqüente expropriação do camponês ver: Moura, 1988, Silva, 1999, Dayrell, 1998 e Nogueira, 2009, para citar alguns.

Estratagema Tempo das Águas – Tempo da Seca

TEMPO DAS ÁGUAS							TEMPO DA SECA				
SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO
VAZANTES^G E VARGENS^H							CHAPADAS E CARRASCO				
Gado pastejava							Gado pastejava				
BREJOS^I * E VAZANTES *											
Prepara, limpa a terra	Planta arroz, maxixe, milho, quiabo, abóbora, etc.	Limpa roçado. Sem chuva feijão Mela	Limpar, plantar feijão catador	Conservar vigiar a plantação	Colheita	Preparo da terra p/horta. Planta, limpa na lua crescente	Planta feijão. Faz horta	Colhe cebola	Não pode plantar feijão	Planta mandioca em lugar fresco	Queima roça, força da plantação

Fonte: Pesquisa de Campo. Carmen S. Andriolli, 2010.

^G: beiras de rios

^H: beiras de veredas

^I: encostado na vereda

*Nomeada terras de cultura

Dona Ló era quem assumia os afazeres com a roça e com a criação enquanto Samu trabalhava como vaqueiro para a Família dos Carneiro. —“Tinha vez que ficava 10, 12 dias só com os meninos trabalhando no campo” — dizia dona Ló. Trabalhar no campo era — “Juntar o gado, trazer para o curral, apartar, colocar os bezerros nos chiqueiros, soltar as vacas outra vez para daí desleitar as vacas” — explicara-me dona Ló. Soltava um bezerro, o deixava mamar um pouco, prendia, apartava a vaca, ordenhava até chegar a quantidade de leite que queria. Terminado o trabalho da ordenha, vacas e bezerros eram soltos. Dona Ló então seguia para tratar das outras criações – cabrito, porco, carneiro, galinha – além do roçado. Tudo realizado por ela na companhia ‘dos meninos’. Uma menina maior cuidava dos menores na casa. —“A gente educa os filhos de pequeno. Não deixava os filhos bestando na casa dos outros” — falara dona Ló entre um rodar e outro do fogão à lenha para o jirau. ‘Os meninos’ ajudavam a trabalhar do meio dia para tarde, porque durante a manhã estudavam. Debaixo de sol, chuva ou enchente — “Tinha que entrar nas enchentes para colher mantimento!” — dizia dona Ló.

A terra – como a maloca de gente e como o logradouro do gado – era, pois, pensada e representada de acordo com a ética camponesa que regia o ‘povo do Rio Preto’. Não era percebida apenas como o lugar do trabalho do grupo doméstico, como objeto de trabalho, mas como patrimônio da família sobre o qual se realizava o trabalho e se construía a família enquanto valor. O “pai de família” era exercido, por meio de dona Ló quando Samu estava trabalhando para a Família Carneiro, e o saber sobre o uso da terra era transferido aos filhos. Não se deixava os filhos ‘bestando’ na casa dos outros.¹¹⁴

Nas propriedades da Família Carneiro morava muita gente. É o que se percebe quando Samu conta que — “Tinha gente que morava mais perto que Raimundo. Quase que o quintal era um só!” Devagar famílias foram chegando ‘da Carinhanha’ – região onde Samu nasceu – pediram ‘pouso’ aos Carneiro e, esparramados no princípio, como agregados, fizeram suas moradas e roçados. Posteriormente, com a vinda de outras famílias, como a de Maria Cardoso, que tem parentesco tanto com Samu quanto com dona Ló, embolaram-se novamente como gado ‘na solta’. — “Gado é quase que nem gente mesmo. Tem a maloca deles. Batem num logradouro só.”— ensina Samu.

¹¹⁴ Woortmann, 1987.

No Gerais, no ‘tempo dos Carneiro’, cada agregado da fazenda tinha sua casa e sua roça, isto é, ‘os Carneiro davam direito para eles morarem’. Maria Cardoso conta como era o morar, bem como onde desenvolviam o ‘serviço’, o ‘roçado’: — “[...] Nós trabalhávamos era no brejo, brejaria lá, que tinha lá, que nós trabalhávamos. Tempo de meu avô ainda! Donde era o ponto nosso lá. [...] Lá era apelidado por Firmiano [nome do avô]¹¹⁵. É só um galhinho, é só uma veredinha seca que tem. [...] Que era no local do trabalho nosso. E cá dos Porcos é que era a tapera do meu avô. Que ele morava, ele tinha morada na beira dos Porcos. [...] E trabalhava nesse brejo lá que era onde nós estávamos morando. [...] Lá ainda tem laranja, tem lima, tem limão, tem eucalipto, tem uma mata de buriti assim, uma carreira de buritizal, foi nós que plantemos! Assim, na bichada do quintal, na cerca do quintal. Nós plantemos uma carreira de buriti! Já está dando. Já está dando cacho!”

Os vaqueiros, por sua vez, tinham o ‘direito de criar’, que incluía, além da morada e do roçado, o ‘gado tirado na sorte’, bem como a criação desse gado nas terras do patrão, conforme foi dito anteriormente.

Para além da ‘morada’ e do ‘roçado’, a terra do patrão era percebida como: — “Era tudo comum. Nós aqui estamos folgados nesse Gerais. Tinha muita gente, mas ninguém abusava um ao outro. Morava muita gente, mas ninguém abusava do outro. Se cauro tinha uma criação de outro na roça, não maltratava. Avisava e dava jeito naquilo. Se abusava ainda, matava ou vendia. Os que abusavam mais era vaca, boi, cabrito. Porco também atentava os vizinhos” — dizia-me Samu em nossas conversas na varanda de sua casa.

De acordo com o estratagema tempos das águas - tempo da seca, bem como com as falas precedentes de Samu e Maria Cardoso, o Gerais, no ‘tempo dos Carneiro’, era constituído por um sistema de direitos sobre a terra que se legitimava pelo uso – direito de morar ou de criar – complementado pelo uso comum das áreas de chapadas, carrasco, vazantes e vargens¹¹⁶. Àquela época, o que tinha valor econômico era o gado, não a terra¹¹⁷. Dessa feita,

¹¹⁵ Conforme dito na nota de rodapé 69, p. 66, um ‘galho’, uma vereda, rio dizia respeito tanto ao espaço físico quanto ao social. No caso relatado por Maria Cardoso, o ‘galho’ era conhecido como Firmiano, como referência ao local do trabalho de seu avô, aonde se localizava o ‘direito’, legitimado pelo uso da terra, do seu avô.

¹¹⁶ Como mostrado na apresentação, nos trabalhos de Dayrell, 1998; Nogueira, 2009; Ribeiro, 2010 e Correia, 2002, o Gerais do Norte e o Noroeste do Estado de Minas Gerais compunha-se por um sistema de uso da terra que combinava áreas de uso comum e áreas de chapadas, tabuleiros, campinas, campos, vazantes e vargens (conforme a nomenclatura regional empregada) – utilizadas, segundo os autores, para a solta do gado e para o

o fazendeiro permitia pelo uso o direito a terra. O ‘ponto nosso’, ‘o local do trabalho nosso’, ‘ele tinha morada na beira dos Porcos e trabalhava nesse brejo lá’ revelam o direito sobre a terra pelo uso que se fazia dela. Na fala de Maria Cardoso é possível perceber, sobretudo, que o direito sobre a terra pelo uso era organizado por um sistema que concedia como domínio exclusivo de uma família apenas terras à beira de corpos d’água – neste caso, o ‘galinho seco’, ‘os Porcos’ [vereda] – onde o grupo doméstico se abastecia com água, além de ali desenvolver seus roçados. Como o leitor viu na apresentação desta tese, a terra sob domínio de uma família, no Gerais do Norte e Noroeste de Minas, estendia-se verticalmente no sentido oposto ao corpo d’água até a divisa entre as terras de cultura com os gerais. Para além era o comum, que podia ser parte do domínio de uma família, muito embora não demarcado, não cercado¹¹⁸. O ‘ponto nosso’, ‘o local do nosso trabalho’ também não era cercado. Como dito por Samu anteriormente, cerca havia apenas nos roçados para evitar o pisoteio da criação nessas áreas. Dessa feita, o direito sobre a terra delimitava, sobremaneira, o acesso à água¹¹⁹. Neste cenário, as áreas sob domínio de uma família eram estreitas de frente e muito compridas de fundo; é o que se pode perceber ao visualizarmos os mapas do perímetro das propriedades de Samu, Zezão e Raimundo. As três propriedades fazem fundo, horizontalmente, com o Rio Carinhonha; a propriedade de Raimundo é atravessada verticalmente pela Vereda Bora Manso, enquanto a de Samu é atravessada pela Vereda do Barbatimão. A de Zezão, por sua vez, alcança uma pequena parte dessa última vereda.

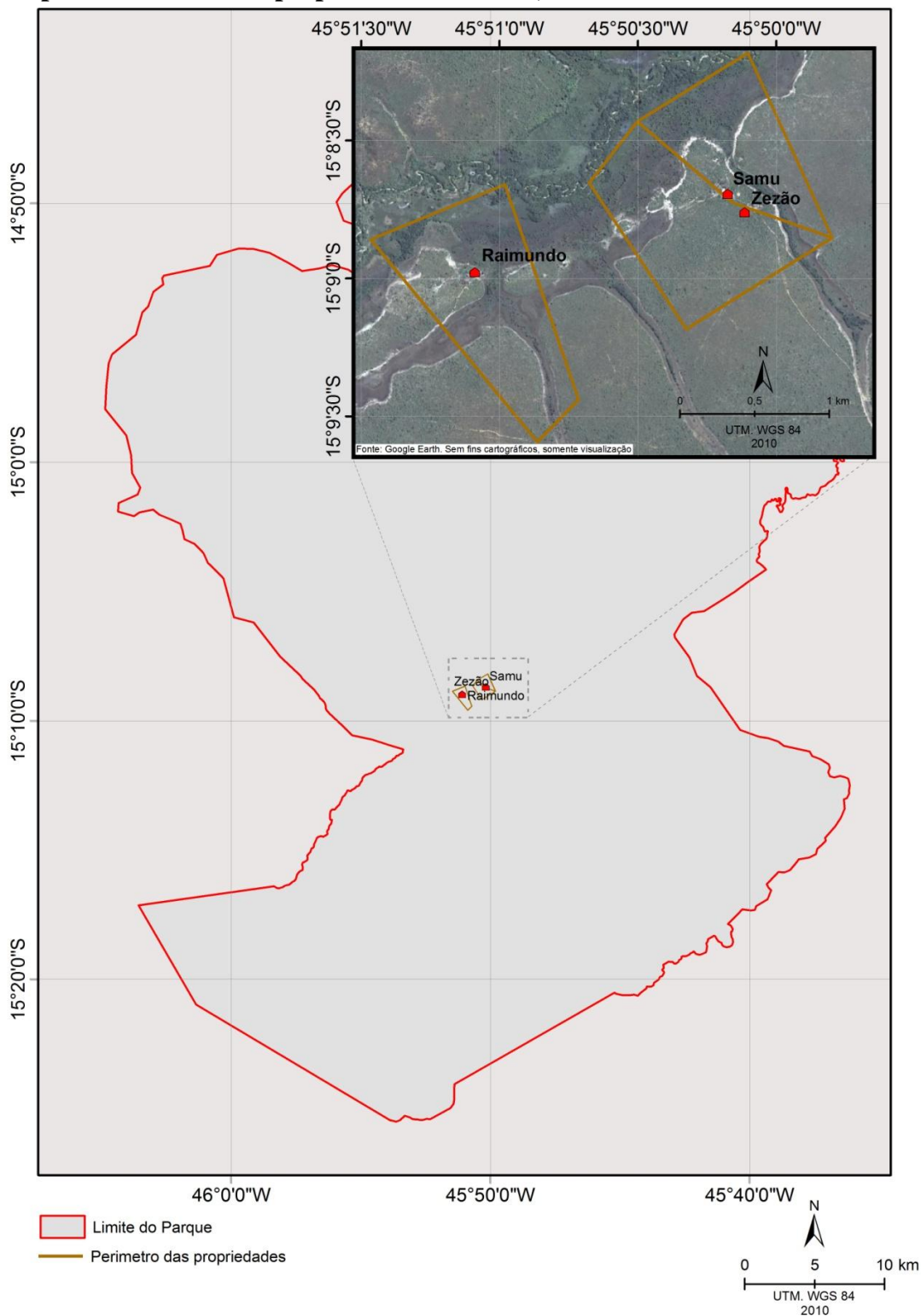
extrativismo – em simbiose com a ocupação e uso, por unidade doméstica, de áreas à beira de corpos d’água – veredas, riachos, terras de cultura. Tanto as terras devolutas, quanto as de grandes fazendas eram ocupadas pelos camponeses, época em que o direito sobre elas legitimava-se pelo uso. As áreas de uso comum, de acordo com Ribeiro, 2010, eram terras de domínios definidos nos direitos de herança, entretanto usufruídas sem divisas, conforme o regime denominado “compáscuo” no antigo direito português e brasileiro. O uso combinado das áreas comunais com as áreas de direito pouco alterou a dinâmica e a estrutura dos ecossistemas predominantes, bem como garantiu a produção e reprodução camponesa, que estavam atreladas ao conjunto e ao fluxo de recursos e não ao controle da terra.

¹¹⁷ Cf. Almeida, 1979; Galvão, 1972, Capistrano de Abreu s/d.

¹¹⁸ Cf. Ribeiro, 2010.

¹¹⁹ Para outras informações sobre a questão do acesso, bem como valor da água no Gerais, ver: Galizoni et. al., 2010.

Mapa 5. Perímetro das propriedades de Samu, Zezão e Raimundo.



Fonte: Localizações obtidas no levantamento planialtimétrico, como parte do levantamento sócio-econômico realizado pela Funatura e IBAMA, 2000. Dados organizados em mapa por Edson Bolf, 2010.

No ‘tempo dos Carneiro’ havia, portanto, uma lógica local do direito sobre as terras já tituladas pertencentes, neste caso, à Família Carneiro, que seguia um código social, baseado nos dois direitos, o ‘direito de criar’ dado aos vaqueiros, e o direito de morar concedido aos demais agregados, como elucidado anteriormente. Havia, portanto, um sistema de uso e ocupação da terra da Família Carneiro que se estruturava pelo uso combinado das áreas comunais, não cercadas, com o uso das áreas de direitos (de criar e morar); essas últimas se legitimavam pelo uso por cada unidade doméstica¹²⁰. —“Pedro Carneiro deu para Pedro Velho [pai de Maria Cardoso] morar lá nos Porcos. Eles tinham terra demais, moça! Não importavam se um chegasse aí para morar e trabalhar” — explicara-me Samu. Era “o Carrancismo, [um] período anterior a uma noção jurídica de posse e propriedade”.¹²¹ Havia, portanto, uma solidariedade entre patrão e agregado, bem como a co-existência dos modelos de reprodução camponês e de reprodução das grandes propriedades, ambos interligados¹²². No entanto, o leitor verá adiante que a relação entre patrão e agregado muitas vezes era perpassada por conflitos, como ficará explícito com o pedido de posse feito por Pedro Velho a Pedro Carneiro no momento em que o ‘parque velho chegou’.

Em nossas conversas na varanda da casa de Samu, o vaqueiro mencionava o ‘tempo dos Carneiros’ como um tempo de ‘fartura’, bem como de ‘movimento’. Em relação à ‘fartura’, a partir das conversas desenroladas com Samu, percebe-se que essa não se limitava tão-somente à quantidade de mantimentos produzidos. Referia-se, por um lado, à troca entre o vaqueiro e a terra, existente nos roçados da família que eram trabalhados por Dona Ló e ‘os meninos’, e, por outro, à troca entre vaqueiro e os vizinhos – a troca como obrigação, como um espírito oposto ao do negócio. Por ali ninguém ficava ‘desagalhado’. A maioria tinha apenas roças; poucos eram os que tinham gado, animal para andar montado ou carro de boi. Aqueles que criavam gado, caso dos vaqueiros Samu e Hermínio, quando matavam alguma rês para comer, dividiam a carne com quem não tinha. — “Dava pros vizinhos. Roça, roça era todo mundo que tinha! Criação não. Tinha mais ou menos um cavalinho de andar amontado.”

¹²⁰ Sobre outros sistemas de uso combinado sobre a terra e recursos naturais, ver, por exemplo, Godoi, 1998 e Almeida, 2009.

¹²¹ Cf. Correia, 2002, p. 56. Em sua pesquisa de campo, o autor encontrou, ainda, a categoria nativa “terras de ausentes” como referência às terras legalmente consideradas como devolutas.

¹²² Cf. Correia, 2002.

— dizia Samu. Ou, nas palavras de Maria Cardoso: — “[...] Nós tínhamos para remediar para os outros! Cana? Nós tínhamos canavial aqui, tinha engenho, tudo nós tínhamos! Moía cana e não fazia conta de nada. Tinha tudo! [Tinha casa de farinha] fazia tapioca, beju...”

A fartura expressava, portanto, a reciprocidade entre os vizinhos. Quem tinha carne ou cana dava àquele que não tinha porque sabia que receberia em outro momento.

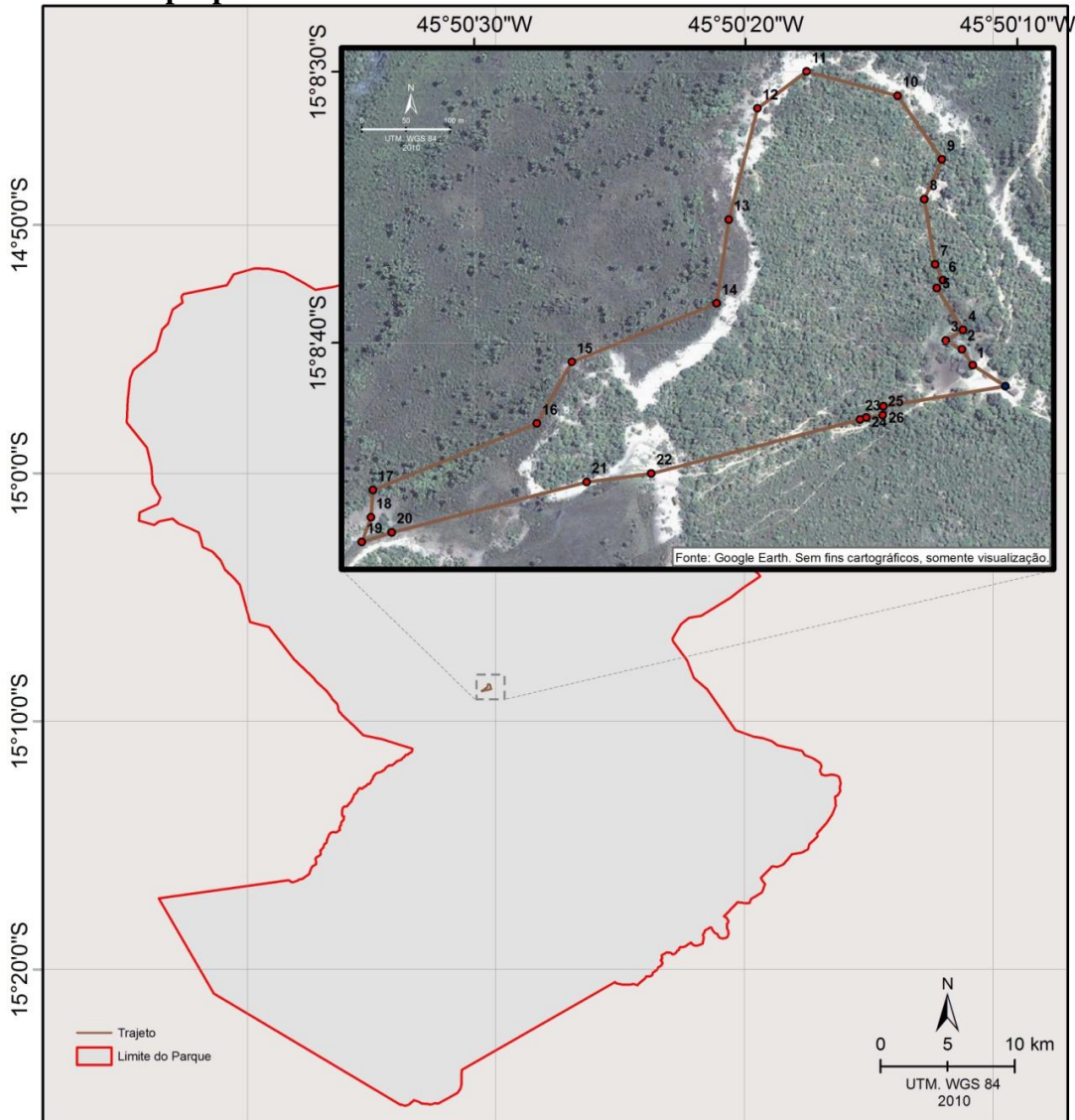
A troca como obrigação era exercida, ainda, ao deixar o vizinho, que não tinha terra, labutar a sua à meia. Desde que comprou sua terra, assunto que será tratado ainda nesta seção, Samu cuidava dela, do seu rebanho e das reses dos Carneiro. Continuou a trabalhar como vaqueiro e a morar nas terras do patrão. Vez ou outra alguém chegava pedindo pouso, de-comer ou para plantar feijão catador na meia na terra do vaqueiro, caso do ‘povo do Cajueiro’, que plantava, roçava e colhia, ao passo que Samu ‘dava’ o feijão catador e a terra¹²³. — “Aqui tinha para vender! Mãe dizia ‘você deve dar de-comer para quem tem fome não pra quem tem barriga cheia, porque esse não agradece’.” Samu, sendo vaqueiro e ganhando ‘gado tirado na sorte’, podia dar seu chão a quem não tinha terra para plantar, podia não deixar o vizinho ‘desagalhado’¹²⁴ – trocar terra por feijão à meia – e, com isso, estabelecer a troca entre “pais de família”. Ao colocar em prática o dizer de sua mãe reafirmava os valores da ética camponesa: a reciprocidade e a honra. O Gerais como um território de reciprocidade era também um campo de honra, onde as práticas eram obrigatórias, na medida em que o que estava em jogo era o todo formado pelo ‘povo do Rio Preto’. Havia, assim, um nós que se contrapunha a um outro, que era o estranho, aquele que não fazia parte daquela ordem moral, aquele que ‘tem barriga cheia’. O nós, por sua vez, constituía-se por iguais em honra; entre esses se firmava a reciprocidade por ela ser uma questão de ponto de honra. A reciprocidade, portanto, se dava entre aqueles ‘que tem fome’, porque esses agradeciam na medida em que eram iguais em honra.¹²⁵

¹²³ Conforme ponto 20 do mapa a seguir.

¹²⁴ ‘Desagalhado’ soava em campo para mim tanto como não deixar um vizinho passar necessidade, quanto como não deixar um vizinho sem um galho para roçar, já que os roçados eram feitos nos brejos, que ficam à beira dos galhos, das veredas.

¹²⁵ Woortmann, 1987.

Mapa 6. Organização do espaço de morada e roçado no ‘tempo dos Carneiro’. Percurso realizado na propriedade de Samu.



- Casa Samu
- 1. Passageiro
- 2. Curral
- 3. Nova casa que Samu estava construindo
- 4. Horta
- 5. Antiga casa que pegou fogo
- 6. Despensa
- 7. Casa de farinha (desativada)
- 8. Local com capim agreste (diferente do capim de vargem por ser 'lugar mais fechado')
- 9. Casa do professor da antiga escola (desativada)
- 10. Antiga roça de mandioca
- 11. Antiga roça de mandioca, feijão de corda, arroz (primeira roça plantada por Samu)
- 12. Início da roça de arroz
- 13. Vargem
- 14. Brejo: do outro lado é vazante
- 15. Brejo: antiga roça de feijão; cada ano plantava num 'pedaço'
- 16. Vargem
- 17. Brejo: roça de arroz, feijão, milho; parou de roçar quando em 2007 quando a antiga gestora o proibiu; depois do 'buritizal' é vazante, onde plantavam cana, milho e feijão; 'mato alto' já é Bahia
- 18. Vargem
- 19. Vereda da Barroca
- 20. 'Lugar mais limpo': onde faziam seus 'barracos' o 'povo do Cajueiro', quando vinha colher o feijão plantado na meia
- 21. Vargem: antiga roça de mandioca
- 22. Vargem: antiga roça de mandioca
- 23. Carrasco
- 24. Carrasco
- 25. Capoeira: antiga roça de mandioca
- 26. Carrasco

Fonte: Localizações obtidas através de GPS. Dados organizados em mapa por Edson Bolf, 2010.



Foto 6. Samu abrindo a cerca para adentrar ao brejo. Carmen S. Andriolli, 2009.



Foto 7. Vargem. Carmen S. Andriolli, 2009.



Foto 8. Carrasco. Carmen S. Andriolli, 2009

No entanto, sendo proprietário de terra porque antes era vaqueiro e recebia ‘gado tirado na sorte’, Samu distinguia-se dos demais agregados, como já foi dito em outros momentos deste texto. Ser vaqueiro, manejar um objeto que é antes um ser vivo e que em si encerra-se como remuneração, traz à tona uma relação específica contida no trabalho de vaqueiro, como bem salientado por Walnice Nogueira Galvão em **As formas do falso**. Por um lado, o vínculo estreito – físico e afetivo – com o gado, que o leitor verá em detalhes na próxima seção; por outro, o ‘mexer com gado’ e receber por esse trabalho – o ‘gado tirado na sorte’ – possibilitava ao vaqueiro passar de empregado a dono de gado e de terra; podia, nesse momento, conceder ‘pouso’, ‘de-comer’ ou terra para ser roçada. Ter terra, ter gado, ter animal para ‘andar montado’ proporcionando a Samu passar de empregado a dono imprimia a ele uma qualificação social em relação aos demais moradores da fazenda. Ter animal para ‘andar montado’ conferia a Samu, sobremaneira, sensação de liberdade¹²⁶, tanto por não se limitar ao trabalho no cabo da enxada, quanto por fisicamente ‘rodar o mundo no lombo do cavalo’.¹²⁷ Nesse sentido, quando ali era o Gerais: —“De primeiro vocês chegavam aqui e arranjavam uma batata, uma abóbora... Não comprava doce [açúcar]. Fazia rapadura. Comprava sal e café e roupa. Era bom! Você tinha liberdade, fazia sua roça...” — dizia Samu.

Muito embora Samu como vaqueiro estivesse submetido à ordem social da fazenda, a estar a todo tempo à disposição do fazendeiro, a ter que cumprir com o acordo verbal firmado quando lhe foi concedido o ‘direito de criar’, pôde acumular bens e comprar sua terra. Para além de comprar sua terra continuou ainda a trabalhar para os Carneiro, permaneceu a campear o gado criado solto, tanto o gado do patrão, quanto o seu. Tinha ciência que as vargens, vazantes, carrascos e chapadas onde a criação se desenvolvia não lhe pertenciam como ‘terra escriturada’. A despeito disso, o ‘tempo dos Carneiro’ era um período de liberdade. Como foi dito, essa sensação de ‘liberto’ dizia respeito, por um lado, ao seu

¹²⁶ Ver Galvão, 1972, p. 32-33 sobre posse de cavalo e a sensação de liberdade que seu uso proporciona ao trabalhador, diferenciando-o do trabalhador que labuta no cabo da enxada, no chão, num espaço restrito, sem muito circular. Ver ainda sobre a posse de gado recebido por meio da quarta, conferindo ao trabalhador a possibilidade de passar de empregado a dono.

¹²⁷ O significado da posse do animal de montaria para o ‘povo do Gerais’ é tão incisivo que Róso, marido de Maria Cardoso, pediu-me que eu fizesse uma fotografia sua montado em seu cavalo. Isso ocorreu no último período que estive em campo em julho de 2010. Zezão, antes, pedira que eu fizesse fotografias de sua família em sua casa, como uma forma de revelarem sua existência no sertão do IBAMA. Para tanto, um cenário foi construído: a escolha do local das fotos, as roupas, quem apareceria na cena, bem como com qual postura. O leitor verá em detalhes esse assunto na **Nota Final**.

trabalho como vaqueiro, liberdade que todo vaqueiro tem como sendo a representação do seu trabalho, por outro porque pôde acumular e passar da condição de agregado à dono de terra, condição que o permitiu ceder sua terra para ser roçada. No ‘tempo dos Carneiro’ ali era um local de ‘fartura’ de mantimento, ‘movimento’ de trabalho, de pessoas e de criação, era o Gerais composto pelo uso combinado das áreas comuns com as terras de direito ou, no caso de Samu, de propriedade. Era o tempo de ‘liberdade’ do vaqueiro que, no lombo do cavalo e acumulando reses com o ‘gado tirado na sorte’, sentia-se livre das amarras do patrão, muito embora carregasse em sua algibeira a lealdade à ordem social da fazenda. Tanto que o elo com o fazendeiro permanecia e se manifestava no favor a ser desempenhado pelo vaqueiro em retribuição ao ‘direito de criar’ concedido¹²⁸. O Gerais, no ‘tempo dos Carneiro’, era, portanto, um território de reciprocidade, tanto entre agregados, quanto entre vaqueiro e patrão, como o leitor verá a seguir com o caso da construção da ponte de Dão Ferreiro.

Dão Ferreiro era ferreiro, por isso o nome. —“Mãe dele tinha grande riqueza. Joaquim casou com sua mãe, que era viúva. Mãe morreu e Joaquim comeu tudo. Filhos ficaram sem nada. Fulgêncio, irmão de Dão, disse que não voltava porque senão sangrava Joaquim como porco.” — inicia Samu a história da construção da ponte de Dão Ferreiro.

Dão Ferreiro ‘movimentava muito’ para o lado da Carinhanha. Vendia ‘arroz pisado no pilão’, porcos, mamona, toucinho. Vendia ‘na Januária’. Por este motivo quis fazer a ponte porque ficaria ‘bom para todos’, na medida em que o povo que fazia seu roçado nas fazendas dos patrões, assim como esses últimos, também levavam os mantimentos para venderem em Januária-MG. Lá era o lugar do negócio. Na fazenda, no ‘ponto’ dos agregados, o que vigorava era a troca.

Para a construção da ponte, Dão Ferreiro forneceu a madeira, retirada por alguém a quem ele pagara pelo serviço; para as demais etapas da obra, quem tinha vínculos com os fazendeiros que se interessavam pela obra foi requisitado para o erguimento da ponte em pagamento ao ‘direito de criar’ recebido anteriormente. Foi o caso de Samu. Dão Ferreiro pagava apenas a comida. Samu trabalhou carreando madeira — “[A ponte] foi feita no braço e boi.”

¹²⁸ Galvão, 1972; Moura, 1988.

Dão Ferreira é lembrado como grande empreendedor por ter feito três pontes no Rio dos Bois: uma na passagem do Lório, para o povo navegar para Januária-MG com carro de boi ou tropa; outra na barra do Rio dos Bois e outra no Capão do Angico. Esta última foi construída porque por ali seguiam rumo à Festa de Bom Jesus da Iapa, em seis de agosto, e à Festa de Nossa Senhora da Penha em oito de setembro, festas apreciadas pelo povo da região: ‘povo do Cajueiro’, ‘povo do Rio Preto’, ‘povo dos Buracos’, ‘povo do Ribeirão de Areia’, ‘povo do Rio dos Bois’ – o ‘povo do Gerais’.

O Gerais, no ‘tempo dos Carneiros’, para além de um tempo de ‘fartura’, era um tempo de ‘movimento’, como dito a alguns parágrafos atrás. Conforme as conversas com o vaqueiro Samu, ali era o lugar da morada de muitas pessoas, de trabalho, bem como de reses criadas soltas. Nas palavras de Maria Cardoso: — “[...] Tinha muito movimento, tinha criação, tinha muita gente... [...] Vinha carro de gente de fora que vinha pegar as coisas aqui, comprava aqui ni Hermínio mais compadre Samu e comprava lá em casa. Todo ano! Todo ano eles vinham comprar as coisas, quando para lá estava fraco – feijão, arroz – eles vinham pegar aqui. Comprava e levava para fornecer os armazéns, em Arinos, Formoso, pra lá, Januária! Aí depois acabou com isso...” O negócio com ‘carro de gente de fora’ era aceito; entre vizinhos, entre agregados e entre patrão e vaqueiro estabelecia-se a troca como um espírito oposto ao negócio. O Gerais era um território de reciprocidade.

‘Vendi pêlo de boi’

Com o pagamento pelo trabalho de vaqueiro ‘tirado na sorte’, além da venda dos mantimentos que produzia nos roçados, Samu comprou 75 hectares da antiga Fazenda Mato Grande. A despeito de adquirir sua terra continuou a trabalhar e morar na fazenda do patrão, como dito anteriormente. Mudou-se depois de casar — “Foi que eu casei e ainda demorei... Tempo que os meninos nasceram quase tudo foi lá nos Paus Grande! Só acho que quem nasceu aqui acho que foi só Samuelson e Rosi [os filhos mais novos]. Maria, Santo, Regina, Gertrudes, Marilene, Valdo, tudo nasceu lá em baixo.”

Hermínio, irmão mais velho, comprou outros 75 hectares de terra ao lado da terra comprada por Samu. Uma única escritura foi feita para os 150 hectares, por sugestão da filha do vendedor das terras, ‘finado Plácido’, porque gastariam menos dinheiro com a documentação. Hermínio, tampouco Samu recusaram a sugestão. —“Somos todos irmãos mesmo” — concluiu Samu. Atualmente, com o processo de desapropriação pelo IBAMA, Samu e Herminio foram obrigados a fazerem uma escritura para cada terra, pois se fazia necessário para abrir o processo amigável para receber a indenização da terra. No entanto, o valor da irmandade prevalece ainda no pensamento de Samu, reafirmando a ética camponesa. Hermínio, viúvo há alguns anos e morando em Formoso-MG, deixou a cargo dos filhos os trâmites com o órgão governamental sobre o pagamento da indenização. Os filhos, por sua vez, não apresentam entendimento: alguns se negam a gastar além do que já gastaram até o momento para receberem pela terra. Zezão, o filho que cuida da propriedade do pai, financeiramente não consegue arcar sozinho com os custos. Samu, por ser padrinho, tio e, antes, irmão, se dispõe a custear os gastos porque —“quero que meu irmão saia junto comigo”. O sair da terra, assim como o entrar, deve ser no mesmo momento porque são ‘irmãos mesmo’. A terra é um patrimônio familiar, não somente como o local do trabalho do grupo doméstico, mas como patrimônio sobre o qual se constrói a família enquanto valor. Assim, a terra para Samu não é mercadoria, e mais um dos valores da ética camponesa reafirma-se.¹²⁹

¹²⁹ Woortmann, 1987.

Para Samu e dona Ló comprarem os 75 hectares que formam a Fazenda Barbatimão, venderam, primeiramente, parte do rebanho que possuíam. A quantia não foi suficiente, mas o Velho¹³⁰ Plácido, proprietário da Fazenda Mato Grande, que fazia divisa com a Fazenda Pau Grande, ‘era ajeitado’. Aceitava pagamento em galinha, arroz, milho. Após pagar pela terra, a dificuldade surgiu quando o Velho Plácido faleceu e seu genro não queria passar a escritura da área para Samu. Por conta disso precisou ‘gastar pêlo de boi’, — “Vendi pêlo de boi” —, disse-me Samu, para consegui-la.

Na varanda de sua casa, o vaqueiro traz à tona sob qual contexto obteve aquela escritura. Narra em detalhes como ocorreu a morte do Velho Plácido, assim como as dificuldades para ele, seu irmão Hermínio, o vizinho Herculano, entre outros, encontrarem o corpo do fazendeiro. — “Hermínio entrou, ele mais compadre Herculano, remando, devagarzinho, olhando, olhando, olhando... na festa do sol... eles viram! É, o sol bateu dentro da água assim, clareou. Aí eles viram bem... parou o feixe, olhou. Aí falou: o homem está aqui!”.

As expressões ‘gastar pêlo de boi’ ou ‘vendi pêlo de boi’ usadas pelo vaqueiro faziam menção à venda do último bovino do rebanho familiar para receber a escritura da terra. — “Aí que Berto tomou por frente e até e mexeu e falaram que era, que tinha que fazer parte no inventário. ‘Nem que faz, mas eu quero é receber!’ E foi, foi, só viajando, viajando e eu vendendo o que tinha intê... vendi o derradeiro! Mas também recebi!”

Samu pagara a terra em galinhas, milho, arroz e em reses; para conseguir a escritura da terra precisou vender o último bovino do rebanho que formara até aquele momento; precisou participar do inventário do Velho Plácido. Vá ouvindo!

¹³⁰ O termo velho é usado de duas formas: Velho Fulano ou Fulano Velho. No entanto, em ambos os casos o termo possui a mesma conotação: respeito a quem se refere se este possuir mais idade.

Vendi pêlo de boi para pagar

Primeiro eu vendi uma parte [do gado] para comprar [a terra]. Aí comprei. Aí fiquei. Ainda fiquei com um bocado. E agora aí foi gastar para modo de poder receber a escritura, que quem vendeu morreu! Tinha que fazer arrolamento. E um genro dele não queria dar a escritura. Um sobrinho dele foi quem falou: não, tem que dar! Era seu Plácido [quem vendeu]. Aí o Berto era sobrinho de Plácido. Joaquim Martinho era genro. Dia de nós viajarmos, como amanhã... para passar o documento, ele morreu. Daí deserdou. No dia mesmo que ele passou aqui. Ele passou, foi para o outro lado do Rio Preto receber um gado. Aí ele recebeu o gado e veio, voltando... cavalo cismou lá numa passagem. Assim para o lado de baixo, era um remansão. Para o lado de cima, outro. Só que, diz que aqui era raso. E o cavalo costumava passar era nessa via dele morrer. Cavalo entrou até numas alturas ou então o cavaleiro, qualquer bicho. Cavalo negou e saiu para fora. Ele tornou fechar, porque ele era seguro! Foi com o cavalo quando chegou bem no lugar o cavalo cismou, ele fechou ele na espora, o cavalo empinou, tombou no remanso! Daí ele saiu da sela, ainda tirou os óculos dos olhos... e bateu com a mão para o menino... e fundou. Aí num viu mais. Sumiu. Aí o menino foi, chegou na casa, falou para a mãe. Aí ela veio aqui, falar com nós para irmos. Daí nós fomos. Já de tardinha nós tínhamos que estar lá para ver se arranjava. Cacemos, cacemos, de noite, com palha de fogo, não arranjos. Aí dormimos. No outro dia, foi caçar, o povo dele chegou. Caçou. A d'onde ele ficou, fundou! Mas o rio lá, passava uma fundura e aqui fazia um barrancão. Ele entrou. Ele topou aqui. Aí ele não rompia para dentro e nem dava jeito de passar para sair. Ficou preso. Quando a enchente, o vento lá, a mareta da água dava, ele ia e passava, ia e passava. Inté aí para arranjar ele foi com feixe de buriti. Hermínio entrou, ele mais compadre Herculano, remando, devagarzinho, olhando, olhando, olhando... na festa do sol... eles viram!. É, o sol bateu dentro da água assim, clareou. Aí eles viram bem... parou o feixe, olhou. Aí falou: o homem está aqui! Aí outros queriam mergulhar, Quincas Borges não queria deixar. 'Vocês não sabem que é que está seguro nele aí, vocês entram aí, já estamos mexendo com um defunto... comido, fazer mais defunto? Não, ninguém entra! Nós vamos dar jeito de tirar aí.' Foram caçar uma vara, com gancho... e entrou no feixe, fícou no pé dele, daí puxou, largou... para fora, daí apanhou. Daí ficou, demorou eles sem quererem passar. Joaquim mais Quincas. Aí que Berto tomou por frente e até e mexeu e falaram que era, que tinha que fazer parte no inventário. 'Nem que faz, mas eu quero é receber!' E foi, foi, só viajando, viajando e eu vendendo o que tinha inté... vendi o derradeiro! Mas também recebi! E Joaquim Martinho, que era genro dele [Plácido], é que na hora que ele morreu não queria passar o documento! Queria que ficasse de graça. Já recibo, de tudo... finado Plácido tinha recebido...Mas ele não logrou nós porque finado Plácido passou uma declaração muito bem passada! Quase a mesma escritura! No tanto que quando passou logo a escritura que eu mostrei ela, ele [para quem Samu mostrou a declaração] disse: olha, de modo não precisava. Só aqui nós fazíamos um trabalhinho pouco e registrava. Era a mesma escritura! Ele fez a mesma escritura. Mas daí ele já tinha feito a outra. (Samu)

Samu descortina a dificuldade pela qual passaram para legalizar a terra adquirida no ‘tempo dos Carneiro’ sobretudo quando se refere ao gasto que atualmente tem com a documentação exigida pelo IBAMA para provar que aquela terra é realmente sua. Traz à tona, ainda, quando se refere ao tempo de espera pela indenização – 21 anos – e ao fato de tal espera o fazer ‘viver apertado’ e ‘viver do compra’ por não poder roçar e criar na sua terra e nas demais áreas onde tinha o ‘direito de criar’, além de ter que solicitar permissão para o que necessitar fazer na sua terra. A despeito desse cenário, Samu não trava um conflito explícito com o IBAMA. Ao contrário, ele gerencia o conflito por meio de um acordo tácito baseado na negociação. Prefere aceitar a nova ordem social para não ter ‘desprazer’. Assim como fazia com o patrão de outrora, atende, nesse momento, as leis do IBAMA quando se faz necessário e com isso conquista o respeito do ‘povo do IBAMA’. Com essa postura, ‘pede’ para o IBAMA carona mensal para a cidade, bem como para continuar ‘com algumas vaquinhas’ em sua propriedade sem precisar cercar a área, apesar da proibição com a ‘lei do promotor’ de se criar gado fora das áreas do proprietário e nas vargens das veredas e vazantes de rios, assunto que o leitor verá em detalhes na seção 5. Portanto, um acordo tácito entre Samu e IBAMA é firmado. A dependência em relação ao fazendeiro, o estar a todo momento à disposição não foram mencionados por Samu no que se refere ao ‘tempo dos Carneiro’. Foram transportadas a sua relação com o IBAMA quando diz que ‘temos que atender lei agora’ ou quando dona Ló do jirau expressa sua opinião com —“Tinha de tudo. Agora estamos aqui sofrendo. Aqui saiu foram muitos carros de mantimento!” Muito embora Samu faça uma gestão do conflito com o IBAMA, sente-se despossuído da liberdade que tinha no momento anterior, a sensação de liberdade que vivenciava, principalmente, com o trabalho de vaqueiro.

Por todo sofrimento que Samu e dona Ló passaram para comprar sua terra, indigna-se dona Ló em relação ao fato de Pedro Velho, agregado da Fazenda Pau Grande e pai de Maria Cardoso, ter pedido direito de posse ao patrão. Indigna-se, sobretudo, com o parque —“Governo tem que pagar bem caro de tanto sofrimento!”

O Gerais, no ‘tempo dos Carneiro’, muito embora território de reciprocidade, vez ou outra trazia à luz as peias que existiam entre patrão e agregados. O caso de Pedro Velho foi que —“Quando morava na Carinhanha era tudo perto. Nós mudamos, ele [Pedro Velho] ficou depois ele veio. Quando chegou aqui achou ruim porque era tudo esparramado. Depois foi

vindo mais gente, Pedro Velho, daí embolou tudo de novo. Ele não morava aqui. Aí pediu a Pedrão e Manassés [da Família Carneiro]. Eles deram para morar e trabalhar. Quando eles foram vender, Pedro Velho pediu direito de posse. Eles tiraram e deram 25 hectares.” — explica Samu. — “Moramos 20 anos na Fazenda Pau Grande e não pedimos direito de posse!” — fala em tom de repulsa dona Ló.

Como agregados, Samu e Pedro Velho puderam usufruir das terras da Família Carneiro mediante uma estrutura de favor. Ali viviam por sua conta, arcando com os imprevistos que viessem a se apresentar. A Família Carneiro aceitou suas presenças por meio de um ajustamento baseado numa relação cordial, isto é, se as presenças de Samu e Pedro Velho agradassem à família – se ambos colaborassem com trabalhos solicitados pelos Carneiro – suas existências nas terras da Fazenda Pau Grande eram aceitas. Tratava-se, pois, de uma relação de dependência com caráter pessoal; um compromisso pessoal com o proprietário da terra estava implícito. Mas, enredado a essa relação de dependência e reciprocidade de serviços por parte do agregado, outra ordem de relações se apresentava: aquela regida pelo interesse do fazendeiro, que freqüentemente levava-o a expulsar o agregado quando necessitasse das terras anteriormente cedidas¹³¹. Neste cenário, a lealdade do agregado ora era solicitada, ora era violada. No entanto, Samu diferenciava-se de Pedro Velho por ser vaqueiro. Como mencionado em páginas precedentes, seu trabalho era imprescindível à fazenda; um vaqueiro leal fazia-se necessário em pastos sem fechos. Ademais, como vaqueiro, Samu acumulava reses – outra característica que o diferenciava de Pedro Velho – fato que o permitiu adquirir sua própria terra. Pedro Velho, por sua vez, era dispensável do processo produtivo da fazenda – a criação de gado de corte – e por isso facilmente expulso.

O fato de terem recebido do patrão o ‘direito de criar’ fez dona Ló e Samu não requisitarem ‘direito de posse’, isto é, a noção legal de posse. O respeito ao acordo verbal firmado, assim como a lealdade ao patrão, regeram o modo de pensar do vaqueiro. Entretanto, isso ocorreu porque Samu sabia a qual teia estava atrelado, sobretudo porque nessa pôde acumular e comprar terra com o trabalho de vaqueiro.

Portanto, enquanto foi de interesse do fazendeiro manter Pedro Velho em sua terra, houve cordialidade, bem como se reafirmou a ordem, a cadeia de compromissos sobre a qual

¹³¹ Franco, 1997.

se assentava a relação fazendeiro-agregado. Diante da chegada do parque a Família Carneiro deparou-se com outros interesses que não o de mantê-lo em suas terras. Seus interesses tomaram rumo para a venda das propriedades para o Doutor Luciano, como explicitado na seção anterior. O cenário que se apresentava a Pedro Velho era o de expulsão da terra; tinha ciência que a cordialidade, o compromisso pessoal estabelecido com o patrão seria rompido pela parte deste último. O que lhe restava era individualmente enfrentar a teia de relações à qual se atrelara e requerer ‘direito de posse’. Talvez pensasse que assim estaria mais fortalecido. No entanto, o ‘direito de posse’ para o IBAMA apenas resulta em pagamento pelas benfeitorias, fato que não é tão simples de se resolver. Maria Cardoso, sua filha, permanece à espera da indenização das benfeitorias da posse do pai. Enquanto isso não acontece, lhe resta viver em terras alheias, sob favor de outrem, repetindo a situação vivenciada por seu pai.

Caso oposto aconteceu com Porcílio, que como Samu tinha ‘direito de criar’, mas quando a fazenda já pertencia a Doutor Luciano. O parque chegou e Porcílio foi proibido de criar porque não tinha título da terra.¹³² — “Quero sossego para mim e pros meus bichinhos.” — disse Porcílio a Samu à época. — “Quando [Porcílio] saiu daqui, saiu com 800 cabeças! Povo falava para ele ‘não, moço, você tem o direito por ter ficado todo esse tempo’. Ele não quis nada, porque Doutor Luciano deixou ficar lá o tempo que ele quisesse, mas sem direito de posse.” — explica Samu. O lucro de Porcílio, assim como o de Samu, era a criação. Para continuar formando rebanho, mudou-se para Beira do Piratinha no rumo do município de Buriti na Barra do Urucuia. Cumpriu com o acordo verbal que fizera com Doutor Luciano.

Para além de descortinarem por um lado as peias entre agregado e fazendeiros e por outro a lealdade do vaqueiro ao compromisso social firmado, os casos de Pedro Velho e Porcílio desvelaram, sobremaneira, como o Gerais, composto pelas fazendas da Família Carneiro, foi tomando corpo como Sertão do IBAMA. Em se tratando a Samu, a liberdade de fazer seu roçado nos brejos da terra que nesse momento é escriturada, bem como a criar suas reses nas áreas comuns – isto é, a continuar com o sistema de uso combinado das áreas comum com as áreas da terra de sua propriedade – passam a ser proibidos ao longo do processo que

¹³² De acordo com informações da Funatura e do IBAMA, Porcílio ateou fogo em 5000ha, fato que fez a gestão do parque solicitar sua saída da área. Falarei sobre a relação criados de gado e fogo na seção 5.

revestiu o Gerais com o Sertão do IBAMA. Num primeiro momento os roçados foram proibidos. Samu ainda se sentia liberto porque continuava com sua criação ‘pelo Rio Preto’, continuava a exercer seu ‘direito de criar’ adquirido no ‘tempo dos Carneiro’. Posteriormente, com a ‘lei do promotor’, passa a existir a proibição de se criar gado solto em áreas fora de sua propriedade.

O movimento que outrora existia que remetia à quantidade de famílias, trabalho e reses soltas passou, pelo o que foi mostrado anteriormente, por uma interdição com a chegada do parque; interdição que, por conseguinte, levou a suspensão da ‘fartura’ – de mantimentos – que remetia à troca tanto com a terra, como entre vizinhos. Nas palavras de Maria Cardoso: — “[...] Aí quando o parque entrou travou. Era para trabalhar num canto sozinho. Então não tem como! Não tem como dá não. Aperta. Aqui mesmo nesse quintale aqui [referindo-se ao quintal de Zezão], quantos mantimentos Hermínio colheu aqui! Colheu muito! [...] Isso aqui era roça dele! Agora está todo mundo aí com a cara para cima passando fome! Para comer tem que ir nos armazéns. Se tiver dinheiro, come, se não tiver, passa fome! [...] Quem tem um recursinho, bem, e quem não tem? Que nem bem eu, que não tenho recurso.”

O ‘movimento’ dizia respeito a um modo de vida calcado na interdependência entre trabalho, família e terra. O fato de ter que roçar ‘num canto sozinho’, isto é, sem poder exercer o pousio da terra, bem como o criar ser limitado ao uso apenas da área da sua propriedade com a ‘lei do promotor’, isto é, a interdição do uso das áreas comunais em simbiose com as áreas de direitos, causou a desvinculação das categorias terra, trabalho e família. Elas deixaram, portanto, de serem nucleantes e interdependentes, na medida em que não se troca mais com a terra, não se afirma o pai de família por meio do trabalho, tampouco por meio da transmissão da terra aos filhos como herança. A terra, agora, não forma a família como valor. Passa a ser mercadoria, a ser objeto de indenização. A família, pois, fica por um fio. Se o sentido da campesinidade está na interdependência dessas categorias, no momento em que essas se desvinculam com o Sertão do IBAMA revestindo o Gerais do ‘tempo dos Carneiros’, a campesinidade passa a sofrer um processo de desestruturação. O Gerais como território de reciprocidade e composto pelo uso combinado das áreas comuns com as áreas de ‘direito’ ou

propriedade, com gado criado solto e roçados nos brejos, torna-se Sertão. —“Quando criou esse parque que criou esse Sertão —” dizia Samu no início dessa seção.

O ‘tempo dos Carneiro’ vez ou outra foi apresentado por Samu com o descortino das relações de conflito entre agregado e patrão – como o caso de Pedro Velho. Todavia, o que dominou suas falas foi a reconstrução de um passado de fartura, de liberdade e de movimento em detrimento a um presente revestido por proibições e pela necessidade de permissão para o uso da terra. O ‘tempo dos Carneiro’ trouxe à luz o Gerais – o conhecido – com seus pastos sem fecho, quintais sem cerca, gado criado ‘na solta’ e o respeito ao vizinho. Isso significava viver ‘folgados’. No sertão, o sertão criado pelo IBAMA, a vida é trajada com vestes apertadas.

MEXER COM CRIAÇÃO

“As ancas balançam, e as vagas de dorsos, das vacas e touros, batendo com as caudas, mugindo no meio, na massa embolada, com atritos de couros, estralos de guampas, estrondos e baques, e o berro queixoso do gado Junqueira, de chifres imensos, com muita tristeza, saudade dos campos, querência dos pastos de lá do sertão...”
– *O Burrinho pedrês, Sagarana, p. 51.*

Como mencionado na seção de abertura dessa travessia, a criação, entendida por Samu como o conjunto dos rebanhos e das aves domésticas que cria, tomava conta das prosas desenroladas na varanda de sua casa, sobretudo pelo fato de estar solta e às vezes rodando de aqui para acolá entre nossos pés.

Mas, o que é ‘mexer com criação’ para Samu?

A criação para o ‘povo do Rio Preto’, assim como para os Nuer estudados por E. E. Evans-Pritchard, possui valor econômico, bem como valor social. Em se tratando desse último, a criação se funda como um importante vínculo familiar, na medida em que o ‘mexer com criação’ é realizado em família. Ademais, como os Nuer, o ‘povo do Rio Preto’ constrói com a criação uma relação íntima, simbiótica, que aqui traduzo muitas vezes por afetividade. Samu, por sua vez, estendia essa relação íntima para outros seres não-humanos que se dispunha a criar, como por exemplo, para os pias que vivem na vereda abaixo de sua casa e, por isso, são considerados pelo vaqueiro seus vizinhos. Esse estreito laço entre Samu e os não-humanos¹³³ revelava não-humanos bastante sociais; o vaqueiro aparecia como continuidade de um vasto meio ao mesmo tempo natural e social¹³⁴. No entanto, era perceptível a existência de uma hierarquia entre os não-humanos, tanto no relacionamento do vaqueiro com a criação, como quando o vaqueiro falara sobre ela. Alguns não-humanos são seus vizinhos, outros são filhos, outros são seus peões, há ainda aqueles que são amigos ou inimigos, caso da Onça traçoeira retratada na seção **‘História velha que o povo contava’**. Uma hierarquia que revelava, sobretudo, uma relação homóloga entre vaqueiro e dois tipos de não-humanos: os

¹³³ No que tange a seres não-humanos sobrenaturais, perguntei a Samu se havia algum por ali, ou se já avistara em algum momento. O vaqueiro, enfaticamente, proferiu que não. Insisti um pouco, falei sobre saci e caipora; Samu, certo daquilo que me falava, expressou que ‘o povo diz que tem o caboclo d’água’. Trata-se de um menino, que se ele se interessar pela pessoa, essa não pode beirar o rio porque ele carrega para dentro. E terminou a breve explicação dizendo —“Mas eu mesmo nunca que vi! O povo é que diz, né.”

¹³⁴ Candido, 2001.

gados bovino e equino, uma homologia entre esse relacionamento e as relações sociais, isto é, entre humanos. É o que o leitor verá ao longo dessa seção.

Na varanda da casa de Samu, comum eram galinhas ‘barulhando’ em frente à casa e porcos ‘bestando’ no mato. Como parte do cenário, havia ainda os perus com seu grugulejar e a cabrita ‘atentada’ anunciando sua passagem com a soada do sino que carregava em seu pescoço. Os cachorros – Preta e Rex – também se mostravam por ali. Humanos e não-humanos dividiam o espaço da varanda e do quintal. Quando menos se esperava, notava-se uma galinhada na cozinha ciscando até em cima do fogão à lenha. —“Xôô, galinha!!” — e dona Ló com o pano de prato tocava a galinhada para fora da casa. O gado, ‘os carneiros’ e ‘os animais’, por sua vez, em sua maioria encontrava-se pelas vargens.

No correr dos meses que convivi com Samu na varanda de sua casa notei que as aves domésticas – galinhas, galos, frangos, pintos e perus – bem como os porcos não eram nominados; eram denominados genericamente ‘galinha’ e ‘porco’, mas havia distinções internas ao grupo das aves como: as galinhas-d’angola eram nomeadas ‘cocar’. Afora isso, Samu concedia atenção especial a uma ou outra ave doméstica conforme o caso. Por exemplo, o frango-do-bico-quebrado, bem como a galinha-de-cabelo eram únicos e por isso recebiam atenção especial. Os perus, quando novos, por sua vez, também demandavam cuidados especiais. Em outras palavras, quando Samu seguia para dar o ‘de-comer’ para o frango-do-bico-quebrado – comida especial composta por farelo de milho umedecido servido em um fundo de garrafa pet cortada – vez ou outra uma galinha se aproximava do banquete. Samu intercedia pelo frango-do-bico-quebrado e dizia para a galinha: —“Quando você está comendo ele não vai lá te atentar! Sai de riba do bichinho!” — e emendava para o frango: — “Dá uma bicada nele! Abusado!” Ou, para a galinha-de-cabelo, que freqüentemente podia ser vista sob o jirau de lavar vasilhas de dona Ló, – e ela se destacava por suas penas que se assemelhavam a cabelos lisos – quando não era vista por ali, Samu explicava: — “Ela estava emburrada querendo chocar, daí ela não aparece. Daí ninguém deixou ela chocar, ela apareceu!” Em relação aos perus – ‘peru meia roda’, – Samu mirava-os e explicava: — “Peru dá carne! Mas quando é novo não pode dar de-comer na terra. Deve dar numa vasilha, senão come terra e

morre. Quando endurecer [crescer] pode dar na terra.” E complementava: — “Peru quando avista uma cobra ou sapo fica rodando em volta...”

Muito embora as aves domésticas fossem classificadas genericamente como ‘galinha’, o conhecimento do vaqueiro sobre cada ave por meios de suas especificidades corporais – por exemplo, bico quebrado ou de-cabelo –, sobre suas atitudes diante do ‘bicho do mato’, como também sobre como se deve proceder quando a ave é nova era exato e demandava cuidados especiais, como defender a galinha-de-bico-quebrado das demais ou saber o que levou a galinha-de-cabelo sumir do quintal.

Em outro momento, na casa da comadre Tani, Samu mirava os pintos que entrecortavam a perna da comadre para onde quer que ela fosse. No meio deles, um franguinho. — “Caça roupa para vestir, frango!” — proferiu Samu ao franguinho. Comadre Tani, rindo, emendou a brincadeira com: — “Esse está passando frio!” Samu caiu no riso. Em seguida, ensinou que para ‘vestir frango’ era só pegar um ramo de São Gonçalo ou pé torto, bater no rio e bater no frango. Logo ele estaria ‘vestidinho’, ‘penado’. A comadre desconhecia esse ‘saber dos antigos’. Samu mostrava que sabia como agir de acordo com as diferenças que se apresentavam de uma ave para outra nas distintas etapas da vida daqueles seres não-humanos; diferenças que os compunham como seres individualizados. Se o pinto chegasse à idade de frango sem estar vestido, algo deveria ser feito para que desenvolvesse penas e chegasse à idade adulta. A seleção natural – vence os mais aptos –, por exemplo, não se aplicava à lógica do pensamento de Samu em seu relacionamento com os não-humanos. Cada um tinha um tratamento e uma atenção especial. A despeito de não terem nomes, eram seres sociais: o frango pelado, a galinha-de-cabelo, o peru quando é novo, o frango-do-bico-quebrado.

Em se tratando dos porcos, Samu os distinguia em raças, que infelizmente não conseguí registrar. A população de porcos, por sua vez, era bastante flutuante; em outras palavras, ora o quintal de Samu estava repleto deles, ora um ou dois eram vistos. Talvez isso indique que a venda desses fosse mais freqüente. No entanto, antes de vendê-los passavam pela castração, que tinha a ‘época certa’, como o leitor verá adiante. As galinhas, por outro lado, eram utilizadas para consumo, ou como dádiva, mas somente quando ‘a raposa e um gato

preto do mato' não faziam 'um rapa', como me explicara Dona Ló quando cheguei a sua casa e me deparei com o quintal vazio de 'galinha'.

—“Vai ser besta para lá, bando de vagabundo. Corre para lá. Sai cachorro!” — Samu, sentado na varanda, explanava para os cachorros que latiam em frente à casa mirando o curral. —“Deve ser compadre Raimundo mais comadre Tani que estão rompendo por aí.” Aos xingos, o vaqueiro fazia os cachorros silenciarem, bem como os expulsava do entorno da casa. Samu retornava à varanda; as galinhas atravessavam nossos pés: —“Sai, galinha, daqui! Eu lhe soltei você veio para aqui. Você é atentada! Deixa dar uns milhos” — e as galinhas recebiam mais do 'de-comer'.

Após alguns minutos, Raimundo apontava com seus ligeiros passos pelo curral de Samu. Tani, em seu carroiro, trazia um saco sobre a cabeça; iam conosco para a 'Vila'. — “Entra pra cá, compadre! Ô comadre Tani, como passou?” — e Samu iniciava o ritual da visita.

—“Xôô atentada! Vai caçar o de-comer!” Com a vassoura, Samu enxotava a 'cabrita atentada'. O vaqueiro retornava para riba do barril d'água onde estava sentado, quedava-se por ali durante alguns instantes, levantava-se, seguia até a despensa e de lá voltava com uma bacia. Colocava-a na soleira da varanda e para a cabrita dizia: —“Não come tudo porque não tem mais!” Após alguns minutos, Samu retirava a bacia e: —“Acabou! Essa foi tratada na ração com medo que fugisse. Hoje está lerda!” Na varanda, todos miravam a cabrita, que a despeito do 'de-comer' recebido permanecia entre nós. Em seguida, Samu continuara a explicar que a cabrita tinha sido enjeitada por sua mãe e que devido a isso ele e dona Ló criaram-na 'na ração', fato que a fez ficar 'lerda'. Raimundo, Tani e meu acompanhante riram. Como eu não entendera o que aquilo queria dizer, perguntei: lerda? — “É que ela não sai para caçar comida. Fica esperando a gente dar. É atentada! Levo ela no rio para beber água. Quando vê ela já está de volta. Vai beber água aí nos latões.” — explicou-me Samu. A atenção dispensada pelo vaqueiro à criação mostrava-se específica, isto é, norteadada de acordo com as características de cada não-humano. Mostrava-se, sobretudo freqüente. Samu não quietava.

Por outro lado, se o não-humano tornava-se valente, a atitude do vaqueiro era outra, bem menos afetiva e compreensiva, como aconteceu com o bode. Na varanda, Samu mirava o bode que estava rodeando a casa. — “Vou gastar o bode!” — proferira, ou seja, matá-lo para

comer, e complementava: — “Ló foi prender e ele deu uma cabeçada no estômago dela. Está muito valente!” Comadre Tani, compadre Raimundo e Zé Preto, meu acompanhante, concordaram com a decisão do vaqueiro. — “Criação não pode enfrentar a gente! Quando enfrenta, melhor gastar.” A autoridade do vaqueiro perante a criação se fazia presente.

Outro exemplo da atitude tomada pelo vaqueiro diante da forma de agir da criação Samu expressou quando falava sobre um ou outro ser não-humano que já criou. Tentou criar perdiz. Pegou os ovos e deixou para a galinha chocar. — “Quando os pintos endureceram, sumiram. Se soubesse que iam sumir teria pelo menos comido eles. Perdiz é bicho que não amansa...” Sua idéia era criá-los para render. No entanto, se o bicho não amansa, caso do bicho do mato, ou se torna valente, como aconteceu com o bode, a idéia do vaqueiro é torná-lo ‘de comer’. Diante desse cenário, era notável que cabras, bodes e carneiros, assim como ‘galinha’ e ‘porco’, muito embora não nominados recebessem cuidados especiais, em casos como o da cabrita enjeitada pela mãe, ou atitudes distintas do vaqueiro consoante a forma de agir do não-humano, como aconteceu com o bode.

Dona Ló vez ou outra deixava suas panelas ou o jirau de lavar vasilhas para dar o ‘de-comer’ para as galinhas, porcos ou cachorros. Em se tratando desses últimos, na areia em frente à casa, Dona Ló derrubava o ‘de-comer’ para os peões, como nomeia Samu aqueles que o auxiliam no trabalho de campear. Com a ossada à mostra, Preta e Rex devoravam os restos que lhes eram ofertados. As galinhas se aproximavam do ‘de-comer’ e, com isso, os cachorros rosnavam. — “Prosa ruim de cachorro!” — proferia Dona Ló. Samu espantava as galinhas e mandava os cachorros se calarem. Rex continuava a se irritar com as galinhas que queriam comer sua comida. — “Não come não! Fica aí correndo com as galinhas!” — falara Samu para Rex. Após devorarem o ‘de-comer’, Rex e Preta voltavam a se deitar sob a sombra das piúnas. De repente, um deles saía correndo e latindo. Samu interrompia a prosa e voltava sua atenção para os cachorros e perguntava: — “Que é bando de vagabundo?” Em silêncio, Samu mirava o rumo em que estavam os peões, ouvia o ronco dos porcos no mato e: — “Coragem mesmo de pegar não tem!” Os peões, para além de serem tratados à base dos gritos e insultos, tinham, a todo o momento, sua valentia desafiada, como com os porcos. Talvez isso expresse pistas de como deva ser o treinamento do cachorro para o trabalho de campear gado. Medo para cercar bois e vacas não pode existir; deve haver apenas obediência às ordens do vaqueiro. O modo de

tratar os peões reforçava, sobretudo a existência de uma hierarquia entre os não-humanos na relação deles com o vaqueiro. Os cachorros eram nominados, fato que os diferenciava das galinhas, porcos, cabritos; por outro lado, recebiam menos afeto que as galinhas ou os piaus, por exemplo. Esses eram vizinhos, aquelas eram do quintal, os cachorros eram do campo, do trabalho de campear gado. Muito embora fossem tratados de forma agressiva, estavam, pois, numa posição acima das galinhas, porcos, cabritos e piaus; estavam mais próximos do vaqueiro, presentes na lida diária; recebiam nomes, ordens e eram chamados para trabalhar. Podiam não ter o afeto de Samu, mas recebiam reconhecimento, como proferiu o vaqueiro à Preta quando essa o ajudou a escapar do cerco dos queixadas, conforme mostrado na seção **‘História velha que o povo contava’**: —“Essa cachorrinha é valente!”

O cenário acima era o que se apresentava freqüentemente em minhas estadas mensais pela varanda da casa do vaqueiro, muito embora não contemple a diversidade de cenas que presenciei sobre o ‘mexer com criação’. O que quero ressaltar é que Samu intercalava nossas conversas com o relacionamento que tinha com os não-humanos, realizando o ‘mexer com criação’ em uma das acepções que a expressão comporta. Naquele momento, geralmente pré e pós-almoço, o ‘mexer com criação’, na sua concepção mais simples, limitava-se a dar o de-comer para as galinhas que da varanda para a cozinha ciscavam e piavam insistentemente, assim como para a cabrita ‘atentada’, ‘lerda’ porque se acostumara a receber ração após ser enjeitada pela mãe, ou para os porcos que rosnavam do jirau para frente da varanda. Pouco a pouco notei que entre um mexer e outro com a criação – no sentido de dar o ‘de-comer’ – o vaqueiro comentava sobre quais seres não-humanos já criou, bem como as diferentes atitudes e atenção dispensadas pelo vaqueiro diante da forma de agir ou da necessidade do não-humano em questão. Por conseguinte, a essa acepção mais simples – num primeiro olhar desatento referindo-se apenas ao dar o ‘de-comer’ – percebi que se imbricava uma relação simbiótica entre vaqueiro e não-humanos. Por um lado, a troca estabelecida entre Samu e sua criação fazia daqueles não-humanos seres sociais, individualizados, que demandavam cuidados especiais. Por outro, imprimia valor à vida em família, pelo trabalho de ‘mexer com criação’ ser realizado pelo grupo doméstico. Na esteira dessa relação, os não-humanos eram transformados em membros da família, em filhos, e aqui uma nova acepção para o ‘mexer com criação’ era-me revelada. — “Tanto filhos para comer e ajudar nada! Não trabalha, tem

que comer é pouco.” — proferiu Samu certa vez após alimentar a galinhada que piava na varanda. O “pai de família”¹³⁵ era reafirmado no trabalho de ‘mexer com criação’. Neste sentido, o valor social da criação se reforçava da mesma forma como apresentava o vínculo estreito, afetivo muitas vezes, entre vaqueiro e criação, que descortinava não-humanos e vaqueiro como partes de um mesmo todo.

O ‘mexer com criação’ também se referia ao trabalho de ‘apanhar’ água. Sobre o trabalho em si, bem como sobre a relação entre Samu e seus bois carreiros, o leitor receberá detalhes a algumas páginas adiante. Por ora, digo que o ‘apanhar’ água não implicava tão-somente saciar a necessidade familiar por essa substância; referia-se, por um lado, a saciar a necessidade da criação, que igualmente necessitava de água, por outro a dos piaus que ‘moram’ na vereda onde o vaqueiro busca a água, na medida em que ao mesmo tempo em que Samu ia à vereda apanhar água, ia igualmente para dar o ‘de-comer’ para os seus vizinhos. Os peixes eram alimentados, porém não usados para alimentação, sobretudo pelas restrições do IBAMA sobre o uso da fauna.

Todavia, outras concepções do ‘mexer com criação’ foram-me reveladas e, por conseguinte, mais particularidades sobre o vínculo profundo entre Samu e os não-humanos¹³⁶.

No decorrer das prosas, Samu também mencionara o ‘mexer com criação’ em seu sentido econômico de ‘criar para render’, isto é, aumentar o rebanho e conseqüentemente aumentar a renda familiar com a venda de alguns exemplares. No entanto, antes do parque, o ‘mexer com criação’ encerrava seu sentido econômico com mais intensidade; raras eram as vezes que matavam alguma criação para comer. Naquele momento, o ‘de-comer’ era a caça, isto é, os ‘bichos do mato’. — “Uma carne que a gente comia, mas não achava muito boa era caititu, suçuapara¹³⁷ ... a carne dela não é muito boa não. Não é dura, mas tem assim meio cheirozinho. Agora estando seca, para fazer a paçoca¹³⁸, é boa! De capivara, de anta, de suçuapara dá uma paçoca beleza de boa!”

¹³⁵ Woortmann, 1987.

¹³⁶ Candido, 2001. Em relação ao estreito vínculo entre vaqueiro e seres não-humanos, Galvão, 1972 apóia-se nos “vínculos profundos entre homem e animal” analisado por Antonio Candido em **Os Parceiros do Rio Bonito** para chamar a atenção para o importante papel de Diadorim, no romance **Grande Sertão: Veredas**, quando essa ensina Riobaldo a observar e se encantar com a natureza.

¹³⁷ *Tayassu tajacu*, *Blastoceros dichotomus*, respectivamente.

¹³⁸ Carne de sol com farinha de mandioca.

Com as proibições sobre o uso da terra e da fauna, Samu deixou de comer caça. Atualmente, diante do Sertão do IBAMA, vez ou outra mata uma galinha, ou compra carne de gado no mercado ou ainda vende uma vaca a alguém e dessa pessoa compra alguns quilos de carne pelo mesmo preço que vendeu, como fez com o guarda-parque Antônio Buracudo. Todavia, o vaqueiro auto-analisa o transformar a criação em ‘de-comer’. Este fato ficou explícito quando, a pedido de dona Ló, Samu pegou uma galinha para nosso almoço. Após torcer seu pescoço e jogá-la no chão, onde terminou solitária sua morte, o vaqueiro disse: — “Não tem gente tão malvado que nem gente. Cria galinha com tanto cuidado, logo vai, mata. Cria vaca com tanta estima, logo vai, mata. Logo, gente é malvada. Mas Deus fez assim!” Para matar galinha um corte certo no pescoço deve ser dado, mas o vaqueiro não gosta daquilo não. Prefere não ver sangue. A estima e o cuidado que dedica a sua criação vêm à tona no pensar de Samu no momento de abater o bicho. O que conforta o vaqueiro é que ‘Deus fez assim’. Além disso, Samu não tem dó de matar se for para comer. Pena ele sente se for para judiar do bicho ou se for para vê-lo sofrer com doença. Zezão, seu sobrinho, por sua vez, não mata galinha, muito menos boi ou vaca. Se não tiver alguém que faça por ele, Zezão fica sem comer carne. Tampouco gosta de ver alguém abater o bicho.

Nas prosas desenroladas com Samu, o valor econômico da criação no sentido de ‘criar para render’ ficava visível quando o vaqueiro observava a ‘cabrita atentada’ que rodava daqui para acolá na varanda da casa. Sentado em riba do barril d’água, Samu mirava a bichana e dizia: — “Cabrita está amojando...” Zé Preto, meu acompanhante, voltava seu olhar para a cabrita. — “Tá amojando mesmo, seu Samu! Daqui um pouco o ubre está cheio!” Quando a cabrita estiver ‘amojada’, com o ubre cheio de leite, estará pronta para parir. A torcida de Samu era para que os filhotes fossem fêmeas. — “A outra cabrita pariu um filhote macho. Querendo que rendesse, pariu macho”. Nascendo fêmeas, o rebanho prolifera; macho Samu utiliza para engordar e vender e/ou ‘gastar’.

Mais freqüentemente o gado bovino era o protagonista das prosas que remetiam à acepção econômica do ‘mexer com criação’, principalmente quando o assunto que se instaurava na varanda era o recebimento da indenização pela terra. A restituição aos proprietários de terra da área configurada como parque abrange tanto a terra escriturada, quanto as benfeitorias nela existentes. No entanto, esse processo indenizatório tem se

mostrado de difícil solução para Samu¹³⁹. Ora é um gestor que cuida do processo, ora é outro. Num momento um gestor diz que a documentação está completa, bem como que o dinheiro sairá em trinta dias. Noutra traz a notícia que o ‘povo de Brasília’ pediu mais documentos para o seu processo porque estava com dúvidas acerca da legalidade da escritura da terra. Ora a notícia é de que o órgão governamental não tem verba para efetuar o pagamento, ora o anúncio é de que o ‘povo do IBAMA’ está oferecendo R\$ 300,00 por hectare, muito pouco se comparado ao preço da terra na região. —“Terra que só dá mandioca perto do Formoso custa 2000!” — dizia Raimundo sobre o custo por hectare da pior terra na região – aquela que só dá mandioca. Com isso, deparando-se com um cenário que se alterava com tamanha diversidade de informações, bem como conforme quem estava tanto na gestão da unidade de conservação, quanto em Brasília, Samu preferiu precaver-se em relação ao que se mostrava cada vez mais como inesperado: o recebimento da indenização pela terra. — “Separei um bocado para vender. Vender para inteirar com o dinheiro da terra para comprar outra. Vendi um bocado, dezesseis, quinze vacas e um boi. Total de 8.000. [...] Vendi o boi por 700; boi é mais caro do que vaca; [...] Terra cariado e o gado baixando; gado barateia e a terra não.” Após a venda dessas reses, o vaqueiro decidiu esperar para ver se ‘o dinheiro do IBAMA’ sairia em breve para não precisar ‘tirar muita criação’. Nesse momento, a acepção econômica da expressão ‘mexer com criação’ traz à luz um processo já vivenciado por Samu: vender a criação para comprar terra, como descortinado na seção anterior.

A partir de agosto de 2009, com o advento da ‘lei do promotor’, o tema que predominou nas conversas sobre a criação foi o gado, muito embora não estivesse ‘na presença’ porque solto nas vargens. Foi quando notei que, ao falar sobre gado e sobre a acepção econômica da expressão ‘mexer com criação’, Samu revelava sobre os não-humanos que se dispõe a criar, uma hierarquia entre esses em sua relação com os humanos, bem como desvelava a relação homóloga que se estabelece entre vaqueiro e os bovinos e eqüinos.

Como mostrado nos parágrafos precedentes, a relação entre vaqueiro e não-humanos revelava não-humanos muito sociais, que faziam parte do universo de Samu e Dona Ló. Os cuidados especiais, a hora de comer, o carinho indicavam um modo de lidar do vaqueiro com esses não-humanos que os aproximava da relação humano/humano. Essa fronteira era

¹³⁹ É importante ressaltar que já completaram 21 anos da implantação da unidade de conservação.

variável, indicando uma hierarquia de não-humanos. Por exemplo, a despeito do afeto e atenção, galinhas, porcos e cabritos não possuíam nomes. Em se tratando dos cachorros, muito embora não recebessem afeto como as galinhas, por exemplo, eram nominados, estavam mais próximos do vaqueiro, porque o acompanhavam no trabalho do campo. Já a relação do vaqueiro com o peão encerrava-se na cumplicidade por parte deste último e na autoridade por parte do vaqueiro. Para além de serem os companheiros de trabalho de Samu, os cachorros eram os vigias da casa e do quintal, na medida em que protegiam as aves domésticas, como também os rebanhos de ovinos, caprinos e bovinos das ameaças de onças, raposas e gatos do mato. Os cachorros estavam, pois, numa posição superior à das galinhas, porcos e cabritos na hierarquia dos não-humanos¹⁴⁰. Mas, acima deles estavam bois, vacas e bezerros e, no topo, os ‘animais’. Por outro lado, dentro o grupo dos bovinos havia uma diferenciação que muitas vezes remetia a uma hierarquia, especificamente no que tange à função desempenhada por aquele bovino. Para além da existência de uma hierarquia dos não-humanos, as prosas sobre o ‘mexer com criação’ na sua acepção econômica revelou, sobremaneira a existência de uma homologia muito forte entre vaqueiro e dois tipos de não-humanos: gados bovino e eqüino, como será mostrado a seguir.

Sentados na varanda da casa, Samu, Zezão mais Raimundo miravam o sol escaldante reluzindo forte quando se encontrava com a areia branca e fina do Gerais e conversavam sobre bois. —“Outro dia fui buscar um gado. O gado voltou sentindo a catinga da onça. Senti medo, moço!” — contava Zezão. —“Gado curraleiro¹⁴¹ da orelha miúda onça não pega.” — dizia Samu se referindo ao ‘tempo de primeiro’. O vaqueiro silenciou como forma de tomar fôlego e logo começou um verdadeiro tratado sobre a ‘nação de gado’ que conhece: —“Marruá, de

¹⁴⁰ Turco, um dos cachorros que conheci, no dizer de Samu, era ‘bom para campear’, no entanto estava doente, com bicheira. Um dia comia outro não, fato que o deixava, segundo o vaqueiro, com preguiça para o trabalho. Samu não tinha coragem de matá-lo. O cachorro foi emagrecendo, foi amuando até que faleceu. Samu o enterrou, mas o fato não se configurou num drama.

¹⁴¹ Conhecido como curraleiro ou pé-duro. De acordo com Guimarães Rosa: “É o gado sem raça, do sertão, descendente ainda dos bovinos que os portugueses trouxeram, hoje em dia mais ou menos degenerado, já quase se extinguindo, expulso pelo zebu.” (Carta à Edoardo Bizzarri em 6 de novembro de 1963 - Rosa, 1972, p. 45)

primeiro, era chamado de gado curraleiro. Era reprodutor. Hoje tratam de caracu, canchim, que é mais puro. De primeiro, todos os bichos tinham um nome de tratar. Agora criou muita raça, de tanto nome que tem! De primeiro tinha curraleiro, crioulo, vacona couruda! Gado hoje não tem muito peso. De primeiro era vaca grande! Vaca criada! Parecia boi carreiro, bem grande! Um dos pés mais grandes é de boi carreiro! Mais que marruá!”

Boi marruá é como Samu nomeia o boi reprodutor, o chamado touro. —“Uns falam touro. Nós falamos marruá”. Marruá da raça curraleiro, mas — “curraleiro puro hoje acabou” — explicava Samu. Agora são outras raças: caracu, holandesa, gir. Boas para leite! —“Gir é o gado mais manso que tem. Porque a testa dele é grande, esparramado. Gado testudo, gado bonito! Mesmo se não saísse daqui eu ia comprar um!” Outras raças de boi que Samu conhece são Nelore, Indubrasil, Guzerá, Gado Crioulo¹⁴². Esse último era fortão. Pelo jeito acabou, porque Samu não viu mais.

A ‘nação de gado’ de Samu é composta por Curraleiros, Guzerás, Indubrasil e Nelores. Cores? Diversas são: branco; preto fechado, isto é, totalmente sem pinta, assim como o céu em noites sem lua e sem estrelas, o céu fechado; preto estrelado, que ao contrário do preto fechado remete às noites estreladas; azulêgo claro (mais roxo); azulêgo meio sapecado; queimado ou roxa; baio; amarelo puro; malhado; castanho – o gado é castanho, assim como o veado é castanho – e alazão, que é mais claro que castanho. Como os Nuer, o ‘povo do Rio Preto’ possui uma linguagem bovina que abrange tanto as diferentes colorações do gado – as quais se referem a elementos da natureza, como ao céu ou às cores dos bichos do mato – quanto às idades e sexo. Por exemplo, vaca parida: aquela que possui bezerro; vaca solteira: não possui bezerro; novilha: vaca que teve sua primeira cria; boi leiteiro: vacas cuja ordenha rende muito leite e por isso são deixadas para essa função; garrote ou touro: boi reprodutor.

¹⁴² Estudos sobre a genética do gado zebu consideram o gado crioulo como raça nativa da América do sul, pois desde sua introdução nessa região, por volta de 1600, passou, ao longo desses 400 anos, por processos de seleção natural em diferentes ambientes – de montanhas andinas à ambientes tropicais úmidos. A consequência foi uma grande diversidade de raças adequadas a diversos nichos ecológicos, como por exemplo, o bovino curraleiro ou pé-duro. Possuidor de um couro que mesmo riscado pela vegetação seca do cerrado ou da caatinga supera a intempérie do ambiente, com maior resistência a bernes por exemplo, a raça curraleira – animais rústicos – adaptou-se à seca, ao calor, às pastagens de baixa qualidade, assim como a pouca oferta de alimentação. O gado curraleiro faz parte da paisagem do Sertão. (Oliveira, 2008)

Os nomes dos bois e vacas, por sua vez, remetem tanto a ‘bichos do mato’ ou seres celestiais, quanto às especificidades corpóreas. Reporta-se, ainda, às homologias entre humanos e não-humanos. Por exemplo, há a Raposinha, a Mocinha, a Olho Preto, o Touro Azulão.



Foto 9. Vaca: Raposinha. Cor: azulêga. Carmen S. Andriolli, 2010.



Foto 10. Vaca: Estrelinha. Cor: roxa. Carmen S. Andriolli, 2010.



Foto 11. Vaca: Mocinha. Cor: baia misturado, meio malhado. Carmen S. Andriolli, 2010.



Foto 12. Vaca: Olho Preto. Cor: Amarela. Cor do bezerro: amarelada. Carmen S. Andriolli, 2010.

Num retorno ao que foi exposto até o momento, o leitor pode perceber que vacas e bois são nomeados, diferentemente das galinhas, porcos e cabritos. Estão, por conseguinte, numa posição acima na hierarquia dos não-humanos¹⁴³. Entretanto, como descortinado na conversa

¹⁴³ Para outras análises sobre a hierarquia entre os não-humanos ver Brandão, 2009 e Godoi, 2009. Godoi, 2009, por exemplo, em sua pesquisa no sertão do Piauí, analisa que dentre os animais criados o gado bovino é mais

sobre bois apresentada anteriormente, na própria ‘nação de gado’ conhecida por Samu uma diferenciação entre os bovinos se mostrou: o Gir era um gado manso e, assim como o gado holandês e o caracu, bom para leite. O gado crioulo, por sua vez, era fortão e, de tão grande, parecia com boi carreiro. Parecia, mas o boi carreiro, por sua vez, era maior, tanto que seu pé – e aqui a relação homóloga entre vaqueiro e gado explicita-se – era o maior que Samu conhecia, maior que o pé daquele que era mais forte do que a onça, o gado curraleiro ou marruá. Em outras palavras, dentre os bovinos há os aptos para leite, outros para força e valentia e aqueles que estão no topo da hierarquia dos bovinos, os bois carreiros; hierarquia interna à ‘nação de gado’ de Samu que se encerra consoante à função desempenhada pelo bovino na sua relação com o vaqueiro. O boi carreiro é o maior, o mais forte, o que tem o maior pé, aquele que está em contato mais íntimo e profundo com o vaqueiro, aquele que se encerra como exemplo dessa homologia que há entre Samu e gado bovino¹⁴⁴.

No conto **Conversa de Bois**, Guimarães Rosa escrevera sobre essa proximidade, sobre esse vínculo estreito entre bois carreiros e humanos. Neste conto, os bois-de-carro são personagens que pensam, que analisam tanto sobre essa proximidade entre bois carreiros e humanos, bem como se ela é boa ou ruim, quanto sobre como são diferentes dos bois soltos, dos que vêm em manada, que engordam e vão embora para dar lugar aos outros bois magros. Análises que remetem, portanto, à hierarquia que há internamente à ‘nação de gado’.

—“Nós somos bois... Bois-de-carro... Os outros, que vêm em manadas, para ficarem um tempo-das-águas pastando na invernada, sem trabalhar, só vivendo e pastando, e vão-se embora para deixar lugar aos novos que chegam magros, esses todos não são como nós” (Brilhante, boi carreiro da junta do contra-coice. *Conversa de Bois*, Sagarana, p. 331)

prestigiado. Os responsáveis por eles são os homens. Há, ainda, o “gadinho”, que remete ao rebanho de caprinos, em distinção ao gado, que se trata dos bovinos. A maioria das famílias possui gadinho, mas somente os parentes “mais forte” possuem gado.

¹⁴⁴ Galvão, 1972, ao analisar a obra *Grande Sertão: Veredas* chama atenção para a vinculação que há entre bovinos e humanos e que remete a uma hierarquia: os jagunços são a boiada; os chefes têm sua imagem vinculada a bois individuais; os dois superchefes, por sua vez, Joca Ramiro e Medeiro Vaz, são representados pelo touro.

Para além da posição que os bois carreiros ocupam na hierarquia da ‘nação de gado’, Samu mostrava-se compreender o que significava os diferentes esturros de seus bois carreiros, como também os dos bois carreiros de seu sobrinho Zezão – bois que compõem a ‘nação de gado’ que o vaqueiro conhece.

Sentados à varanda, Samu, dona Ló e eu acompanhávamos a formação do anoitecer. A lua estava meio metro acima da sucupira que se encontra à beira do curral do vaqueiro. Um silêncio profundo tomava conta da varanda e do quintal. As galinhas tinham ‘caçado rumo’ para dormir; os porcos, carneiros e cabritos já estavam acomodados cada um em seu chiqueiro. De repente, um esturro – composto por duas vozes – lento, choramingador, que parecia não ter fim de tão demorado e que ressoava como um tormento à alma rompeu o silêncio que tomava conta da varanda: Jardim e Chatim do curral da casa de Zezão, a alguns metros da varanda onde estávamos, conversavam com Samu, que em resposta lhes dissera: — “Aôô curraleiro velho! Vontade de ir pro carro ou de sair do curral e cascar o mundo!” Como forma de consolo ao que expressara os bois carreiros por meio do profundo esturro, o vaqueiro, todavia lhes explicara: — “Zezão amanhã precisa d’ocês para ir pro Formoso!” Jardim e Chatim silenciaram.

“Que já houve um tempo em que eles conversavam, entre si e com os homens, é certo e indiscutível, pois que bem comprovado nos livros das fadas carochas. Mas, hoje-em-dia, agora, agorinha mesmo, aqui, aí, ali, e em toda parte, poderão os bichos falar e serem entendidos, por você, por mim, por todo o mundo, por qualquer um filhos de Deus?!” (Conversa de Bois, Sagarana, p. 325)

Como resposta à pergunta apresentada acima e que inicia o conto **Conversa de Bois** é possível afirmar, a partir do diálogo entre Samu e os bois Jardim e Chatim, que os bichos falam e são entendidos; o vaqueiro Samu conversava com os bois.

Além do diálogo anteriormente apresentado, esse vínculo mais estreito entre o vaqueiro e os bois carreiros, tanto com os seus, quanto com os de seu sobrinho, ficava claro quando o ‘mexer com criação’ remetia ao trabalho de buscar água. Antes de apresentar o trabalho em si,

uma explicação se faz necessária: como é feita a escolha do bovino que será boi-de-carro, explicação que traz a tona novamente a diferenciação entre os bovinos que compõem a ‘nação de gado’ que Samu conhece e que muitas vezes remete a uma hierarquia.

Para ser boi carreiro, a escolha é feita quando o gado ainda é bezerro. —“Tira os mais graúdos, mas pode ser miúdo também. Pode ser qualquer um e não precisa ser irmão. Vai treinando eles até crescerem. Bota na trela. Depois põe no carro.” — explicou-me dona Ló certa vez.

No momento em que dona Ló me falara como eram escolhidos os bois carreiros, Samu saíra para ‘caçar’ Barrete e Retinto para modo de ‘apanhar água’. Samu retornou e perguntei a ele como se escolhia o boi para ser carreiro. Em detalhes sobre quais raças se sobressaem para o trabalho com força a explicação foi-me dada, e a diferenciação entre os bovinos que remete a hierarquia interna existente à ‘nação de gado’ voltou a se apresentar. —“Nelore não presta. Ele amansa, tem força, mas é estranhador. Bom mesmo é dessa outra raça, caracu, curraleiro, esses. Boi mais forçoso, curraleiro que tinha de primeiro...”

Como fazia para amansar, perguntei. Escolhe qualquer bezerro? — “Qualquer bezerro e mansa. Trela eles [amarra-os por uma corda], eles vão andando, andando, quando eles estiverem andando desobrigados, daí põe a canga. Daí põe, põe eles para arrastar pau, outra hora já põe logo no carro. Tem um boi velho na guia para eles não dispararem. Depois... tem paciência de não correr. Caracu é melhor. Boi mais forçoso! Aquele boi bufa¹⁴⁵ também... eu nunca vi não, mas quem é que estava me falando que tinha uns bois bufa?... Sabe, é um gado que eu nunca vi! Esse bufa. Povo fala, mas eu não conheço não. Mas diz que ali é que é boi pra ter força, mas quando chegam nos meios d’águas eles deitam! [risos] Vai banhar, banhar daí é que sai.”

Barrete e Retinto – os carreiros de Samu – acompanham o vaqueiro há mais de quinze anos. Foram amansados para auxiliarem Samu no trabalho de buscar água, buscar lenha ou fazer carretos. Quando a necessidade de Samu era de água, por exemplo, à tarde o vaqueiro ‘caçava’ —“os bois amarelão para apanhar água na manhã seguinte.” Na mangueira, os bois carreiros passavam a noite. Pela manhã, Samu os levava até o carro-de-bois, prendia e a conversa com os bois se iniciava.

¹⁴⁵ Búfalo.

—“Vira, Barrete. Passa, Retinto” — dizia Samu aos carreiros quando precisava virar o carro para a esquerda. Se o rumo fosse para a direita: —“Entra Barrete, arruma, Retinto.”

O carro-de-bois cantava. Nhein... nheinhein... renheinhein...

Perguntei e Samu me explicou quais madeiras usava para fazer carro de boi. Ipê era usado para a mesa, jatobá para as rodas e sucupira-branca ou pequiizeiro para o eixo. O Angelim também pode ser usado para o eixo, embora seja ruim para trabalhá-lo ‘porque amarga muito’¹⁴⁶.



Foto 13 Barrete e Retinto. Carmen S. Andriolli, 2010



Foto 14. Samu tocando carro de boi. José Manuel Flores, 2010

¹⁴⁶ Ipê: *Tabebuia áurea*, *Tabebuia ochracea*, *Tabebuia serratifolia*; Jatobá: *Hymenaea stigonocarpa*, *Hymenaea courbaril* L.; Sucupira-branca: *Pterodon pubescens*; Pequiizeiro: *Caryocar brasiliensis*; Sucupira-preta: *Bowdichia virgilioides*; Angelim: *Vatairea macrocarpa*.

Sucupira-branca deixa o cantar mais bonito! Mas tanto ela, quanto o pequiheiro são madeiras que não acabam nunca.

A sucupira-preta, por sua vez, não dura muito. O importante era não tirar a madeira na lua nova. — “Dá muito caruncho e o pau apodrece rápido.” O meio ambiente oferecia sinais para a atividade que podia ser desempenhada. O cantar do carro com eixo de sucupira-branca é o mais bonito na opinião do vaqueiro.



Foto 15. Samu carregando carro de boi. José Manuel Flores, 2010

Samu seguia com os ‘bois amarelão’ até a vereda mais próxima de sua casa: Vereda do Barbatimão.



Foto 16. Dona Ló e seu irmão Nizão. José Manuel Flores, 2010.

—“Boi, boi, boi, aôô!” — e Retinto e Barrete paravam. Foram duas idas para encher dois barris de 100 litros, um de 50 litros, além de garrafões e baldes pequenos.

A água que Samu buscou era suficiente para 15, 20 dias: —“Porque tem as galinhas para beber também” — explicou-me Samu.

Após pegar a água, Samu voltou-se para os carreiros e: —“Vocês não vão sair não, moleques, que amanhã preciso de ocês!”



Foto 17. Barrete e Retinto. Carmen S. Andriolli, 2010

Descarregou os barris d'água e seguiu conversando com os carreiros rumo ao curral. Lá os deixou; Samu retornou para a varanda. Um silêncio tomou conta do ambiente. Samu, sentado, descansando do trabalho de buscar água, pensativo, logo pronunciou —“Se não fosse o

IBAMA, comprava uma roda. Assim não precisava carregar água. Arrumava o banheiro...”

Com o Sertão do IBAMA se instaurando com mais intensidade, a vida no Gerais tornou-se ‘apertada’. Como seus bois carreiros, Samu quer trabalhar, quer ‘cascar o mundo’; anseia pela liberdade que tivera no ‘tempo de primeiro’.



Foto 18. Samu. Carmen S. Andriolli, 2010

Para além da hierarquia dos não-humanos, na qual os bovinos estão acima dos demais rebanhos e aves domésticas, o leitor pôde observar nas páginas precedentes uma relação de correspondência entre vaqueiro e gado bovino. O ‘pé’ do boi carreiro, a vaca Mocinha, os ‘moleques’ que terão que passar a noite no curral, porque Samu precisará do trabalho deles na manhã seguinte, o ‘curraleiro velho’, e aqui o leitor pode se lembrar do Pedro Velho, pai de Maria Cardoso. Como foi dito, ‘velho’ é a nomeação usada como prefixo ou sufixo para se referir, respeitosamente, a pessoas mais idosas. Portanto, uma relação de correspondência entre vaqueiro e bovinos que é reforçada pela própria expressão ‘nação de gado’; expressão que revela, sobretudo, como os bovinos são constituintes do universo de sociabilidade do vaqueiro.

Assim como os bovinos, a relação do vaqueiro com o animal de montaria igualmente perpassava a vida social do vaqueiro. Para além de ser um símbolo de status, como já mencionado nesta tese, e utilizado no trabalho de campear, o animal era um companheiro fiel ao vaqueiro. Tanto que recebia nomes como ‘Mimoso’. Um exemplo dessa fidelidade foi descortinado numa história que Samu contou. Disse que tinha um compadre que —“era serrote para beber pinga.” Samu, para zombar do amigo, após ter desapeado de seu cavalo, aguardou o momento em que o compadre desapareceria do dele. Quando foi acontecer, Samu aproximou-se de seu cavalo e disse: ‘inimigo!’ O cavalo encostou-se no compadre de Samu e não o deixou descer do seu animal. Além disso, mordeu o compadre. — “O compadre reclamou!” — disse Samu rindo. Samu usou esse exemplo principalmente para explicar o quão difícil é amansar, ensinar o animal. —“O bicho é bruto. A gente tem que arrumar um pau na mão dele. Se for inimigo, ele arriba a mão e arruma no chão. No pé também. Ele já dá coice. Para amigo, chega e encosta nele e diz que é amigo. Se o dono falou inimigo, pode correr porque ele chega a murchar a orelha para pegar!” Novamente a homologia se faz presente. O animal de montaria, no topo da hierarquia dos não-humanos, configura-se, portanto, como amigo do vaqueiro, tanto que pode ser tornar inimigo daqueles que Samu não estimar ou quiser gozar.

Como forma de reiterar essa hierarquia dos seres não-humanos apresentada até esse momento do texto, bem como a relação homóloga que Samu desenrola com os bovinos exponho a seguir, a partir de um momento em que pude acompanhar o trabalho da ordenha, o quanto a vida familiar, que anteriormente limitava-se ao casal e ao sobrinho e agora se finda

apenas no casal com o advento da ‘lei do promotor’, é ditada por uma simbiose com a criação e com o ambiente. Por conseguinte, reiterar como esses não-humanos são sociais e constituem o universo de Samu numa proximidade humano/humano, ou seja, como ‘os filhos de Samu são muitos!’, como disse para mim dona Ló certa vez.

‘Mexer com criação’: o trabalho da ordenha

Quando a lua despontava no céu as vacas e o touro, que permaneceram na propriedade de Samu pós a ‘lei do promotor’, estavam presos na mangueira¹⁴⁷. Os bezerros, por sua vez, encontravam-se no chiqueiro que lhes pertence. Os porcos e os carneiros também não mais se apresentavam pela varanda. Algumas poucas galinhas ciscavam pelo quintal com um piado fraco; quase não se ouvira de tão poucas que eram. —“Vai caçar um lugar para você dormir, pinto”! — dizia dona Ló. Eram galinhas e um galo, que soltos dormiam empoleirados nos galhos das árvores que cercam a casa. No alvorecer do dia, foram os primeiros a ‘barulhar’ pelo quintal.

Para tomarmos¹⁴⁸ café, Samu anuncia que poderia tirar leite se fosse do nosso gosto. Como a afirmação foi positiva, Samu seguiu da casa para o curral com um balde e uma vasilha. Em seu carreiro, ‘rompi’ para acompanhá-lo no trabalho da ordenha.

Ligeiro Samu adentrou a manga e de lá tocou as vacas e o touro para o curral.



Foto 19. Da manga para o curral. Carmen S. Andriolli, 2010

¹⁴⁷ O leitor terá mais detalhes sobre esse processo ainda nessa seção.

¹⁴⁸ O plural refere-se a mim, Samu, dona Ló e os dois colegas do doutorado que me acompanharam no último período da pesquisa de campo – Perla e José Manuel. Aproveito para novamente agradecê-los pela companhia, fotografias e troca de idéias.

Aproveitei o momento da ordenha para saber mais sobre a ‘nação de gado’ de Samu.

Primeiro, procurei saber sobre o touro, único em meio às vacas. Chamava-se Azulão e tinha 8 anos. Quando estiver com mais ou menos 15 anos, Samu o castrará para vender. Mas isso não é regra; outros touros que o vaqueiro possuiu foram vendidos sem castrar.



Foto 20. Touro Azulão. Perla Fragoso, 2010.



Foto 21. Chiqueiro dos bezerros. Carmen S. Andriolli, 2010.

Com as vacas no curral, Samu abriu o chiqueiro dos bezerros e soltou, um a um, no tempo devido.

O movimento do bezerro rumo a sua mãe era direto.

Samu esperava, preparava o laço, lançava. Amarrava a vaca num moirão do curral; outro laço já estava envolto ao seu ombro. Seguia, então, para peá-la, isto é, amarrava as patas traseiras para o coice evitar.



Foto 22. Pear. Vaca Estrelinha. Cor: Roxa. Perla Fragoso, 2010.

Por alguns minutos o vaqueiro esperava o bezerro enganar sua fome. Mirava-o e, com ligeireza, acertava o laço no pescoço do bezerro. Prendia-o.



Foto 23. Cumplicidade com o bezerro. Perla Fragoso, 2010.

Com a vasilha em mãos, ajoelhava-se para ordenhar a vaca.

Ao observar o trabalho do vaqueiro, aproveitei, sobretudo para perguntar os nomes de cada vaca e bezerro.

Samu apresentou uma a uma de suas vacas.

Os bezerros, por sua vez, não eram nominados. Eram

identificados de acordo com a mãe e com a coloração de seus pêlos.



Foto 24. Ordenha. Vaca Estrelinha. Carmen S. Andriolli, 2010.

Vaca Teté: quebrou o chifre, Samu acha que brigou no campo, ‘trata’ ela de Teté porque a vaca desconjuntou o pé.



Foto 25. Samu ordenhando a Vaca Teté. Carmen S. Andriolli, 2010.

Em seguida, o vaqueiro peou a Pretinha e proferiu: —“Vaca braba nojenta que não deixa a gente pear ela! Dá coice. Você não está dando nada!”



Foto 26. Pear. Vaca Pretinha. Carmen S. Andriolli, 2010.

O desapontamento de Samu com Pretinha foi por ela ter dado pouco leite, fato que o deixou, sobretudo, irritado.

Apartou a Mocinha de seu bezerro. Com a ordenha da Mocinha, Samu conseguiu encher a vasilha com leite.



Foto 27. Ordenha. Vaca Mocinha. Cor baia misturada meio malhada. Carmen S. Andriolli, 2010.



Foto 28. Balde. José Manuel Flores, 2010.

O vaqueiro dirigiu-se com a vasilha repleta de leite da Mocinha até a lateral direita do curral. Ali um balde estava escorado no lado de fora do cercado. Despejou o conteúdo da vasilha e seguiu para apartar a Olho Preto. Cor amarela. Não deu nada de leite. Seguiu, então, para apartar outra vaca, que também me foi apresentada.

— “Essa é a Malhada. Dá mais ou menos 5, 6 litros de leite por dia. Agora o capim está seco. Isso esgota o leite.” — explicou Samu.



Foto 29. Ordenha. Vaca Malhada. Carmen S. Andriolli, 2010.

Apresentou-me, ainda a — “Raposinha. Vaca de primeira cria. Não solta muito leite, porque são braba. Vaca comprada quando bezerra... Era chucra demais. Eles só vendem as brabas. Vaca mansa não vendem.” — explicou Samu.

Quando a Raposinha parir novamente, o vaqueiro acredita que dará muito leite, pois já estará ‘mansa’.



Foto 30. Vaca Raposinha. Cor: azulega. Carmen S. Andriolli, 2010.

Os seis bezerros escolhidos para a ordenha de suas mães foram aqueles com menos de seis meses, porque ainda eram amamentados. Sobraram quatro, que estavam com tramela, pois já estavam ‘duros’, ‘quase interando um ano’. Se continuassem mamando, ‘as mães’ não tornariam a ‘pegar bezerros’. Necessário era que o leite secasse para a vaca ‘pegar bezerro’.



Foto 31. Bezerros desmamados na manga. Carmen S. Andriolli, 2010.

Para as vacas, Samu disse: —“Vou lá levar o leite para Ló. Depois venho cá soltar vocês.” O diálogo com a criação era constante.



Foto 32. Bovinos no curral. Touro Azulão e Vaca Teté. Carmen S. Andriolli, 2010.

O vaqueiro foi até a casa, retornou, dirigiu-se rumo ao chiqueiro dos carneiros, abriu e proferiu à criação: — “Desce logo para baixo!”



Foto 33. Abrindo ‘chiqueiro dos carneiros’. Carmen S. Andriolli, 2010.

Samu retornou ao curral e explicou: — “Soltar logo as vacas que daí vão juntar com os carneiros.”



Foto 34. Abrindo o curral. Carmen S. Andriolli, 2010.

Nesse momento, o ‘mexer com criação’ encerrava o significado de cuidado, estima e liberdade. A criação ‘solta’ vive ‘folgada’ e ‘liberta’. O desejo de Samu era que ele também pudesse voltar a ‘viver liberto’ como ‘de primeiro’, isto é, sem precisar pedir permissão ao IBAMA para o que necessitasse, sem precisar vender ou dar à meia sua criação, como o leitor verá adiante.

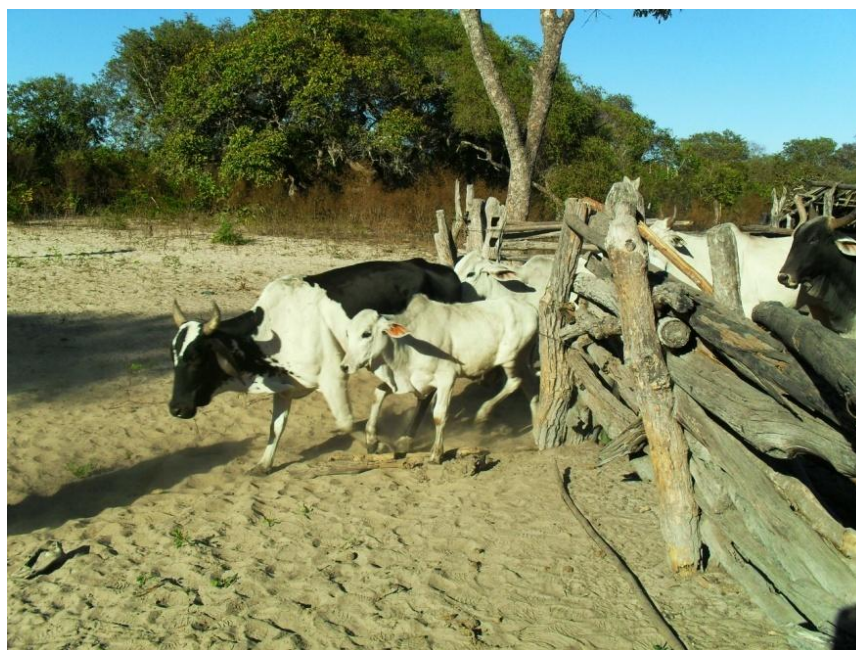


Foto 35. Gado saindo do curral. Carmen S. Andriolli, 2010.

Após soltar as vacas, o touro, os bezerros e os carneiros, Samu seguiu para o chiqueiro dos porcos. Soltou-os e já os chamou para comer. A criação rompia no carreiro do vaqueiro.



Foto 36. Samu chama os porcos para comer. Carmen S. Andriolli, 2010.

Num pneu cortado horizontalmente, o vaqueiro colocou buriti — “para modo deles não saírem da porta” — porque Samu e dona Ló estavam com receio deles saírem para o mato e a onça que estava rondando a casa os pegar.



Foto 37. Lateral da casa. Porcos se alimentam. Carmen S. Andriolli, 2010.

—“Bichinho esfomeado é porco, né moça! Estamos fazendo o bem para eles e eles derramam tudo!” — analisara dona Ló os porcos da janela da cozinha.

Por último, Samu deu o ‘de-comer’ para as galinhas e perus.



Foto 38. ‘De-comer’ para as galinhas e perus. Carmen S. Andriolli, 2010



Foto 39. Comida para a ‘galinha-do-bico-quebrado’. Carmen S. Andriolli, 2010.

Para a ‘galinha-do-bico-quebrado’, Samu serviu o farelo de milho umedecido. — “Só come assim. Se puser no chão, ela não come. Acho por modo do bico. Gavião que pegou, pelo jeito”.

Carneiros e cabritos, após estarem livres do chiqueiro, caçaram rumo para as vargens da Vereda do Barbatimão. Os porcos, assim como as galinhas, pintos e perus permaneceram rodando pelo quintal e pela varanda. O gado, por sua vez, depois de se ver livre do curral determinou seu rumo conforme o clima que se estabelecia no Gerais. Era ‘tempo da seca’; gado caçou rumo para as vargens.



Foto 40. Gado na vargem. Carmen S. Andriolli, julho de 2010.

O rumo do gado após se ver livre do curral é determinado pela própria ecologia do Gerais. Por exemplo, quando é no ‘tempo da águas’, caça rumo para o cerrado – ‘para o carrasco’ – porque é local com muito ‘pau de ramo’, isto é, ‘comida que gado gosta’. Paus de ramo são: angelim, pau d’arco, barbatimão, tiborna¹⁴⁹. No ‘tempo das águas’, para além de seguirem para o carrasco, o gado beira também a casa de Samu, por não encontrar lugar para adentrar as encharcadas vargens. —“Por esses dias choveu muito por aqui” — explicou-me

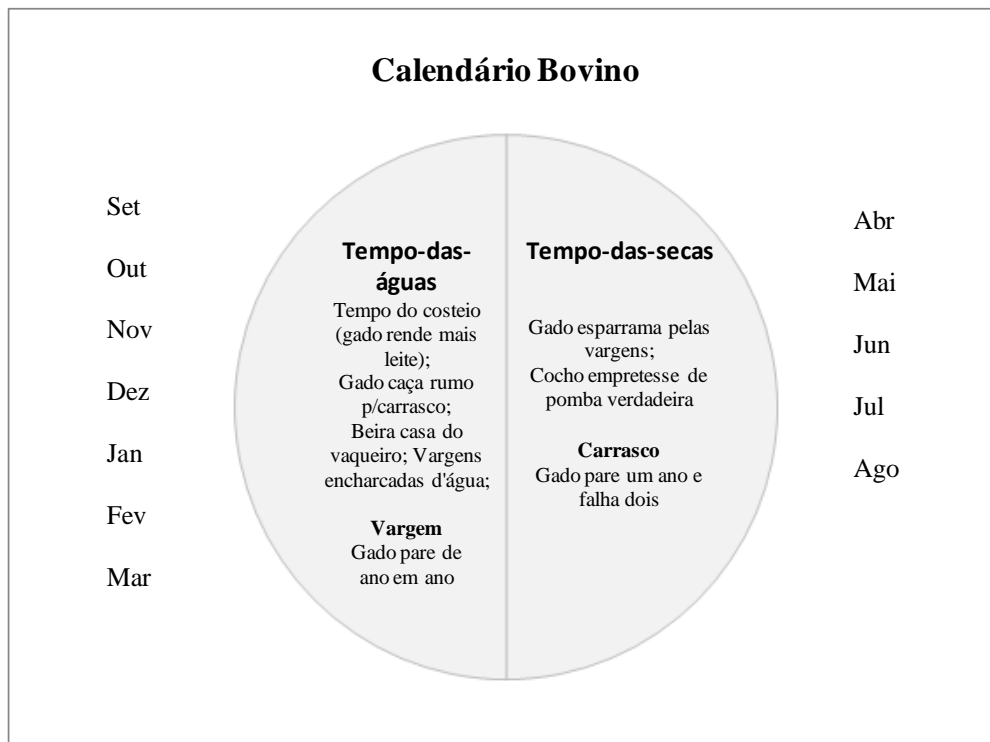
¹⁴⁹ Angelim: *Vatairea macrocarpa*; Pau d’arco: *Tabebuia avellaneda*, *Tabebuia heptaphylla*, *Tabebuia ochracea*, *Tabebuia roseo-alba*, *Tabebuia serratifolia*; Barbatimão: *Stryphnodendron adstringens*; Tiborna: *Himatanthus obovatus*.

Samu certa vez em fins do mês de março. Para o carrasco o gado não queria ir; caçou rumo para a mangueira. Samu percebeu e ligeiro deixou a varanda e se dirigiu à ‘mangueira’ para fechá-la; a ‘mangueira’, encharcada d’água, era pura ‘lama’. Gado que entrasse ali atolaria.

Por outro lado: —“No correr da seca, gado esparrama pelas vargens porque é lugar fresco!” — explicou-me Samu em nossas conversas na varanda. O cocho, por sua vez, ‘empretece’ de pomba verdadeira caçando água com sal para beber. A ecologia do Gerais, que num momento anterior determinou o povoamento desse ambiente pelo gado em detrimento da agricultura, por essa área ser tachada como infértil para o cultivo, determina a dinâmica do gado nesse meio ambiente, tanto em relação ao clima – tempo-das-águas ou tempo-das-secas – quanto em relação à vegetação. Da mesma forma como o gado rende mais leite no ‘tempo das águas’, de acordo com o vaqueiro o gado ‘vai bem’ em capim de vargem, em capim que não dá no carrasco. Nas vargens, gado pare de ano em ano. No carrasco, pare um ano e falha dois.

A ecologia do Gerais, sobretudo, reforça o valor econômico do gado – gado rende mais em tal ambiente em tal época – além de fortalecer a simbiose vaqueiro/gado/ambiente. O vaqueiro, ciente dos sinais do Gerais, direciona seu dia para um ou outro rodar, ver, ‘mexer com criação’. Com isso, a atividade do vaqueiro é direcionada pelo ambiente, fato que o faz classificar o tempo de acordo com o trabalho a ser desempenhado.¹⁵⁰ Por exemplo, tempo do costeio: — “Tempo de costeio é porque faz queijo, requeijão. Época que vaca dá leite mesmo! Novembro, dezembro, janeiro, fevereiro já vai minguando.” — explicara-me dona Ló. O ‘tempo do costeio’ é no ‘tempo das águas’, quando o pasto está renovado, proporcionando fartura de comida para o gado e, conseqüentemente, dele para o vaqueiro.

¹⁵⁰ Como foi visto com os Nuer por Evans-Pritchard, 2007.



Fonte: Pesquisa de Campo. Carmen S. Andriolli, 2010.

A lua minguante é outra marcação que o vaqueiro utiliza como determinadora da atividade a ser realizada. Na lua minguante é o momento de se castrar, por exemplo, os porcos. A castração justifica-se pelo mau cheiro da carne caso não se faça a operação. Castra-se, engorda-se para somente então vender a criação.

Diante do cenário anteriormente exposto, a relação de Samu com os não-humanos foi revelando que a troca com esses seres sociais imprimia sentido à vida do vaqueiro; o fazia enxergar a criação, bem como os ‘bichos do mato’, como seus filhos, principalmente por se tratar de um momento em que a família limitava-se a ele e a sua esposa, tanto pelo fato dos filhos do casal viverem nas cidades da redondeza, quanto pelo fato do ‘mexer com criação’, no que tange ao gado, ter se tornado rarefeito com a ‘lei do promotor’.

Conversar sobre bois, sobre as diferentes cores ou sobre a ‘nação de gado’ no momento em que tinha sido instaurada a ‘lei do promotor’¹⁵¹, isto é, a proibição de criar gado para além da área de sua propriedade, bem como em áreas de veredas e vazantes e rios, que deveriam ser

¹⁵¹ Na seção seguinte, o leitor saberá em qual cenário foi instituída tal lei.

cercadas¹⁵², fez Samu, Zezão mais Raimundo trazerem à tona ‘as transformações que o povo velho falava que iam chegar’.

— “Vó dizia que ia chegar um tempo que as crianças que nascessem iam perguntar, quando vissem osso de gado, ‘que osso era aquele’? Vó respondia: era de um bicho que chamava gado.” Com esse dizer de sua avó, Zezão puxava a prosa. Raimundo e Samu contemplavam a afirmação e com ela concordavam. Um coro de ‘É mesmo!’ veio acompanhado de um ligeiro silêncio usado para reflexão. Em seguida, Raimundo apresentou outro ‘dizer dos antigos’. — “Os antigos tinham um entendimento que dizia ‘muito pasto e pouco rastro’. De primeiro, povo não tinha estudo e tinha essa experiência. E tá dando tudo certo!”

Antes da ‘lei do promotor’, Samu mais Zezão criavam juntos os gados dos irmãos, sobrinhos, primos, netos e cunhados. O rebanho familiar, criado principalmente para corte, totalizava 800 reses. Solto nas vargens das propriedades de Samu e Zezão – terras contíguas na Vereda do Barbatimão e que somam 150 hectares – e nas áreas das antigas fazendas Pau Grande, Rio Preto e Perpétua, o gado ‘batia mais’ nas áreas de vargens dessas propriedades, assim como nas vazantes do Rio Preto e do Rio Carinhonha. Como mostrado na seção anterior, toda essa última área¹⁵³ pertencia à família dos Carneiro, ex-patrões de Samu e Hermínio. — “Gado é quase que nem gente mesmo. Tem a maloca deles. Batem num logradouro só.” Samu e Zezão sabiam quais eram os logradouros de seus gados. — “Batem mais nas vargens!” Quando saiam para campear, passavam nesses quatro lugares. Caso encontrassem os gados que precisavam – para algum negócio, para ordenha, para vacina, para ferrar ou para saber se estavam bem, por se tratar de vaca parida ou porque o gado estava machucado ou enfermo – não percorriam todos os lugares. Caso andassem e não achassem, procuravam no carrasco: — “Gado também fica em tapera velha” — diz Samu. Tapera onde Pedro Velho morava, tapera onde Porcílio ficava.

A justificativa do vaqueiro para criar gado solto é porque ‘desenvolve melhor, engorda, gado anda mais, fica mais desenvolvido’ — explicou Samu. Pasto formado, cercado, o vaqueiro tinha até 2007. Eram 20 hectares usados em momentos de precisão, isto é, quando no

¹⁵² Obrigação imposta pelo Código Florestal por se tratar de área de preservação permanente. A preservação da mata ciliar é importante, principalmente como forma de conter o assoreamento dos corpos d’água.

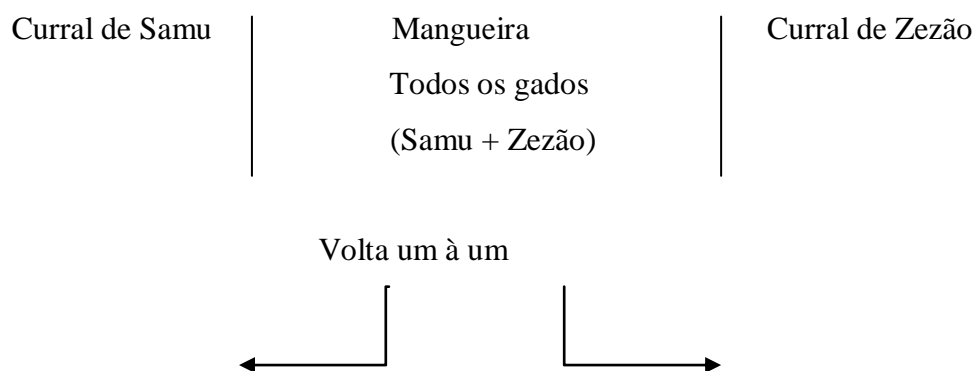
¹⁵³ Cf. mapa pág. 112

‘tempo das águas’ as vargens e vazantes estavam muito cheias d’água e o gado por ali não poderia ‘bater’, senão atolaria; ou ‘na seca’, quando o capim da vargem estava ‘fraco’. A gestora à época proibiu Samu de queimar, roçar a pastagem. Para não ter ‘desprazer’, Samu cumpriu a lei e o pasto, atualmente, — “tem pauzão grosso. Se pudesse roçar, estaria folgado.” ‘Estaria folgado’ porque no entender de Samu só é possível criar gado preso, fora das áreas de vargens e vazantes e assim atender outra lei, nesse momento a ‘lei do promotor’, se tiver ‘espaço’, isto é, pasto formado.

O ‘mexer com criação’ antes da ‘lei do promotor’ tratava-se da lida de campear o gado e recolhê-lo à tarde das vargens, levá-los até a ‘manga’ – cercado onde o gado pasta – para no outro dia pela manhã ordenhar as vacas, ou vacinar o gado, ou tratar de alguma bicheira, ou ainda colocar os bois carreiros na canga para buscar água. Dependendo da ‘precisão’ um ou outro gado era ‘juntado’.

A dinâmica de Samu e Zezão no ‘mexer com criação’ estruturava-se da seguinte forma: das vargens, Samu e Zezão campeavam o rebanho rumo à ‘mangueira’ de Samu, que tem extensão de dois quilômetros. Ali a primeira apartação tinha a função de separar o gado de Samu do de Zezão.

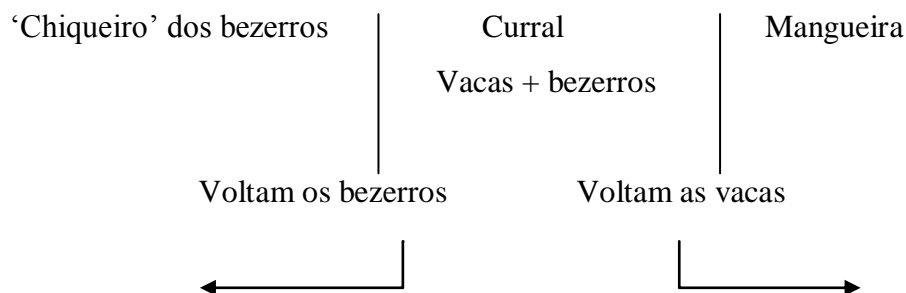
Diagrama 1. Primeira apartação: separar gado de um dos do outro



A segunda apartação era feita solitariamente de acordo com a necessidade de cada um. Caso, por exemplo, precisasse de leite para o dia seguinte, cada um em seu curral separava

bezerro de vaca. Mães e filhos passavam a noite isolados. As primeiras na mangueira, os segundos no ‘chiqueiro’ dos bezerros.

Diagrama 2. Segunda apartação: separar vacas e bezerros



Das 800 cabeças de gado que formavam o rebanho familiar, 110 eram de Samu. A ‘lei do promotor’ obrigou Samu a vender parte do seu gado, assim como a ‘dar na meia’ outra parte. No que tange ao rebanho familiar, especificamente no caso de seu sobrinho Zezão, o gado foi deslocado para pastos alugados. Em se tratando do gado dos filhos e netos de Samu, bem como ao restante de seu rebanho, esses foram levados para pastos que os filhos de Samu ainda estavam formando. Agora, o ‘mexer com criação’ para o vaqueiro limitou-se a 8 vacas paridas, 10 bezerros, 1 touro e 1 vaca solteira. —“Ficou ruim! A gente acostumado a mexer com criação, agora ficou ruim! Antes era todo dia mexendo, rodando, vendo uma coisa ou outra. Só falhava o domingo. Agora parou. Ficaram oito, que dá para beber e fazer um queijo.”

Samu faz referência apenas às 8 vacas paridas, porque imprimem um sentido mais forte ao ‘mexer com criação’, na medida em que o fazem ainda levantar-se cedo para realizar o trabalho da ordenha. Samu justifica sua escolha pelas novilhas por se tratarem de vacas de primeira cria, fato que as impediria de suportar a viagem. Em outras palavras, o cuidado com a criação e o conhecimento sobre o ser não-humano são também revelados na decisão de qual gado ficaria ao seu lado no momento em que se instaura a ‘lei do promotor’. Se fosse para Samu escolher, teria deixado as vacas que dão mais leite – as ‘boi leiteiro’. Vaca solteira, aquela que não tem bezerro, ficou apenas uma; ela ‘bate nos Porcos’. Outro dia Samu a viu. Está gorda! Samu a deixou porque vai comê-la; venderá uma banda e a outra comerá.

Com a ‘lei do promotor’ Samu foi obrigado, portanto, a ‘mexer com criação’ apenas nos 150 hectares da família, ressaltando as áreas de veredas e vazantes de rios, que deveriam ser cercadas, como mencionado anteriormente. Samu, ciente que grande parte da sua propriedade é de área de carrasco, expressava que era impossível ‘mexer com criação’ consoante a ‘lei do promotor’, sobretudo sem poder formar pasto.

Terra vazia sem render gado ou mantimento não condiz com o modo de vida do ‘povo do Rio Preto’. Como foi mostrado na seção precedente, a vida no Gerais, antes do parque, era composta por criar gado solto nas vargens e vazantes e fazer roçado nos brejos – nas chamadas terras de cultura. O ‘tabuleirão’ era transitado nos momentos de ir a Januária para venderem mantimento e comprarem o que não era produzido. As ‘transformações que o povo velho dizia que iam chegar’ e que o ‘povo’, de acordo com Samu, pensava que não fosse acontecer se tratavam, naquele momento, da chegada do ‘povo da Rural Minas’ medindo as terras da Chapada para posterior ocupação dessas pelos gaúchos. No entanto, como me explicou Samu, pensavam que essas transformações se limitariam à ‘Vila’. Posteriormente, com a chegada do IBAMA, tais transformações se intensificaram para além das áreas do tabuleiro; tomaram conta do ‘Rio Preto’. — “Falavam que o mundo ia transformar. [...] Era que o povo de dentro ia sair para o de fora entrar”. Como o leitor verá na seção seguinte, aos poucos o IBAMA foi impondo restrições sobre o uso da terra, que num momento inicial limitou-se a não poder fazer roçados, até, atualmente, serem proibidos de criarem gado fora dos limites das suas propriedades. Com isso, o ‘direito de criar’ deixou de ter validade; o território que existia no ‘tempo dos Carneiro’ foi substituído por uma territorialização estruturada sob uma nova ordem social, que nomeio Sertão do IBAMA. Sobremaneira, o ‘mexer com criação’, que antes da ‘lei do promotor’ se realizava em família, tornou-se rarefeito no que tange ao gado.

Assim, o ‘mexer com criação’ que por tantas vezes Samu fez referência nas nossas prosas na varanda de sua casa pode ser entendido, no que tange ao seu valor econômico, social, ao estreito vínculo entre vaqueiro e não-humanos, bem como a hierarquia que há entre os não-humanos e à homologia vaqueiro/bovinos na frase proferida por Samu no momento em que conversávamos sobre a ‘lei do promotor’: — “Se eu fico sem gado eu ia embora pra onde tem gado. Desde que nasci, vendo, mexendo com gado!”

ENTRE A ‘CHEGADA DO PARQUE’ E A ‘LEI DO PROMOTOR’

Nas seções precedentes, procurei mostrar como se estruturava o modo de vida do vaqueiro Samu antes da ‘chegada do parque’, principalmente no que se refere ao seu relacionamento com o ex-patrão, seus vizinhos, bem como com a criação. Nas entrelinhas do modo de vida de Samu como vaqueiro, apontei em alguns momentos como ele transferia sua forma de agir enquanto vaqueiro para seu relacionamento com o IBAMA. O intuito foi descortinar a dinâmica da relação entre o vaqueiro e o IBAMA no tocante à temporalidade de outrora, como também em sua imbricação com a temporalidade emergida com o parque.

Para este quadro da travessia pelo Gerais, que ora se firma como o Sertão do IBAMA, trago à luz detalhes do relacionamento de Samu com os gestores da unidade de conservação, desde a ‘chegada do parque’ até o cenário em que foi instituída a ‘lei do promotor’, enfatizando, por conseguinte, essa transferência do modelo de relação vaqueiro/patrão exercida por Samu como forma de resistência para permanecer junto a terra.

As conversas na varanda da casa do vaqueiro eram carregadas por diferentes atmosferas, conforme exposto na primeira seção desta tese. Tratar explicitamente da chegada do parque, das conseqüências para o modo de vida daquele grupo doméstico imprimia uma atmosfera de desconfiança. Por meio da observação participante e de conversas soltas sobre assuntos aleatórios – principalmente sobre a criação – é que foi possível tecer os não ditos que estavam encobertos no cenário de desconfiança. Entretanto, foi somente em minha última estada em campo, quando permaneci acampada e sem a presença do meu acompanhante do IBAMA, que Samu narrou como foi a ‘chegada do parque’. A partir de então, outras situações sobre seu relacionamento com o ‘povo do IBAMA’ foram narradas pelo vaqueiro, bem como cenas que eu presenciara em momentos anteriores revelaram-me seus sentidos.

Primeiramente, o vaqueiro explicou que chegou um ‘povo’ caçando ‘paus’ e perguntando se ‘servia para remédio’; outro ‘povo’ apanhando areia; acampavam em sua casa e de lá saíam para realizar os levantamentos ecológicos, geológicos, botânicos, dentre outros,

necessários para embasar cientificamente a proposta de criação de uma unidade de conservação. Samu tinha ciência de que esses mesmos pesquisadores que ali estavam para ‘caçar rã’ tinham também interesse em pesquisar como ele vivia. —“Esse povo que vinha para apanhar esses rãs, areia, era pesquisando como a gente morava. Tinha vez que eles ficavam aqui quatro, cinco dias... rodando... e pescando também! Eles pescavam. Pegava peixe, dava a mulher para tratar e cozinhar, que eles ficavam mais era aí em casa. Saía, dava a roda, mas o pouso era aí em casa. Chegavam com o peixe ‘Óh, Dona Ló, que eu trouxe. Conserta para nós!’ Eu achava bom que eu comia! Mas da hora que veio mesmo, que falou é o IBAMA, aí... nunca que deixaram, não deixava pescar.” Foi quando esse — “povo que vinha caçar rã falhou de vir, que o parque chegou. Mas eles falaram, o primeiro que veio falou que [o parque] era bom demais! Aí foi travando... não deixou mais fazer roça... povo gostava de pescar, pescar de anzol! Para pegar os peixes... travou. Não pegou peixe mais.”

Em relação a pescar, Samu não sofreu proibição porque disse, num primeiro momento, que não tinha ‘costume de fazer isso não’. Posteriormente, contou que certa vez os gestores do parque passaram em sua casa, mas ele não estava. Sem proferir nomes, Samu disse que alguém falou para o ‘povo do IBAMA’ que o vaqueiro estava pescando. Com isso, aguardaram por Samu em sua casa. Ao chegar do vaqueiro, o ‘povo do IBAMA’ o acusou de fazer pescaria, atividade proibida. Samu, por sua vez, enfrentou a acusação explicando que os peixes estavam mortos na lagoa e que para não os desperdiçar pegou os maiores para comer. Os gestores perguntaram: — “Ainda tem lá?” Samu afirmou que sim: — “Eles me perguntaram a donde era eu falei. Foram embora. Voltou. Cataram tudo. Daí ele veio aqui me falou ‘bem que você falou que estava morrendo peixe. Mas morreu peixe demais! Nós apanhamos lá foi muito!’ ”

Outra situação que descortina o relacionamento do vaqueiro como o IBAMA foi sobre quando Samu precisava de ‘paus’ para refazer a sua casa que tinha sido queimada, como dito no prólogo desse texto. Samu primeiramente pediu ‘ordem’ para o IBAMA se poderia ‘tirar alguns paus’. A gestora à época aprovou desde que o vaqueiro não tirasse as madeiras em um só local, para não se configurar um desmate. — “Disse para não tirar embolado”. Samu acatou a ordem, embora soubesse de um lugar com ótimos ‘paus todos juntinhos’. Poderia ter resolvido seu problema ali mesmo, mas como ‘temos que atender ordem’ não o fez. —

“Peguei um [moço] para descascar a madeira. Quando veio um carro [do IBAMA], ele correu. Viram e perguntaram onde tirei. Eu ensinei. Pois foram lá ver! Foram lá, olharam e eu ganhei vantagem! Agora se eu tivesse metido o machado, eu tinha sido multado!” O vaqueiro ressaltou, sobretudo, que no mês seguinte ao acontecido comparecera no escritório do IBAMA e que a gestora fez questão de dizer que da forma como Samu tinha extraído a madeira estava correto. Com isso, Samu continuava com a confiança do ‘povo do IBAMA’, que de tempos em tempos mudava, ora era homem, ora era mulher.

Uma quarta situação narrada por Samu foi num dia em que aguardávamos o sinal de Raimundo para sabermos se ele ia ou não para a cidade conosco. Caso soltasse o ‘fógo’ [rojão] era sinal para o esperarmos porque ele iria. Nesse momento, o sinal a apontar-se no céu era aguardado ansiosamente. Mirando o céu a todo o momento, Samu recordou que naquela semana um helicóptero do IBAMA sobrevoou a casa de Raimundo no momento em que o vaqueiro por lá estava. —“Deu três voltas no Raimundinho que eu estava lá!” Dona Ló, do jirau de lavar vasilhas, disse que também sobrevoaram sua casa e replicou: — “O que eles querem comigo!” — como se quisesse dizer: cumprimos as ordens e ainda assim o ‘povo do IBAMA’ fica nos vigiando! Samu, percebendo a fúria da esposa, completou: — “Tem gente que corre. Eu não corro! Não devo! Carrego o laço e o facão. Porque quem anda no campo tem que andar prevenido.”

Nas entrelinhas das situações narradas por Samu – receber os pesquisadores em sua casa e ter benefícios com isso como comer o peixe trazido por eles, ser o morador a quem os gestores recorriam para saber sobre irregularidades, apesar de sofrer acusações como a narrada anteriormente, pedir ‘paus’ para reconstruir sua casa, respeitando as leis do IBAMA, tanto no solicitar autorização, quanto na extração da madeira, bem como não correr do helicóptero porque nada deve – estruturaram-se como a forma que Samu encontrou para ter aval para realizar atividades que anteriormente à chegada do parque podia desempenhar. O intuito do vaqueiro era expressar, para além de uma cordialidade no relacionamento com pesquisadores e gestores – mesma cordialidade que dedicava a sua relação com o ex-patrão – que não desacatara as ordens do IBAMA, que não tinha medo da fiscalização porque apenas andava prevenido com facão e laço, fato que não implicava que ele descumprisse as ‘ordens’. Neste cenário, o vaqueiro não podia reclamar do órgão, porque sempre que necessitou de autorização

para realizar uma ou outra atividade ele conseguira. Entre uma e outra situação narrada, o vaqueiro acionava um ditado de sua mãe para justificar sua conduta: —“Desengano das vistas é furar o olho.”

O vaqueiro tem ciência que é monitorado, da mesma forma como a fauna – as onças pintadas, por exemplo – são monitoradas pelos biólogos para fazer um trocadilho ácido. Como narrou, sabe que se não tivesse cumprido o determinado pelo órgão ambiental teria, por exemplo, sido multado ou até deixaria de receber autorizações. Tem ciência de que enquanto tiver que esperar pela indenização da terra terá que ‘atender as leis’ para conseguir manter-se em sua terra, a despeito das dificuldades, como o ‘viver do compra’. Por ser ele e sua esposa aposentados rurais tem a possibilidade de acatar as ‘ordens do IBAMA’, como, por exemplo, deixar de fazer o roçado. Seus vizinhos, por sua vez, não sendo aposentados, burlam as ‘leis do IBAMA’. Alguns, no dizer de Samu, ‘fazem pirraça’. O vaqueiro narrou com sutileza, como é de seu feitio, uma quinta situação que espelha a diferença de suas atitudes em comparação a dos vizinhos.

— “Também não dou direito para eles fazerem coisa que eles não, contra eles eu não faço! Se eu quero fazer uma coisa eu vou lá e falo. ‘Ó, estou precisando disso aqui assim, assim, assim. Que nem a madeira dessa casa que eu fiz aqui... Outra vez pedi eles uma sucupira para botar eixo no carro [de boi]. ‘Êh, como é que faz?’ Eu digo: ué, é se faz, é você me ceder a madeira para eu pôr eixo no meu carro... Ela riu! Mas é porque tinha uns que já pirraçou ela demais e estavam lá... ela não queria dar! Aí ela deu sinal para mim. Aí ela tornou ‘Ó, madeira seca não presta não?’ Digo ‘Presta não. Só verde.’ ‘É, está danado. Como é que nós fazemos?’ Eu estava saindo ela ‘Ó, você pode tirar sua madeira. Onde você vir uns paus derrubados lá na barra do Rio Preto, que lá eu já sei. Pode tirar que não tem nada.’ Mas eu não faço! Eu chegar, eu preciso e meter o machado, derrubar, tirar... sem pedir. Mesmo na terra da gente, mas a gente tem... que respeitar as leis.”

Samu atende ‘as leis do IBAMA’, muito embora fale explicitamente o que necessita e como o IBAMA pode resolver sua questão. Nas seções precedentes procurei mostrar que, como vaqueiro, Samu cumpria a ordem social da fazenda e com isso tinha o respeito dos patrões. A dependência em relação ao fazendeiro, o estar a todo o momento à disposição daquele não foram mencionadas por Samu, porque, como vaqueiro, sua relação com o patrão

era revestida de ambigüidades. Ao se referir ao ‘tempo dos Carneiro’, Samu pulveriza a existência das regras do patrão de outrora do mesmo modo como reconstrói um passado de fartura e de não sofrimento. No entanto, a existência das regras do patrão é reinventada por Samu quando faz alusão a sua relação com o IBAMA, quando diz que ‘temos que atender lei agora’. Samu atende as leis, depende das autorizações do IBAMA, mas, enredado a essa sua forma de agir, exige que o IBAMA o autorize a realizar uma ou outra atividade. É leal às leis, mas aciona sua independência. A ambigüidade da relação entre vaqueiro e patrão se repõe, portanto, na relação com o ‘povo do IBAMA’. Nesse sentido, um acordo tácito existe entre o IBAMA e vaqueiro. Em outras palavras, como vaqueiro, trabalhador leal que cuidava do bem mais precioso da fazenda – o gado –, Samu acionava esse modo de agir com o fazendeiro. Não explicitou isso em nossas conversas. A análise que aqui desenvolvo foi pensada considerando o vínculo estreito que Samu proferiu ter com os patrões no momento em que conseguiu manter o ‘direito de criar’, a despeito da venda das fazendas; ‘direito’ que é trazido por Samu para seu relacionamento com o IBAMA. No entanto, o órgão governamental analisa esse fato como abuso por parte de Samu; vê o vaqueiro se colocando num papel de vítima, muito embora tenha 800 cabeças de gado. Por outro lado, o IBAMA percebe a diferença das atitudes de Samu ao compará-las com as de seus vizinhos, especificamente de Herculano. Nesse sentido, o IBAMA reforça o acordo tácito com Samu, diferentemente do conflito explícito que exerce com os outros proprietários de terra. Portanto, a ambigüidade perpassa a dinâmica da relação entre Samu e o ‘povo do IBAMA’, ora explicitando – nas entrelinhas, de forma sutil – um enfrentamento, um choque, ora uma cordialidade.

Herculano cria gado *arrendado*, como nomeiam os gestores do parque o gado criado na meia, em áreas fora dos limites de sua propriedade. Para o IBAMA, criar gado *arrendado* fora dos limites da propriedade, usando muitas vezes áreas já indenizadas ou de outros proprietários, possui um grau de abuso maior do que o de Samu, pois gado *arrendado* implica em comércio, diferentemente de exercer a atividade pecuária somente em família, como é o caso de Samu.

O fato de Herculano criar gado *arrendado* fora dos limites de sua propriedade, composta por 150 hectares, implicou numa atitude que se tornou drástica aos olhos de Samu. — “O IBAMA cercou o Herculano e agora ele não canta mais!” — analisou o vaqueiro. Essa

atitude foi tomada após o órgão governamental autuar Herculano várias vezes, ameaçando multá-lo devido sua atitude *irregular*. Em maio de 2009, um mutirão foi realizado pela brigada contra incêndios do IBAMA¹⁵⁴ e em menos de um mês Herculano deparou-se com sua propriedade com fechos para todos os lados. O medo tomou conta das prosas desenroladas na varanda da casa de Samu. — “Se cercar, já manda nós embora!” — dizia dona Ló ao pensar que o IBAMA teria a mesma atitude com sua propriedade. Samu, por sua vez, proferia: — “Dá para viver, mas fica ruim para a criação, porque só tem o carrasco na terra.” O vaqueiro expressava, num primeiro momento, apenas sua preocupação com a reprodução da criação, onde ela comeria e beberia, já que pasto ele sabia que não poderia formar; no carrasco a criação conseguiria pastar apenas no ‘tempo das águas’. Como seria ‘na seca’? Enredado a isso, o medo de ‘viver cercado’ afligia aquele grupo doméstico que sempre teve sua propriedade ‘liberada’. Um ‘dizer dos antigos’ foi acionado por Zezão, que estava presente na varanda da casa de Samu: — “Vó dizia que ia vir um tempo que homem ia andar pelo ar, carro ia andar sem boi e o mundo cercado por espinho.” O Gerais composto por pasto sem fecho, quintal sem cerca, gado criado ‘na solta’, carro puxado por boi e marruá enfrentando onça era destituído por um Sertão que fez o ‘viver folgado’ vestir vestes apertadas. O Sertão criado pelo IBAMA imprimiu uma nova ordem social, desenhada pela ausência de roçados, cercas na propriedade, sobrevôos de helicóptero, carros a gasolina andando de aqui para acolá, além de proibições sobre o uso da terra, da fauna e da flora. O Marruá precisou aos poucos deixar o cenário para a atuação exclusiva da Onça.

O órgão governamental justificou o cercamento de Herculano dizendo que esse estava utilizando muitos hectares fora dos limites de sua propriedade e que já não adiantava autuá-lo. Ademais, um proprietário de terras¹⁵⁵ que também não recebeu a indenização pelos seus 25 mil hectares telefonou para o IBAMA denunciando que alguém estava criando gado em sua propriedade – formada por glebas descontínuas – sem sua autorização. Com essa *denúncia*, eximia-se de *multa ambiental* por *atividade irregular*. Esse mesmo proprietário já havia deixado um documento no ano de 2000, no qual desautorizava a criação de gado em suas

¹⁵⁴ Vinculada ao PrevFogo (Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais). <http://www.ibama.gov.br/prevfogo/>

¹⁵⁵ De acordo com informações do órgão governamental, esse proprietário comprou as áreas do Dr. Luciano, aquele que havia comprado as terras do antigo patrão de Samu.

terras, tampouco a presença de posseiros, pois o último agregado que teve – Porcílio – botou fogo em 5.000 hectares para formar pasto. Após esse feito, o proprietário exigiu que Porcílio saísse e firmou esse documento. A intenção do proprietário com esse escrito era expressar que não teria nenhuma responsabilidade se o contrário viesse a acontecer, o que se configuraria em falta de *fiscalização* do IBAMA e não em *infração ambiental* por parte do primeiro. Tanto esse documento, quanto o telefonema do proprietário fez com que os gestores do parque – IBAMA e Funatura – averiguassem os fatos denunciados. No que se refere à Porcílio, no período em que foi denunciado por atear fogo, o IBAMA tentou *multá-lo*, mas de acordo com o órgão governamental o *criador de gado* fugiu.

Em relação à denúncia mais recente, IBAMA e Funatura concluíram que além de Herculano, estavam utilizando a área o ‘povo do Rio Preto’ – Samu, Zezão e Raimundo – e o ‘povo do Santa Rita’ – os Paçoca. Com isso, os gestores do parque decidiram, por um lado, cercar as áreas já indenizadas, que não totalizam 10% da área do parque, por outro, que se refere aos proprietários de terra que residem na área configurada como parque, incluindo aí Samu, os gestores – IBAMA e Funatura – possuíam opiniões diferentes sobre como deveriam agir com esses. O órgão governamental priorizava a postura de cercar os proprietários, mas acreditava que essa atitude teria que ser realizada em parceria com a *promotoria ambiental* devido ao forte enfrentamento que haveria ao colocá-la em prática. A Funatura, por sua vez, acreditava que não deveriam cercar os *criadores de gado*, incluindo Herculano, muito embora já cercado, porque havia um documento negando o uso daquela terra. Com a persistência do gado nas terras do proprietário de 25 mil hectares, a ONG acreditava que por se tratar de *área não indenizada* o proprietário era quem deveria resolver a questão com os *criadores de gado*, a despeito da existência do documento. Os gestores do parque deveriam incumbir-se tão-somente de cuidar da presença de gado em áreas já indenizadas, pertencentes, portanto, ao Estado.

O uso da área do parque como pastagem para o gado não é recente, como descortinado tanto nas seções anteriores, quanto na obra Grande Sertão: Veredas de Guimarães Rosa. Muitos posseiros, além dos agregados das grandes fazendas de gado do ‘tempo dos Carneiro’,

por ali moravam e criavam seu gado ‘na solta’¹⁵⁶. Com a ‘chegada do parque’ os posseiros, proibidos de usarem a terra por não possuírem escritura, foram reassentados no Assentamento São Francisco em lotes que variam de 25 a 80 hectares. No entanto, a maioria desses posseiros não recebeu até o momento a indenização pelas benfeitorias que existiam em suas posses. Com isso, sentem-se no direito de continuarem a usar a área do parque como pastagem para seu gado.¹⁵⁷ O ‘povo dos Buracos’, por sua vez, que mora no Vão dos Buracos¹⁵⁸ – um espaço com uma geografia semelhante a um cânion – ‘na seca’, com o carrasco sem muito a oferecer para o gado, aluga pastos em propriedades ainda não indenizadas no interior do parque nacional.¹⁵⁹ Com esse histórico, para os órgãos gestores da unidade de conservação o *gado*, assim como a *falta de regularização fundiária*, os *incêndios criminosos*, além da *caça comercial*, configuram-se como o quadrilátero problemático para uma efetiva *gestão ambiental*.

Para continuar a abordagem que aqui venho desenrolando, retomo uma questão enunciada na apresentação desta tese: o porquê da presença do gado não ser admitida no parque. De acordo com os órgãos gestores, a justificativa apóia-se na *legislação ambiental*, principalmente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), bem como nas conseqüências da presença do animal doméstico nas *relações ecológicas* existentes no *bioma cerrado*.

Em relação à *legislação ambiental*, a justificativa pauta-se no objetivo da *unidade de conservação*. Por se tratar de uma *unidade de conservação de proteção integral*, cuja finalidade é a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”¹⁶⁰ – compreendendo “uso indireto” como “aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais”¹⁶¹ – a presença do gado – *animal exótico à fauna do cerrado*, de acordo com a visão da Ecologia – assim como a *presença humana* não são admitidas. Baseiam-se ainda em outro

¹⁵⁶ Cf. descrito também nos trabalhos de Jacinto, 1998 e Correia, 2002.

¹⁵⁷ Cf. Comunicação pessoal de um posseiro.

¹⁵⁸ O Vão dos Buracos se localiza no rumo oposto ao do parque numa distância de aproximadamente 50 quilômetros do início do parque, atravessando a área do município de Chapada Gaúcha.

¹⁵⁹ Cf. Cerqueira, 2010.

¹⁶⁰ Cf. Artigo 2º, parágrafo VI do SNUC (lei nº 9985/2000).

¹⁶¹ Cf. Artigo 2º, parágrafo IX do SNUC (lei nº 9985/2000).

ponto da mesma lei, que define o objetivo de um parque nacional como sendo “a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.”¹⁶²

No que tange às relações ecológicas, a justificativa para a não presença do gado pautase no que foi expresso por um dos representantes dos órgãos gestores: *porque o gado degrada o meio ambiente devido ao intenso pisoteio e por espantar a fauna silvestre. Além disso, atrapalha a pesquisa; e se campearem gado com cachorro, um dos cachorros pode ser caçador. E aí?*

Pautados nessas justificativas, os gestores decidiram não cercar outros proprietários além de Herculano. A atitude foi reunir os *criadores de gado* com a *promotoria ambiental*. Nessa reunião, ocorrida em agosto de 2009, o promotor explicou que criar gado em unidade de conservação era proibido, porque a legislação ambiental é bastante restritiva, apoiando sua justificativa principalmente no *impacto ambiental* que o gado causa sobre o ambiente¹⁶³. Ressaltou que a falta de indenização por suas propriedades e posses não lhes dava o direito de usar outras propriedades ou *degradar o meio ambiente*. Esclareceu que caso os *criadores de gado* utilizassem como pastagem áreas de terceiros poderiam ser *denunciados* ao Ministério Público, tanto pelo proprietário da terra utilizada, quanto pelo IBMA. Ademais, o promotor explicou que o uso indevido da área de terceiros poder-se-ia configurar como esbulho possessório¹⁶⁴, sob pena de apreensão e possível perdimento das reses. A partir daquele momento, quem ainda não recebera a indenização por suas terras poderia continuar a realizar as atividades antes desempenhadas, desde que não degradasse/alterasse o meio ambiente. Entretanto, estavam proibidos de criarem gado para além de sua propriedade. Para tanto, deveriam cercar sua terra, bem como as áreas de veredas e vazantes de rios nela contidas, conforme explicitado na seção anterior, cujo ônus pelo cercamento seria do proprietário. A

¹⁶² Cf. Artigo 11 do SNUC (lei nº 9985/2000).

¹⁶³ De acordo com o promotor, o número de cabeças de gado que o solo comporta de forma que não degrade o ambiente é de 3 cabeças/hectare. Isso não está em lei. O promotor baseou-se em “estudos técnicos”.

¹⁶⁴ Cf. <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/289462/esbulho-possessorio> “Ebulho possessório: 1) Ato violento, em virtude do qual uma pessoa é despojada ou desapossada de um bem legítimo, caracterizando crime de usurpação. 2) Crime contra o patrimônio consistente em invadir terreno ou edifício alheio, com o intuito de adquirir a posse.”

gestora do parque os informara, ainda durante a reunião, que de acordo com informações vindas de Brasília a indenização por suas terras seria paga até novembro de 2009. Com isso, não precisariam ‘se apertar para tirar o gado’. Quando o pagamento fosse feito poderiam comprar outra terra para então retirar o gado. A partir dessa reunião, Samu e seus vizinhos nomearam a proibição de criar gado da forma que faziam como ‘lei do promotor’. Neste cenário, o uso combinado das áreas de uso comum com as áreas de propriedade ou de ‘direito’ foi desconsiderado. Esse sistema de uso combinado que vigorava quando ali era o Gerais – e que fazia dele um território de reciprocidade, pautado por uma ética camponesa –, foi subsumido por leis ambientais sobre o uso da terra.

Como enunciado na seção anterior, Samu não teria como criar 800 reses em 150 hectares de terra, ressaltando as áreas de vereda e vazantes de rio. A solução encontrada pelo vaqueiro foi retirar os gados dos filhos, sobrinhos, netos e cunhados levando-os para ‘a Carinhonha’, na fazenda onde um de seus filhos trabalha, e para o Sítio do Abadia, onde outro filho estava ainda formando pasto. Quanto as suas 110 reses, Samu, num primeiro momento, tentou uma negociação com a gestora do parque. Na sala principal do pequeno escritório do IBAMA, com suas paredes trincadas e repletas de cartazes sobre cerrado, fauna, flora, além de um mural com fotos sobre o parque, onde seres humanos e não-humanos dividem o espaço, Samu iniciara o assunto. —“Chegou novembro e nada de pagamento, né”. Com a cabeça, a gestora confirmava a afirmação e respondia: *É, Brasília é assim!* —“A senhora falou que podia esperar. Mas já tirei o gado. Quase tudo”. Era novembro, e o pagamento pela indenização da terra não saíra até aquele momento. Samu queria então saber se poderia deixar por mais tempo só o gado dele, porque não iria —“[...] alugar pasto para pôr bezerros. Vende eles não dá dinheiro para pagar aluguel. Para recriar, fica caro por causa do aluguel” — explicou Samu à gestora. Além desse motivo, estava tendo um alto gasto com os documentos exigidos para o processo de indenização. A gestora concordou que Samu mantivesse seu gado, mas sob algumas condições: como as áreas de Samu e Hermínio são contíguas e terminam no Rio Carinhonha, deveriam cercá-las no limite com o vizinho (que antigamente era o Dr. Luciano, para quem o ex-patrão de Samu vendeu as terras) e, em suas áreas cercar as veredas, conforme exigência do Código Florestal. Em relação ao vizinho, a gestora explicou que o atual proprietário deixara há anos um documento com o chefe anterior, no qual proibiu a criação de

gado em sua área e transferiu a responsabilidade ao IBAMA para que isso não ocorresse, como falado anteriormente. Ela mesma não teve contato com esse documento, mas como sabe de sua existência deve cumprir o estipulado. Samu, de forma branda, reagiu e explicou à gestora que se cercasse o vizinho e a vereda, ele poderia sair porque não teria como criar. — “Onde gado vai comer e beber?” Além desse questionamento, Samu retomou seu relacionamento de outrora, o ‘direito de criar’ conquistado quando ainda trabalhava para a Família Carneiro. A gestora replicou afirmando: *Isso foi antes do documento. Nunca vi esse documento, seu Samu, mas tenho que fazer cumprir!*

O vaqueiro reagiu ainda justificando que se cercasse somente o vizinho —“fica apertado, mas dá pra viver.” Por outro lado, cercando a vereda e o vizinho —“pode me mandar embora, porque não dá pra viver, criar”. Para reforçar sua argumentação, Samu trouxe à tona ainda o fato de não mais fazer roça: —“Já vivo do compra. Se for para viver sem gado, daí posso morrer porque só sei viver onde gado está.” Uma última questão se somava a esse mal estar de Samu: para cercar o vizinho e a vereda teria que gastar mais dinheiro na terra; teria que comprar arame e mourões. Na sua lógica, aplicar mais dinheiro numa terra que é sua, mas que não possui autonomia sobre seu uso tornar-se-ia impossível. Para administrar essa situação, a gestora concordou que Samu criasse o gado na vereda¹⁶⁵ e aceitou que usasse os ‘paus’ do mato como mourões, alternativa proposta por Samu. Dessa forma gastaria somente com arame. Em julho de 2010, no último período em que estive em campo, Samu contou que desistira de manter seu gado, que deixara apenas algumas reses ‘para não perder o costume’, vendera outras e dera outras à meia para um ‘Zé Branco’:

— “Zé Branco. (...) Valdo [filho] que ajeitou. Pediu a Valdo um gado para criar na meia, arranjo que queria, aí Valdo ‘Óh, pai, ele está apertado lá, eu ia dar a ele, mas eu aqui tenho folga. E você lá não tem. Pega e dá a ele.’ Dei uma parte para ele. Nem nunca fui lá olhar. Falei para Valdo ‘Você vai lá ver, você está mais perto, você vai lá olhar se está bom, se está ruim.’”

A despeito desse cenário, o vaqueiro afirmou que não tem o que reclamar do IBAMA. — “Só falo só por conta que eles não pagam a gente para gente sair caçando rumo para fazer

¹⁶⁵ Concordou informalmente, porque não poderia, por exemplo, firmar um documento, pois estaria infringindo o código florestal.

plântio, como a gente tinha costume. É só o que eu falo. E é a criação que eles não querem que a gente crie. (...) Então paga a gente logo que a gente sai. Porque a criação tem que estar mais o dono! A gente ficar aí e a criação esparramar ou vender a criação para ficar no lugar não é vantagem. Antes a gente sair.”

Samu propôs para vários gestores que passaram pelo IBAMA trocar terra por terra. — “Eu digo, olha vamos fazer um negócio que acho que fica bom para vocês. Vocês estão queixando que não tem dinheiro e isso e aquilo, que vai arrumar dinheiro, nós fazemos trato. Vocês já mediram a minha aqui sabe o tanto. Eu, vocês me dão o mesmo tanto no outro canto! Mas assim, de eu mesmo escolher meu lugar! Porque vocês vão, escolhem um lugar com pouco não me serve. Eu escolhendo um lugar que me servir, aí eu falo para vocês, vocês vão, só pagam, passam a escritura no meu nome, entrego a escritura da de cá, e vocês me dão a outra.” A resposta que recebeu tanto com os gestores anteriores, quanto com os atuais foi: *vamos ver se era possível*. — “Acabou eles não viram... nada! (...) Indeniza e a gente fica na liberdade como era de princípio. Agora eu não tô liberto, porque tem que cumprir ordem, tem que pedir, procurar ordem” Novamente a menção a liberdade reforça como Samu vivencia uma relação assimétrica com os órgãos gestores da unidade de conservação. Muito embora consiga desenvolver uma relação de troca com os gestores, como fazia com seus patrões, não se sente liberto. Por um lado essa sensação de não estar liberto baseia-se no fato de não mais poder criar gado, campear, tampouco acumular – a representação da liberdade que há no trabalho de vaqueiro –, por outro, no tocante ao pagamento pela terra, a relação de Samu com os órgãos gestores não se encerra entre indivíduos iguais em honra como dantes, que compartilhavam a mesma ordem moral, fato que possibilitou Samu pagar pela terra com galinhas, arroz e reses; a relação, agora, se dá entre indivíduo e instituição, uma relação impregnada pela burocracia.

A despeito dessa situação tensa, o vaqueiro e seu sobrinho afirmam que: —“Queremos sair amigo de todo o povo do IBAMA”. Samu faz ainda uma ressalva: quer deixar a terra no mesmo momento que seu irmão deixá-la. Como narrei na seção 3 desta tese, o sair da terra, assim como o entrar, deve ser no mesmo momento porque são ‘irmãos mesmo’. —“Terra como essa nossa não encontra para comprar, porque quem tem não vende. Lugar bom para mantimento e para criar. Muita vargem!” Mais uma vez o valor da terra é trazido à tona pelo

vaqueiro. Nas palavras de Woortmann, 1987 “o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que objeto de trabalho, a terra é o espaço da família.”¹⁶⁶

Diante do cenário que se formou com a ‘lei do promotor’ – o Gerais sem a presença de seus protagonistas, o gado e o vaqueiro – de setembro de 2010 até o início do ‘tempo das águas’ o parque sofreu com incêndios que há anos estavam controlados. Os gestores da unidade de conservação atribuem os incêndios aos *criadores de gado*¹⁶⁷. Em 2007, 75 mil hectares foram queimados e os atuais gestores admitiram que se tratava de uma represália dos *moradores* à chefia do órgão governamental à época. Sua postura, marcada pela arrogância e pela não aproximação aos moradores – expressada principalmente na sua conduta de não aceitar o café oferecido quando chegava à casa dos *moradores* – foi a justificativa encontrada pelos atuais gestores aos incêndios. O fogo há tempos é um aliado dessas populações, tanto para renovarem a terra para o plantio ou pasto, quanto para resistirem¹⁶⁸ por ela.

Na esteira das situações apresentadas anteriormente, tanto no que tange à demora da indenização, bem como a instauração da ‘lei do promotor’ em detrimento do ‘direito de criar’, quanto no que se refere ao uso do fogo como aliado num processo de resistência, fica evidente quão habilidoso Samu é para resistir e permanecer junto à terra ao longo de 21 anos.

Tal habilidade encerra-se no modo de agir de um vaqueiro com seu patrão, um modelo de relação que Samu transportou – com as ambigüidades constituintes dessa relação – para seu relacionamento com os gestores. Essa transferência do modelo de relação vaqueiro/patrão para além de carregar as ambigüidades transporta a aliança que havia na relação de outrora. Dito de outra forma, Samu transporta a aliança que tinha com seu patrão para os homens e mulheres que trabalham nos órgãos gestores do parque. Ou seja, no momento em que Samu cumpre com as leis e solicita autorização para fazer uma ou outra atividade – ou seja, oferece sua lealdade – recebe como retribuição dos gestores autorizações ou caronas para a ‘Vila’. Ao recebê-las, Samu novamente as retribui com sua conduta leal. Essa troca que faz de Samu um doador, o

¹⁶⁶ Woortmann, 1987, (p. 43)

¹⁶⁷ Não obtive informação sobre quem é que estava ateando fogo. Os gestores referiram-se de forma genérica aos criadores de gado.

¹⁶⁸ Tanto o fogo, quanto a forma de agir de Samu, isto é, o fato dele transportar para os gestores o modelo de relação que desenrolava com seus patrões, são aqui compreendidos como “formas cotidianas de resistência camponesa”, cf. Scott, 2002.

transforma num receptor em potencial, troca que não se encerra apenas na autorização/lealdade trocadas, mas se finda como uma troca por meio da qual Samu troca algo dele mesmo, como honra. Ao dar sua lealdade ao outro, Samu coloca-se um pouco no lugar do outro, entende que aquele recebe algo seu¹⁶⁹. Esse fato fica evidente no tocante ao relacionamento com os gestores, principalmente quando esses últimos se negam a receber o ‘de-comer’ ofertado, conforme pude presenciar.

Certa vez acompanhei um dos representantes do órgão governamental no trajeto da Chapada para a Vereda do Barbatimão para levar Samu e dona Ló. A atmosfera de visita formou-se logo que desapeamos na casa de Samu. Era um sábado. Dona Ló rapidamente desceu do carro e foi acender o fogão à lenha para passar o café. Samu fez o anúncio: —“Ló vai passar um café pra vocês, enquanto o almoço não fica pronto.” O representante do órgão governamental, com pressa para retornar a Chapada, negou o almoço por ser sábado, isto é, um dia que ele ficava com sua família. Nas entrelinhas havia também a questão de ser um dia em que não há expediente no órgão governamental, ou seja, ele não deveria estar ali trabalhando, levando Samu e dona Ló para a Vereda do Barbatimão. Imbricado a isso, revelava-se, sobretudo o pensamento que o representante do IBAMA possui sobre levar/buscar Samu em sua casa: para ele, essa postura de Samu significa excesso de familiaridade por parte do vaqueiro, bem como paternalismo por parte dos representantes dos órgãos gestores que se dispõem a isso. O representante do IBAMA proferiu, então, que esperaria somente o café. Samu insistiu, mas seu esforço não surtiu efeito. Dona Ló, do fogão à lenha, sugeriu que comesse pelo menos um pedaço de queijo para acompanhar o café. Bastante contrariado, o representante do IBAMA aceitou. Em pé, rapidamente tomou o café e comeu um pedaço de queijo. Dona Ló e Samu expressaram, então, um olhar que naquele momento me pareceu de insatisfação, mas somente fui compreendê-lo quando, num outro momento, esse fato veio à tona trazido pela esposa de Zezão. Não me recordo com precisão em que contexto. O que houve foi que Elena expôs que para Samu e dona Ló aquela postura do representante do IBAMA – não aceitar almoçar, bem como tomar apressadamente o café – lhes soou como se aquele não gostasse do casal e somente fosse até sua casa pelo favor prestado de levá-lo da cidade até a Vereda do Barbatimão. Em outras palavras, aquela situação expressara que o

¹⁶⁹ Cf. Mauss, 2003.

representante do IBAMA não aceitava a retribuição de Samu pela carona ofertada. Sobremaneira, encerrava-se como se o representante do IBAMA não aceitasse o que Samu lhe oferecia de si próprio. A aliança, portanto, era rompida.

Em outros momentos que passei na varanda da casa de Samu, o vaqueiro e dona Ló mencionaram, de forma recorrente, como era a relação com o chefe que por mais tempo trabalhou no parque: —“Ele vinha, sentava no rabo do fogão e ficava até de noite! Tinha vez que dormia aqui.” Em geral, Samu acionava essa recordação sobre o referido chefe como forma de comparar como era diferente a sua postura em relação às de outros chefes/representantes dos órgãos gestores, como por exemplo, aquela descrita anteriormente. Por outro lado, Samu sabia que os chefes/representantes dos órgãos gestores iam até sua casa também com o intuito de vigiá-lo enquanto tomavam café ou almoçavam. — “Eles vinham aqui em casa... 15 em 15 dias eles estavam aqui. Vinha passear causa da Ló. Era investigando as coisas... eu acho que sim! Chegava, bebia café, às vezes eles almoçavam...” A despeito de saber que o ‘povo do IBAMA’ ia até sua casa também para vigiá-lo, Samu fazia gosto pelas visitas do ‘povo do IBAMA’. A ambigüidade estava presente na relação, e a aliança não era rompida.

NOTA FINAL

A partir da instauração da ‘lei do promotor’ , Samu e seus vizinhos viram-se diante do Sertão do IBAMA. Roçados já não havia; o “substrato material da existência”¹⁷⁰ – a pecuária extensiva – teve sua presença interdita. Sob as vestes de Sertão Veredas suprimia-se o Gerais. No entanto, no Grande Sertão: Veredas, que empresta seu nome ao parque, “o boi é presença marcante [...]. É o mundo da pecuária extensiva que ali está representado, como substrato material da existência; por isso, raramente em primeiro plano, mas formando a continuidade do espaço e fechando seu horizonte, impregnando a linguagem desde os incidentes narrativos até a imagética. [...] Em suas andanças, os jagunços de Guimarães Rosa estão sempre cruzando seus caminhos com os caminhos do gado; encontram vaqueiros, boiadeiros e reses. Os bois que encontram são indícios do que devem esperar pelas redondezas; se ariscos e bravios, não há gente por perto; se magros, apontam para penúria do local, se bem nutridos são sinais de fartos recursos naturais.”¹⁷¹

Um Sertão Veredas sem a pecuária extensiva e os elementos que a ela



Foto 41. Samu, Elena, Lô, Tani e Raimundo. Ponte do Rio Preto. Carmen S. Andriolli, 2009



Foto 42. Rôso. Carmen S. Andriolli, 2010.



Foto 43. Zezão, Elena, Milena e Nizão. Casa de Zezão. Carmen S. Andriolli, 2010.

¹⁷⁰ Galvão, 1972.

¹⁷¹ Galvão, 1972, p. 27.



Foto 44. Casa de Raimundo (Frente). Carmen S. Andriolli, 2010.



Foto 45. Raimundo e Tani. Cerca e, ao fundo, brejo. Carmen S. Andriolli, 2010.



Foto 46. Tani fazendo beju na casa de Farinha. Carmen S. Andriolli, 2010.

remetem – vaqueiros, principalmente – é, pois, uma contradição.

Fotografias foram usadas por Samu e seus vizinhos para revelarem aquele território como o Gerais em detrimento ao Sertão do IBAMA. Por um lado como recordação das suas casas, do ‘Rio Preto’ – que remete tanto ao espaço social da Fazenda Rio Preto, quanto ao espaço físico –, dos brejos onde faziam seus roçados, das vargens que alimentaram suas reses ou do cavalo, companheiro fiel, que acompanhou Róso em suas montarias pelos carrascos, chapadas, veredas, isto é, pelo Gerais. Por outro para revelarem suas próprias existências diante de um cenário embebido pela burocracia. O panorama que há anos era mostrado pelo ‘povo do IBAMA’ ao ‘povo do Rio Preto’ era que somente por meio de documentos poderiam provar para o ‘povo de Brasília’ que aquela terra era legalmente sua propriedade. Por meio de fotografias podiam, por exemplo, comprovar que ali na brejaria era o seu ‘serviço’, a brejaria que ora se finda como ecossistema – a vereda. Nas palavras de Maria Cardoso: —“Eu tenho duas fotos de lá da minha casa. Das minhas coisas que eu tinha, do quintal, a

plantação que eu tinha, eu tenho foto. Só não tenho foto da casa, porque tirou na frente. Aí não pegou a casa. A gente não sabia que a gente ia sair! Mas que tem da frente, da minha plantaçoão de casa eu tenho. Eu com meus meninos, um irmão, um afilhado... tudo na foto.”

Maria Cardoso tem fotos daquilo que foi tomado pela regeneração do cerrado.

No final de 2009, Raimundo, vizinho de Samu, enviou para Brasília a documentação completa do seu processo de indenização. A proposta de indenização enviada pelo órgão ambiental pautou-se na avaliação realizada por técnicos do órgão em 2002 sobre a terra nua e as benfeitorias existentes na área de Raimundo. O valor oferecido pelo órgão ambiental tratava-se de reajuste pelo índice de poupança do valor ofertado anteriormente. Em outras palavras, à época cotaram o valor da terra nua no mercado de terras da região, cujo preço foi de R\$ 130,00/ha. Este valor retratava a realidade do preço da terra na região naquele momento e, se tivesse sido pago, teria sido justo. No entanto, ocorreu que o dinheiro destinado ao pagamento da indenização foi incorporado ao orçamento geral do Ministério do Meio Ambiente, perdendo o prazo para ser utilizado. Como me explicou a atual gestão da unidade de conservação, *o dinheiro caiu no buraco negro e não tiveram mais notícia dele*. Devido a isso, a indenização não foi paga. Após 7 anos, com a apresentação da documentação completa do seu processo de indenização, Raimundo recebeu dos funcionários de Brasília uma proposta de indenização, na qual apenas reajustaram pelo índice de poupança o valor da avaliação de 2002. Essa notícia foi dada a Raimundo no escritório do IBAMA em Chapada Gaúcha-MG. Como eu estava presente, questionei o fato do valor ter sido reajustado pelo índice de poupança, descumprindo, por conseguinte, o artigo da Instrução Normativa 2¹⁷² de 3 e setembro de 2009 que diz que a terra é avaliada pelo preço global de mercado. A gestão do parque concordou que o preço ofertado não estava correto e que Raimundo poderia discordar da proposta, justificando esse erro.

Alguns dias antes de Raimundo decidir se aceitaria essa proposta ou não, um técnico da EMATER realizou, gentilmente a meu pedido, uma avaliação informal das terras de Raimundo, Samu e Zezão com o objetivo de lhes oferecer um parâmetro ao preço ofertado pelo IBAMA. De acordo com o técnico, o preço das terras tanto na Vereda Borá Manso, quanto na Vereda do Barbatimão teria seguido o valor das terras da Chapada Gaúcha-MG se

¹⁷² Ver anexo.

não fosse o parque, fato que impediu que fossem instaladas, por exemplo, luz elétrica, estradas ou água encanada. Diante desse cenário, em sua avaliação o técnico considerou a grande oferta de água que tem nas áreas de Raimundo, Samu e Zezão, bem como árvores frutíferas, o cerrado bem conservado e as benfeitorias. O preço foi definido entre R\$650,00 a R\$ 750,00. Com base nesse valor, Raimundo decidiu não aceitar o preço ofertado pelo órgão ambiental e, em parceria com a atual gestão da unidade de conservação, eu e Raimundo redigimos o documento que segue abaixo, no qual Raimundo rejeitou o valor ofertado, bem como solicitou uma nova avaliação de sua terra.

Figura 1. Documento enviado por Raimundo ao IBAMA discordando da proposta realizada pelo referido órgão governamental.

MANIFESTAÇÃO EM RELAÇÃO À PROPOSTA DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL

Raimundo Pereira Gomes, brasileiro, portador do RG nº M-7.674.407 SSP/MG e do CPF nº 634.925.476-72 e sua esposa **Atanice Gonçalves Rocha Gomes**, brasileira, portadora do RG nº MG-12.617.368 e do CPF nº 064.630.436-48, residentes a Fazenda Mato Grande, dominado pela Vereda da Barra, Parque Nacional Grande Sertão Veredas, MG, vem, perante o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), nos autos do processo administrativo supracitado, para, nestes termos, manifestar a sua **discordância** com a proposta de desapropriação amigável constante dos autos, assim discriminada:

Área do Imóvel	Preço da Terra Nua (R\$/Hectare)	Total Terra Nua	Avaliação das Benfeitorias	Sub Total	Total atualizado até 01/09/2009 pelo índice da poupança
120 ha <i>(cento e vinte hectares)</i>	130,00 <i>(Cento e trinta reais)</i>	15.600,00 <i>(quinze mil e seiscentos reais)</i>	9.548,36 <i>(nove mil quinhentos e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos)</i>	25.148,36 <i>(vinte e cinco mil cento e quarenta e oito reais e trinta e seis centavos)</i>	45.908,60 <i>(quarenta e cinco mil novecentos e oito reais e sessenta centavos)</i>

A negativa justifica-se pelos seguintes motivos:

1. O valor oferecido pela área não foi estabelecido de acordo com o previsto no Artigo 19 da IN n. 02/2009, que afirma avaliar o imóvel apurando seu preço de acordo com o valor global de mercado. Por isso, o preço ofertado constitui-se injusto se comparado ao preço global de mercado da região.
2. O valor ofertado não condiz com a justa indenização pelos recursos perdidos, como consta no Artigo 5o., paragrafo X do SNUC, que diz: "garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos.
3. Caso o Sr. Raimundo Pereira Gomes e Sra. Atanice Gonçalves Rocha Gomes recebessem apenas este valor de indenização supracitado, não seria possível recomeçar suas atividades de forma adequada e condizente com seu modo de vida atual em outra localidade. Observando-se o valor oferecido por hectare de terra, este não chega ao preço mínimo registrado na Prefeitura Municipal de Formoso/MG usado para fins de cálculo do ITBI/2009.
4. A avaliação estava extremamente defasada e o aumento no valor da terra nua não acompanhou o índice da poupança, conforme reajuste feito para proposta amigável.
5. Desta forma solicita-se uma nova avaliação conforme previsto no Artigo 19 da IN n. 02/2009.

Chapada Gaúcha, 26 de Novembro de 2009

Raimundo Pereira Gomes

Atanice Gonçalves Rocha Gomes

Fonte: ICMBio, Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Pesquisa de Campo. Carmen S. Andriolli, 2010.

Em março de 2010, dois técnicos do IBAMA foram até a casa de Raimundo realizar a nova avaliação. De acordo com os gestores do parque, Raimundo não estava em sua propriedade e devido a isso foi Samu quem acompanhou os técnicos do IBAMA. Avaliaram a terra considerando o preço das terras nos municípios de Formoso-MG e Chapada Gaúcha-MG. A partir desses valores fizeram a média e ofereceram R\$722,00/hectare. Em se tratando da terra mais as benfeitorias, o valor ofertado foi de R\$ 813,43/hectare. Após ser comunicado, Raimundo aceitou a proposta de indenização, mas precisou, ainda, apresentar mais documentos. Quatro meses se passaram depois do aceite e envio dos novos documentos exigidos e Raimundo não recebera o pagamento, fato que o fez ir a Brasília. Ao chegar ao órgão ambiental, numa sexta-feira às 16h30, ouviu da atendente que não seria recebido porque chegara num horário fora do expediente, além de não ter hora marcada. Raimundo pediu, então, que marcasse um horário para ele ser atendido na segunda-feira, mas seu esforço foi em vão. Nas palavras de Raimundo: — “No principio de março, num dia de domingo, vieram fazer a avaliação. Eu não estava, porque esperei até sábado, pensando que de domingo não viriam. Compadre Samu que acompanhou. Tive prejuízo. Pediram mais papelada. Só estou gastando. Não vejo dinheiro. Eles podem chegar aqui sem hora marcada, fora de expediente. Nós não! Ainda só olharam a casa e o curral. Não quiseram andar para ver os matos, as águas. Não é mato o que eles querem?”

Em novembro de 2010, Raimundo recebeu a indenização, bem como a escritura pública de desapropriação administrativa¹⁷³. Diante desse cenário, de acordo com os gestores¹⁷⁴ da unidade de conservação Samu preferiu que aceitaria receber uma quantia menor do que a de Raimundo, mas que queria deixar sua terra o quanto antes. Além de se vir diante do Sertão do IBAMA, isto é, sem poder ‘mexer com criação’, bem como sem poder roçar a terra, deparava-se, nesse momento, sem o vizinho Raimundo. Os gestores do parque explicaram que não se tratava de pagar mais ou menos do que foi pago a Raimundo, e sim de apresentar todos os documentos exigidos para o processo de indenização para o órgão ambiental fazer o pagamento. Novamente Samu deparava-se com a relação indivíduo/instituição.

¹⁷³ Ver anexo.

¹⁷⁴ Informações obtidas por telefone em novembro de 2010.

A separação sociedade/natureza persiste na visão dos organismos nomeados ambientalistas. Tanto o vaqueiro, aqui especificamente, quanto o gado, ambos protagonistas no cenário do Gerais, como elucidado nas páginas precedentes, são considerados como não pertencentes a uma natureza vista como “intocada”¹⁷⁵. As relações ecológicas, compreendidas por esses órgãos como limitadas às trocas alimentares regidas sob uma suposta cadeia alimentar também intocada, bem como compreendidas como a auto-regulação entre fauna e flora *endógenas*, justificam a ausência do gado, na medida em que esse *animal doméstico* as desestabiliza, tanto com seu pisoteio em vargens de veredas, compreendidas agora como *ecossistema*, sendo que dantes eram vistas como pastagens naturais, quanto com sua transformação em ‘de-comer’ de grandes felinos. Nesse cenário, a separação sociedade/natureza imprime ao ‘meio ambiente’, como nomeiam Samu e seus vizinhos o movimento de *conservação da natureza*, uma conduta de expropriador, assim como as empresas reflorestadoras que expropriaram posseiros das áreas de chapada do Vale do Jequitinhonha¹⁷⁶. A baixa densidade demográfica – tanto de humanos como de gado – é parte do modo de vida no Gerais que Samu conhece. Ela é parte das condições para um Gerais sem cercas e que se mantém no tempo. Em contrapartida a isso, em nome da conservação do Sertão Veredas enquanto natureza, o ônus recai sobre os camponeses que coabitaram junto com seu gado esparsos os Gerais desde que se tem notícia.

¹⁷⁵ Cf.1) Diegues, 2001.

¹⁷⁶ Cf. Moura, 1988 e Silva, 1999.

Referencias Bibliográficas

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol.II: estratégias de reprodução social. (Coleção História Social do Campesinato brasileiro). São Paulo: EdUnesp; Brasília: Nead, p. 39-66, 2009.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa. **Folhetos. A Literatura de Cordel no NE Brasileiro**. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciências Sociais. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: Universidade de São Paulo. 2v.,1979.
- BARROS, Leandro Gomes de. **História do Boi Misterioso**. São Paulo: Luzeiro Editora Ltda. s/d.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Casa, Terra, Bichos e Homens. In: **“No Rancho Fundo”**. **Espaços e tempos no mundo rural**. Uberlândia: UDUFU, p. 99-111, 2009.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 9985**, de 18 de julho de 2000. Instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/snuc>>. Acesso em 15 maio 2010.
- _____. **Decreto-lei nº 4340**, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/snuc>>. Acesso em 15 maio 2010.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Brasília: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura, 1972.
- _____. **Vaqueiros e Cantadores**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp. 1984.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001.
- CAPISTRANO DE ABREU, João. **Capítulos de História Colonial**. Brasília: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro. s/d, 171p. Disponível em: < <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000062.pdf> > Acesso em 24 set 2010.

- CERQUEIRA, Ana Carneiro. **O “povo” parente dos Buracos: mexida de prosa e cozinha no cerrado mineiro.** Tese de doutorado. Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2010.
- CORREIA, Cloude de Souza. **Do Carrancismo ao Parque Nacional Grande Sertão Veredas: (des)organização fundiária e territorialidades.** Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.
- COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianos. Englobamento, exclusão e resistência.** Tese de doutorado. Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2002.
- COSTA, Ana Luiza Martins. Diadorim, delicado e terrível. In: **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 5, nº 10, p. 38-52, 1ºsem., 2002.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** 39ª. Ed. Rio de Janeiro: Publifolha, 2000.
- DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e biodiversidade no norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos do agrossistemas tradicionais.** Dissertação de mestrado. Maestria en Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible. Santa Maria de La Rábida, Espanha: Universidad Internacional de Andalucia, Sede Ibero Americana, 1998.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec: Nupaub/USP. 2001, 3ªed.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens Livres na Ordem Escravocrata.** 4ª. Ed., São Paulo: EdUnesp, 1997.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrado e Mucambos.** Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global Editora, 14ª. Ed, 2003.
- GALIZONI, F.; RIBEIRO, E. M.; NORONHA, A. B.; SILVESTRE, L. H.; REIS, R. P. Águas dos Gerais. In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Histórias dos Gerais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 235-260.
- GALVÃO, Walnice Nogueira Galvão. **As Formas do Falso. Um estudo sobre a ambigüidade no Grande Sertão: Veredas.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972
- GODOI, Emília Pietrafesa de. **O Trabalho da Memória. Cotidiano e história no sertão do Piauí.** Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1999.
- _____. O sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: NIEMEYER, Ana Maria; GODÓI, Emília Pietrafesa de (orgs.). **Além dos Territórios: para um diálogo**

- entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos.** Campinas/SP: Mercado das Letras, p. 97-166, 1998.
- _____. Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do sertão. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias.** Vol.II: estratégias de reprodução social. (Coleção História Social do Campesinato brasileiro). São Paulo: EdUnesp; Brasília: Nead, p. 289-302, 2009.
- GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: Antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, maio 2006, vol.10, nº.1, p.161-173.
- GUANAES, Senilde Alcântara. **“Meu quintal não é parque!” Populações locais e Gestão ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA.** Tese de doutorado. Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- JACINTO, Andrea Borghi Moreira. **Afluentes da memória: itinerários, taperas e histórias no Parque Nacional Grande Sertão Veredas.** 1998. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Antropologia. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem.** Campinas/SP: Papirus, 1989.
- MALINOWSKI, Bronislaw. An ethnographic theory of language and some practical corollaries. **Coral Garden and their magic.** London: George Allen & Unwin LTD. Vol. II, part IV. p. 3-74, 1935.
- _____, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia.** São Paulo: Abril Cultural (Os pensadores), 1978.
- _____, Bronislaw. **Magia, Ciência e Religião.** Lisboa: Ed. 70, 1988.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: **Sociologia e Antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, p.183-314, 2003.
- MEYER, Mônica Ângela de Azevedo. **Ser-tão natureza : a natureza de Guimarães Rosa.** Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- MMA, Ministério do Meio Ambiente/IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis; FUNATURA, Fundação pró-natureza. **Plano de Manejo do Parque Nacional Grande Sertão Veredas/MG.** Brasília: 2003. 433p.
- MORAES, Maria Dione Carvalho. **Memórias de um sertão desencantado (modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense).** Tese de

- doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2000.
- _____, Maria Dione de Carvalho. Um *povo do cerrado* entre *baixões e chapadas*: modos de vida e crise ecológica de camponeses (as) nos cerrados do sudoeste piauiense. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. Vol.II: estratégias de reprodução social. (Coleção História Social do Campesinato brasileiro). São Paulo: EdUnesp; Brasília: Nead, p. 131-161, 2009.
- MOURA, Margarida Maria. **Os deserdados da terra**. A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- NASCIMENTO, Joana Medrado. **“Terra, laço e moirão”**: relações de trabalho e cultura política na pecuária (Geremoabo, 1880-1900). Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em História. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2008.
- NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Tese de doutorado. Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2009.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e flucos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.) **A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999, p. 11-39.
- OLIVEIRA, Ana Paula Ferreira de. **Caracterização genética de uma população de gado crioulo Pé-duro do Piauí, através de marcadores microssatélites**. Tese de doutorado. Pós-Graduação em Genética. Ribeirão Preto, SP: Universidade de São Paulo, 2008.
- RIBEIRO, Aureo Eduardo Magalhães. **As estradas da vida. Histórias da terra, da fazenda e do trabalho no Mucuri e Jequitinhonha, Minas Gerais**. Tese de doutorado. Pós-Graduação em História. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 1997.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Sertão, lugar desertado. O cerrado na cultura de Minas Gerais**. Vol.II, Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- RIBEIRO, Eduardo Magalhães. As Histórias dos Gerais. In: RIBEIRO, Eduardo Magalhães (org). **Histórias dos Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, p. 23-39.
- ROMERO, Silvio. **Estudos sobre a poesia popular do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes; governo do Estado de Sergipe, 1977.

- ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. 19ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- _____, João Guimarães. **Sagarana**. 71ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- _____, João Guimarães. **Correspondência com o tradutor italiano**. SP: Instituto Cultural Italo-Brasileiro, caderno nº 8, 1972.
- _____, João Guimarães. **Corpo de Baile**. Ed. Comemorativa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2v., 2006.
- SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. 5ª. Ed. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, p. 9-31, 2000.
- SCOOT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**. Campina Grande, vol. 21, nº 1, jan-jul, p. 10-31, 2002.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- SÛSSEKIND, Felipe. **O rastro da onça. Etnografia de um projeto de conservação em fazendas de gado do Pantanal sul**. Tese de doutorado. Pós-Graduação em Antropologia Social. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 2010.
- WOORTMANN, K. Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral. In: **Anuário Antropológico**. Brasília, Editora UNB/ Tempo Brasileiro, [1987], 1990.
- ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: Andréa Zhouri, Klemens Laschewski. (Org.). **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010, v. 1, p. 439-462.

Referências Eletrônicas

Centro de Pesquisa Eco-naturais (CEPEN):

http://www.cepen.com.br/arvore_nat_list.htm (acesso em 06jan2011)

Departamento de Ecologia – IB USP:

http://eco.ib.usp.br/cerrado/fauna_especies.htm (acesso em 06jan2011)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> (acesso em 06jan2011)

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

<http://www.icmbio.gov.br/noticias/instituto-formaliza-mais-uma-desapropriacao-no-parque-nacional-grande-sertao-veredas-1> (acesso em 17nov2010)

JusBrasil Legislação

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/109943/decreto-97658-89> ;

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/97716/decreto-04> (acesso em 17nov2010)

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

<http://www.mma.gov.br/snuc> (acesso em 17nov2010)

Presidência da República, Ministério da Casa Civil

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm (acesso em 17nov2010)

Referências Audiovisuais

AVANCINI, Walter. **Grande Sertão: Veredas**. TV Globo. (Adaptação do livro do mesmo nome de João Guimarães Rosa). Brasil: Globo marcas; Som Livre, 1985-2009.


KOGUT, Sandra. **Mutum**. Brasil, França: Tambellini Filmes; Gloria Films, 2007.

NEVES, David; SABINO, Fernando. **Veredas de Minas**. Brasil: Bem-Te-Vi Filmes, 1975.

SANTOS PEREIRA, Geraldo; SANTOS PEREIRA, Renato. **Grande Sertão**. (Adaptação do romance Grande Sertão: Veredas de João Guimarães Rosa). Brasil: Cia. Cinematográfica Vera Cruz, Vila Rica Cinematográfica Ltda, 1965.

ANEXOS

Anexo 1: Levantamento sócio-econômico - Samuel Borges dos Santos

 <p>MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA</p>	<p>Nº PROCESSO:</p>	<p>CÓDIGO</p> <p style="text-align: center;">MB. 006</p>	<p>UF</p>	<p><i>2/2</i></p>
<p>NOME DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</p> <p style="text-align: center;"><u>Parque Nacional de Serapiquí</u></p>				
<p>CADASTRO DE OCUPANTE E IMÓVEL</p>				
<p>1 - IDENTIFICAÇÃO DO OCUPANTE DO IMÓVEL</p>				
<p>1.1 - DADOS PESSOAIS 75 ha</p>				
<p>1. NOME: <u>SAMUEL Borges dos Santos</u> 75 ha</p>				
<p>2. FILIAÇÃO: _____</p>				
<p>3. DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO: <u>CPF. nº 981.744.606-92/</u></p>				
<p>1.2 - DADOS RELATIVOS À OCUPAÇÃO</p>				
<p>1. É OCUPANTE PRIMITIVO? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO 2. DATA DO INÍCIO DA OCUPAÇÃO ATUAL: <u>05/03/1970</u></p>				
<p>3. NOME DO OCUPANTE ou PROPRIETÁRIO ANTERIOR: <u>PLácido SILVA Dias</u></p>				
<p>4. INÍCIO DA OCUPAÇÃO ORIGINAL: _____</p>				
<p>5. POSSUI ALGUM DOCUMENTO DA ÁREA? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p>				
<p>6. ESPÉCIE DO DOCUMENTO: <u>Pagamento Habença nº 4 - Matrícula nº 04040 R-10</u></p> <p>CARTÓRIO: <u>CBÍ. UNOI - MG</u> LIVRO: <u>Nº 2</u> FOLHA: <u>A</u> DATA: <u>31/03/81</u></p>				
<p>7. EXERCE OUTRA ATIVIDADE ECONÔMICA? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO 8. QUAL: _____</p>				
<p>9. EXPLORA DIRETAMENTE A ÁREA TORNANDO PRODUTIVA COM SEU TRABALHO? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p>				
<p>10. RESIDE EM IMÓVEL NA ÁREA? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p>				
<p>11. NOME DO PREPOSTO: <u>SEM</u></p>				
<p>12. TOTAL DE PESSOAS RESIDENTES NO IMÓVEL: <u>04</u></p>				
<p>13. EXERCE MANSAMENTE E PACIFICAMENTE ESSA POSSE? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p>				
<p>14. EXISTE ALGUMA FORMA DE LITÍGIO OU QUESTÃO? DESCREVA: _____</p>				
<p><u>NÃO</u></p>				
<p>1.3 - SITUAÇÃO DO OCUPANTE COM RELAÇÃO AO IMÓVEL</p>				
<p>DECLARA COMO: <input checked="" type="checkbox"/> PROPRIETÁRIO <input type="checkbox"/> TITULAR DA POSSE <input type="checkbox"/> OUTROS</p>				
<p>1.4 - CARACTERÍSTICA DO IMÓVEL</p>				
<p>1. DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL: <u>Faz. Mato Grande</u> 2. ÁREA TOTAL: <u>75,00 ha</u></p>				
<p>3. LOCALIDADE: <u>Barbatinas</u> 4. MUNICÍPIO: <u>Fornoso</u> 5. UF: <u>MG</u></p>				
<p>6. NÚMERO DO IMÓVEL NO INCRA: <u>404.047.002.402</u></p>				
<p>7. LIMITES E CONFRONTAÇÕES</p> <p>NORTE: <u>Rio CARINHANHA</u> SUL: <u>B.D.M.G.</u> LESTE: <u>Ver. Barbatinas</u> OESTE: <u>Ver. ds BARROS</u></p>				

1.5 - POTENCIALIDADE APARENTE DOS SOLOS							
TIPOS		ÁREA (ha)	OBSERVAÇÕES				
1 - SOLOS SUPERIORES	PLANOS						
	ACIDENTADOS						
2 - SOLOS REGULARES	PLANOS	67	R\$ 8.040,00				
	ACIDENTADOS						
3 - SOLOS INFERIORES	PLANOS						
	ACIDENTADOS						
4 - SOLOS COBERTOS DE MATAS:	COM MADEIRA DE LEI						
	COM MADEIRA PRIMITIVA						
	CILIARES	8	R\$ 800,00				
	ÁREA TOTAL 1 (ha)	75	R\$ 8.840,00				
5 - SOLOS INAPROVEITÁVEIS PARA FINS AGROPECUÁRIOS							
1.6 - LOCALIZAÇÃO E CONDIÇÕES DE ACESSO:				1.7 - SITUAÇÃO DO IMÓVEL			
1 - TERRAS CENTRAIS SEM ACESSO GARANTIDO PELO PODER PÚBLICO OU POR RIOS PERMANENTEMENTE NAVEGÁVEIS				A	X	1 - ZONA URBANA	
2 - TERRAS CENTRAIS COM ACESSO, EMBORA PRECÁRIO				B		2 - ZONA RURAL	
3 - TERRAS PRÓXIMAS DE ESTRADAS SECUNDÁRIAS OU DE RIOS PERMANENTEMENTE NAVEGÁVEIS ATÉ A DISTÂNCIA DE 10 Km				C		3 - URBANO E RURAL	
4 - TERRAS DISTANTES DE 10 A 50 Km DE CENTROS URBANOS OU RODOVIAS FEDERAIS (BR).				D		4 - FAIXA DE FRONTEIRA	
5 - TERRAS LOCALIZADAS ATÉ 10 Km DE CENTROS URBANOS OU RODOVIAS FEDERAIS (BR).				E		5 -	
1.8 - EXPLORAÇÃO AGROPECUÁRIA E EXTRATIVISTA							
1 - CULTURAS TEMPORÁRIAS	ÁREA (ha)	TIPO	TRATOS CULTURAIS	PROD. I	PROD. II	UNID.	OBSERVAÇÃO
1- Anos	1,0	MANUAL	Capina	750		Kg	
2- Feijão/milho	0,5	"	"	300		Kg	
3- Mandioca	1,5	"	"	3.000		Kg	
2 - CULTURAS PERMANENTES	ÁREA (ha)	TIPO	TRATOS CULTURAIS	PROD. I	PROD. II	UNID.	OBSERVAÇÃO
1-							
2-							
3 - PASTAGENS	ÁREA (ha)	TIPO	TRATOS CULTURAIS	4 - ANIMAIS		NÚMERO DE CABEÇAS	FINALIDADE
1- NATURAIS	60		MECHUM	01 - BOVINOS		50	RECRIA
2- ARTIFICIAIS	5,0		Prograda	02 - BUBALINOS		-	
3-				03 - EQUINOS		9	CAMPEAR
ÁREA TOTAL 2 (ha)				04 - MUARES		5	"
				05 - OVINOS		-	
ÁREA TOTAL 1 + 2				06 - CAPRINOS			
				07 - AVES		89	Alimenta
OBSERVAÇÕES:				08 - SUINOS		5	cas
VALOR PASTAGEM ARTIFICIAL: R\$ 940,50				09 -			

3/B

1.9 - EXTRATIVISMO						
DISCRIMINAÇÃO	ÁREA CULTIVADA	Nº DE PÉS	PRODUÇÃO	UNID.	OBSERVAÇÃO	
1-						
2-						
3-						
4-						
5-						

2 - INVESTIMENTOS: (A) Alvenaria de 1°. (B) Alvenaria Rural (C) Madeira Pré-fabricada (D) Madeira Rural (E) Taipa (F) Paina

2.1 - EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS						
	(B)	()	()	()	()	()
1 - ÁREA (m²)	99					
2 - PAREDES	ADobe					
3 - COBERTURA	PALHA					
4 - PISO	TERRA					
5 - CONSERVAÇÃO	Bom					
6 - Nº DE CÔMODOS	6					
7 - FUNÇÃO	Resid.	R\$ 1980,00				

2.2 - CONSTRUÇÕES NÃO RESIDENCIAIS						
	(B)	()	()	()	()	()
1 - ÁREA (m²)	30					
2 - PAREDES	PALHA					
3 - COBERTURA	PALHA					
4 - PISO	CHAS					
5 - CONSERVAÇÃO	Bom					
6 - FUNÇÃO	Deposito	R\$ 300,00 R\$ 300,00				

2.3 - OUTRAS BENFEITORIAS	QUANT.	DIMENSÕES		UNID.	VALOR DECLARADO (R\$)
1 - Curral	01	265		M2	1.192,50
2 - CASA DE FAMILHA	01	30		M2	300,00
3 - GARAGEM	01	30		M2	300,00

2.4 - IMPLEMENTOS E SIMILARES						
ESPECIFICAÇÃO/TIPO	QUANT.	MARCA	MODELO	ANO FABR.	CONSERVAÇÃO	VALOR INFORMADO (R\$)
1-						
2-						
3-						
4-						
5-						

3 - OBSERVAÇÕES:

4 - VALOR DA AVALIAÇÃO

R\$ 13.853,00

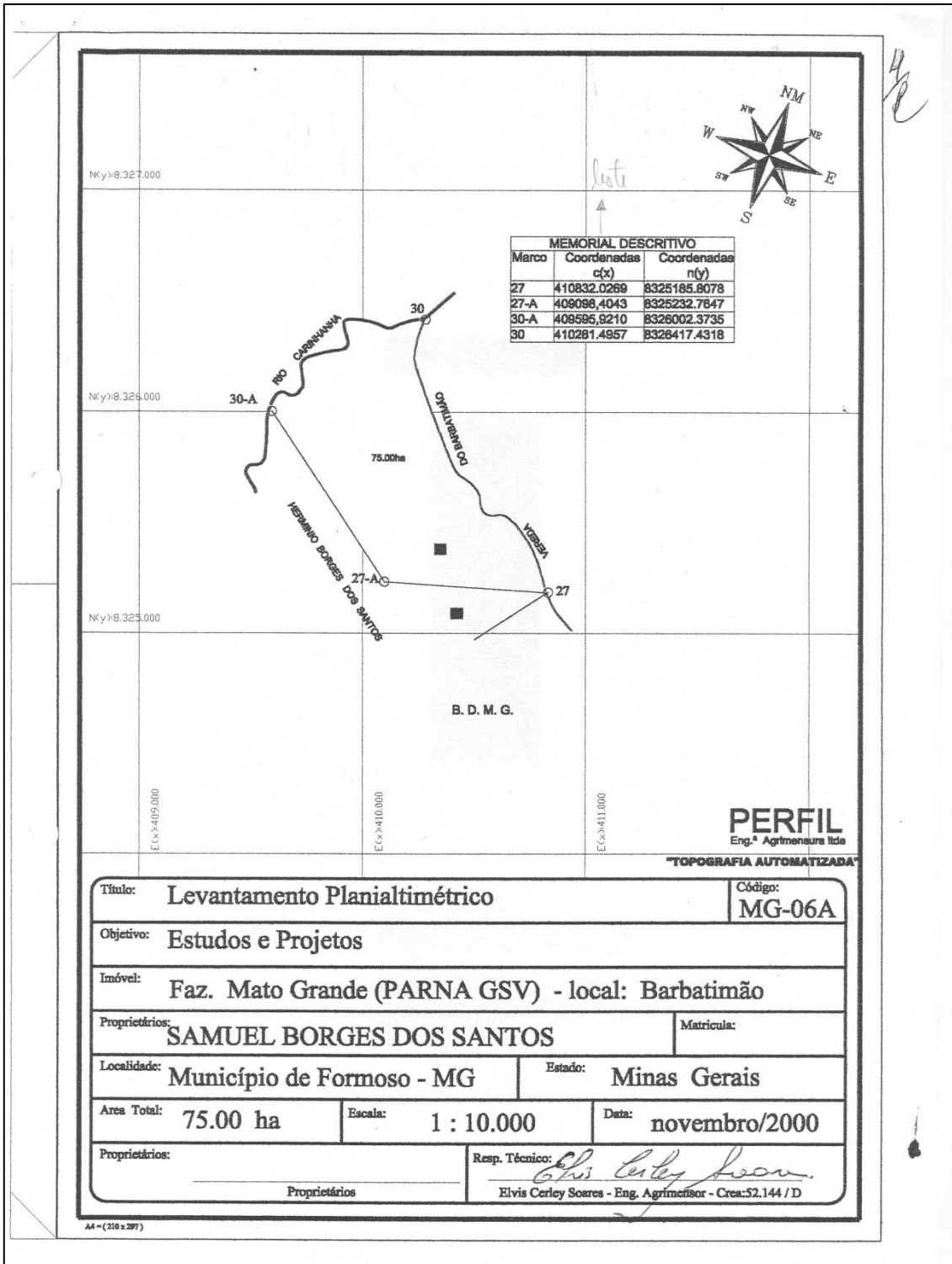
5 - CROQUIS DA ÁREA NA VISÃO DO ENTREVISTADOR

Visto: *[Signature]*
IBAMA
 Agência Federal - CREA nº 4406/0
 Coordenador de Gestão
 Programa U.S. Veredas
FUNATURA

6 - TERMO DE RESPONSABILIDADE: INFORMAMOS SEREM VERDADEIROS OS DADOS CONTIDOS NA PRESENTE IDENTIFICAÇÃO

		Polegar Direito
DATA	NOME E ASSINATURA DO INFORMANTE	
02/10/00	<i>Samuel Nogueira dos Santos</i>	
	<i>x Samuel Nogueira dos Santos</i>	
DATA	NOME E ASSINATURA DO ENTREVISTADOR (Obs: Servidos do IBAMA indicar lotação e telefone)	
02/10/00	<i>Ennane Faria</i>	<i>Eurides dos Santos</i> Eurides Morais dos Santos PARNA Grande Sertão Veredas Mat. SIAPE nº 685674 CI-710.658-SSP/DF - CPF 134.309.471-20 IBAMA-MG

RECOMENDAÇÕES: ANEXAR XEROCÓPIAS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS QUE COMPROVEM A POSSE OU PROPRIEDADE E UMA CÓPIA DA PLANTA DA PROPRIEDADE, SE O PROPRIETÁRIO PUDE FORNECER



Título: Levantamento Planialtimétrico		Código: MG-06A
Objetivo: Estudos e Projetos		
Imóvel: Faz. Mato Grande (PARNA GSV) - local: Barbatimão		
Proprietários: SAMUEL BORGES DOS SANTOS		Matrícula:
Localidade: Município de Formoso - MG	Estado: Minas Gerais	
Área Total: 75.00 ha	Escala: 1 : 10.000	Data: novembro/2000
Proprietários: _____		Resp. Técnico: <i>Elvis Cerley Soares</i> Elvis Cerley Soares - Eng. Agrimensor - Crea: 52.144 / D

AA - (210 x 297)

Anexo 2: Instrução Normativa nº2 de 3 de setembro de 2009.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº- 2, DE 3 DE SETEMBRO DE 2009

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, nomeado pela Portaria nº 532, de 30 de julho de 2008, da Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 31 de julho de 2008, no uso das atribuições que lhe confere o art. 19, do Anexo I ao Decreto nº 6.100, de 26 de abril de 2007, que aprovou a Estrutura Regimental do ICMBio, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, e considerando a necessidade estabelecer procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e a desapropriação de imóveis rurais localizados no interior de unidades de conservação federais de posse e domínio público, resolve:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente Instrução Normativa regula os procedimentos técnicos e administrativos para a indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais localizados em unidades de conservação federais de domínio público.

Art. 2º Os procedimentos e ações previstos nesta Instrução Normativa deverão:

- I - observar os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, sem prejuízo dos demais princípios aplicáveis à Administração Pública;
- II - pautar-se pela razoabilidade e racionalidade no emprego dos recursos públicos;
- III - buscar, com base em critérios técnicos, atender ao princípio da justa indenização.

CAPÍTULO II DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º A desapropriação dos imóveis rurais e a indenização das benfeitorias identificadas no interior de unidades de conservação federais de domínio público serão precedidas de processo administrativo instaurado de ofício ou a pedido do interessado.

Art. 4º Os procedimentos a que se refere esta Instrução Normativa obedecerão às seguintes etapas:

- I - instauração e instrução do processo;
- II - análises técnica e jurídica;
- III - avaliação;
- IV - indenização administrativa ou proposição de ação judicial.

Parágrafo único. As etapas poderão ter sua ordem de observância alterada em razão do princípio da eficiência e em prol da razoabilidade e da racionalidade no emprego dos recursos públicos.

Art. 5º Os documentos que instruirão o processo deverão ser apresentados em via original ou em cópia autenticada.

§1º A autenticação dos documentos poderá ser feita por servidor público, devidamente identificado por nome e matrícula, lotado em qualquer unidade do ICMBio.

§2º Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

Art. 6º O processo deverá ter suas páginas rubricadas e numeradas sequencialmente.

Art. 7º Cada processo administrativo terá por objeto um único imóvel e será instaurado em nome do ocupante ou do titular do domínio, ressalvada a hipótese prevista no art. 21.

Parágrafo único. Poderá ser constituído um único processo para o imóvel rural constituído por glebas com matrículas distintas, desde que as áreas sejam contíguas e pertencentes a um único proprietário ou a condomínio.

Art. 8º Se o processo for instaurado a pedido e a documentação apresentada não atender às exigências previstas nos arts. 10 ou 25, conforme o caso, o interessado será intimado a suprir a omissão identificada em prazo razoável.

§1º Na hipótese do caput, quando o interessado deixar transcorrer injustificadamente o prazo fixado para apresentação de documentos ou informações, poderá o ICMBio promover o arquivamento do processo, mediante decisão fundamentada e comunicação ao interessado, desde que a unidade de conservação possua outras áreas cuja desapropriação ou indenização de benfeitorias, por disponibilidade documental ou razões de cunho ambiental, deva ser priorizada.

§2º O arquivamento de que trata o parágrafo anterior não exime o ICMBio da responsabilidade de, oportunamente, adquirir o imóvel ou indenizar as benfeitorias realizadas na área ocupada.

Art. 9º Se o processo for instaurado de ofício, poderá a unidade do ICMBio, de acordo com as circunstâncias específicas, intimar o proprietário ou ocupante a apresentar os documentos necessários ao atendimento das exigências previstas nesta Instrução Normativa.

Parágrafo único. Caso o proprietário não atenda à intimação, o chefe da unidade do ICMBio deverá promover diligências junto aos órgãos competentes para obter os documentos necessários ao prosseguimento do processo.

CAPÍTULO III DOS IMÓVEIS DE DOMÍNIO PRIVADO LOCALIZADOS NO INTERIOR DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DE POSSE E DOMÍNIO PÚBLICOS

Art. 10. Quando o objeto da indenização recair sobre imóvel de domínio privado, o processo será instruído com a seguinte documentação:

I - cópia da carteira de identidade e do Cadastro de Pessoa Física - CPF junto à Secretaria da Receita Federal do proprietário do imóvel, se pessoa natural;

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrados e atualizados, e comprovação da existência de poderes de representação, em se tratando de pessoa jurídica de direito privado; III - certidão de inteiro teor que comprove a existência de cadeia dominial

trintenária ininterrupta ou com prazo inferior a trinta anos, quando iniciada por título expedido pelo Poder Público ou oriundo de decisão judicial, transitada em julgado, relativa à titularidade do domínio;

IV - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR atualizado;

V - planta georreferenciada do imóvel e memorial descritivo, obedecidos os níveis de precisão adotados pelo INCRA, assinados por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;

VI - certidões comprobatórias da inexistência de ônus, gravames e ações reais e pessoais reipersecutórias sobre o imóvel;

VII - Certidão Negativa de Débitos de Imóvel Rural emitida pela Receita Federal do Brasil pela Internet ou por meio de suas unidades;

VIII - comprovação da inexistência de débitos perante o ICMBio, sendo aceita declaração emitida pelo IBAMA, inclusive por meio eletrônico, até que o ICMBio possua sistema de controle próprio.

Art. 11. Quando o objeto da indenização recair sobre imóvel cuja transferência ainda não estiver, a teor dos prazos estipulados no art. 10 do Decreto nº 4.449, de 30 de outubro de 2002, condicionada à apresentação de planta e memorial descritivo certificado pelo Incra, conforme exigência prevista no art. 10, inciso V, desta Instrução Normativa, e nos §§ 3º e 4º do art. 176 da Lei nº 6.015/73, deverá o ICMBio, em caso de impossibilidade justificada pelo proprietário, providenciar, às suas expensas, a elaboração dos trabalhos de georreferenciamento.

Parágrafo único. Por decisão do Diretor responsável pelas ações de consolidação territorial fundamentada em parecer técnico, poderá o ICMBio custear os trabalhos de georreferenciamento de imóvel cuja transferência já se condicione à apresentação dos documentos previstos no caput, observados os preços praticados no mercado, desde que haja recursos disponíveis e que os valores despendidos sejam deduzidos do montante da indenização a ser pago.

Art. 12. Caso o imóvel rural esteja localizado na faixa de fronteira de 150 km da linha limítrofe com outros países, definida na Lei nº 6.634, de 1979, deverá ser examinada se foi realizada a regular ratificação da concessão ou da alienação na forma prevista no art. 5º, § 1º, da Lei nº 4.947, de 1966, observadas as disposições do Decreto lei nº 1.414, de 1975, e da Lei nº 9.971, de 1999, ou se ocorre a hipótese de dispensa dessa exigência.

Art. 13. Será exigida cópia do título aquisitivo originário ou certidão deste, que comprove o domínio privado do imóvel a ser indenizado, acompanhada da cadeia dominial correspondente ininterrupta e válida até a origem, quando:

I - for constatada a existência de ação judicial ou requerimento administrativo que objetive a anulação da matrícula do imóvel ou a desconstituição do título de domínio ostentado pelo interessado;

II - o imóvel estiver matriculado em Registro Imobiliário objeto de intervenção pela respectiva Corregedoria de Justiça;

III - forem constatados fortes indícios de nulidade na matrícula ou no registro do imóvel;

IV - houver disputa judicial entre um ou mais interessados sobre o imóvel objeto da indenização. Parágrafo único. Finda a correição, a ação judicial ou dirimidas as razões geradoras da dúvida quanto à validade da matrícula, a demonstração da existência de cadeia dominial trintenária ininterrupta será suficiente para o prosseguimento do processo.

Art. 14. A declaração de regularidade dominial expedida pelo Incra para os imóveis que atenderam aos requisitos da Portaria/INCRA/P/nº 558, de 15 de dezembro de 1999, da Portaria/INCRA/P/nº 596, de 05 de julho de 2001, da Portaria/INCRA/P nº 835, de 16 de dezembro de 2004, e da Portaria/INCRA/P/nº 12, de 24 de janeiro 2006, será considerada prova de domínio.

Art. 15. Caso remanesça fundada dúvida de natureza dominial, seja pela impossibilidade material de se demonstrar a origem da cadeia sucessória, seja pelas circunstâncias do caso concreto, o Estado onde o imóvel se localize ou, conforme o caso, o ente público potencialmente interessado em questionar sua dominialidade serão instados a se manifestar expressamente sobre a questão.

§1º Persistindo a dúvida, a desapropriação será efetivada pela via judicial, devendo a manifestação de que trata o caput ser colhida em juízo.

§2º Verificada manifesta nulidade na matrícula ou no registro do imóvel, a Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio diligenciará com vistas ao seu cancelamento, preferencialmente por meio do instrumento previsto no art. 8ºB da Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001.

§3º Para fins do disposto no parágrafo anterior, a Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio poderá, caso julgue conveniente, atuar em conjunto com a União Federal, o Incra, o Ministério Público ou outros entes públicos interessados no cancelamento da matrícula.

Art. 16. Na impossibilidade de certificação do imóvel por força de superposição com unidade de conservação federal, aceitar-se-á, para fins do disposto no art. 10, V, certidão de regularidade do georreferenciamento expedida pelo Incra.

Art. 17. Compete à chefia da unidade de conservação federal ou, supletivamente, à coordenação regional a qual a unidade se vincule:

I - promover análise técnica sobre a instrução e a regularidade do processo e emitir parecer sobre o atendimento de cada uma das exigências previstas no art. 10;

II - realizar vistoria e elaborar relatório técnico;

III - elaborar a cadeia sucessória dominial do imóvel;

Art. 18. Concluídos os procedimentos descritos no art. 17, a Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio procederá à análise jurídica do processo, emitindo parecer sobre sua regularidade.

Art. 19. Constatada a regularidade técnica e jurídica do processo, será realizada a avaliação do imóvel, que deverá visar à apuração de seu preço global de mercado, neste incluídos o valor da terra nua e o das benfeitorias indenizáveis.

§1º Integram o preço da terra nua as florestas naturais, as matas nativas e qualquer outro tipo de vegetação natural, não podendo estas ser avaliadas em separado e não devendo, em qualquer hipótese, superar o preço de mercado do imóvel.

§2º Excluem-se da indenização: I - as espécies arbóreas declaradas imunes de corte pelo Poder Público;

II - expectativas de ganho e lucro cessante;

III - o resultado de cálculo efetuado mediante a operação de juros compostos.

Art. 20. Havendo divergência entre a área registrada e a área medida, será considerada, para fins de indenização, a menor delas.

Art. 21. Nos casos em que parte do imóvel esteja fora dos limites da unidade de conservação, a área remanescente poderá ser adquirida quando:

I - sua superfície for inferior à fração mínima de parcelamento;

II - tornar-se comprovadamente inviável à exploração econômica à qual a propriedade era originalmente destinada;

III - houver interesse justificado do ICMBio e concordância do proprietário.

Art. 22. Salvo as benfeitorias necessárias, somente serão indenizadas as benfeitorias existentes à época da criação da unidade de conservação.

§1º Excepcionalmente, também serão indenizadas as benfeitorias úteis, posteriores à criação da unidade, realizadas com a anuência do ICMBio.

§2º Ao interessado assiste o direito de levantar as benfeitorias não indenizáveis, desde que a ação não implique prejuízo financeiro ou ambiental.

Art. 23. Verificada a existência de posses de terceiros sobre o imóvel, as benfeitorias indenizáveis, nos termos do art. 22, serão avaliadas em separado, devendo o valor apurado constar de forma discriminada no Laudo de Avaliação.

§1º Para fins de identificação do posseiro e da área ocupada serão exigidos os documentos arrolados no

art. 25.

§2º A planta e o memorial descritivo da área ocupada serão elaborados preferencialmente quando da avaliação do imóvel.

Art. 24. O laudo de avaliação será subscrito por engenheiro agrônomo do quadro de pessoal do ICMBio, devidamente habilitado na forma da legislação que regulamenta a profissão.

§1º O ICMBio poderá confiar a técnicos não integrantes do seu quadro de pessoal a realização da vistoria e da avaliação do imóvel, respeitada a habilitação profissional legalmente exigida para a prática dos respectivos atos e procedimentos.

§2º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o laudo de vistoria e avaliação deverá ser ratificado por engenheiro agrônomo integrante do corpo funcional do ICMBio.

§3º Excetua-se o disposto no parágrafo anterior quanto se tratar de avaliação realizada por profissional habilitado de órgão da administração pública federal em decorrência de acordo ou parceria institucional.

CAPÍTULO IV DAS OCUPAÇÕES DE ÁREAS PÚBLICAS LOCALIZADAS NO INTERIOR DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DE POSSE E DOMÍNIO PÚBLICOS

Art. 25. Quando se tratar de ocupação mansa, pacífica e de boa-fé incidente sobre terras públicas anteriormente à criação da unidade de conservação, o processo será instruído com a seguinte documentação:

I - cópia da carteira de identidade e do Cadastro de Pessoa Física - CPF junto à Secretaria da Receita Federal do responsável pela ocupação, se pessoa natural;

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social, devidamente registrados e atualizados, e comprovação de sua representação legal, quando o ocupante for pessoa jurídica de direito privado;

III - cópia do contrato de concessão, alienação, legitimação, título de posse, contrato de transferência de direitos possessórios ou instrumento similar relativo ao imóvel, se houver;

IV - planta em escala compatível e memorial descritivo da área ocupada assinados por profissional habilitado, preferencialmente com declaração de confinantes;

V - cópia do processo administrativo de regularização fundiária, se houver;

VI - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural- CCIR, quando houver sido efetuado o cadastramento da ocupação;

VII - comprovante da inexistência de débitos relativos ao Imposto Territorial Rural - ITR, quando o imóvel estiver inscrito na Secretaria da Receita Federal, sendo aceita certidão emitida por meio eletrônico;

VIII - comprovação de inexistência de débitos perante o ICMBio, sendo aceita declaração emitida pelo IBAMA, inclusive por meio eletrônico, até que o ICMBio possua sistema de controle próprio.

Art. 26. Compete à chefia da unidade de conservação ou, supletivamente, à coordenação regional à qual a unidade se vincule:

I - promover análise técnica sobre a instrução e a regularidade do processo e emitir parecer conclusivo sobre o atendimento de cada uma das exigências previstas no art. 25;

II - realizar vistoria e elaborar relatório técnico.

Art. 27. Concluídos os procedimentos descritos no art. 26, a Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio procederá à análise jurídica do processo, emitindo parecer conclusivo sobre sua regularidade.

Art. 28. Constatada a regularidade técnica e jurídica do processo e uma vez considerada a boa-fé da ocupação, será efetuada a avaliação das benfeitorias indenizáveis realizadas na área ocupada, observados os critérios estabelecidos no art. 22.

§1º Considerar-se-á para fins de indenização apenas o valor das benfeitorias indenizáveis, excluído do montante indenizatório qualquer valor referente à terra nua.

§2º O disposto no parágrafo anterior aplica-se aos imóveis objeto de processo de regularização de posse não concluído, de concessão e de alienação sob condições resolutivas não ratificadas pelo órgão fundiário competente.

Art. 29. Aplica-se à avaliação de que trata este Capítulo o disposto no art. 24.

Art. 30. O ICMBio priorizará a indenização das populações tradicionais residentes em unidades de conservação, nas quais sua permanência não seja permitida.

§1º Excepcionalmente, outras áreas poderão ser priorizadas mediante decisão fundamentada em razões técnicas.

§2º Realizado o levantamento dos dados necessários à indenização das populações tradicionais, o ICMBio solicitará, com base no art. 37 do Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, que o órgão fundiário competente apresente, num prazo de seis meses a contar da data do pedido, programa de trabalho para atender às demandas de reassentamento, com definição de prazos e condições para a sua realização.

CAPÍTULO V DA DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL E DA INDENIZAÇÃO DAS BENFEITORIAS

Art. 31. Concluído o procedimento de avaliação, o interessado será intimado, mediante comunicação escrita, para dizer, no prazo de 20 (vinte) dias, se aceita o valor apurado para a indenização.

§1º Caberá à chefia da unidade de conservação promover a intimação de que trata o caput e franquear vista do laudo e dos demais documentos necessários à manifestação do interessado.

§2º Caso o interessado se recuse a receber ou firmar recibo da intimação, o fato deverá ser certificado em termo específico, que deverá ser juntado aos autos administrativos.

Art. 32. O interessado poderá, dentro do prazo prescrito no art. 20, interpor recurso ao Presidente do ICMBio, caso não concorde com o valor ofertado.

§1º A admissão do recurso previsto no caput condiciona-se à demonstração expressa de erro ou imprecisão nos dados ou critérios utilizados na avaliação.

§2º A decisão do Presidente será precedida de manifestação conclusiva da Diretoria responsável pelas ações de consolidação territorial quanto às razões recursais aduzidas pelo interessado.

§3º O interessado será cientificado da decisão e, no mesmo ato, intimado para dizer, em novo prazo de 20 (vinte) dias, se aceita o valor fixado em última instância pelo Presidente.

Art. 33. A concordância do interessado com o valor ofertado deverá ser formalizada nos autos do processo, os quais serão remetidos à Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio para parecer quanto à regularidade do procedimento.

Parágrafo único. Quando se tratar de imóvel particular, na análise jurídica prevista no caput será dispensada especial atenção à existência de ônus, gravames e ações reais ou pessoais reipersecutórias sobre o imóvel, hipótese em que o titular do direito será chamado para intervir na escritura, caso a desapropriação ocorra pela via administrativa.

Art. 34. À vista do parecer da Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio, o Diretorresponsável pelas ações de consolidação territorial, após proferir despacho fundamentado, indicando os recursos disponíveis a serem utilizados no pagamento da indenização, encaminhará os autos ao Presidente do ICMBio para decisão definitiva.

Art. 35. Acatada a proposta de indenização, a transferência da propriedade dar-se-á, preferencialmente, pela via administrativa, devendo ser formalizada por escritura pública de desapropriação amigável, no caso de imóvel de domínio privado, e de escritura pública de compra e venda, em se tratando de indenização por benfeitorias realizadas em terras públicas.

§1º Deverá constar na escritura que o interessado se responsabiliza, integralmente, pelas obrigações trabalhistas resultantes de eventuais vínculos empregatícios mantidos com os que trabalhem ou tenham trabalhado no imóvel ou na área ocupada e por quaisquer outras

reclamações de terceiros, inclusive por aquelas relativas a indenizações por benfeitorias realizadas ou reivindicadas por outrem.

§2º A escritura deverá ser assinada pelos proprietários do imóvel, ou por seus legítimos procuradores, e pelo Presidente do ICMBio, ressalvada a possibilidade de delegação a outro servidor da autarquia.

§ 3º Lavrada a escritura pública de desapropriação amigável, o ICMBio promoverá a sua apresentação ao Cartório de Registro de Imóveis para fins de transmissão da propriedade.

§4º Excepcionalmente, a indenização das benfeitorias realizadas em terras públicas poderá efetivar-se por documento particular, quando o valor acordado não for superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País, nos termos do art. 108 do Código Civil.

Art. 36. Se o proprietário recusar o valor ofertado ou deixar transcorrer sem manifestação os prazos que lhe forem conferidos, caberá à Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio, constatada a regularidade do processo e a suficiência dos documentos que o instruem, ajuizar ação de desapropriação ou, em se tratando de terras públicas, outra ação que vise à desocupação da área, mediante depósito em juízo do valor referente às benfeitorias indenizáveis.

§1º A petição inicial, sem prejuízo de outras exigências ou subsídios julgados pertinentes, será instruída com os seguintes documentos:

I - em se tratando de ação de desapropriação:

- a) cópia do ato de declaração de utilidade pública ou interesse social, com prova de sua publicação;
- b) certidões atualizadas relativas ao domínio do imóvel e de ônus real correspondente;
- c) documentação cadastral e tributária relativa ao imóvel;
- d) planta e memorial descritivo do imóvel;
- e) laudo de avaliação administrativa;
- f) termo de recusa de recebimento da intimação ou termo de recusa do valor ofertado, se houver.

II - em se tratando de ação judicial que objetive a desocupação de área pública:

- a) cópia do ato de declaração de utilidade pública ou interesse social, com prova de sua publicação;
- b) documentação cadastral e tributária relativa ao imóvel, se houver;
- c) planta e memorial descritivo;
- d) laudo de avaliação administrativa;
- e) termo de recusa de recebimento da intimação ou termo de recusa do valor ofertado, se houver.

§2º A Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio poderá, desde que amparada em manifestação técnica que justifique a urgência da situação, requerer liminarmente em juízo a imissão na posse da área ocupada ou do imóvel expropriando. §3º Constatada a existência de ônus, gravames, ações reais ou pessoais reipersecutórias sobre o imóvel, o titular do direito deverá ser chamado ao feito judicial para se manifestar e requerer o que entender devido.

Art. 37. Concluída a desapropriação ou o procedimento indenizatório, o proprietário ou ocupante será intimado a desocupar o imóvel em prazo a ser fixado.

Parágrafo único. Decorrido o prazo concedido sem que os ocupantes deixem o imóvel e esgotadas as tratativas administrativas, a Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio adotará as medidas judiciais cabíveis visando à sua desocupação.

Art. 38. O Presidente do ICMBio, no uso dos poderes que lhe foram delegados pela Portaria Conjunta MMA/AGU nº 90, de 17 de março de 2009, poderá autorizar a realização de acordo visando ao término do litígio judicial.

Parágrafo único. O acordo cujo objeto verse sobre o valor da indenização não poderá exceder o campo de arbítrio da estimativa pontual adotada e deverá ser amparado por manifestações técnica e jurídica favoráveis à sua celebração.

Art. 39. Em se tratando de imóvel particular onde houver sido constatada a existência de posses de terceiros, o pagamento das benfeitorias indenizáveis poderá efetivar-se administrativamente, se houver acordo entre o posseiro e o proprietário quanto aos quinhões e aos valores propostos, ou, quando houver discordância, pela via judicial, cabendo à Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio adotar as medidas judiciais pertinentes.

Parágrafo único. O instrumento do acordo celebrado entre o posseiro e o proprietário será juntado aos autos administrativos.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 40. O ICMBio elaborará manual de avaliação de terras e benfeitorias com base nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT aplicáveis à matéria.

Parágrafo único. Até a elaboração do manual previsto no caput, o procedimento de avaliação observará diretamente as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e, subsidiariamente, as normas técnicas de outros entes federais que lidem com avaliação de imóveis rurais.

Art. 41. Para a execução das ações previstas nesta Instrução Normativa, o ICMBio realizará parcerias institucionais no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante a celebração de convênios ou instrumentos similares.

Art. 42. Aplicam-se as disposições desta Instrução Normativa, no que couber, às doações ou outras formas de transferência de domínio, em favor do ICMBio, de imóveis privados inseridos no interior de unidades de conservação.

Art. 43. A execução dos procedimentos previstos nesta Instrução Normativa poderá ser avocada das unidades de conservação ou coordenações regionais pela Presidência ou pela Diretoria responsável pelas ações de consolidação territorial.

Art. 44. As disposições previstas nesta Instrução Normativa aplicam-se aos processos de indenização de benfeitorias e desapropriação de imóveis rurais em andamento.

Art. 45. Os laudos, pareceres, análises, relatórios e demais documentos a serem produzidos pelo ICMBio para fins de instrução dos procedimentos previstos nesta Instrução Normativa

deverão observar os modelos aprovados pela Diretoria responsável pelas ações de consolidação territorial e disponibilizados no sítio da autarquia na rede mundial de computadores.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos pareceres jurídicos a cargo da Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio.

Art. 46. As situações não previstas nesta Instrução Normativa serão analisadas pela Diretoria e pela Coordenação-Geral responsáveis pelas ações de consolidação territorial em conjunto com a Procuradoria Federal Especializada junto ao ICMBio, após o que serão submetidas à apreciação do Presidente, que se manifestará conclusivamente.

Art. 47. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 48. Revogam-se as disposições em contrário.

RÔMULO JOSÉ FERNANDES BARRETO DE MELLO

Anexo 3: Escritura Pública de Desapropriação Administrativa – Raimundo Pereira Gomes

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS

CARTORIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS
Rua Santo Agostinho, 270, Centro, Fone: (38) 3634-1153
CEP: 39.314-000 - CHAPADA GAÚCHA - MINAS GERAIS

Tabelião: ELOE LUIZ GABRIEL
Substituta: JUCILIANE CEOLA
Município: CHAPADA GAÚCHA
Comarca: ARINOS
Livro : 011 Folhas : 137/138

**ESCRITURA PÚBLICA DE DESAPROPRIAÇÃO ADMINISTRATIVA,
NA FORMA ABAIXO DECLARADA:**

R\$97.612,35

*Saibam quantos esta pública E s c r i t u r a de Desapropriação Administrativa virem que, aos dezenove (19) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dez (2010), nesta cidade de CHAPADA GAÚCHA, Comarca de Arinos, Estado de Minas Gerais, neste Cartório de Notas, perante mim Tabelião em exercício, compareceram as partes entre si justas e contratadas, a saber, de um lado, como OUTORGANTE(S) EXPROPRIADO(S): RAIMUNDO PEREIRA GOMES, portador da CI RG nº M-7.674.407-SSP/MG expedida em 20/03/1992 e inscrito no CPF/MF sob o nº 634.925.476-72 e sua esposa ATANICE GONÇALVES ROCHA GOMES, portadora da CI RG nº MG-12.617.368-SSP/MG expedida em 03/09/1999 e inscrita no CPF/MF sob o nº 064.630.436-48, brasileiros, agricultores, casados sob o Regime de Comunhão Parcial de Bens, na vigência da Lei 6.515/77, conforme Certidão de Casamento lavrada no Cartório de Registro Civil de Serra das Araras, registrado no livro B-24, fls. 35, termo 802, em 12 de julho de 1986, residentes e domiciliados na Fazenda Mato Grande, distrito e município de Formoso, Estado de Minas Gerais; e, de outro lado, como OUTORGADO EXPROPRIANTE: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE, de regime especial, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 11.516, de 28/08/2007, com sede em Brasília, Distrito Federal, EQSW 103/104, Bloco C - Sudoeste, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.829.974/0001-94, neste ato devidamente representada pela servidora PAULA LEÃO FERREIRA, matrícula nº 1577975, Chefe do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, brasileira, solteira, analista ambiental, portadora da CI RG nº MG-12.242.445-SSP/MG e inscrita no CPF/MF sob o nº 050.985.426-50, residente e domiciliada na Av. Minas Gerais, nº 224, nesta cidade de Chapada Gaúcha, Estado de Minas Gerais, nomeada pela portaria nº 217, de 05 de maio de 2010 e publicada no Diário Oficial da União nº 86, Seção 2, de 07 de maio de 2010 e portaria nº 69, de 10 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 29, Seção 2, do dia 11 de fevereiro de 2009; os presentes maiores e capazes, reconhecidos e identificados como os próprios por mim Tabelião, através dos documentos apresentados e acima mencionados, do que dou fé. E, perante esta pelo OUTORGANTE EXPROPRIANTE, me foi dito que são senhores e legítimos possuidores, a justo título e boa fé, em mansa e pacífica posse, absolutamente livre e desembaraçado de todas e quaisquer dúvidas e ônus judiciais e extrajudiciais, arresto, seqüestro, foro ou pensão, inclusive hipotecas, mesmo legais do imóvel constituído por: **uma parte de terras rurais com a área de 120,00 ha (cento e vinte hectares), situada na FAZENDA MATO GRANDE, lugar VEREDA DA BARRA, distrito e município de Formoso, Estado de Minas Gerais**, havido por compra a José Neves Mendes e sua mulher Anemá Barbosa Mendes, conforme Escritura Pública de Compra e Venda, lavrada no Cartório de Paz, Notas e Registro Civil da cidade de Formoso – MG, no livro 004, fls. 165, em 25/08/1992, caracterizado pelos limites e confrontações seguintes: *Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M-08, de coordenadas N 8.325.532,72m e E 408.712,16m, cravado na barra do Rio Carinhonha com a Vereda do Borá Manso; e por esta acima**

AA 5943302

com o azimute $161^{\circ}21'08''$ e distância de 1.511,75 m, em reta, até o vértice **M-09**, de coordenadas **N 8.324.100,33m** e **E 409.195,54m**; deste, segue confrontando com o **BDMG**, com os seguintes azimutes e distâncias: $222^{\circ}58'08''$ e 390,24 m até o vértice **M-06**, de coordenadas **N 8.323.814,78m** e **E 408.929,56m**; $321^{\circ}11'11''$ e 1.730,96 m até o vértice **M-07**, de coordenadas **N 8.325.163,53m** e **E 407.844,61m**, cravado na margem direita do Rio Carinhonha; e por este abaixo, com azimute $66^{\circ}56'51''$ e distância de 942,84 m, em reta, até o vértice **M-08**, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central $n^{\circ} 45^{\circ}00'$, fuso -23, tendo como datum o SAD-69. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de Projeção UTM. QUE, os trabalhos técnicos foram levantados e fornecidos pelo Profissional Elvis Cerley Soares, Eng. Agrimensor – CREA 52.144/D-MG, cujos serviços profissionais as partes contrataram, pelo que todos os rumos e distâncias neles mencionados são certos. QUE, o respectivo título de propriedade, está registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Buritis - MG, no livro 2-RG, sob o R-3, referente a matrícula 2.130, em 17 de abril de 2000. Pela presente escritura e na melhor forma de direito, os outorgantes expropriados **RAIMUNDO PEREIRA GOMES** e sua mulher **ATANICE GONÇALVES ROCHA GOMES**, retro qualificadas, vendem a outorgada expropriante **INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE**, o imóvel acima descrito com a área de 120,00 há (cento e vinte hectares), pelo preço certo e ajustado de **RS97.612,35 (noventa e sete mil e seiscientos e doze reais e trinta e cinco centavos)**, pagos neste ato pelo Promitente Comprador, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, através de depósito bancário a ser efetuado na conta corrente nº 551088-0, Agência 2554-2, Banco BRADESCO S/A, sendo que a presente escritura passa a vigorar após a comprovação do depósito da importância acima específica, após o que os Expropriados, dão plena, geral e irrevogável quitação de pagos e satisfeitos, para nada mais reclamarem com fundamento na presente escritura, transmitindo na pessoa da expropriante toda a posse, jus, domínio, direito e ação, que exerciam sobre o imóvel ora vendido, para que dele a mesma expropriante uso, goze e disponha livremente como seu, que fica sendo de hoje em diante por força da presente, obrigando-se os expropriados, por si e seus sucessores, a fazer esta venda sempre boa, firme e valiosa, comprometendo-se ainda, a responder pela evicção de fato e de direito quando chamado à autoria, pondo a Outorgada Expropriante a par e a salvo de quaisquer dúvidas ou contestação futura, havendo desde já por empossado em virtude da presente escritura e da cláusula “constituti”. Pela Outorgada Expropriante e pelos Outorgantes Expropriados, na forma como vem representados, me foi dito que esta transação se processa em função do imóvel vendido ter sido incluído nos limites do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, criado pelo Decreto 97.658, de 12 de abril de 1989. Pela Outorgada Expropriante, na forma como vem representada, me foi dito que toda a área adquirida passa a submeter ao regime especial de proteção estabelecido na legislação para os Parques Nacionais. Pela Outorgada Expropriante na forma como vem representada, me foi dito que esta aquisição se processa integralmente no âmbito da compensação ambiental relativa ao empreendimento Usina Hidrelétrica de Queimados. Declaram ainda os Outorgantes Expropriados, sob às penas da Lei, que não são responsáveis pelo recolhimento de contribuição à Previdência Social Rural, não estando sujeitos as disposições do Decreto Lei nº 1.958/82 e que não existem sobre o imóvel ora vendido ações reais e pessoais reipersecutórias e ônus reais, nos termos do Decreto Lei nº 93.240/86, que regulamenta a Lei nº 7.433/85. Este Serviço Notarial se responsabiliza pela emissão da Declaração sobre Operação Imobiliária – DOI, de que trata a Instrução Normativa 473/2004 e de sua oportuna remessa a Repartição Competente da Receita Federal. Pela outorgada Expropriante, na forma como vem representada, me foi dito que aceitava a presente venda e esta escritura em todos os expressos termos, tal como se acha redigida, por estar em tudo de acordo com o ajustado. Em seguida, foram apresentados os seguintes

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MINAS GERAIS

documentos para esta: a) A Certidão de Não Incidência do ITBI será emitida pela Prefeitura Municipal de Formoso – MG, em favor do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e será apresentada ao Cartório de Registro de Imóveis competente, na ocasião do registro da presente escritura. b) Certificado de Cadastro de Imóvel Rural – CCIR 2006/2007/2008/2009, Código do Imóvel Rural nº 950.092.040.398-6, Número do CCIR 02294492093, Nome do Detentor – Raimundo Pereira Gomes, Nacionalidade do Detentor - brasileira, Denominação do Imóvel Rural – Fazenda Mato Grande, Município Sede do Imóvel Rural – Formoso, Módulo Fiscal 65,00 há, Nº de Módulos Fiscais 1,8461, FMP 3,00 há, Área total – 120,00 ha, devidamente quitado em 19/03/2010; c) CND do Imposto Territorial Rural, NIRF nº 3.561.834-5, Código de controle da certidão: 2AF9.19C9.6A0E.4DC7, emitida por meio eletrônico no site da Secretaria da Receita Federal, às 13:01:56 em 18/11/2010 e válida até 17/05/2011; d) Certidão da Matrícula e Certidão Negativa de Ônus, de que trata o art. 1º, inciso IV do Decreto 93.240 de 09/09/1986, expedidas pelo CRI da Comarca de Buritis – MG. Os demais documentos e certidões necessárias para o complemento desta estão inseridos no processo número 02070.000663/2009-72, autuado em 25/03/2009, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, destinado a indenização de propriedade no Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Assim convençados e contratados pediram que lhes lavrasse esta escritura, que lhes sendo lida, acharam conforme, e foi aceita em tudo por aqueles que, reciprocamente, outorgaram e assinam. Adverti o(s) declarante(s) pelo conteúdo e significado do ato. Ficam dispensadas as testemunhas conforme legislação vigente. (a) Elói Luiz Gabriel, Tabelião. (a) Raimundo Pereira Gomes. (a) Atanice Gonçalves Rocha Gomes. (a) Paula Leão Ferreira. Eu, ELOE LUIZ GABRIEL, tabelião, a digitei, conferi e assino em público e raso. NADA mais consta. TRASLADADA EM SEGUIDA. Dou fé.

Em testemunho da Verdade.

Tabelião:

Eloie Luiz Gabriel

Eloie Luiz Gabriel
TABELIÃO E OFICIAL



COTA

Emclimentos: 688,48
Recompe: 41,31
Fundo Jud: 221,30
Total: 1010,99
Código: 1411-97
Tabelião Oficial: *Qui*

AA 5943303